

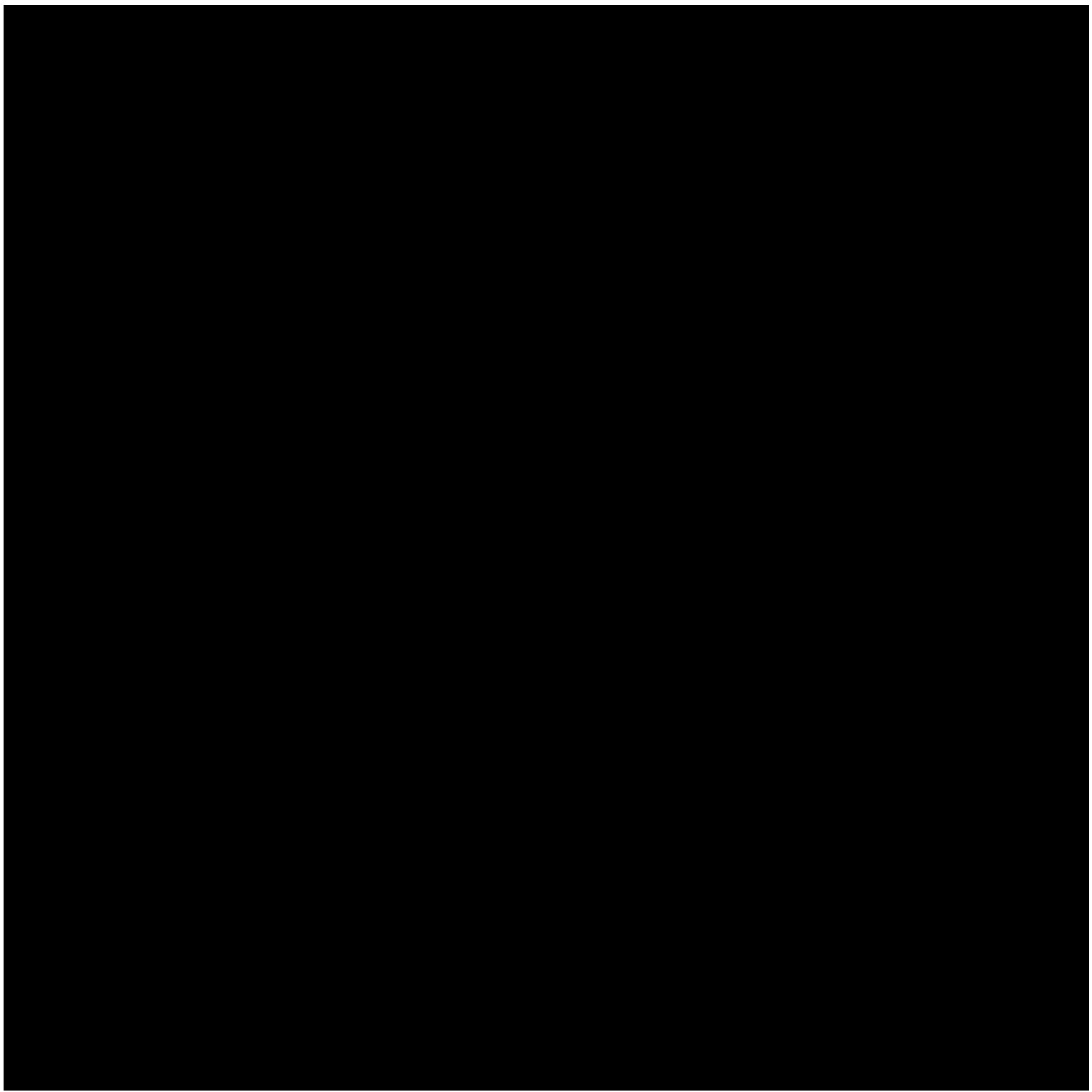
[IN]FORMAR A CIDADE CONTEMPORÂNEA:
a criação de uma imagem/modelo de periferia com a obra do arquitecto Fernando Silva

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
Departamento de Arquitectura e Urbanismo
mestrado integrado em arquitectura

PROJECTO FINAL DE ARQUITECTURA

BRUNO ANDRÉ MACEDO FERREIRA

outubro 2010



VERTENTE TEÓRICA

[in]formar a Cidade Contemporânea:
a criação de uma imagem/modelo de periferia com a obra do arquitecto
Fernando Silva

Trabalho Teórico submetido como requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre em Arquitectura

Orientadora:
Doutora Ana Cristina Fernandes Vaz Milheiro, Professora Auxiliar
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

008 RESUMO

010 ABSTRACT

012 AGRADECIMENTOS

ÍNDICE DO TEXTO

014 **Preâmbulo**

Algumas considerações sobre a problemática da história e da construção do passado

016 **Introdução**

Escolha do tema – A intriga

A intriga não realizada

Estruturação metodológica – delimitação do problema

Obras de suporte – casos de estudo /relação com o tema

024 **1. Valores e Limites da Arquitectura Moderna – A obra do arquitecto Fernando Silva**

1.1 O legado Moderno

1.2 A obra do arquitecto Fernando Silva

046 **2. Contexto da época – da primavera marcelista até entrada de Portugal para a União Europeia**

2.1 Salazar cai da cadeira, Marcello senta-se

2.2 Dinâmica de expansão da Área Metropolitana de Lisboa – Aspectos populacionais e movimentos de activos nas suas periferias

2.3 Agentes de produção e transformação do espaço urbano-metropolitano

2.4 Agenda política do planeamento urbano

076 **3. Casos de estudo**

077 3.1 Urbanização da Portela

079 3.2 Urbanização de Sasseiros

081 3.3 Urbanização do Alto da Barra

083 3.4 Urbanização Quinta dos Condes de Camide

095 3.5 Urbanização Linda-a-Velha

097 3.6 Urbanização Quinta da Piedade - 1ª fase

101 3.7 Urbanização CODIVEL - Póvoa de Santo Adrião

103 3.8 Urbanização Nova Oeiras

105 3.9 Plano de Expansão de Camaxide

119	3.10 Urbanização Quinta do Infantado - 1ª fase
121	3.11 Urbanização Quinta Grande de Alfragide
	3.12 Urbanizações ICESA
123	3.12.1 Santo António dos Cavaleiros
131	3.12.2 Vialonga
132	3.12.3 Quinta do Morgado
133	3.13 Urbanização Santo André/Quinta da Coidiceira
137	3.14 Urbanização Quinta da Caldeira – Unidade 3A
145	3.15 Urbanização Cidade Nova – Unidade 8A
149	3.16 Urbanização Torres da Bela Vista
151	3.17 Urbanização da Tapada do Mocho
155	3.18 Urbanização Espargal
161	3.19 Reboleira
163	3.20 Urbanização de Alfomelos
165	3.22 Parque Residencial e Turístico de Miraflores
173	3.23 Urbanização do Alto do Restelo
183	3.24 Urbanização Quinta Casa de Santa Clara
193	3.25 Urbanização Quinta do Lambert

202 **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

208 **BIBLIOGRAFIA E FONTES**

1. Bibliografia
2. Fontes

222 **ÍNDICE E CRÉDITOS DAS ILUSTRAÇÕES**

228 **ÍNDICE ONOMÁSTICO**

1. Índice de projectistas
2. Índice de entidades promotoras

ANEXOS

Palavras-Chave: Movimento Moderno, Fernando Silva, Agentes Urbanos, Especulação Imobiliária, Periferia

Esta dissertação pretende-se constituir como uma interrogação sobre o território contemporâneo. Aquele território visto por muitos como um conjunto de fragmentos agarrados a um centro em decadência e por outros como um espaço de oportunidades, o lugar onde tudo ainda é possível.

A investigação sobre a transformação urbanística ocorrida na Área Metropolitana de Lisboa centra-se no período que corresponde à chegada de Marcello Caetano à presidência do Conselho em 1968 até à adesão de Portugal à União Europeia em 1986.

No primeiro momento faz-se uma retrospectiva sobre os princípios ideológicos que estiveram na origem do Movimento Moderno, nomeadamente o seu documento doutrinal que rege o urbanismo – a Carta de Atenas, e perspectiva-se a obra do arquitecto Fernando Silva (1914-1983) como um caso possível de interpretação sobre esses princípios de racionalidade. Tenta-se assim que o Moderno seja um conceito omnipresente para a interpretação de toda a dissertação.

As transformações ocorridas no território metropolitano, são analisadas como o resultado de um conjunto de agentes, sejam eles privados – os chamados especuladores imobiliários, ou públicos. A relação sempre difícil entre estes dois agentes, juntamente com a chegada de um grande número de população em procura de casa convocam a arquitectura para uma resposta necessariamente nova. Aos arquitectos era pedida uma resposta rápida e racional. Estes autores, desconhecidos entre o panorama arquitectónico, mais do que uma solução estilística, responderam com uma perspectiva urbana – uma visão que para além da resolução de um problema continha uma componente ideológica que remonta aos ideais do Moderno. Esses grande pacotes representam a substituição da produção lote a lote, segundo a lógica da cidade tradicional, pela de grande pacotes urbanos. Mais do que a concretização de objectos estas realizações pretendiam ser um grande distribuidor de espaço novo.

Como reflexão final, depois de analisados os casos de estudo, aponta-se a interpretação da Carta de Atenas, como um possível contributo para a interpretação de uma realidade que será necessariamente o território de futuro para o projecto arquitectónico.

This thesis aims to establish itself as a question mark on the contemporary territory. That territory is seen by many as a set of fragments attached to a center in decline and by others as an opportunity space, where everything is still possible.

Research on the urban transformation that took place in Lisbon Metropolitan Area focuses on the period that corresponds to the arrival of Marcello Caetano to the presidency of *Conselho* in 1968 until the accession of Portugal to the European Union in 1986.

At first it is made a retrospective on the ideological principles that led to the Modern Movement, especially their doctrinal document that governs the planning – the Charter of Athens, and it perspectives the work of the architect Fernando Silva (1914-1983) as a possible case of interpretation of these rationality's principles. So, we try that the Modern be an omnipresent concept to the interpretation of the entire thesis.

Changes occurred in the Metropolitan Area are analyzed as the result of a set of agents, whether private – the so-called immovable speculators, whether public ones. The always difficult relationship between these two agents, along with the arrival of a large number of people searching for a home, appeals the architecture to a necessarily new response. The architects were asked for a rapid and rational one.. These authors, unknown to the architectural landscape, rather than a stylistic solution, answered with an urban perspective - a view that more than a solution of a problem, it contained an ideological component that goes back to the Modern ideals. These great packages represent the replacement of production lot to lot, according to the logic of the traditional city, by the large urban parcels. More than the achievement of objects, these productions claimed to be a great distributor of new space.

As a final thought, after having examined the study cases, it points to the interpretation of the Charter of Athens, as a possible contribution to the interpretation of a reality that will necessarily be the territory's future of the architectural project.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais.

À professora Ana Vaz Milheiro
que me deu a ler *Complexidade e Contradição em Arquitectura* de Robert Venturi no momento certo,
pela audácia ao abraçar um objectivo com a abrangência deste Laboratório de Cultura Arquitectónica
Contemporânea e
pelo acompanhamento e constante incentivo ao longo deste projecto

À Débora Félix, Hugo Coelho e Salvador Menezes que conjuntamente abraçaram o desafio de descobrir a
obra do arquitecto Fernando Silva

Ao Rui pela pronta disponibilidade para as deambulações por territórios desconhecidos e pela partilha de
experiências sobre o que é habitar na periferia

Ao professor Paulo Tormenta Pinto pela troca de ideias sobre ARQUITECTURA

E a todos os amigos, colegas e docentes, que se cruzaram comigo neste percurso no ISCTE-IUL

Algumas considerações sobre a problemática da história e da construção do passado

O que aqui se pretende não é uma história de factos ou de historiadores, mas uma história crítica, que nos permita perceber como chegamos até aqui, quais foram as influências, o que foi feito para responder às novas exigências entretanto surgidas nestes casos concretos.

Não se pretende fornecer um mapeamento exaustivo sobre a arquitectura e o urbanismo português realizados a partir de finais da década de 60 do século passado. As escolhas aqui feitas surgem numa perspectiva conceptual. Embora incluindo uma análise historiográfica, este será essencialmente uma reflexão teórica sobre arquitectura – conhecer o passado para chegar a uma estratégia de projecto operativa no presente.

Por agora, esta pesquisa será encarada numa perspectiva de desvendar pontos de vista e de partilhar interrogações. Não tem, obviamente a aspiração de elaborar uma nova teoria. Pretende-se antes questionar os velhos conceitos sobre o que entendemos comumente como Modernidade arquitectónica. Intuiu-se que será esta uma primeira condição para refazer uma teoria interpretativa da realidade metropolitana. Certamente será apenas um primeiro passo de um longo caminho, em que o tempo, as circunstâncias ou as necessidades ditarão o desfecho.

Optou-se assim por fazer um percurso inverso, partindo de uma realidade factual tentou-se chegar até ao ponto de partida, verificando durante este percurso os cruzamentos, e as direcções escolhidas – da verdadeira genealogia até às perversões posteriores.

Recorreu-se a uma pesquisa às fontes primárias, tentando-se uma análise isenta e livre de conceitos estereotipados e das distorções doutrinárias que caracterizam o “fazer” a História.

O que foi feito da ideologia ou estado de espírito Moderno? Será ele uma realidade obsoleta, com todas as características negativas já fortemente exploradas, ou será um projecto inacabado à procura de continuidade? Será que todo o idealismo/utopia terá invariavelmente que cair numa mera cartilha estilística para ser praticável?

Escolha do tema – A intriga

A presente dissertação pretende constituir-se como uma introdução à pesquisa sobre a cidade contemporânea. Concretamente, visa uma investigação sobre a transformação arquitectónica e urbanística que ocorreu na periferia de Lisboa desde o final da década de 60 até meados da década de 80 do século XX, no contexto de profundas alterações/reestruturações quer ao nível do poder local, dos agentes e das lógicas económicas, que dos próprios conceitos arquitectónicos.

É uma pesquisa a respeito da influência das “massas” e dos ideais do liberalismo, na arquitectura, no urbanismo e nas lógicas de relações metropolitanas – que conduziram à criação de uma nova cultura metropolitana. Pretende-se assim aprofundar as suas origens intuídas a quando da análise da obra do arquitecto Fernando Silva (1914-1983) e especialmente da Urbanização da Portela (1960-1979).

Essa periferia aprioristicamente qualificada como caoticamente edificada e monocaracterística, que é típica das nossas cidades, encontra na Área Metropolitana de Lisboa (AML) o seu exemplo mais paradigmático. Muitas das Urbanizações que constroem a imagem deste território convergem para um ambiente “contemporâneo” Moderno, locais onde a tabula rasa Moderna encontrou fácil operacionalidade, “cidades novas” construídas em paisagens abertas – um território constituído por fragmentos de modernidade.

Nestas “outras-cidades” onde foram abandonadas as formas elementares do urbanismo convencional – a praça, a avenida, o quarteirão, o jardim, etc. – são experimentadas novas concepções urbanas e novas formas arquitectónicas que não seriam possíveis na cidade histórica. Todas elas demonstram um forte desejo de se libertarem de uma série de dogmas impostos pela cidade tradicional. Uma nova sensibilidade para as qualidades do ambiente circundante – o habitat humano.

Este processo, de notável criatividade para escapar às regras urbanísticas conduziu a uma inevitável deslocamento do centro de gravidade da dinâmica urbana, do centro da cidade para a periferia. Desfez-se o monopólio do poder habitacional até então associado à cidade histórica.

A esta alteração vem somar-se as profundas transformações culturais ocorridas durante este período em análise.

«A fixação de novas actividades e emprego – com especial ênfase para o emprego nos serviços; a subida generalizada dos níveis de rendimento; a generalização do uso do automóvel; as transformações dos aglomerados domésticos – acompanhando a tendência da diminuição do número de pessoas por família; a difusão de novas referências culturais – ao mesmo tempo marcadas por processos de homogeneização e de diferenciação; [novos] actos e práticas de consumo.

O “aquecimento e a complexificação do mercado imobiliário de habitação constituem, porventura, uma das faces territorialmente mais visíveis desta evolução»¹.

As realizações, alvo deste estudo, encaradas por muitos como um sucedâneo desqualificado da modernidade, despidas da sua essência conceptual, degeneradas na sua caracterização plástica e construtiva e implantadas em expresse desrespeito pela estrutura organizativa do território são votadas ao esquecimento ou ao “apagamento” dos círculos de discussão sobre o fenómeno arquitectónico. Contra esta corrente, de arquitectos “menos qualificados” e especuladores imobiliários acusados de adoptar aqueles modelos por mero oportunismo económico, vai insurgir-se a geração de “profissionais da arquitectura qualificada” (resultante do período pós-Inquérito e defensores de uma reformulação/regionalização) que serão responsáveis pelo voto de esquecimento de muitos arquitectos deste período, como por exemplo Fernando Silva.

«É lá, nas margens da periferia, que devemos observar como as coisas tomam forma. A cidade contemporânea, aquela que é constituída por essas periferias, deveria gerar uma espécie de manifesto, uma homenagem prematura a uma forma de modernidade que, confrontada com as cidades do passado, talvez parecesse desprovida de qualidades, mas na qual um dia haveremos de reconhecer ao mesmo tempo vantagens e desvantagens (...).

[Parece-me que] devemo-nos perguntar para que direcção apontam as forças que contribuem para a definição do espaço. São elas direccionadas para o lado do urbano ou para o seu justo oposto? Elas pedem ordem ou desordem? Elas convergem para a continuidade ou para a descontinuidade? Sejam quais forem as respostas, há um movimento e uma dinâmica que precisamos conhecer, pois são a matéria do projecto»².

¹ DOMINGUES, Álvaro (coord.). *Cidade e Democracia: 30 anos de transformação urbana em Portugal*, Lisboa: Argumentum, 2006, p.21.

² KOOLHAAS, Rem. in NESBITT, Kate (org.). *Uma Nova Agenda para a Arquitectura*, São Paulo: Cosac Naify, 2008, p. 359.

Ainda nos dias de hoje, ao invés de aceitar as condições dadas pela expressão metropolitana como características de uma parte importante do território em que o arquitecto trabalha, através de designações genéricas – periferia, subúrbio, o resto³ – assistimos a uma incompreensão ou mesmo negação do fenómeno urbano. Esta recusa tem atrasado a reflexão necessária sobre quais as estratégias e práticas projectuais que devem responder a esta nova realidade.

Uma das conquistas do Movimento Moderno foi a capacidade/necessidade da intervenção do arquitecto se estender à escala do território e do planeamento. Ao arquitecto era destinado um exercício de avanço e recuo entre as diferentes escalas – do projecto global ao particular, do território ao pormenor construtivo, uma visão precisa e informada, afastada das visões generalistas que sobre estes territórios tecem as suas leis.

É sobre este caminho por desbravar por entre os fragmentos de modernidade que esta dissertação pretende dar um contributo e constituir-se como uma oportunidade para reflectir sobre a nova condição urbana criada por estas Urbanizações.

Ao reconhecer a radicalidade de dinâmicas e as profundas alterações ocorridas durante este período – das novas práticas de planeamento, das estratégias de investimento quer público (de cariz maioritariamente infra-estrutural), quer privado (imobiliário) e das necessidades criadas pelas movimentações populacionais – pretende-se contribuir para uma nova e profícua estratégia de relacionamento entre o sector privado e o público, com vista à melhoria das condições do habitat humano.

A intriga não realizada

Numa primeira fase, pensou-se ser útil introduzir a obra de outros dois arquitectos portugueses para comparação com a obra do arquitecto Fernando Silva – a obra do arquitecto Cassiano Branco (1897-1970) que já anteriormente tinha “definido” a imagem do prédio de rendimento da Lisboa dos anos 40 e 50 do século XX e a obra do arquitecto Eduardo Souto de Moura (n.1952) que redundou numa “souto-de-mourização”, da arquitectura portuguesa da década de 90, como aponta Nuno Grande⁴

Contrapunha-se assim a obra de Cassiano Branco, que apesar de viver num contexto de uma forte política de obras públicas, praticamente nunca projectaria para a encomenda estatal. Trabalharia antes para uma construção civil (muitos construtores vindos de Tomar) de iniciativa privada que correspondia à crescente procura de habitação e beneficiava do protecção fiscal que o Governo lhes concedia. Cassiano tem assim a oportunidade de difundir, por toda a cidade de Lisboa, uma arquitectura modernista, afastando definitivamente, o prédio de rendimento, da herança pombalina. Com a intervenção de Cassiano,

³ Cf. COSTA, Alexandre Alves. *A Cidade, o Subúrbio e o Resto. A Terra.* in MILHEIRO, Ana Vaz, AFONSO, João (edit.), *Alexandre Alves Costa, Candidatura ao Prémio Jean Tschumi- Prize Nominee, UIA 2005*, Lisboa: Caleidoscópio, 2006.

⁴ Cf. GRANDE, Nuno. *Teatros do Mundo*, in MÁRQUES, Fernando (edit.); Levene, Richard (edit.). *Souto de Moura 2005-2009*, El Croquis nº146, Madrid: El Croquis Editorial, 2009.

ao arquitecto fica destinada a função de desenho das fachadas (que posteriormente era repetida por construtores civis em diversos bairros da capital), enquanto o dimensionamento interior, definido consoante as conveniências do mercado, era deixado porventura aos engenheiros.

A obra do arquitecto Eduardo Souto de Moura, já enquadrada no período pós adesão de Portugal à União Europeia (UE). A nova classe económica de pequenos empresários (que beneficiavam de fundos oriundos da (UE) procuram uma nova tipologia de habitação mais que lhes conferisse uma nova classe social. A habitação unifamiliar, muitas vezes funcionando como casa de férias, encontra em Souto de Moura o interprete ideal. Posteriormente, como acontece em todos os momentos de “unanimidade” surgem as repetições degeneradas de um modelo arquitectónico que muitos conectam à Escola do Porto.

Tentar-se-ia assim perceber, como estes autores, juntamente com Fernando Silva, empenhados numa renovação dos códigos de produção arquitectónica, pela qualidade, simplicidade, eficiência e quantidade de obras realizadas são susceptíveis, por isso, de determinar modelos que depois são reproduzidos até à exaustão em cópias desqualificadas seguindo um perigoso processo de banalização.

Esta intriga seria abandonada por necessitar de uma abrangência e profundidade de análise que era incompatível com o presente estudo de comparação com a obra do arquitecto Fernando Silva.

Organização e delimitação do problema – estruturação metodológica

A presente dissertação não se trata de uma análise sistematizada da realidade metropolitana de Lisboa. O percurso escolhido é necessariamente descontínuo e é um entre os vários possíveis.

O espaço temporal abrangido por desta investigação insere-se na segunda metade do século XX e é balizado por dois momentos marcantes na história de Portugal: a ascensão de Marcello Caetano (1906-1980) ao poder, em 27 de Setembro de 1968 e a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia em 1 de Janeiro de 1986. Abrange-se um período em que o sistema político muda drasticamente (de um regime totalitário nacionalista á lógica do pensamento europeu); as lógicas económicas e comerciais reestruturam-se; a sociedade alterara os costumes, as mentalidades e os valores inerentes ao interesse comum; e o território urbano adquire uma dimensão metropolitana até então ainda não experimentada. Apesar do estabelecimento destes limites temporais, o enredo poderá por vezes, numa tentativa de contextualizar os factos apresentados, alargar esta linha temporal.

Esta investigação desenvolve-se em três momentos principais.

Partiu-se de uma premissa teórica que será, a primeira questão avançada para uma reflexão: Qual o contexto histórico e quais os valores/significados que estiveram na fundação do Movimento Moderno? No contexto nacional será possível desvendar condições idênticas? – averiguar se a pretensa solução universal, aplicada no do pós-guerra onde era imperativa uma resposta pragmática de renovação urbana terá uma tradução no território português.

A partir das linhas de força que estruturam e organização do “novo espaço Moderno” e questionando os princípios da mudança político-institucional, social e urbanística pretendida pelo pensamento Moderno, tenta-se perceber os princípios arquitectónicos, e os novos modos de habitar, imprimidos nestes territórios (que posteriormente serão apropriados pelo “novo homem”). Com este capítulo pretende-se assim um enquadramento que permitia a omnipresença do Moderno ao longo desta pesquisa – o conceito de Modernidade torna-se assim chave para a leitura desta dissertação.

Num segundo momento, que se pretende de enquadramento nacional, realça-se o ambiente político e económico que permitiram a expansão urbana assistida em Portugal a partir de finais da década de 60 do século XX. Salienta-se ainda os movimentos populacionais que estiveram na origem da “explosão” demográfica da AML e quais os agentes que foram responsáveis pelo processo de transformação assistido nesse território. O conhecimento destes vários agentes e das suas estratégias operativas permite-nos assim perceber e anteciper o ciclo fatalista que paira sobre o espaço urbano.

No terceiro capítulo é composto pelos vários casos de estudo. Mais do que uma demarcação revivalista, intenta-se dar conta de um caminho através do estudo de 25 Planos de Urbanização considerados relevantes para fixar um mapeamento-base de análise desta realidade. Com todas as limitações de meios, a opção foi a de tentar perceber como o progressivo crescimento da mancha urbana introduziu novas concepções na forma de viver do homem e as consequentes mutações imprimidas na estrutura de inter-relações metropolitanas.

A sua organização não segue uma ordem cronológica, tenta-se antes identificar os vários tipos de intervenções e as múltiplas relações possíveis de estabelecer entre eles. Pretende-se assim, fundamentalmente, avançar algumas ideias como simples questões de reflexão e estímulo para um debate que se considera necessário. Neste terceiro capítulo, em complemento do conteúdo escrito, foi dada especial importância à iconografia como método mais pragmático de revelação da realidade física destas Urbanizações. A utilização da fotografia como elemento de registo permite assim abrir espaço para outro tipo de interpretações que extravasam o âmbito desta dissertação.

Devido à grande quantidade de informação recolhida, como complemento da informação impressa, será constituído um arquivo digital, onde constarem as fotografias recolhidas pelo autor *in situ* e os processos de obra consultados nos arquivos municipais, e que por limitação de tempo e de meios não foi possível tratar.

Quanto ao método, pretendeu-se eliminar a abstracção como processo de análise. Creu-se que uma análise ordenada e acabada não seria o método mais eficaz para o verdadeiro objectivo deste estudo. A redução da realidade física à simples análise das práticas individuais e sociais de um grupo de indivíduos, como tem sido feito pelas ciências sociais pareceu ser um método a negar.

Considerou-se que as estruturas espaciais são “activadas” por grupos de indivíduos, no entanto, essas realidades físicas são elas próprias continentes de princípios arquitectónico-urbanísticos que condicionam o comportamento humano – as Urbanizações, alvo deste estudo, seguindo os princípios da tábua rasa, são elas próprias geradoras de um conceito/expectativa e de apropriação urbana.

Optou-se por um método mais flexível que nos permitiu questionar as “múltiplas certezas” de outros. Onde? Quando? Por quem? Como? Porquê? Escolheram-se exemplos concretos que inexplicavelmente permanecem “escondidos” nos arquivos das câmaras municipais.

Num primeiro momento a pesquisa recaiu sobre a análise de fotografias aéreas da AML, visando encontrar objectos de estudo. Posteriormente privilegiou-se o contacto directo com a totalidade das Urbanizações estudadas, procedendo-se ao seu levantamento fotográfico e a pequenos contactos com a população residente. Todo este processo foi informado, e que se revelaria essencial, pelo levantamento de material inédito nos diversos processos de obra constantes nos Arquivos Municipais da Amadora, Loures e Oeiras e no Arquivo Intermédio de Lisboa. Procurou-se estabelecer contacto com os autores das Urbanizações, no entanto revelou-se uma tarefa impossível devido ao desconhecimento do seu percurso profissional e ao facto de alguns deles já terem morrido.

Obras de suporte – casos de estudo /relação com o tema

No que respeita às obras de suporte desta investigação, foi tida como base as diversas obras de análise histórica da produção arquitectónica do Século XX em Portugal, assim como a análise a Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea – *A obra do arquitecto Fernando Silva (1914-1983): um arquitecto da “geração esquecida”*⁵ da autoria da arquitecta Isabel Monteiro que foram as bases do trabalho realizado em grupo e cujo resultado é o texto introdutório desta dissertação.

Como base para o estudo dos movimentos populacionais dos residentes da AML foram tidos como fontes os trabalhos de leitura e análise dos censos de 1981 realizados por Teresa Barata Salgueiro⁶.

Ao nível da problemática arquitectónica, e tendo, no entanto, uma abrangência mais ampla, foram tidos como fundamentais as obras: *Delirious New York: A Retroactive Manifesto for Manhattan*⁷ (1978) de Rem Koolhaas; *Learning from Las Vegas: The Forgotten Symbolism of Architectural Form*⁸ (1977) de Robert Venturi, Steven Izenour, Denise Scott Brown; e *Cidade e Democracia: 30 anos de transformação urbana em Portugal*⁹ (2006) coordenada por Álvaro Domingues. Todas estas obras tentam, reconhecer no espaço construído uma ideia/conceito arquitectónico, que nos exemplos internacionais toma-se ela própria base projectual.

⁵ MONTEIRO, Isabel. *A obra do arquitecto Fernando Silva (1914-1983): um arquitecto da “geração esquecida”*, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007. (policopiado)

⁶ SALGUEIRO, Teresa Barata. *A cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana*, Porto: Edições Afrontamento, 1992.

SALGUEIRO, Teresa Barata. *Lisboa, Periférica e Centralidade*, Oeiras: Celta Editora, 2001.

⁷ KOOLHAAS, Rem. *Nova York Delirante*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A., 2008.

⁸ VENTURI, Robert; IZENOUR, Steven; SCOTT BROWN, Denise. *Aprendendo de Las Vegas*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1979.

⁹ DOMINGUES, Álvaro (coord.). *Cidade e Democracia: 30 anos de transformação urbana em Portugal*, Lisboa: Argumentum, 2006.

VALORES E LIMITES DA ARQUITECTURA MODERNA – A OBRA DO ARQUITECTO FERNANDO SILVA

1.1 O legado Moderno

A Europa saída da Primeira Guerra Mundial era muito diferente da de 1914. Debitados pela guerra, a maior parte dos países europeus viu-se, nesta época, a braços com uma difícil reconstrução e reconversão quer económico-social quer urbana. Os centros das cidades ficaram destruídos, milhares de habitantes ficaram sem alojamento. Devido á baixa capacidade de investimento para a reconstrução e á urgência do problema, exigia-se uma nova metodologia urbanístico-arquitectónica – surgia assim a necessidade de uma arquitectura racionalista.

Arquitectura racional é aquela arquitectura que pretendia, antes de tudo o mais, ser prática, limpa, “social”, funcional, quer em termos físicos quer psíquicos. Com funcional não significa que tenha como principal objectivo responder a uma função, mas que através do emprego dos novos materiais e técnicas, consegue atingir um resultado artístico – aquela arquitectura que consegue unir o útil ao belo, aquela que não aspira apenas ao belo descurando o útil e vice-versa.

Para os arquitectos racionalistas, o caminho a seguir seria a conciliação entre uma arquitectura Moderna e a nova indústria que se estava a desenvolver. Visando criar um novo clima de optimismo e confiança, respondia-se com uma nova lei que ordenasse o desordenado, quer o provocado pela Guerra que o herdado dos períodos que a antecedeu.

Uma das formulações mais desenvolvidas desse novo urbanismo racional e progressista foi a Carta de Atenas¹⁰ - documento doutrinal dos CIAM¹¹. Sob os seus pressupostos básicos encontrava-se a herança dos

¹⁰ *Carta de Atenas* – «documento central no planeamento urbano Funcionalista [discutido no IV CIAM em 1933 e publicado em 1942 por Le Corbusier], manifesto por uma cidade nova, testemunho fundamental de uma retórica, em última análise, destrutiva. Os

ideais comunitários e sociais da cidade-jardim como reacção à cidade industrial. Propunha-se uma nova concepção arquitectónica capaz de ordenar e responder às novas exigências de um novo homem – uma resposta racional para além das subjectividades. À ideia de modernidade e do novo urbanismo progressista estava subjacente um “novo espírito”, um homem-tipo e desejos-tipo. Formulava-se uma ideia de espaço perfeito, onde o homem encontra-se as suas necessidades cumpridas e estivesse em plena harmonia com o meio, a natureza e a sociedade.

É assim neste argumento histórico específico, contrariando aqueles que dizem que o Moderno ignorava o contexto¹², que as premissas do Movimento Moderno virão a conhecer aplicação – o contexto do

princípios apresentados por este documento vão de encontro aos modelos emergentes de cidade neocapitalista, com o forte zoneamento a favorecer o controlo e a fragmentação. A produção em série e a prefabricação permite que o desenvolvimento da cidade se assemelhe ao paradigma da empresa capitalista»,

AZEVEDO, Carlos Miguel da Luz Vicente. *Moderno Contaminado: A revisão do Movimento Moderno nos Contextos Nacional e Internacional*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2009, p. 24-26. (policopiado).

¹¹ CIAM - *Congrès Internationaux d'Architecture Moderne*

«Esta terá sido a instituição que mais claramente expressou a ortodoxia e rigor metodológico, a par de uma vontade de internacionalizar não só a prática da arquitectura mas também as premissas teóricas do Movimento Moderno. Mais do que isso, os CIAM assumiram-se como um elemento de propaganda de uma vanguarda internacional de arquitectura Moderna que pudesse reformular a sociedade pela arquitectura.

Esta estrutura elitista avança claramente contra o então dominante neoclassicismo das academias de arquitectura, procurando uma nova arquitectura que se inserisse e respondesse ao seu novo ambiente económico e social.

Entre 1928 e 1956, estes congressos foram centrais no debate internacionalista da arquitectura Moderna fazendo confrontar ideias de grupos de diversos países na ambição de criar um método que desse resposta às diversas questões que se levantavam na sociedade do início do século XX e que haviam passado ao lado das propostas dos diversos “ismos” do fim do século anterior.

Delineando uma nova teoria arquitectónica apoiada num método científico e analítico, os elementos dos diversos países envolvidos nos CIAM assinaram, em La Sarraz, no ano de 1928, a declaração que, entre outros princípios, definia a “construção ao invés da arquitectura como a actividade elementar do homem, intimamente ligada à evolução e ao desenvolvimento humano”.

Os CIAM, pela primeira vez, reconheciam e assumiam a responsabilidade perante uma arquitectura dependente da economia e da industrialização, como parte de uma aliança para maximizar o lucro e aumentar a eficiência, afirmando a inevitabilidade da standardização como resposta à racionalidade técnica necessária aos processos económicos e construtivos de então.

Durante as quase três décadas ao longo das quais se realizaram estas reuniões, a estrutura do organismo sofreu diversas alterações naturalmente induzidas quer pela sua proximidade com a sociedade mutante do início do século XX, com todos os seus novos problemas e complexidades, quer pela natural sucessão de gerações, cada vez mais heterogéneas, que participam nos encontros.

Se por um lado houve uma evolução nas temáticas abordadas – em traços gerais os primeiros congressos dedicam-se ao tema do Existenzminimum, as dimensões mínimas para os padrões de vida do Homem Moderno, a segunda fase fica marcada pela discussão da Cidade Funcional, sendo que nos últimos congressos o tema do Habitat toma conta da ordem de trabalhos do grupo – por outro lado houve uma gradação crescente das vozes críticas que despontavam no interior do grupo associada à paulatina tomada de protagonismo das novas gerações presentes nas reuniões».

AZEVEDO, Carlos Miguel da Luz Vicente. *Moderno Contaminado: A revisão do Movimento Moderno nos Contextos Nacional e Internacional*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2009, p. 24-26. (policopiado)

¹² O “sítio” deixa de ser apenas o lote onde se implanta o edifício e passa a ser todo o contexto territorial que envolve o homem. O espaço de influência aumenta de escala, e é sobre estes novos problemas que a arquitectura Moderna se vai fundar.

Pós-Guerra exigia um grande pragmatismo (em contraponto à «*escuridão, insalubridade e caos*»¹³ que caracterizavam o urbanismo tradicional) na produção de habitação para um grande número de habitantes, por isso favorável às soluções tipificadas e economicamente viáveis.

*«A bondade e visão optimista do discurso imanente a estes pressupostos, promoveu uma adesão quase generalizada por parte de arquitectos e planeadores, bem como dos decisores políticos, confrontados com a necessidade imperiosa de intervenção imediata sobre estruturas urbanas gravemente afectadas pelo conflito, bem como pela previsão acertada de uma explosão demográfica decorrente da reconstrução europeia no pós-guerra, dado que o discurso eminentemente tecnocrata subjacente à “cientificidade” presente de forma subliminar no articulado da Carta era extremamente sedutor; no sentido em que retirava aos actos administrativos, relacionados com o planeamento urbano, a aparente subjectividade da dimensão “artística” que a cidade como arquitectura continha»*¹⁴.

*«Talvez em nenhum outro momento da Europa, a divulgação e o debate em torno da arquitectura, como actividade e como disciplina, tenha atingido uma intensidade tão significativa e um campo de influência tão vasto. Le Corbusier sabia que a importância da arquitectura era medida através da sua expressão social (...) [daí a importância de] corresponder as mudanças que se processam no mundo»*¹⁵.

Dos encontros dos CIAM destaca-se a figura de Le Corbusier (1897-1965), como homem porta-voz de uma geração, ao conseguir atrair, agrupar e cristalizar todas as esperanças recentes decorrentes dos anos 20. Nenhum outro mestre do movimento moderno foi tão importante para o pensamento de outros arquitectos, as suas lições eram ouvidas e quase idolatradas, geravam-se novos modos e formas de pensar e produzir arquitectura.

A partir deste momento, o arquitecto assume o papel tanto de um racionalista/funcionalista como de um cientista, fazendo uso dos recursos fornecidos pela tecnologia moderna, defendia-se a “universalidade” das soluções. Apelando à razão, à função e à evolução, agendava-se um “novo espírito”, uma nova “grande época” – o tempo em que as “catedrais são brancas”¹⁶. Acreditava-se que os problemas sociais podiam ser resolvido através dos meios da arquitectura¹⁷ o que irá imprimir à arquitectura um forte conteúdo ético sobre a “boa sociedade” que se planeava.

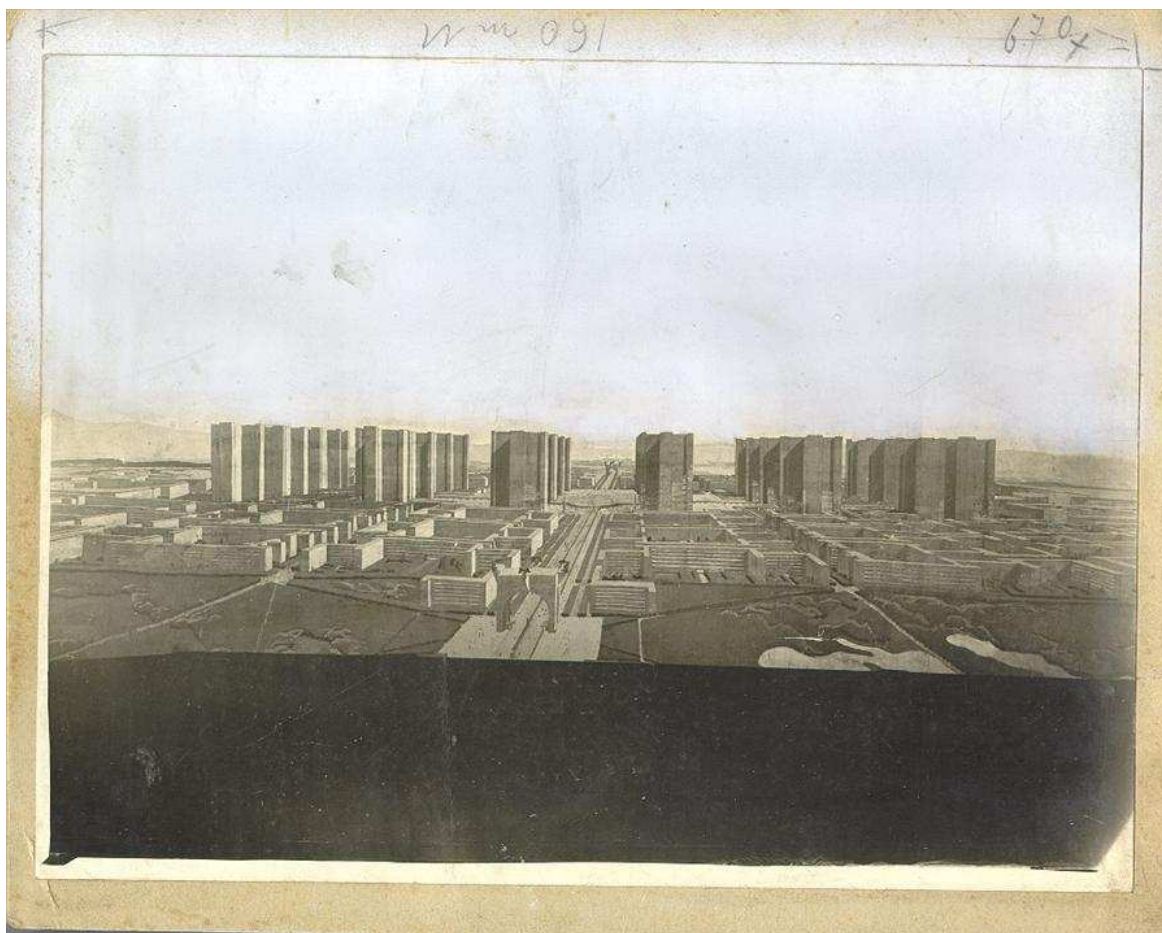
¹³ MUMFORD, Eric - *The CIAM discourse on urbanism: 1928 – 1960*, p. 58.

¹⁴ LOUSA, António Manuel Portovedo. *Object-City*: Dissertação de Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2009, p. 71. (policopiado)

¹⁵ BANDEIRINHA, José António, *Herança Le Corbusier*, in BAPTISTA, Luís Santiago (dir.). *Herança Le Corbusier*; Revista Arquitectura e Arte, n.º 59/60, Jul./Ago. 2008, p. 71.

¹⁶ Ver LE CORBUSIER. *Cuando las catedrales eran blancas: viaje al país de los tímidos*, Barcelona: Ediciones apóstrofe, 1999.

¹⁷ «*A arquitectura preside aos destinos da cidade. Ela ordena a estrutura do alojamento, esta célula essencial do tecido urbano, cuja salubridade, alegria, harmonia são submetidas às suas decisões. Ela agrupa os alojamentos em unidades de habitação, cujo sucesso*



[01] . Cidade Contemporânea, 1922.

dependerá da justeza de seus cálculos. Reserva antecipadamente os espaços livres no meio dos quais se erguerão os volumes de construção de proporções harmoniosas. Arranja e coordena os prolongamentos do alojamento, os locais de trabalho, os terrenos consagrados aos entretenimentos. Estabelece a rede de circulação que porá em contacto as diversas zonas. A arquitectura é responsável pelo bem-estar e pela beleza da cidade. É ela que se incumbe da sua criação e do seu melhoramento, e é a sua incumbência também a escolha e a distribuição dos diferentes elementos, cuja feliz proporção constituirá uma obra harmoniosa e duradoura. A arquitectura é chave de tudo».

LOURDES, Maria de; RODRIGUES, Francisco Castro (trad.). *A carta de Atenas*. in *Arquitectura: Revista de arte e construção*, nº 32, Set. 1949, p. 17.

Le Corbusier mostrou compreender as exigências que se impunham à jovem arquitectura europeia. Fruto das necessidades de enfrentar o problema da produção em massa no final do século XIX, recomendava-se a adopção da tecnologia e das formas mais progressistas da época e que se tomasse como modelo, para o projecto arquitectónico, o próprio processo de produção industrializado.

«O advento da era da máquina provocou imensas perturbações no comportamento dos homens, na sua distribuição sobre a terra, nos seus empreendimentos, movimento desenfreado de concentração nas cidades a favor das velocidades mecânicas, evolução brutal e universal sem precedentes na História. O caos entrou nas cidades»¹⁸. [Por outro lado, se foi a era da máquina a causar a desordem na cidade, também deverá ser ela a ajudar na resolução].

O pensamento Moderno prometeu uma utopia concebida à imagem da máquina, onde as ancestrais relações de hierarquia urbana seriam reformuladas. Assim os interfaces de transportes, o centro comercial, o arranha-céus, as fábricas tomavam o lugar do castelo e da grande praça real. A finalidade representativa de uma elite viria a ser substituída por uma mais pragmática, com espaços destinados a uma utilização colectiva. O Homem deixa de ser um elemento espectador de uma realidade imposta e adquire um novo papel activo, convocado para actuar, interagir, dar a sua parte para uma sociedade comum.

Tomava-se assim importante a escolha do “actor” encarregue de interpretar esse novo espírito – a população que habitará este novo espaço urbano, no Pós-Primeira Guerra Mundial, será assim predominantemente jovem, não tumultuosa e já com alguma qualificação profissional, reunindo as condições para aderir ao apelo voluntarista desta nova forma de vida e inaugurar uma relação nova com a natureza e consigo próprio.

«Arquitectura e urbanismo (...) são um único problema e não questões separadas (...). As minhas cidades são “cidades verdes”. As minhas casas oferecem sol, espaço, verde. Para atingir uma tal riqueza (...) toma-se necessário reunir grupos de duas mil pessoas. Assim, cada indivíduo poderá encontrar-se rapidamente no seu alojamento, onde será acolhido por um total silêncio e um total isolamento (...). Assim serão as cidades verdes: distâncias reduzidas ao mínimo, trânsito organizado, o automóvel separado dos peões»¹⁹.

Inerente ao projecto Moderno encontrava-se uma proposta de “mudança de escala”. «*A arquitectura é a arte do território*». Os valores estéticos deixaram de estar associados a uma dimensão individualista e algo “artesanal” que dominou o fazer arquitectónico durante séculos, para uma dimensão territorial

¹⁸ LOURDES, Maria de; RODRIGUES, Francisco Castro (trad.). *A carta de Atenas*. in *Arquitectura: Revista de arte e construção*, nº 21, Mar. 1948, p. 23.

¹⁹ LE CORBUSIER, algumas frases por ele citadas na televisão francesa em 1959, in DORFLES, Grillo. *A Arquitectura Moderna*, Lisboa: Edições 70, 1986, p. 60.

relacionada com toda a ecossfera humana²⁰. Pela primeira vez a arquitectura estava associada a uma dimensão urbana. O sentido de responsabilidade administrativa terá assim um importante papel a desempenhar²¹ numa luta em favor dos interesses colectivos que constituem o “bem comum”, e de fiscalização dos interesses privados²².

Enquanto “arte do território”, o projecto Moderno assumia-se como tentativa de controlo do processo de crescimento urbano – não apenas como um desenho urbano, mas como um método para equilibrar as necessidades vitais dos indivíduos de assegurar o desenvolvimento colectivo harmonioso ao longo das décadas²³.

²⁰ A confluência dos elementos naturais e artificiais, urbanísticos e do território, antropológicos e ambientais que dizem respeito ao habitat dentro do qual se desenvolve a actividade social do homem.

²¹ «*A marcha dos acontecimentos será fundamentalmente influenciada pelos factores políticos, sociais e económicas. Não é suficiente que a necessidade do “estatuto do solo” e de certos princípios de construção, apenas sejam admitidos. É preciso, ainda, para passar da teoria à prática, o concurso dos seguintes factores: um poder político tal como se deseja, clarividente, convicto, decidido a realizar as melhores condições de vida, elaboradas e expressas nos planos; uma população esclarecida para compreender, desejar, reclamar o que os especialistas planearam para ela; uma situação económica que permita empreender e fazer prosseguir os trabalhos, dos quais alguns serão consideráveis. É possível, no entanto, mesmo numa época onde tudo tenha caído ao mais baixo grau, onde as condições políticas, morais e económicas sejam as mais desfavoráveis, que a necessidade de se construírem abrigos decentes apareça de repente como uma imperiosa obrigação e que venha dar ao político, ao social e ao económico o fim e o programa coerentes que justamente lhes faltavam.*»

LOURDES, Maria de; RODRIGUES, Francisco Castro (trad.). *A carta de Atenas*. in *Arquitectura: Revista de arte e construção*, nº 31, Jun./Jul. 1949, p. 18.

²² «*A violência dos interesses privados provoca uma desastrosa ruptura de equilíbrio entre o impulso das forças económicas dum lado, e a fraqueza do controle administrativo e a impotente solidariedade social, do outro. O sentimento da responsabilidade administrativa e o da solidariedade social são batidos diariamente em toda a linha pela força viva e incessantemente renovada do interesse privado. Estas diversas fontes de energia estão em contradição perpétua e logo que uma ataca a outra defende-se. Nesta luta, infelizmente desigual, o interesse privado triunfa a maior parte das vezes, assegurando, em detrimento dos fracos o sucesso dos mais fortes. Mas do próprio excesso do mal sai por vezes o bem e a imensa desordem material e moral da cidade moderna terá talvez por resultado fazer enfim surgir este estatuto da cidade que, apoiado sobre uma forte responsabilidade administrativa, virá a instaurar as regras indispensáveis à protecção da saúde e da dignidade humana.*»

LOURDES, Maria de; RODRIGUES, Francisco Castro (trad.). *A carta de Atenas*. in *Arquitectura: Revista de arte e construção*, nº 30, Abr./Maio 1949, p. 15.

²³«*A marcha dos acontecimentos será profundamente influenciada pelos factores políticos, sociais e económicos.*»

LOURDES, Maria de; RODRIGUES, Francisco Castro (trad.). *A carta de Atenas*. in *Arquitectura: Revista de arte e construção*, nº 31, Jun./Jul. 1949, p. 17.

«*No dia em que a Administração intervier para endireitar a situação, chocar-se-á com obstáculos insuportáveis e arruinar-se-á em vão. É antes do aparecimento dos subúrbios que a Administração se deve apoderar da gestão do solo que envolve a cidade, a fim de assegurar os meios propícios a um desenvolvimento harmonioso (...) elas não somente têm vindo a aumentar, como muitas vezes são renovadas no decurso dos séculos, e isso sobre o mesmo solo. A era da máquina, modificando brutalmente certas condições centenárias, conduziu-as ao caos. A nossa tarefa actualmente é arrancá-las à sua desordem por planos onde esteja previsto o escalonamento dos empreendimentos, no tempo.*»

LOURDES, Maria de; RODRIGUES, Francisco Castro (trad.). *A carta de Atenas*. in *Arquitectura: Revista de arte e construção*, nº 23, Maio/Jun. 1948, p. 40.

«*É da mais urgente necessidade que cada cidade estabeleça o seu programa, promulgando leis que permitam sua realização. (...) terá o direito de autorizar... ou de proibir... e favorecerá todas as iniciativas justamente planeadas, mas velará para que elas se inscrevam no plano geral e estejam sempre subordinadas aos interesses colectivos, que formem o bem público.*»

«O urbanismo exprime a maneira de ser de uma época»²⁴. Imbuído de um espírito voluntarista e paternalista, o urbanismo é chamado para conceber as regras necessárias para assegurar aos cidadãos as condições de vida ideais. Divide-se o espaço urbano em quatro categorias: *residência, trabalho, lazer e circulação*.

«O urbanismo tem quatro objectivos, que são estes: primeiramente, assegurar aos homens alojamentos saudáveis, isto é, lugares onde o espaço, o ar puro e o sol (estas três “condições essenciais da natureza”), estejam largamente assegurados; em segundo lugar, organizar os locais de trabalho, de maneira que este em vez de ser uma sujeição penosa, retome o seu carácter de actividade humana natural; em terceiro lugar, prever as instalações necessárias à boa utilização das horas livres, tomando-as benéficas e fecundas; em quarto lugar, estabelecer o contacto entre essas diversas organizações por meio de uma rede circulatória, que assegure as trocas e ao mesmo tempo respeite as prerrogativas de cada um. Estes quatro objectivos são as quatro chaves do urbanismo»²⁵.

Em síntese, depois de um planeamento territorial, sob o magistral escudo das condições da natureza: sol, espaço e vegetação, ao homem era destinada a missão de habitar, trabalhar e cultivar quer o corpo, quer o espírito. Visava-se não só a protecção da pessoa humana, mas também dar-lhe os meios para um aperfeiçoamento crescente.

Esta nova dimensão urbana colocava pela primeira vez, o público em geral perante novas concepções de espaço, onde os velhos sistemas de propriedades deixam de existir e a terceira dimensão (altura) adquire uma importância extrema – quer na determinação do esquema de circulação, quer para a definição da atmosfera urbana.

«Na pretensão de fazer cair as máscaras, a experiencia modernista forja-se na criação maior da máscara da “verdade”. O discurso moderno garante que aquilo que é dito pode ser sempre referido a “todos nós”»²⁶.

Segundo o pensamento Moderno, *«o interesse privado [deverá ser] subordinado ao interesse colectivo»²⁷*. O homem, actor do “espírito novo”, viverá entre a conciliação frutífera dos dois princípios contraditórios que regem a personalidade humana: o individual e o colectivo. Assim, desejo de planeamento urbano, será mais cumprido quando permita, com o máximo de liberdade individual, *«esplendor do indivíduo*

LOURDES, Maria de; RODRIGUES, Francisco Castro (trad.). *A carta de Atenas*. in *Arquitectura: Revista de arte e construção*, nº 31, Jun/Jul, 1949, p. 17.

²⁴ LOURDES, Maria de; RODRIGUES, Francisco Castro (trad.). *A carta de Atenas*. in *Arquitectura: Revista de arte e construção*, nº 30, Maio 1949, p. 15.

²⁵ *Idem*, p. 16.

²⁶ FIGUEIRA, Jorge. *A Noite em Arquitectura*, Lisboa: Relógio D' Água Editores, 2007, p. 135.

²⁷ LOURDES, Maria de; RODRIGUES, Francisco Castro (trad.). *A carta de Atenas*. in *Arquitectura: Revista de arte e construção*, nº 32, Set. 1949, p. 16.

*no quadro do civismo»*²⁸. O homem foi transformado num elemento construtivo da sociedade que o suporta. Com as estratégias de planeamento urbano dispunha-se assim a subverter os interesses económicos capitalistas em favor do benefício social colectivo.

Da opção pelo colectivo resulta a reformulação da concepção do espaço público. Ao inverter a tradicional proporção entre espaço livre e espaço construído, o Movimento Moderno foi alvo das mais duras críticas e condenações.

[Ao contrário da cidade clássica europeia que herdamos, com o Movimento Moderno], *«as ruas e as praças foram esvaziadas de uma massa bastante compacta de edifícios de média altura. As fachadas dos edifícios podiam não ser completamente contínuas, mas com a excepção de algumas marcas ocasionais no terreno pareciam um cenário unitário, ainda que articulado, para os espaços abertos recortados nelas. Viravam-se de frente para esses espaços e extraíam deles a sua identidade. Eram estas ruas e praças que constituíam a estrutura da cidade, designadas e notáveis, recipientes vitais da vida pública. As proporções, características e ligações destes vazios públicos eram o carácter da cidade. Mais do que qualquer outra coisa, os edifícios eram fachadas que continham e decoravam esses espaços. Esta estrutura espacial pode ser uma estrutura ordenada e geométrica, ou uma estrutura mais irregular e semelhante a um labirinto»*²⁹.

*«O “espírito novo” da utopia moderna, primeira aurora da razão entre brumas, postulou um projecto para a cidade do século XX, redutor nos seus elementos expressivos, amputado de recordações, cativo e prisioneiro da ideia, inaugurando a nova dimensão do tempo e transformou-se em utopia negativa, em lugar sem residência aprazível, a cidade Moderna mitificou a máquina, deificando-a como mediação abstracta para a habitar e comunicar-se, a dizer a verdade nunca saberemos a que se chamou cidade Moderna»*³⁰.

A perda da legibilidade do espaço urbano, da proporcionalidade em relação á escala humana é das principais objecções. Na nova estrutura organizada segundo as funções modernas, os edifícios tomam-se elementos isolados, as ruas alastra-se pelo espaço entre os edifícios perdendo a sua forma e tornando-se um pano de fundo neutro sobre o qual pousam os objectos. Toda a estrutura urbana reformula-se no acentuar de condições bipolares: público/privado, movimentado/calmo, exterior/interior, aberto/fechado.

O pensamento tradicional que o estruturava o espaço publico, segundo uma lógica simbólica, tipológica e morfológica deixa de fazer sentido. Ao nível da promoção, o que antes era tarefa exclusiva das instituições políticas, económicas e religiosas que procuravam locais dignos para a sua representatividade, passa a ser responsabilidade dos agentes privados – mais uma vez acentua-se o ideal de equidade entre todos os cidadãos, sob a institucionalização de uma ordem vigente.

²⁸ LOURDES, Maria de; RODRIGUES, Francisco Castro (trad.). *A carta de Atenas*. in *Arquitectura: Revista de arte e construção*, nº 20, Fev., 1948, p. 24.

²⁹ LYNCH, Kevin. *A Boa Forma da Cidade*, Lisboa: Edições 70, 1999, p. 380.

³⁰ ALBA, Antonio Fernadez. *Esplendor y Fragmento*, Madrid: Biblioteca Nueva, 1997, p. 111, tradução livre.

«Aonde antes falávamos de espaço público, falamos agora de espaço relacional»³¹.

A lógica do urbanismo Moderno – a máquina da boa organização – assentava numa operação de zoneamento que ordenaria todas as funções o seu devido lugar. Tentava-se assim assegurar para todos os indivíduos os mesmos direitos e as mesmas condições de vida e de bem-estar. Apelava-se mais uma vez á lógica do planeamento do conjunto em detrimento de decisões fragmentárias ou opções individuais.

«A circulação tornou-se hoje uma função primordial da vida urbana»³².

Do conflito e da impossibilidade de conciliar a velocidade natural de um pedestre, com a velocidade mecânica de um automóvel, a ideologia Moderna propõe uma hierarquização das vias de circulação em função dos meios de deslocação das suas velocidades. Vias principais, ruas de trânsito, ruas residenciais de acesso às habitações e caminhos de passeio terão tratamentos diferenciados. Assim, as grandes avenidas de trânsito não terão qualquer contacto com as habitações, deverão ser isoladas com zonas de vegetação e servirão a rede de circulação regional; as ruas de trânsito organizaram a rede de distribuição geral da cidade/urbanização; as de acesso às habitações terão as velocidades controladas para não devassar as habitações e o convívio com os pedestres; para os pedestres passaram a estar reservados percursos, com atmosferas particulares, rigorosamente separados dos automóveis.

As construções, evitando os ruídos, as poeiras e os gases nocivos, serão agora afastadas dos cruzamentos. Terão lugares próprios para a sua localização e deverão ser implantadas numa posição perpendicular em relação à rua de trânsito evitando o contacto directo entre a janela e o automóvel. «A casa, a partir de então, não estará jamais, soldada à rua pelo seu passeio. A habitação erigir-se-á no próprio meio onde desfrutará de sol, de ar puro e de silêncio»³³.

«Todo bairro de habitação deve comportar a superfície verde necessária para a distribuição racional dos jogos e desportos das crianças, dos adolescentes e dos adultos»³⁴.

De acordo com este princípio, os volumes edificados serão cercados por amplas superfícies verdes, onde a presença da água e da arborização constituem parte integrante da composição. Estas superfícies verdes não se destinam ao «deleite de alguns privilegiados», à compartimentação em pequenas parcelas de uso privado, como acontecia nas cidades-jardins, mas ficariam reservadas para o desenvolvimento de actividades de lazer colectivas, constituindo-se como um prolongamento “social” da habitação. Apostando num papel útil, em deferimento do mero embelezamento da cidade, estes espaços serão ocupados por:

³¹ GAUSA, Manuel. *Spaces: Collective or Relational (formerly Public) Space*, in *The Metropolis Dictionary of Advanced Architecture*, Barcelona: Actar, 2003, p. 562, tradução livre.

³² LOURDES, Maria de; RODRIGUES, Francisco Castro (trad.). *A carta de Atenas*. in *Arquitectura: Revista de arte e construção*, n.º 28, Jan. 1949, p. 16.

³³ LOURDES, Maria de; RODRIGUES, Francisco Castro (trad.). *A carta de Atenas*. in *Arquitectura: Revista de arte e construção*, n.º 22, Abr. 1948, p. 24.

³⁴ LOURDES, Maria de; RODRIGUES, Francisco Castro (trad.). *A carta de Atenas*. in *Arquitectura: Revista de arte e construção*, n.º 26, Set. 1948, p. 9.

«centros de entretenimento, serviços médicos, creches³⁵», «organizações pré ou pós escolares, círculos de juventude, centros de repouso intelectual ou de cultura física, salas de leitura ou de jogos, pistas de corridas ou piscinas ao ar livre»³⁶. Para uma ingerência decisiva na qualidade de vida do Homem, privilegia-se o contacto livre e quotidiano em detrimento do uso sazonal.

No que respeita aos locais de trabalho, previa-se, assim com em tudo o resto, uma organização e distribuição racional destas actividades: espaços de negócios, artesanato, e comércio em zonas centrais, próximas do maior número de pessoas; a indústria, deveria ser relegada para zonas externas devido aos gases e ruídos normalmente associados. Pretende-se, contudo, reduzir ao mínimo as distâncias entre os locais de trabalho e de habitação.

[A célula habitacional, a «máquina de habitar», será ordenada] «segundo o mesmo princípio de funcionalidade com que se propunha ordenar todo o espaço da cidade. Percorrendo a Carta de Atenas, verifica-se que (...) a concepção do alojamento é parte de uma concepção de todo um modo de vida urbano que pretende imprimir ruptura, que pretende representar o “espírito novo”. O homem que habitará esse alojamento será um actor desse “espírito novo” que é necessário construir»³⁷.

A associação da casa á ideia da máquina, mais do que uma concepção física, pode ser associada a uma ideologia política – «um destruidor de fronteiras de classes e nacionais e um criador de uma fraternidade democrática e colectiva (...) para uma nova ordem social a construir»³⁸.

[Para além da] «maior economia ao nível do trabalho, que a máquina permite, (...) [tem] também a sua qualidade universalizante, abstracta. Porque é impessoal, a máquina obriga a uma certa igualdade entre os homens e conduz à evolução da arte “rumo ao abstracto e ao universal... à realização, através de um esforço comum e de uma concepção comum, de um estilo colectivo”^{39,40}.

Cumprindo o postulado de uma máquina e num mundo onde tudo girava a uma velocidade incrível, a casa, ou neste caso, o grande imóvel de habitação, deveria ser separado do chão, permitindo, ao mesmo tempo, que todo o espaço colectivo passe por debaixo dele. Da qualidade universal da máquina “retirava-se” a indiferenciação hierárquica das fachadas. As construções deveriam ser implantadas a grande distância umas das outras e realizadas em altura, pois só assim se permitia satisfazer as necessidades básicas de higiene física fundamentais: insolação, ar e espaço livre.

³⁵ LOURDES, Maria de; RODRIGUES, Francisco Castro (trad.). *A carta de Atenas*. in *Arquitectura: Revista de arte e construção*, nº 23, Maio/Jun. 1948, p. 39.

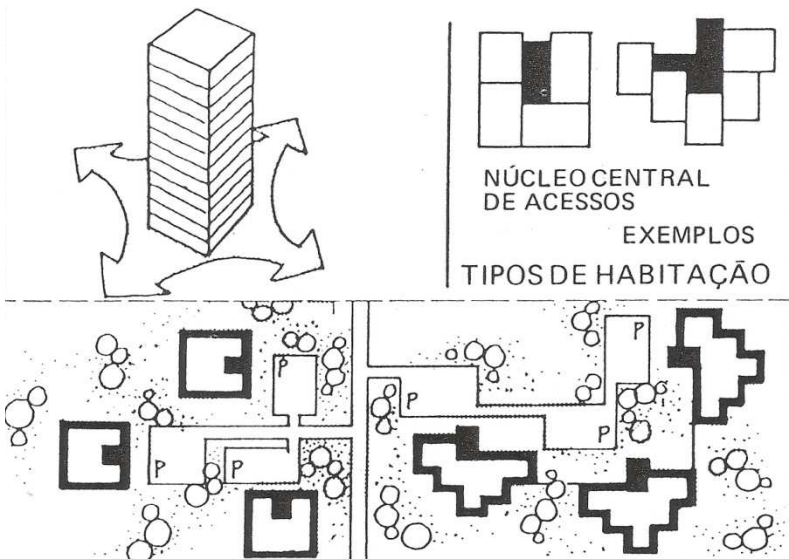
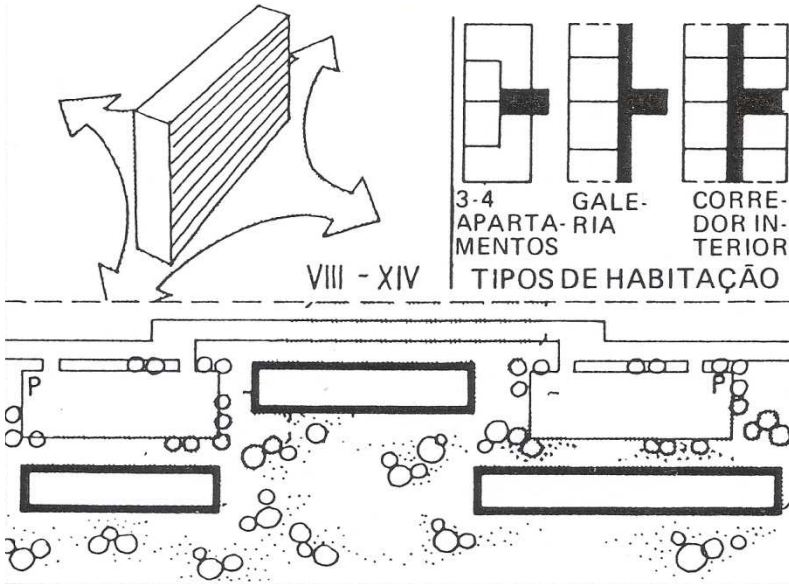
³⁶ LOURDES, Maria de; RODRIGUES, Francisco Castro (trad.). *A carta de Atenas*. in *Arquitectura: Revista de arte e construção*, nº 26, Ago./Set. 1948, p. 29.

³⁷ ALMEIDA, Paula. *Habitação: a Produção de um Conceito*, in *Sociedade e Território*, nº20, Abr. 1994, p. 111.

³⁸ JENKS, Charles. *Movimentos Modernos em Arquitectura*, Lisboa: Edições 70, 1992, p. 36.

³⁹ DOESBURG, Theo van. *Vers um Style Collectif*, *Bulletin de l'effort moderne*, vol.1, nº 4, 1924, p. 16.

⁴⁰ JENKS, Charles. *Movimentos Modernos em Arquitectura*, Lisboa: Edições 70, 1992, p. 36.



1.2 A obra do arquitecto Fernando Silva

Ao analisar obra do Arquitecto Fernando Silva, desconhecida na sua totalidade até à apresentação da Tese de Mestrado da autoria da arquitecta Isabel Monteiro⁴¹, foi possível identificar características constantes em todos os seus projectos, facto que nos leva a encarar a sua obra como um possível caso de construção de um “modelo”.

Toda a obra do arquitecto Fernando Silva⁴² surge na sequência daquilo que foram as várias apropriações que a obra Moderna foi sofrendo por todo o mundo, desde os anos 20 do século XX até ao advento e posterior consolidação dos valores Pós-Modernos. A nível nacional, permite-nos fazer um percurso desde a introdução dos valores da Modernidade, verificar os seus cruzamentos, até á incorporação desse discurso no quotidiano urbano.

A obra realizada entre 1944⁴³ até 1983⁴⁴ aponta para uma posição de adaptação às reais possibilidades de concretização do projecto Moderno, escapando à radicalidade abstracta das propostas dos anos 20 e da sensualidade escultórica das propostas lineares internacionais. Esse pragmatismo que se expressa na sua obra assenta sobretudo numa crença urbana – um dos seus temas preferidos de investigação.

Quando a obra é inserida no contexto urbano da cidade consolidada (Lisboa), a pesquisa centra-se na resolução do programa interior, não descurando, contudo, a relação que o edifício estabelece com a rua.

A tentativa de criar uma nova relação entre o interior do logradouro e a rua é notória, sendo os amplos e luminosos vestíbulos de entrada exemplo disso. Ao nível da escala, as suas obras «*projectaram a cidade de Lisboa, para uma outra dimensão urbana, nunca antes experimentada*»⁴⁵.

O fascínio inerente ao tema da cidade-ideal é evidente, mas a realidade resumiu-o à realização de urbanizações-satélite, participantes no crescimento suburbano da AML – a utopia possível. Nas Urbanizações da Portela, Sassoeiros, Alto da Barra e Quinta dos Condes de Carnide, a opção urbana atinge os momentos de maior intensidade. O urbanismo, assente na resolução hierárquica do programa urbano e na definição formal esquemática dos sectores habitacionais é chamado para a concepção das regras necessárias. Visa-se assegurar, aos moradores, as condições de vida necessárias, não somente a sua saúde física mas, também, a

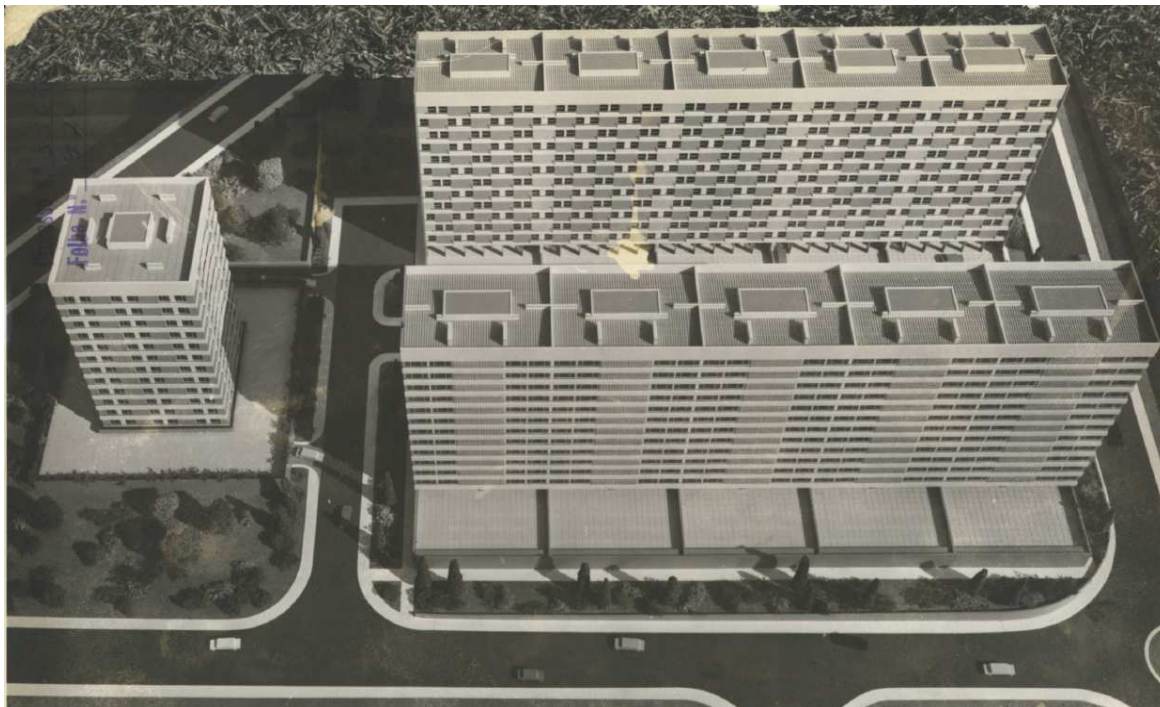
⁴¹ MONTEIRO, Isabel. *A obra do arquitecto Fernando Silva (1914-1983): um arquitecto da "geração esquecida"*, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007. (policopiado)

⁴² Sobre estes assunto ver: MENEZES, Salvador. *Não me tragam estéticas! Não me falem em moral! - Fernando Silva: Prémios e Publicações* (trabalho realizado no âmbito do Laboratório de Cultura Arquitectónica Contemporânea orientado pela Doutora Ana Vaz Milheiro).

⁴³ Ano em que conclui o curso de Arquitectura na Escola de Belas Artes do Porto.

⁴⁴ Ano da sua morte. Há a destacar que Fernando Silva, até a data da sua morte manteve um atelier bastante activo, sendo o trabalho na Urbanização Quinta dos Condes de Carnide a sua última obra (terminada pelos seus colaboradores).

⁴⁵ MONTEIRO, Isabel. *A obra do arquitecto Fernando Silva (1914-1983): um arquitecto da "geração esquecida"*, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007, p. 260 (policopiado)



[04] . Fotografia da maquete da Urbanização da Portela.

sua saúde moral e a alegria de viver. Ao nível do desenho, todos os princípios seguidos têm como base os ideais expressos na Carta de Atenas: demarcação de amplas áreas verdes para uso comunitário⁴⁶; separação hierárquica do esquema de circulações urbana; implantação do edifício, perpendicularmente à rua, tendencialmente, separado do terreno⁴⁷ e seguindo os princípios da clareza e repetição tipológica; e crença na construção de uma imagem urbana unitária⁴⁸. A ideia da tábua rasa é também aplicada, pois os sinais que os sítios (anteriores terrenos agrícolas) transmitiam não eram consentâneos com as novas exigências da vida moderna.

A maioria dos clientes, do Fernando Silva, eram influentes empresários frequentemente associados a investimentos estrangeiros, que viam na estrutura empresarial do seu ateliê, a competência e o rigor necessários para gerir estes grandes empreendimentos. A encomenda destes grandes promotores privados, possibilitou-lhe o contacto com engenheiros e empresas especializadas na construção.

Como diria Le Corbusier, a arquitectura só seria Moderna se exprimisse o novo espírito da civilização industrial. Assim, no pragmatismo da sua obra, foram experimentados sistema de construção, à altura, inovadores. A concepção arquitectónica vivia cada vez mais em função do material utilizado, e o sistema de “cofragem túnel”⁴⁹ corresponde ao período da generalização do uso do betão armado, irá funcionar como elemento inspirador e regulador do espaço arquitectónico. A repetição modular as paredes em betão possibilitou a exploração de grandes superfícies horizontais envidraçadas que caracterizam a obra deste arquitecto. A pré-fabricação, inserida num enquadramento progressista, permitiu uma maior economia de meios, a exploração até ao detalhe e o cumprimento rigoroso de todos os elementos da construção.

«A primeira das funções que devem atrair a atenção do urbanismo é habitar e... habitar bem»⁵⁰.

Ao longo do seu percurso profissional o programa habitacional colectivo foi aquele atingiu um nível de depuração mais assinalável⁵¹.

«Em qualquer uma das suas concretizações, reduziu cada problema aos seus termos mínimos, ao essencial, mantendo invariável aquilo que não necessitava de ser mudado e variando apenas o que julgou necessário para responder às exigências de cada caso específico»⁵². A sua obra é a demonstração que o processo de Modernidade ainda não está esgotado. No que respeita á disposição interna do fogo, porque é

⁴⁶ Em muitas situações, o espaço que seria reservado para áreas verdes, hoje, é ocupado por lugares de estacionamento automóvel.

⁴⁷ A livre circulação do rés-do-chão é comprometida pela instalação de gradeamentos, quer para impedir o acesso público, quer mesmo entre os moradores.

⁴⁸ Ideia que retoma uma filosofia da Lisboa pombalina.

⁴⁹ Sobre este assunto ver em anexo: *Memória descritiva dos engenheiros do betão, Nuno Patricio e Boadita Ferrão em Junho 1977.*

⁵⁰ LOURDES, Maria de; RODRIGUES, Francisco Castro (trad.). *A carta de Atenas.* in *Arquitectura: Revista de arte e construção*, nº 31, Jun./Jul. 1949, p. 18.

⁵¹ Sobre estes assunto ver: FÉLIX, Débora. *Apartamentos para a Classe Média - A Habitação Colectiva de Fernando Silva.* (trabalho realizado no âmbito do Laboratório de Cultura Arquitectónica Contemporânea orientado pela Doutora Ana Vaz Milheiro).

⁵² MONTEIRO, Isabel. *A obra do arquitecto Fernando Silva (1914-1983): um arquitecto da "geração esquecida"*, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007, p. 260. (policopiado)



[05] . Fotografia de edifícios em bloco na Urbanização da Portela.

uma “máquina de habitar”, os critérios económicos são os mais notórios, tanto ao nível construtivo, como ao nível organizacional. Embora exista em alguns casos uma separação entre a entrada das zonas de serviços e das zonas públicas, procura-se uma minimização das circulações internas assim como uma fluidez entre as várias assoalhadas (união entre a sala de estar e de jantar). As suas habitações, consideradas por alguns como “burguesas”, principalmente as construídas no tecido citadino de Lisboa, devem a sua ambígua organização às exigências do cliente. É nos entanto nas obras realizadas num contexto periférico que a organização interna do fogo apresenta características expressamente Modernas. A clareza e a repetição modular do fogo era complementada, assim como postulado na Carta de Atenas, com a vivência dos espaços de convívio colectivos e todo o ambiente urbano criado de raiz.

«Numa introdução sempre subtil, de excepções, na procura constante da justa medida, em função da lógica interna do edifício e do seu papel urbano, toda a concepção do bloco é extremamente simples, conseguida com a variação dos planos (...) que reflectem sem artificios o funcionamento interno e com a predominância horizontal imposta pela sequência dos vãos, marcada pelo contraste das faixas intercaladas a duas cores de mosaicos EVINEL, característica comum nos edifícios de Fernando Silva»⁵³ MONTEIRO, Isabel

Em toda a obra do arquitecto Fernando Silva é evidente a estabilização de duas tipologias [04] que irão servir de modelo para todas as Urbanizações estudadas no capítulo 3 desta dissertação: o edifício isolado, tipo torre [06], e o grande bloco [05].

O grande bloco caracteriza-se pelo seu grande comprimento, a altura varia entre os oito e 11 andares, e a profundidade entre os 12 e 15m. Em cave são previstos os lugares de estacionamento e arrecadações privativos para cada inquilino. Cada bloco é assim assumido como um elemento solto do terreno e assente sobre um piso vazado, ocupado apenas pela habitação da porteira e sala de condomínio.

O pragmatismo da organização interna é evidente, sendo claramente influenciada pelo sistema construtivo – esquema de dois fogos simétricos por piso tipo esquerdo/direito, quando usado o sistema de pilar viga de betão; galeria interior ao longo de todo o bloco, servindo de acesso a oito ou 12 fogos, quando usado o sistema de “cofragem túnel”.

Nos casos em que é usado o esquema esquerdo/direito, cada fogo dispõe de duas fachadas com aberturas, respondendo claramente às preocupações higiénicas (ventilação e iluminação) impostos pela legislação e decorrentes da Carta de Atenas. Quando adoptado o sistema de galeria de acessos interiores, cada fogo dispõe apenas de uma fachada com aberturas, sendo os inconvenientes minimizados com as grandes aberturas que correm ao longo de toda a largura das assoalhadas. Estes dois sistemas apresentam uma fácil rapidez de construção, o primeiro permite a divisão do bloco em vários lotes que poderão ser vendidos e posteriormente construídos por construtoras diferentes, o segundo, pela repetição da mesma

⁵³ *Idem*, p. 120.



[06] . Fotografia de edifícios em torre na Urbanização da Portela.

tipologia de fogo apresenta-se mais vantajoso quando construído numa única empreitada. Os elementos pré-fabricados são frequentes, não só pela economia de custos e tempos, mas também por possibilitarem o controlo do elemento construtivo até ao detalhe.

No que respeita à implantação, o bloco é colocado, maioritariamente, de uma forma perpendicular à rua de tráfego automóvel, reservando as duas fachadas de dimensão inferior como elemento de protecção em relação ao ruído e à poluição.

O edifício é tratado como um elemento solto do terreno. Duas estratégias são usadas para conseguir este “efeito”: o uso de pilares aparentes no rés-do-chão, com a habitação da porteira e o átrio de acessos recuados em relação ao volume do edifício, transformando-se no único elemento que ocupa a superfície pública; uso da dimensão do volume das garagens (normalmente semi-enterrado), que ocupa toda a largura do lote, como contraponto a um volume de escala mais reduzida (bloco de habitação), fazendo-se salientar a leveza deste em relação ao “embasamento”. Ao nível do tratamento da fachada, joga-se com a repetição horizontal entre janela e parede como estratégia para “confundir” o olhar. Em ambas as situações, a habitação da porteira é colocada numa posição estratégica que permita o controlo da entrada quer de serviço, quer a do vestíbulo principal.

O edifício em torre, pela sua forma ortogonal com dimensões que variam entre os 20 e 25m assume-se como um elemento autónomo em relação à envolvente.

Cada torre, com uma altura que varia entre os nove e os 12 pisos, contem um núcleo de acessos central constituído por uma caixa de escadas e dois elevadores (comportando também a condução de descarga de lixos), presenteando, em cada piso, o acesso a quatro fogos de igual tipologia.

Ao nível da sua localização no Plano de Urbanização, estes edifícios ocupam zonas centrais, sendo implantados no meio de amplas zonas verdes arborizadas. Esta opção, permite a cada fogo usufruir de amplas paisagens, alargadas a todo o contorno do fogo. Construindo-se como um elemento pontual, é dispensável o uso de um piso vazado, sendo este ocupado maioritariamente por áreas de acessos, serviços comuns ou espaços de comércio. A cobertura do espaço de estacionamento (enterrado) constitui-se como um espaço de logradouro, possibilitando o recreio como complemento dos espaços comuns encerrados.

No que diz respeito à organização interna de cada fogo, o espaço de estar é colocado estrategicamente num dos cantos do bloco, para assim usufruir de duas fachadas com possibilidade de abertura. Cada fogo, com uma área normalmente inferior à dos fogos em banda, usufruí de amplos terraços e varandas, constituem-se, estas zonas abertas, como prolongamento do fogo – áreas para usufruir da sofisticada vida Moderna. Segundo esta organização interna, as fachadas exteriores não apresentam uma hierarquia, sendo o seu tratamento exterior igual.

A organização funcional do programa e a articulação estrutural da disposição interna do fogo ditam a organização das fachadas. À primeira vista são estes os elementos que mais se evidenciam. Pela sua depuração formal, a sua austeridade e rigor construtivo organizadas segundo uma rígida métrica são facilmente passíveis de ser reproduzidos *ad aeternum*.



[07] . Fotografia do edifício Entreposto (em cima), edifício Rua Maria Velede e edifício da Praça de Alvalade, edifícios da autoria do arquitecto Fernando Silva.

Estes elementos que caracterizam plasticamente estas obras resultam da aplicação e da exploração de uma indústria de construção que já apresentava um catálogo de soluções amplamente diversificado, capaz de responder eficazmente às solicitações quer estéticas, quer funcionais. A resistência construtiva destes edifícios deve-se à coerência e à repetição de soluções que são afinadas até ao limite. Os acabamentos são boa qualidade por se revelarem, a longo prazo, mais económicos. Mais uma vez, a sociedade e a técnica expressa-se através da obra.

Da exploração de amplas zonas de varanda resulta a marcação de elementos horizontais que caracterizam estas obras. O elemento “vazio” – janela ou varanda, contrasta com um “cheio” que serve de guarda e protecção da privacidade do espaço interior.

O cuidado da caracterização plástica exterior é evidente, sendo a cortina de remate da cobertura o elemento mais visível, anulando a evidência das inevitáveis saliências das caixas de escadas e máquinas dos ascensores.

No que respeita aos materiais usados, o betão predomina nos elementos pré-fabricados de enchimento de paredes (estes elementos não necessitam de um acabamento posterior, podendo ser directamente pintados); as paredes divisórias sem função resistente são em alvenaria de tijolo, rebocada e posteriormente pintada; as caixilharias das janelas, as portas de acesso exterior e as guardas das varandas são em alumínio anodizado de cor natural; os estores, em régua de plástico de cor branca; o revestimento dos pavimentos das zonas húmidas é em mosaico cerâmico, nos quartos e sala são em alcatifa prensada; as carpintarias interiores são em madeira. Como revestimento exterior é frequente o uso de mosaico tipo *EVINEL* com duas cores contrastantes que acentuam a divisão bipartida das fachadas.

Para um fácil manutenção são frequentes a recorrência a courettes visitáveis. Para a ventilação das instalações sanitárias e dos parques de estacionamento são utilizados sistemas de extracção mecânica devidamente homologados.

Outra tipologia muito frequente nestas Urbanizações é o centro comercial. Símbolo de uma nova sociedade de consumo que estava a nascer e da especulação económica, estes espaços ocupam áreas centrais. Esta “nova” tipologia será tratada como mais um elementos do sistema urbano, requerendo o mesmo tipo de tratamento/exploração que um bloco habitacional. O centro comercial pode assumir duas tipologias distintas: ocupando o rés-do-chão de edifícios habitacionais ou assumindo-se como uma elemento isolado (é mais comum esta última tipologia).



[08] . Américo Tomás lê ao País a sua mensagem sobre a nomeação de Marcello Caetano para o cargo de Presidente do Conselho, uma escolha que não tinha sido do seu agrado.

CONTEXTO DA ÉPOCA – DA PRIMAVERA MARCELISTA ATÉ À ENTRADA DE PORTUGAL PARA A UNIÃO EUROPEIA

2.1 «Salazar cai da cadeira, Marcello senta-se»⁵⁴

A 27 de Setembro de 1968, estando Salazar (1889-1970) incapacitado por doença para o exercício de funções, o Presidente da República Américo Tomás (1894-1987), depois de consultar personalidades de várias áreas, indigita Marcello Caetano (1906-1980) para a presidência do Conselho de Ministros [08]. Marcello tentou imprimir à governação, um novo ritmo, um novo estilo e, sobretudo, o cumprimento de um novo programa político que afastasse Portugal do Salazarismo. Com a chegada de Marcello à chefia do Governo, assiste-se a uma genuína e generalizada esperança de mudança. Iniciou-se uma «nova» política que ficou conhecida por *primavera marcelista*⁵⁵ – reconhecida pelas ligeiras mudanças introduzidas rumo a uma maior

⁵⁴ PAÇO, António Simões do (edit.-coord.). *Os anos de Salazar: o que se contava e o que se ocultava durante o estado novo*, Lisboa: Centro Editor PDA, vol. 24, 2008.

⁵⁵ «Com a substituição de Salazar por Caetano, o regime deixava, pela primeira vez, de obedecer a uma chefia única e incontestada, para se dividir em dois pólos de poder: um centrado no chefe de Estado, o almirante Américo Tomás, homem de confiança dos sectores ortodoxos; o outro centrado no chefe de Governo, de há muito conhecido pelos seus propósitos reformistas. É possível distinguir duas fases principais deste período: uma primeira, até finais de 1970, de relativa abertura e criação de expectativas liberalizantes, [promoveu-se o regresso de exilados políticos (como o bispo do Porto), a PIDE foi substituída pela Direcção Geral de Segurança iniciando um abrandamento da censura, lançou-se uma política de desenvolvimento, preparou-se legislação sindical, promoveu-se uma reforma educativa, melhorou-se a assistência social e foi permitido, em Maio de 1969, em Aveiro, o II Congresso Republicano, designado Congresso da Oposição Democrática] num quadro institucional de instável equilíbrio de poderes entre o chefe de Estado e o chefe de governo e num clima político de adiamento de escolhas essenciais para o futuro do regime; uma segunda, até à Revolução do 25 de Abril de 1974, de progressiva crispação repressiva, radicalização das oposições e isolamento e degenerescência das instituições, em consequência do impasse colonial». REIS, António. *Marcelismo*. in ROSAS Fernando (dir.), BRITO, José Maria Brandão de (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*, Venda Nova: Bertrand Editora, vol. 11, 1996.

abertura. Esta política contava com os apoios do sector reformista do regime, de uma nova geração de políticos que pretendia uma democracia próxima da dos outros regimes europeus, dos grupos financeiros que pretendiam uma abertura comercial à Europa, dos militares que pretendiam uma solução política para a guerra colonial, e da maior parte da opinião pública, cansada da guerra e da opressão.⁵⁶

Em termos de política económica, procurou-se uma política desenvolvimentista, pró-europeia, aberta ao desenvolvimento estrangeiro. Esta abertura foi-se fazendo progressivamente entre 1947, data em que assinou o Plano Marshall e o final do regime, com um marco importante em 1959, altura da adesão à EFTA⁵⁷ enquanto membro fundador. No seio da EFTA, reduziu-se de forma notória a protecção alfandegária. Mais tarde, em 1972, viria a assinar um acordo comercial com a Comunidade Económica Europeia, o qual proporcionou ainda uma maior abertura nas relações comerciais entre o País e os membros daquela comunidade. Efectivamente, Portugal participou nos movimentos de integração europeia que disseminaram-se pelo continente.⁵⁸

Esta progressiva abertura levou Portugal a beneficiar de dois efeitos conjugados. Por um lado, foi incentivador do investimento, sobretudo nos sectores vocacionados para a exportação – estes eram alguns dos sectores tradicionais de indústria ligeira, em particular os têxteis, o calçado e a cortiça. O outro impacto fez-se sentir essencialmente no grau de eficiência da economia. A abertura à economia europeia obrigou o Estado Novo a folgar muitas das restrições que colocava ao investimento industrial (e que implicavam uma certa ineficiência na afectação de recursos), beneficiando assim, o País, do crescimento económico então vivido na Europa.

«Entre os anos 50 e 1973, Portugal conheceu o mais rápido crescimento económico de toda a sua história contemporânea. [como se pode ver pela imagem [09], depois de aproximadamente um século e meio a atrasar-se (ou pelo menos a não recuperar terreno) relativamente às economias mais desenvolvidas do Mundo, o País entrou num processo de acentuada aproximação do seu nível de rendimento per capita em relação a elas. (...)

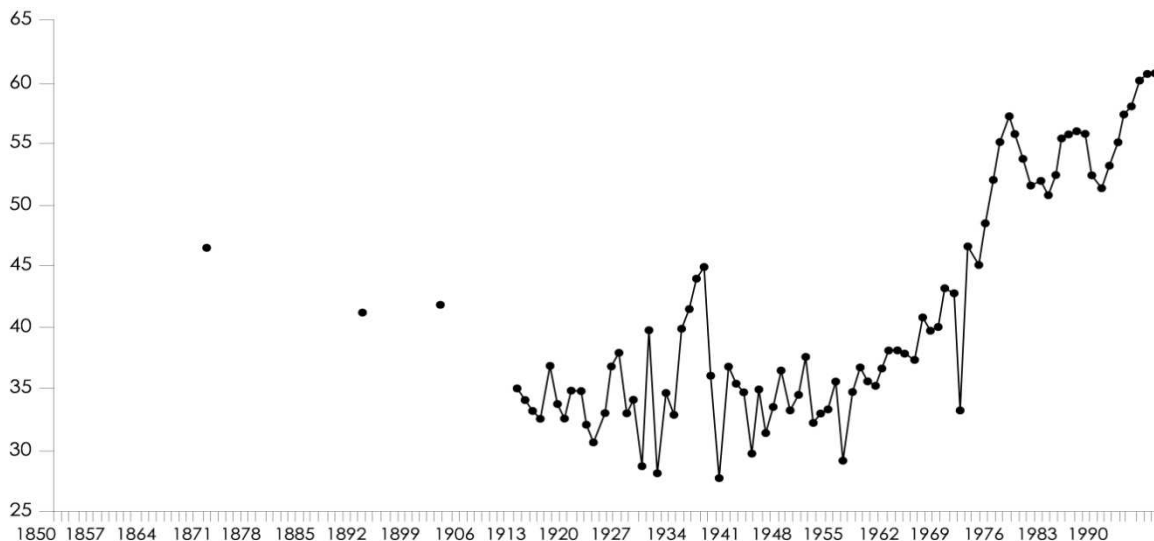
Em 1968, Portugal estava em pleno processo de acelerado crescimento. Nesse ano, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita cresceu aproximadamente 10%. Ao longo da década de

⁵⁶ Cf. PINTO, Ana Lúcia; NEVES, Maria Manuela Carvalho; Neves, Pedro Almiro (coord.) Cadernos de História A8 2ª parte, Porto: Porto Editora, 2009.

⁵⁷ EFTA – *European Free Trade Association*. A Associação Europeia de Comércio Livre foi negociada em 20 de Novembro de 1959, com a participação inicial da Grã-Bretanha, Dinamarca, Suécia, Noruega, Áustria, Suíça e Portugal, foi institucionalizada a 4 de Janeiro de 1960 e entrou em vigor em Maio desse ano.

⁵⁸ «Participou no Plano Marshall, lançado em 1947 que incluía a adesão à Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE). No seio da OECE, foi forçado a eliminar a maior parte das restrições quantitativas ao comércio externo com os países da Europa Ocidental, deixando em vigor apenas a protecção alfandegária. Participou também na União Europeia de Pagamentos, criada em 1950, uma instituição cujo propósito era facilitar a convertibilidade das moedas europeias».

PAÇO, António Simões do (edit.-coord.). *Os anos de Salazar: o que se contava e o que se ocultava durante o estado novo*, Lisboa: Centro Editor PDA, vol. 24, 2008, p. 35.



[09] . PIB *per capita* em Portugal como percentagem do PIB *per capita* dos países mais desenvolvidos, 1850-1992.

60, a economia portuguesa cotou-se entre as que mais rapidamente cresceram em todo o Mundo»⁵⁹.

Apesar do autoritarismo do sistema político, o molde institucional do Estado Novo foi favorável ao crescimento económico. Oferecia-se confiança aos empresários, garantindo-lhes que o investimento seria protegido⁶⁰. Outro aspecto favorável ao investimento foi o crescimento da poupança, a pública graças ao regime de políticas de equilíbrio orçamental, mas também a privada. Este crescimento da poupança privada ficou a dever-se ao desenvolvimento do sistema bancário e às remessas⁶¹ dos emigrantes. A expansão do sistema bancário e a sua modernização permitiu substituir os ancestrais hábitos de entesouramento de muitas famílias portuguesas. Durante a década de 60 do século XX é especialmente notório o esforço dispendido pelo sector bancário para atrair as poupanças e as remessas dos emigrantes, que depois de confiadas em contas bancárias eram postos á disposição (sob a condição de créditos) do sector empresarial para investir.

⁵⁹ PAÇO, António Simões do (edit.-coord.). *Os anos de Salazar: o que se contava e o que se ocultava durante o estado novo*, Lisboa: Centro Editor PDA, vol. 24, 2008, p. 29-31.

⁶⁰ «*Na realidade, esse quadro garantia-lhes diversas condições por eles apreciadas. Desde logo, estabilidade política, por contraste com a herança do turbulento período da I República. Depois, oferecia um conjunto de regras no domínio das finanças públicas e da política monetária que davam indicação de que o regime pretendia criar um ambiente de previsibilidade económica. As regras sobre equilíbrio orçamental e emissão monetária visavam precisamente esse efeito. A tudo isto acrescia um enquadramento sindical repressivo que favorecia o abaixamento dos salários e, logo, reduzia os custos de operação e aumentava as possibilidades de lucro».*

PAÇO, António Simões do (edit.-coord.). *Os anos de Salazar: o que se contava e o que se ocultava durante o estado novo*, Lisboa: Centro Editor PDA, vol. 24, 2008, p. 32.

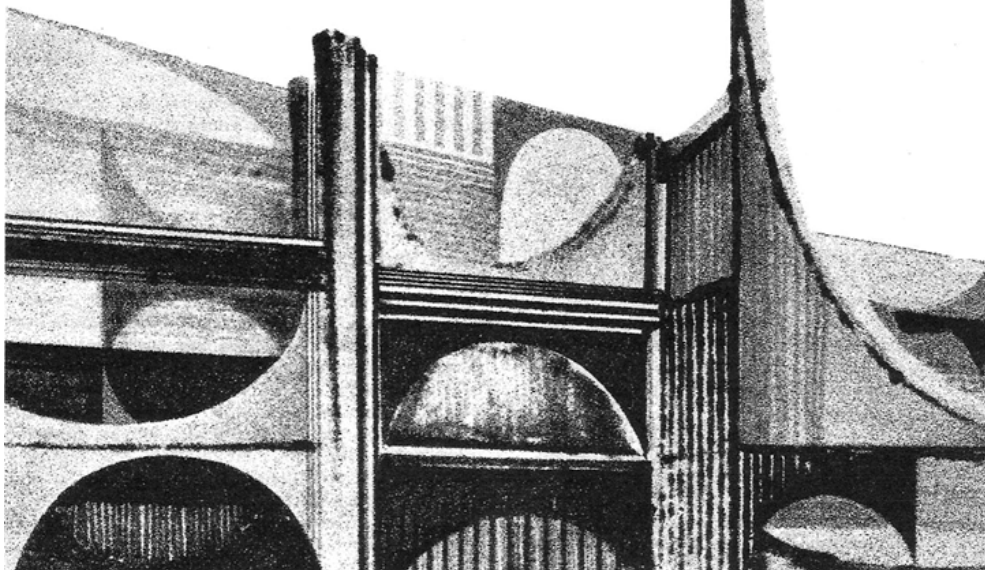
⁶¹ Em determinados anos chegaram a representar cerca de 5% do PIB.

HOJE COMO DANTES ENFRENTAMOS O MAR CONSTRUIMOS GIGANTES

De Setúbal partiu, em 1458,
D. Afonso V para conquistar
o Norte de África.
Em Setúbal embarcou, em 1505,
Tristão da Cunha, a caminho da Índia.
De Setúbal saiu, em 1573,
Fernão Mendes Pinto em busca
de aventura.
Em Setúbal, em 1972, a SETENAVE
reservou 2 milhões
de metros quadrados para construir
o maior estaleiro da Europa.
Nele caberá quase Lisboa inteira.
Em Setúbal, em 1974, 5000 portugueses
construirão novos gigantes
que irão atravessar os mares do Mundo.
Hoje, como dantes.



setenave
ESTALEIROS NAVAIS DE SETÚBAL, S.A.R.L.



Porém, nem tudo no ambiente institucional do Estado Novo era favorável da mesma maneira ao investimento. Através do seu poder discricionário, o Estado tinha a capacidade de ir orientando a natureza e o destino do investimento, bem como a estrutura industrial e empresarial.⁶²

Um dos mais importantes instrumentos foi a política de planificação económica, materializada nos chamados Planos de Fomento. Entre 1953 e 1974 houve cinco Planos de Fomento, os quais acabaram por ser instrumentos privilegiados para definir a direcção do investimento público. Ou seja, o Estado Novo, em vez de socorrer-se tanto da regulação do condicionamento e das preferências fiscais e pautais, começou a apostar em métodos um pouco mais suaves. Seja como for, o investimento público teve uma grande expansão⁶³.

Também foi importante, para o crescimento económico, o aumento da qualificação da mão-de-obra. Isto deveu-se a uma expansão substancial da escolarização obrigatória primária e da escolarização secundária (tanto do ensino liceal como técnico).⁶⁴ Isto levava a que Portugal tivesse, principalmente nas cidades, uma nova burguesia que via em Caetano a esperança de abertura política do Estado Novo – eleições livres e ainda maior liberalização da economia.

Lançou-se projectos de grandes investimentos públicos: em 1971 o Pólo Industrial de Sines (para explorar o petróleo de Angola) e a Setenave; a Barragem de Cabora-Bassa em Moçambique; estimularam-se as cooperativas agrícolas e o projecto do Alqueva. Uma nova legislação sindical dispensava a eleição das direcções sindicais da aprovação ministerial, criaram-se medidas de assistência social – ADSE⁶⁵ para os funcionários públicos e pensões de previdência para os trabalhadores rurais que nunca tinham tido oportunidade de descontar para a segurança social.

A conjugação do rápido crescimento económico, forte intervenção estatal e a criação de uma elite empresarial muito concentrada e próxima do Estado, em paralelo com uma extraordinária taxa de poupança (mais de um terço do PIB) e o autoritarismo do sistema político permite lançar as bases para o período de prosperidade e optimismo que se verificou a partir de 1968 e que proporcionou todos os empreendimentos, alvos da dissertação aqui apresentada.

Este percurso de rápido crescimento económico chegaria abruptamente ao fim em 1973, como consequência da crise económica internacional causada pelo choque petrolífero desse ano. Mas a verdade é

⁶² «O Estado usou o condicionamento para favorecer a expansão de sectores como a siderurgia, o cimento, a electricidade, a pasta de papel ou a reparação e construção naval. Para além disso, graças ao seu poder sobre a abertura, o encerramento ou a fusão de empresas, foi conduzindo à criação de uma estrutura empresarial muito concentrada, onde sobressaíam certos grupos económicos, com grande diversificação de interesses, desde a indústria aos serviços. [Aumenta consideravelmente o volume de investimento]. Em 1974, sete grandes grupos controlavam cerca de 75% do PIB: a CUF, o Grupo Champallimaud, o Grupo Espírito Santo, o Banco Português do Atlântico, o Banco Fonseca & Burnay, o Banco Nacional Ultramarino e o Banco Borges & Irmão».

PAÇO, António Simões do (edit.-coord.). *Os anos de Salazar: o que se contava e o que se ocultava durante o estado novo*, Lisboa: Centro Editor PDA, vol. 24, 2008, p. 33-34.

⁶³ Em 1973, a participação do Estado em empresas privadas fazia dele provavelmente o maior investidor nacional.

⁶⁴ Se em 1930 a taxa de analfabetismo andava ainda pelos 60%, em 1974 essa taxa reduziu significativamente, atingindo os 25%.

⁶⁵ ADSE - Assistência na Doença aos Servidores Civis do Estado.

que já antes havia alguns sinais preocupantes. O primeiro deles foi um acentuado crescimento dos salários⁶⁶ por causa da progressiva escassez de mão-de-obra originada pelo próprio crescimento económico, pela emigração⁶⁷ e pela mobilização para a Guerra Colonial.⁶⁸

Assim, a continuação da Guerra Colonial, e o consequente derrame financeiro para a sustentar e a recusa por parte do Presidente Américo Tomás em aceitar maiores aberturas políticas conduziram à crescente impopularidade do regime e, com ele, do seu líder. Todo este processo viria a mostrar que as hipóteses de concretização do slogan do regime “Evolução na Continuidade” eram nulas, culminando com o golpe militar em 25 de Abril de 1974⁶⁹ que veio a derrubar o governo de Marcello Caetano e instauração de um novo regime – um sistema político assente em princípios de cariz democrático e ocidental.

*«Homem de Mello (Meio Século de Observação), por um lado recordou que a chegada de Marcello Caetano a São Bento foi uma “autêntica lufada de ar fresco que percorreu o País”. O novo Presidente do Concelho tinha “empenhamento”, “entusiasmo”, “disponibilidade”, e o “inequívoco desejo de liderar uma evolução política susceptível de apressar a modernização e a actualização do país”, intenções que no seu conjunto foram acolhidas de “coração aberto pela generalidade dos Portugueses”. Mas se a “dinâmica imprimida ao início do consulado chegou a parecer suficientemente forte” para ser conduzida a bom porto, a verdade era que teriam sido o Presidente da República e o grupo dos ultras que o rodeavam, a par dos “sectores mais esquerdistas”, que acabaram por empurrar o reformismo de Marcello para um beco sem saída».*⁷⁰

⁶⁶ O salário médio industrial terá mais do que triplicado ao longo dos anos 60. Se este facto trazia uma óbvia melhoria ao bem-estar dos assalariados, por outro lado colocava uma forte pressão sobre as margens de lucro, tornando mais difícil o investimento por autofinanciamento. Os empresários foram, porém habituando-se às novas circunstâncias, passando então a socorrer-se do crédito bancário em muito maior valor.

C.f. PAÇO, António Simões do (edit.-coord.). *Os anos de Salazar: o que se contava e o que se ocultava durante o estado novo*, Lisboa: Centro Editor PDA, vol. 25, 2008.

⁶⁷ O crescimento económico na Europa inaugurou um forte período imigratório. Estima-se que cerca de 2 milhões de pessoas (aproximadamente 20% da população) tenha emigrado entre 1950 e 1960.

C.f. *Idem*.

⁶⁸ A Guerra Colonial (começada em 1961) também contribuiu para este fenómeno – no final dos anos 60, chegaram a estar mobilizados cerca de 200 mil homens (+/- 2% da população) por ano, ainda mais que corresponde àquele tipo de mão-de-obra mais necessária ao trabalho industrial.

C.f. *Idem*.

⁶⁹ Em 1974, Portugal era um país anacrónico. A situação económica agravava-se pela manutenção de três frentes de guerra. Os tradicionais aliados estrangeiros manifestavam descontentamento e condenação. A situação social ressentia-se e era inevitável a eminência da detonação.

⁷⁰ PAÇO, António Simões do (edit.-coord.). *Os anos de Salazar: o que se contava e o que se ocultava durante o estado novo*, Lisboa: Centro Editor PDA, vol. 25, 2008, p. 17-18.

2.2 Dinâmica de expansão da Área Metropolitana de Lisboa – Aspectos populacionais e movimentos de activos nas suas periferias

«O crescimento urbano faz-se por adição de novos bairro, quase sempre na periferia, e por renovação, pontual ou em conjuntos com certa dimensão, nos tecidos herdados. Deste modo, a cidade contém manchas, mais ou menos extensas, e testemunhos pontuais de várias épocas.

*Durante muito tempo difundiu-se a ideia de que o progresso só poderia ser obtido à custa do crescimento decorrente da construção de zonas novas na periferia. Aí a construção está mais livre de constrangimentos e, por isso, grande parte das áreas de expansão são como o reverso da cidade tradicional, aquilo a que alguns chamam, talvez com exagero, a *anticidade*»⁷¹. SALGUEIRO, Teresa Barata.*

Em Portugal, a estrutura de povoamento ao longo do século XX, a especialmente a partir da década de 60, foi drasticamente influenciada pelo processo de urbanização, daí que se torna útil proceder a um estudo mútuo destes dois processos.

Os números da população portuguesa [11] revelam um crescimento moderado até ao início do século XIX. A partir dessa data, assiste-se a um aumento da tendência verificada até então, sendo possível dividi-lo em dois períodos, o primeiro até 1911, e um segundo, mais intenso, de 1911 a 1950. Na década de 1960, verifica-se o fenómeno inverso, e a população decresce, voltando novamente a subir a partir da década de 1970.

Se a análise for feita, separando a população rural da população urbana, chegaremos a conclusões diferentes. Até 1801, a população rural e urbana aumenta de forma idêntica, sendo que a partir desse momento a população urbana apresenta um crescimento mais acelerado. Em 1950 marca-se um momento de viragem definitiva, a população rural dá sinais de redução enquanto o número de residentes nos centros urbanos acentua o crescimento que se vinha verificando anteriormente.⁷²

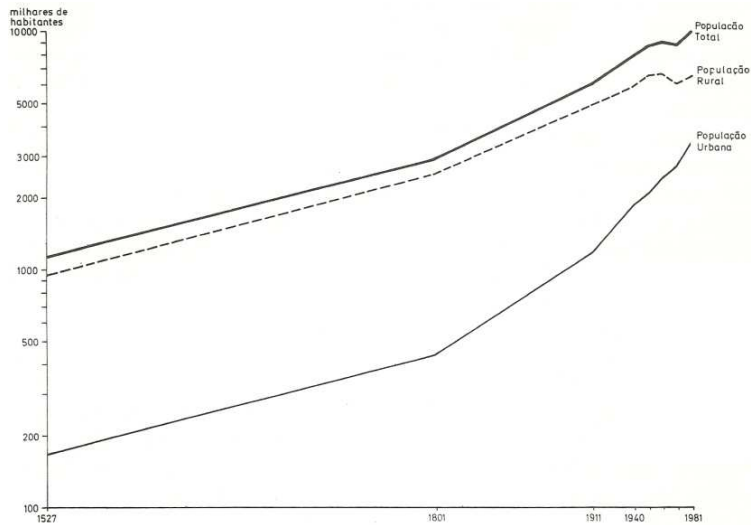
Na década de 60 do século XX, período em que se efectuou um grande desenvolvimento socio-económico, verifica-se que o decréscimo demográfico atingiu exclusivamente a população rural – é neste momento que se realiza o grande período de êxodo rural, quer através de emigrações para países europeus, quer para as grandes cidades, ou mesmo devido à mobilização de populares para a Guerra do Ultramar [12].

Depois de 1970 a população urbana ganha novo impulso, crescendo em média 66400 pessoas por ano (entre 1970 e 1981)⁷³.

⁷¹ SALGUEIRO, Teresa Barata. *A cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*, Porto: Edições Afrontamento, 1992, p. 385.

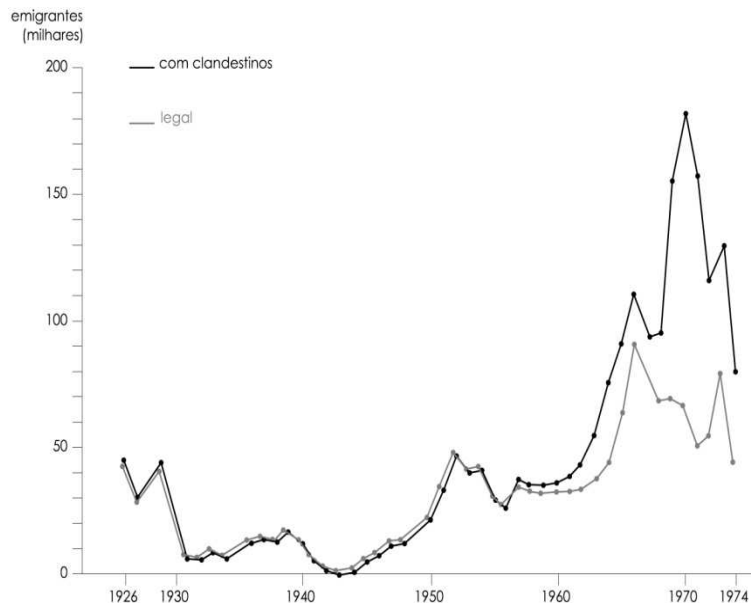
⁷² Neste decénio, o crescimento urbano absorveu quase 90% do crescimento populacional do país.

⁷³ O crescimento urbano absorveu 41% do acréscimo da população do país entre 1911 e 1940, 46% entre 1940 e 1960 e 108% entre 1960 e 81. Neste intervalo, os residentes no país aumentaram 11%, enquanto os urbanos registaram uma variação de 143%, sendo este facto, responsável pelas fortes alterações verificadas na estrutura do povoamento das coroas suburbanas de Lisboa e Porto,



[11] . Evolução da população portuguesa

Para conhecimento preciso dos valores, ver quadro I em anexo



«A emigração nos anos 30 e 40 baixa devido às políticas antiemigratórias dos EUA, à crise de 1929 e à guerra. A partir de 1950 aumenta para a Europa industrializada, que precisa de mão-de-obra para a recuperação do pós-guerra e o crescimento económico, crescendo depois da adesão à EFTA e dos acordos bilaterais com a França, a Holanda (1963) e a RFA (1964) para fornecimento de mão-de-obra nacional. Até 1960, os fluxos migratórios (geralmente uma migração masculina, de solteiros em idade activa e do sector primário) ainda se dirigem para o continente americano (Brasil e EUA). Depois dessa data, a França (63%) e a RFA (13%) recebem uma emigração com maior componente feminina (união familiar) e do sector secundário». PINTO, Ana Lúcia; NEVES, Maria Manuela Carvalho; Neves, Pedro Almiro (coord.) *Cadernos de História A8 2ª parte*, Porto: Porto Editora, 2009, p. 105.

[12] . Emigração portuguesa (1926-1974).

«Na década de 70 deram-se uma série de acontecimentos cujos efeitos contribuíram para inverter a situação que se desenhara anteriormente. (...) A mudança de regime e a independência das colónias fizeram retornar para o continente refugiados políticos mas principalmente soldados e habitantes desses territórios»⁷⁴.

A partir da década de 70 do século XX, passa a fazer sentido falar em áreas metropolitanas. Para além dos aspectos físicos, a conglomeração urbana de Lisboa engloba o sistema de actividades económicas e sociais e que gravita em torno do núcleo central. O processo de metropolização assume, assim, «grande relevância, tanto pela população que envolve, como pelos problemas que levanta».⁷⁵

Associado ao crescimento das áreas metropolitanas⁷⁶ [13], assiste-se normalmente a um fenómeno de suburbanização⁷⁷ consiste num crescimento contínuo tipo mancha de óleo de urbanizações e zonas de trabalho que no entanto mantêm a dependência em relação ao centro. Alteram-se as bases produtivas da cidade, surgem complexas redes de migrações pendulares. Para este processo de suburbanização muito contribuiu, quer o grande fluxo de emigrações provenientes do êxodo rural que afectou todo o país a partir da década de 60, quer os retornados provenientes de África depois da Revolução. Estas populações, á procura de um emprego tendem a fixar-se em terrenos de menor valor comercial e junto aos locais de trabalho.

Neste contexto de forte dinâmica metropolitana tendem a dissolverem-se as barreiras físicas, a cidade de Lisboa perde a sua "identidade urbana", confrontando-se, por isso, com uma dupla contradição: territorialmente, a sua área de influência está cada vez mais para além do próprio limite administrativo⁷⁸, visível pelas altas taxas de crescimento registadas nos concelhos limítrofes, embora as suas freguesias registem um saldo demográfico negativo [15]⁷⁹.

⁷⁴ SALGUEIRO, Teresa Barata. *A cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*, Porto: Edições Afrontamento, 1992, p. 47.

⁷⁵ SALGUEIRO, Teresa Barata. *A cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*, Porto: Edições Afrontamento, 1992, p. 81.

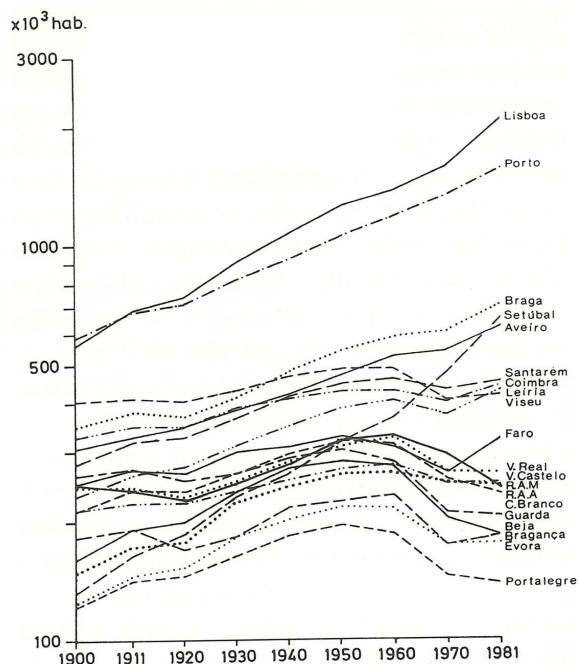
⁷⁶ Durante a década de 60, que são o grande decénio das imigrações, é no pólo Lisboa-Setubal, que esse fenómeno é mais evidente.

⁷⁷ Esta designação é conotada com uma visão negativa. Sobre estas áreas realçam-se as carências face à cidade, nomeadamente no que respeita à deficiência ao nível dos equipamentos colectivos, infra-estruturas, etc. Daí a terminologia sub (prefixo designativo de inferioridade) urbano.

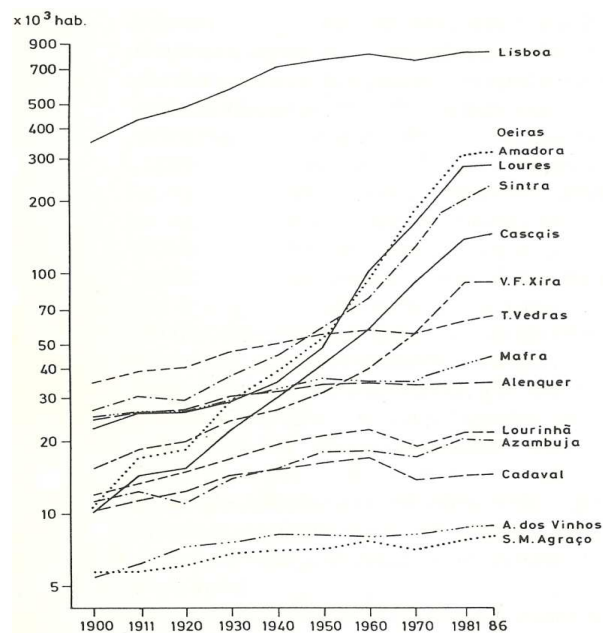
⁷⁸ Os limites fiscais da capital foram diversas vezes modificados entre 1852 e 1903, data em que ficou estabelecido o perímetro do concelho de Lisboa tal como hoje existe (área de 83.8km²).

Para lá da área construída, de forma mais ou menos contínua, estendiam-se territórios que abasteciam a cidade em víveres ou matérias-primas e eram também utilizados para lazer dos lisboetas. As aldeias da região saloia eram sedes de territórios agrícolas que forneciam os produtos das suas hortas, ou o vinho aos mercados da capital.

⁷⁹ A variação populacional nas freguesias [15] mostra claramente como as maiores taxas positivas começaram na coroa que envolve a cidade para, progressivamente, ir afectando territórios mais distantes.



[13] . Evolução da população nos distritos e regiões autónomas.



[14] . Evolução da população nos concelhos do distrito de Lisboa.

Da análise deste gráfico evidencia-se a existência de dois tipos de curvas (concelhos) e dois períodos do processo de suburbanização.

Enquanto uns concelhos mantêm um crescimento constante, outros a partir de certa altura revelam uma explosão demográfica que os distancia dos restantes. Durante o século XX pode salientar-se três períodos de crescimento: o primeiro até 1930 em que todos os concelhos têm um comportamento semelhante; o segundo período entre 1930 e 1950 que marca o desfasamento entre dois tipos de concelhos, os mais distantes e os mais próximos da áreas de influencia de directa de Lisboa; o terceiro período, correspondente ao período de início de suburbanização, a partir de 1950 acentua a diferença de comportamentos. Os concelhos de Oeiras, Amadora, Loures e Sintra aproximam-se bastante dos números populacionais de Lisboa, embora no início da década de 80, correspondente ao período de consolidação do tecido urbano, os valores tentem a estabilizar.

«Os personagens que se movem na cidade vieram do campo, são emigrantes nostálgicos postos perante um ambiente estranho e frequentes vezes pintado com cores negras em contraste com os valores da ruralidade»⁸⁰.

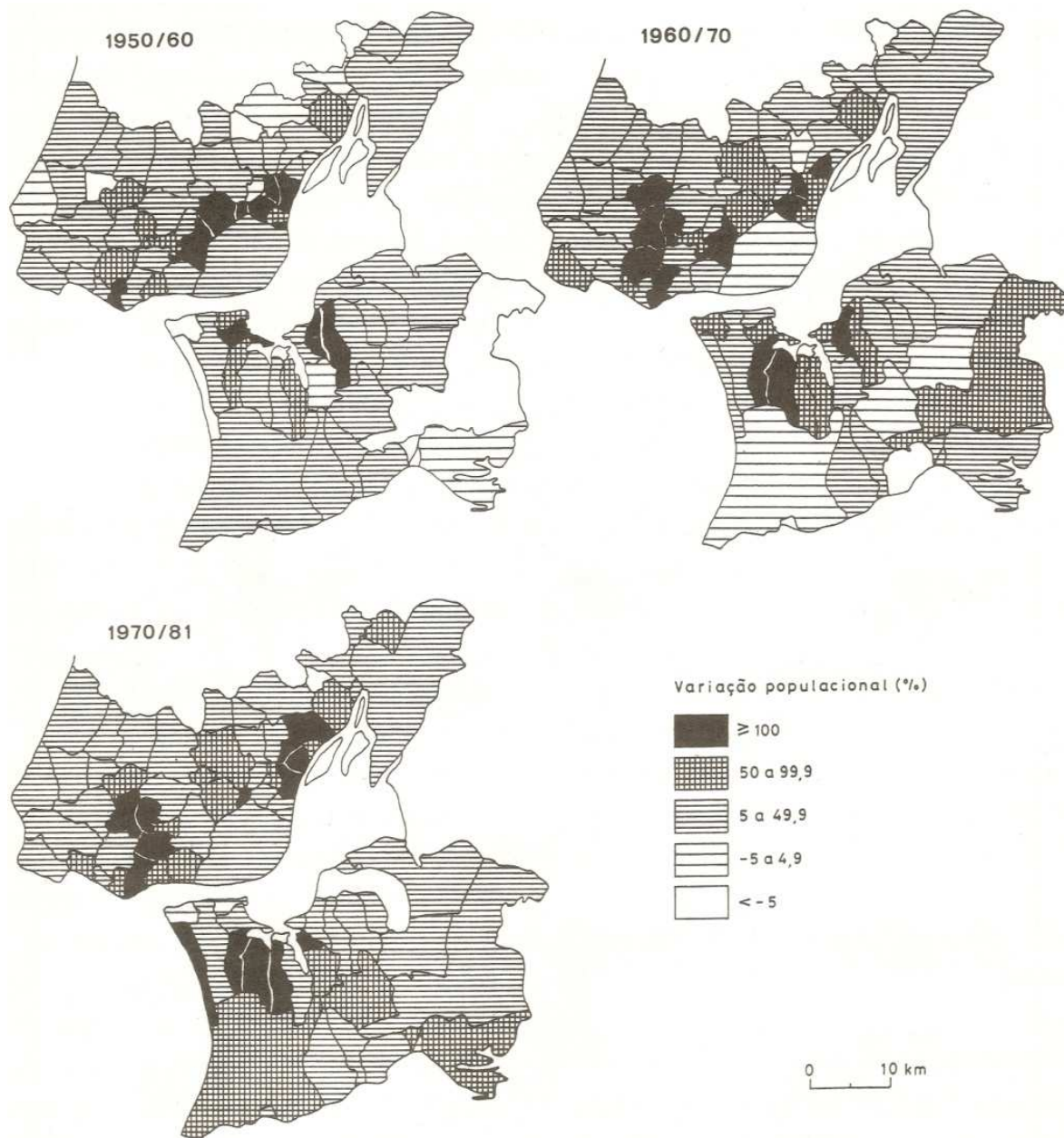
Nos Estados Unidos e na Europa, inicialmente, o movimento de suburbanização estiveram associados a deslocações massivas das classes médias em procura de espaços de baixa densidade rodeados de amplos espaços verdes com bastante qualidade. Nesse período, o modo de vida periférico estava associado a uma imagem de qualidade, que hoje, à primeira vista, dificilmente conseguimos atribuir nas periferias portuguesas. Estará assim por cumprir uma Optimist Suburbia?

«As periferias portuguesas nunca foram espaços de qualidade (com raras exceções) tomadas que foram por agentes imobiliários, eles próprios “expulsos” do centro por outros de maior comprometimento financeiro, que sujeitaram os espaços periféricos a urbanizações densas e de má qualidade, só inteligíveis no quadro do peso político dos interesses fundiários e imobiliários e da cumplicidade pública. Coexistem nesses espaços periféricos os espaços de urbanização “clandestina”, de baixa densificação e de deficiente infra-estruturação, que cobrem a maioria das periferias das cidades portuguesas de maior dimensão.

Os espaços periféricos portugueses são, pois, essa amálgama disforme de espaços densificados cuja interpretação é inexistente e cuja única identidade é a referência ao... centro»⁸¹.

⁸⁰SALGUEIRO, Teresa Barata. *A cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*, Porto: Edições Afrontamento, 1992, p. 40.

⁸¹ GUERRA, Isabel. *Viver na Periferia*, in *Sociedade e Território*, n.º18, Abr. 1993, p. 108.



[15] . Variação populacional das freguesias da região de Lisboa.

2.3 Agentes de produção e transformação do espaço urbano-metropolitano

«O espaço urbano é produto de acções de âmbito e natureza diferentes em que o Estado, os proprietários do solo, os construtores, os grupos financeiros e os utentes desempenham diversos papéis, cada um dentro da margem de manobra que a sociedade, em cada momento, através dos seus órgãos e legislação, lhe concede. A produção do espaço urbano (reflecte, assim, os equilíbrios e as tensões existentes na sociedade, sendo, na prática, resultado do tipo de planeamento adoptado e da importância relativa da iniciativa pública e privada»⁸². SALGUEIRO, Teresa Barata.

Até meados do século XIX, as áreas urbanas pouco extravasavam os limites muralhados da cidade medieval porque as deslocações quotidianas eram feitas a pé.

Os primeiros desenvolvimentos de subúrbios na AML norte aparecem estreitamente ligados ao progresso da rede de transportes colectivos que facilitavam a mobilidade e aproximavam o local de trabalho do da residência. Isso é claramente visível no estruturante modelo digitiforme, ao longo dos grandes eixos de circulação, que a expansão da cidade de Lisboa assume.

Primeiro o carro eléctrico que estabelecia as mais importantes ligações do tipo radial, do centro até às principais portas da cidade⁸³, depois os grandes eixos ferroviários que possibilitavam o transporte diário de grandes multidões. No entanto, é em 1944, que a inauguração do serviço de autocarros veio dar maior flexibilidade e maior rapidez à circulação urbana. Com efeito, o transporte regular de autocarros contribuiu para o crescimento urbano em marcha ao alargar a área de influência das estações de caminho-de-ferro, cruzando o tecido intersticial deixado vazio. Contudo, é com a generalização do uso do automóvel individual que se vai definir a actual rede metropolitana de transportes.

Em meados do século XX, a agricultura ocupava em Portugal quase metade da população activa e dela provinha cerca de um terço da riqueza nacional. Porém entre os anos 50 e 70 do século XX a importância do sector agrícola decaiu gradualmente⁸⁴. Assistiu-se a uma política de crédito aos

⁸² SALGUEIRO, Teresa Barata. *A cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*, Porto: Edições Afrontamento, 1992, p 242.

⁸³ Crescem pujantemente os núcleos às portas da cidade, favorecidos pela utilização dos transportes que aí tinham os respectivos terminais, e começa a formar-se a primeira coroa de subúrbios de Algés, pela Pontinha, Olival Basto e Odivelas até Moscavide, na margem sul, Almada e Barreiro.

⁸⁴ «A perda de peso na agricultura e na economia pode avaliar-se pela evolução da parte da população activa que trabalha na agricultura e da contribuição para ao PIB. Assim, enquanto até meados do século um em cada dois portugueses trabalhava na agricultura (1930-49%; 1940-51%; 1950-48%), esta percentagem decresceu nas décadas seguintes: 1960-32%; 1970-32%. Regista-se também a evolução da contribuição da agricultura para o PIB: 1938-32%; 1950-32%; 1960-24%; 1970-17%. A marcha destes indicadores, embora evidencie o referido declínio da posição da agricultura, mostra também que em Portugal, comparativamente com os países mais industrializados da Europa, este sector manteve grande relevo no conjunto da economia. Esta influência estava também muito presente na sociedade, como ressalta da percentagem da população residente que vivia em explorações agrícolas: em 1950 representava 55% e em 1970 ainda correspondia a 40%». BAPTISTA, Fernando Oliveira. *Agricultura*. in ROSAS Fernando (dir.), BRITO, José Maria Brandão de (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*, Venda Nova: Bertrand Editora, vol. I, 1996.



[16] .Fotografia de Santo António dos Cavaleiros.

melhoramentos agrícolas (bonificação e redução de juros) que favoreceu a modernização do sector com a compra de maquinaria e os investimentos nas maiores explorações. Porém, esta modernização teve um efeito reverso, a redução de mão-de-obra humana e o conseqüente êxodo rural.

Grandes massas de gentes abandonaram as suas terras de origem, muitas determinadas pela fome, outras com naturais expectativas de promoção social e de melhoria das condições de vida⁸⁵. É no entanto, posteriormente à Segunda Guerra Mundial que o processo de suburbanização adquire maior relevância [14], devido essencialmente á crescente procura de habitação – tipologias e necessidades que a cidade tradicional já não podia responder.

Com esta forte pressão demográfica, sobre os territórios periféricos, através de progressivas ondas de Urbanizações com grande dimensão, alteram-se profundamente as paisagens, os usos do solo e as actividades da população, bem como os tipos de alojamento e de povoamento⁸⁶. Assiste-se a uma acelerada colonização das antigas aldeias. Por vezes a partir do nada destrói-se o casario de tipo rural e enchem de edifícios, os outrora locais das antigas hortas, dos campos de cereais e dos pousios.

Grande parte do crescimento suburbano⁸⁷, na AML norte, alicerçou-se em núcleos de povoamentos pré-existentes que progressivamente, se viram cercados de edifícios novos que aquartelavam estranhos a estes lugares – casos de Odivelas, Linda-a-Velha e Novo Camaxide, entre tantos outros; noutros casos verdadeiras novas cidades surgem do nada, no meio dos campos – os casos de Santo António dos Cavaleiros, Cidade Nova, Sassoeiros, Portela, Quinta da Piedade, Miraflores, Alformelos, etc.

⁸⁵ Nos níveis socioeconómicos mais baixos são principalmente razões de ordem económica que pesam na mobilidade (emprego, aumento de rendimentos (facto indesmentível pela quantidade de áreas industriais que surgem agregadas a estas áreas habitacionais, muitas vezes sem que exista uma fronteira de protecção/enquadramento, ou qualquer preocupação com a poluição gerada), enquanto nos escalões intermédios já podem assumir relevo razões sociais, como seja a possibilidade de dar maior educação aos filhos. As pessoas dirigem-se aos lugares que lhes sejam acessíveis e onde esperam realizar alguns dos seus anseios – a prometida Cidade Nova; portanto, os mecanismos da informação (marketing) [17] e os transportes desempenham importante papel a selecção dos destinos.

⁸⁶ «*Até ao desencadear do grande surto de crescimento urbano, à ideia de periferia estavam associados os prazeres do campo, reservados apenas às classes mais abastadas. Como memória desse tempo, restam ainda alguns solares das quintas de recreio que povoam os concelhos contíguos a Lisboa. O forte crescimento urbano fez com que a cidade tradicional “explodisse” e desse origem a uma nova configuração do espaço urbano.*»

SILVA, F. Nunes da; PEREIRA, Margarida. *Ilusões e desilusões das periferias na área Metropolitana de Lisboa*, in Sociedade e Território, nº 5, Nov. 1986, p. 14.

⁸⁷ «*Esta forma de crescimento assume características próprias em cada país onde se desenvolve, dado que depende, por um lado, dos aspectos institucionais associados à administração urbanística e ao planeamento do território, por outro, das particularidades geográficas locais, das características económicas, sociais e culturais da população urbana, das especialidades do “centro” que as induz e do comportamento dos utilizadores tradicionais do espaço rural.*»

Em muitos países este tipo de crescimento está associado sobretudo à construção de habitação individual em loteamentos de baixa densidade. Em França, por exemplo, esta tipologia foi fortemente incentivada pela Administração Pública (...). Entre nós, as formas de crescimento mais comuns estão circunscritas a grandes urbanizações de alta densidade “isoladas” no espaço rural, e a loteamentos de baixa densidade, estes à margem das regras urbanísticas instituídas, e por isso ilegais, os quais, apesar de crescerem à vista de todos, foram eufemisticamente baptizados de “clandestinos”».

Idem, p. 15.



Art. Coimbra '85

Com a industrialização e o enorme afluxo de gentes às cidades, a propriedade imobiliária converte-se num novo e importante objecto de negócios. As terras, outrora ocupadas para uso agrícola, ao serem ocupadas com actividades urbanas tornam-se numa importante fonte de rendimento e “status” – acentua-se a diferença do valor comercial que diferencia o solo rural do urbano.

Em busca de tirar o máximo proveito da sua propriedade, muitos burgueses do século XIX abrem novas frentes de urbanização. Estes terrenos periférico são entregues a grandes investidores imobiliários que posteriormente serão encarregues de realizar mais-valias com a construção de grandes pacotes de habitação. O novo alojamento suburbano tende, então, a ser realizado através da construção de edifícios cada vez mais altos. Com esta estratégia procura-se a obtenção de lucros cada vez mais altos minimizando-se a subida do preço dos terrenos considerados urbanizáveis.

A responsabilidade pelo crescimento da cidade e pelos trabalhos de urbanização é assim deixada à iniciativa de particulares, remetendo-se as autarquias a uma atitude passiva de aprovação ou reprovação daqueles.

Depois das experiências urbanísticas que se assistiu em Lisboa, no quarto quartel do século XIX, em que as grandes operações de expansão eram planeadas pelo Governo Central, a partir das últimas três décadas do século XX, estas operações aparecem dominadas pelas ideias do liberalismo económico e da reduzida intervenção estatal. A urbanização é considerada uma actividade económica normal e assim dependente das leis do mercado, não estando sujeita a qualquer especificidade de obrigações ou contributos para a colectividade.

«Na segunda metade dos anos 60, fazem entrada na região de Lisboa os grandes promotores imobiliários responsáveis por urbanizações de grande dimensão. Estes volumosos conjuntos, por vezes dotados de um centro comercial, instalaram-se à ilharga de uma povoação de cujos equipamentos e infra-estruturas de transporte e saneamento beneficiam, aumentando muito o número dos respectivos utentes sem as necessárias contrapartidas, casos dos empreendimentos J. Pimenta, na Reboleira (Amadora) e Paço de Arcos, da SOLÁTIA, em Novo Camaxide, ou da ICESA, em Santo António dos Cavaleiros; em situações mais raras são implantados em terrenos vazios, sem suporte urbanístico anterior, como aconteceu com a Portela e com a Cidade Nova, multiplicando a população de lugares e freguesias rurais por dez ou vinte vezes em três ou cinco anos»⁸⁸.

A década de 70 do século XX é também marcada pelo fenómeno da desurbanização do centro da cidade de Lisboa⁸⁹.

⁸⁸ SALGUEIRO, Teresa Barata. *A cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*, Porto: Edições Afrontamento, 1992, p 202

⁸⁹ As zonas antigas, sem hipótese de rentabilização e sem expectativas de remodelação a curto prazo, ocupadas muitas vezes por populações de fracos recursos económicos e pagando alugueres reduzidos, são praticamente abandonadas, tanto pelos proprietários dos imóveis como pelo poder autárquico, e entram num processo de degradação relativamente rápido. Inicia-se o período de decadência dos centros das cidades.

A expansão do sector terciário levou ao aumento do consumo de espaço por estas actividades, desalojando as populações residentes nas áreas do interior das cidades, que progressivamente são convertidas em locais de trabalho e apenas animadas durante o dia⁹⁰. As habitações, nas áreas centrais, são substituídas por escritórios e a densidade no núcleo central mostra sinais de diminuição, enquanto a dos restantes territórios periféricos aumenta drasticamente. Nas avenidas com melhores condições para a implantação do sector terciário, assiste-se pura e simplesmente à demolição dos imóveis e à sua substituição por edifícios mais altos, destinados a hotéis, escritórios, comércio e habitação de luxo⁹¹.

As grandes indústrias, devido aos elevados preços dos terrenos, no interior da cidade e á grande quantidade de espaço de que necessitavam, também são expulsas para zonas periféricas – é neste período que surgem as zonas industriais de Frielas, Odivelas, Venda Nova, Quinta Grande de Alfragide, Queluz de Baixo, Camaxide, entre outras. Esta indústria, ao localizar-se em zonas periféricas e em aglomerados de média dimensão, arrasta consigo população trabalhadora outrora central.

A população expulsa do centro da cidade, devido á forte expansão dos serviços, não encontra outra alternativa que não seja procurar novas casas nas áreas limítrofes mais próximas dos locais de trabalho. É com estes factores que irão jogar os especuladores imobiliários, com a retenção dos terrenos em sua posse e beneficiando da demora registada na aprovação de novas Urbanizações, fazem disparar o preço dos terrenos disponíveis para urbanização.

Durante a década de 70 do século XX, são os agentes privados que assumem a responsabilidade na promoção de habitação – entre 1971 e 1980, 91% dos fogos concluído são da sua responsabilidade.

«Nas áreas onde a procura é mais intensa, e concretamente na região de Lisboa, (...) a especulação fundiária cresce muito, revelando-se em quatro vertentes principais: produção de extensas áreas de solo expectante, subida exagerada do preço dos terrenos e das casas, proliferação dos parcelamentos e construções clandestina e degradação, por vezes acompanhada de terciarização, dos centros históricos»⁹².

Nos anos 60 do século XX, assiste-se a um importante *boom* na construção civil⁹³. Estas transformações são motivadas pelas profundas alterações que se registam ao nível da procura. Conjugadas

⁹⁰ É nestes anos que fecham os mais carismáticos cafés do centro de Lisboa; Café Gelo (entretanto reaberto), o Chave d'Ouro e a Leitaria Paços no Rossio, o café Martinho ao lado do Teatro D. Maria, o café Montanha na rua da Assunção, o café Chiado, o Nicola, o Portugal. Nos seus lugares foram instalados, bancos companhias de seguros e numa fase posterior, o mercado imobiliário, a troco de chorudos negócios. C.f. TEIXEIRA, Renato in PAÇO, António Simões do (edit.coord.). *Os anos de Salazar: o que se contava e o que se ocultava durante o estado novo*, Lisboa: Centro Editor PDA, vol. 24, 2008, p. 148-153.

⁹¹ São nestas “novas avenidas” (avenida da Republica, 5 de Outubro, Fontes Pereira de Melo, da Liberdade, Amoreiras) que irão estar instaladas as principais obras, realizadas como sede de grandes empresas, da autoria do arquitecto Fernando Silva.

⁹² SALGUEIRO, Teresa Barata. *A cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*, Porto: Edições Afrontamento, 1992, p 247

⁹³ Uma análise fria da estrutura empresarial da construção civil é bem reveladora: em 1979, de um total de 37.477 empresas referenciadas pelo INE, 34.284 (91,5%) tinham menos de 10 trabalhadores ao serviço e só 586 (1,6%) empregavam mais de 50 trabalhadores.

com a entrada do capital financeiro irão conduzir ao aparecimento de grandes empresas imobiliárias e a uma consequente reestruturação de todo o sector de promoção⁹⁴ – cada empresa de construção civil passa a ter a seu lado uma empresa responsável pelo marketing e comercialização dos fogos [17].

Constituem-se empresas especializadas na produção de empreendimentos de grande dimensão com o intuito de realizar as suas margens de lucro em estratos de mercado cada vez mais específicos: urbanizações, aldeamentos, habitações de luxo, hotéis, equipamentos e infra-estruturas turísticas⁹⁵. Estas grandes empresas, uma vez que operam em áreas extensas, exercem uma influência decisiva ao nível da oferta e revelam grande capacidade de transformação do solo. Contudo, o ritmo de construção e o nível de concretização destes empreendimentos é bastante baixo porque, à medida que vão ocupando os terrenos, vão também deixando lotes expectantes para beneficiarem de uma valorização acrescida em fases futuras⁹⁶. Frequentemente, estes promotores imobiliários, jogando com as leis do mercado e movendo as duas influencias na Administração Local, propõem-se a urbanizar áreas afastadas deixando, entre as várias fases de construção, terrenos expectantes, retendo o solo e provocando artificialmente a subida dos preços, sabendo que a licença de urbanização não ofereceria dúvidas⁹⁷.

○ êxito destas grandes promoções imobiliárias⁹⁸ está intimamente ligado com as alterações que se procederam ao nível da titularidade dos imóveis. A aplicação do estatuto da propriedade horizontal⁹⁹ permitiu captar as pequenas poupanças ampliando de forma considerável os estratos de investidores. Deste modo, o investimento dos particulares, conseguidos na emigração ou até provenientes de empréstimos

⁹⁴ O primeiro agente responsável pela transformação do solo rural são os agricultores e proprietários fundiários agrícolas, são eles que detêm o “produto” que irá desencadear todo o processo subsequente, ao ser lançado no mercado imobiliário. Estes normalmente limitam-se a um papel passivo de passagem da posse da propriedade. A acção capital é desencadeada pelas imobiliárias, apoiadas por importantes grupos financeiros, que intervêm ao nível de transformação do uso e alteração da estrutura cadastral. Às grandes empresas de construção estava destinado o papel de contratação de um gabinete de arquitectura, com reconhecida capacidade, que correspondesse às suas exigências, quer ao nível da rentabilidade, quer ao nível da rapidez de implementação do empreendimento.

⁹⁵ É o período da grande promoção turística do Algarve.

⁹⁶ «Segundo M. Pereira (1986), os pedidos de urbanização da Cidade Nova (Quinta da Caldeira) e da Quinta do Infantado entraram nos serviços competentes da CM de Loures no mesmo ano, 1973, e propunham alojar 90 mil pessoas numa área próxima da sede concelhia. Mas em 1982 apenas se encontravam realizados 2238 fogos na Cidade Nova, estando em construção mais de 1218 alojamentos».

SALGUEIRO, Teresa Barata. *A cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*, Porto: Edições Afrontamento, 1992, p. 249.

⁹⁷ «A situação dos terrenos em Loures, em 1984, parece ilustrar bem o problema descrito na região de Lisboa. Neste concelho e naquela data, o solo comprometido (loteamentos com aprovação e alvarás de loteamento) tinha capacidade para suportar 24 430 fogos, o que, a manter-se o ritmo de construção verificado entre 1970 e 1983, era suficiente para dar resposta ao crescimento de 10 anos. Se a este valor fosse adicionada a possibilidade de construção nos loteamentos clandestinos esse prazo seria significativamente aumentado. É devido à importância dos terrenos expectantes que todos os estudos feitos chegam à conclusão de que, na região de Lisboa, existe solo comprometido suficiente para assegurar o crescimento dos próximos 10 ou 20 anos. Contudo, este solo escasseia no mercado e, por isso, é muito caro, o que serve de argumento para os municípios aprovarem novos loteamentos, teoricamente com o objectivo de contribuírem para a resolução do problema da habitação, num círculo vicioso».

SALGUEIRO, Teresa Barata. *A cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*, Porto: Edições Afrontamento, 1992, p. 248.

⁹⁸ Da totalidade de fogos concluídos entre 1975 e 1979 só restavam no mercado, em 1981, 5.4%.

⁹⁹ Decreto-Lei 40.33, de 14 de Outubro de 1955.



[18] .Ilustração da venda e loteamento ilegal de terrenos.

obtidos na banca, deixa de se fazer por prédio e passam a ser canalizados para a compra de fracções autónomas de menor dimensão.

O sector bancário constitui-se assim como um forte interveniente no negócio imobiliário. Primeiro a Caixa Geral de Depósitos, depois também outros bancos, em associação com construtoras e empresas imobiliárias intervêm directamente na fase de construção. Na fase de comercialização dos imóveis, de uma forma indirecta, ao financiar os investidores particulares, volta a assumir um papel fundamental no negócio.

Os fogos adquiridos segundo esta nova modalidade destinam-se quase exclusivamente a habitação própria, ou então, quando inseridos em empreendimentos turísticos, a aluguer por períodos limitados¹⁰⁰.

Os promotores imobiliários ao comandarem a respectiva oferta legal vedando o acesso à propriedade de solo e à construção de casa própria. É nos finais dos anos 60, paralelamente à progressão da construção de grandes Urbanizações, que se assiste ao início do loteamento ilegal [18]. Grandes áreas da periferia urbana, áreas com poucas expectativas de urbanização, devido à sua fraca acessibilidade, más condições topográficas, de exposição solar ou confinadas por diversos impedimentos urbanísticos são entregues á “lei de cada um”.

Estas estratégias de bloqueio e acentuada especulação no mercado habitacional, conjugadas com o forte crescimento demográfico a insignificância da promoção pública e cooperativa levam a um aumento dos números de população urbana marginalizada – aumenta a procura de alojamento na promoção marginal. Em resultado de práticas de corrupção, suborno e especulação, geram-se situações, que se multiplicam como cogumelos, de subarrendamento em bairros de barracas e os bairros clandestinos.

Encontrando pouca disponibilidade de solo na cidade de Lisboa¹⁰¹, abre-se caminho para um novo agente urbano: o loteador ilegal de solo rústico e os pequenos construtores, que não tinham acesso às grandes urbanizações e actuavam no mercado clandestino. É grande o número de famílias que autoconstróem total ou parcialmente a sua habitação ou procuram a valorização de pequenas poupanças através da compra de lotes de terrenos vazios. Os bairros clandestinos acompanham assim o movimento centrífugo de expansão urbana.

«As quintinhas da região de Lisboa são anunciadas nos jornais e nos locais de passagem de forasteiros de fim-de-semana, até num automóvel parado na via-rápida da Caparica, no qual se podia iniciar o negócio, para além das tabuletas no próprio local ou em alguma taberna das proximidades»¹⁰².

«Para muitos, a casa clandestina já não é a única possibilidade de acesso ao alojamento, mas a resposta a um certo tipo de alojamento, concretamente a residência unifamiliar com terreno próprio. Esta mudança na tipologia dominante traduz o desejo

¹⁰⁰ Durante a década de 70, e especialmente depois do 25 de Abril de 1974 acentua-se a compra de fogos para habitação própria – entre 1971 e 1975, 49,6% e entre 1976 e 1981, 71,7% dos fogos construídos são propriedade dos seus residentes.

¹⁰¹ No solo urbano de Lisboa, apenas se encontram livres os terrenos nas imediações do aeroporto (Chameca e Galinheiras). Estas áreas ainda hoje de encontram vestígios desses bairros de construção clandestina.

¹⁰² SALGUEIRO, Teresa Barata. *A cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*, Porto: Edições Afrontamento, 1992, p. 205.

crescente, também detectado noutros países, dos cidadãos preferirem o “habitat” individual a que o mercado legal não dá resposta, e relaciona-se com o aumento generalizado dos rendimentos depois de 1974, principalmente expressivo para certos grupos de operários e pequenas burguesias urbanas, que então passam a ter acesso, entre outras coisas, a férias pagas, à posse de um automóvel e de habitação, por vezes mesmo à segunda habitação clandestina»¹⁰³.

Em consequência do crescimento não regulado¹⁰⁴, estas zonas de expansão urbana crescem de forma anárquica, apesar da melhoria dos níveis de construção das habitações, assistiu-se à degradação do ambiente urbano e ao consequente declínio da qualidade de vida dos indivíduos. Ao ocuparem-se encostas de grande inclinação e leitos de cheia, destroem-se importantes áreas do coberto vegetal e alastra-se a superfície impermeabilizada.

Em muitos casos, mesmo em Urbanizações legais, o tratamento dos espaços exteriores e a construção de equipamentos e serviços eram deixadas para fases posteriores de urbanização. Muitos desses equipamentos só recentemente, e da responsabilidade das autarquias, é que foram edificados. Assim, durante largos períodos de tempo, os edifícios pontuam terrenos rodeados de lixo. Os equipamentos desportivos e

¹⁰³ SALGUEIRO, Teresa Barata. *A cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*, Porto: Edições Afrontamento, 1992, p 203

¹⁰⁴ «O crescimento da área urbana nas periferias apresenta-se sob duas formas distintas, e que traduzem no terreno a acção de dois tipos de agentes igualmente distintos, normalmente não sobreponíveis espacialmente. Dum lado as grandes operações imobiliárias, miticamente objectivadas de conjuntos residenciais e propagandisticamente de “cidades”; e, no pólo oposto do mercado capitalista de valorização fundiária, os loteamentos clandestinos, mais ou menos extensos ou fraccionados. Estas duas formas de produzir espaços urbanos distinguem-se não só morfologicamente e pela tipologia de edifícios que lhes estão associados, como também pelas áreas que ocupam e pela ligação que apresentam em relação às áreas urbanas mais consolidadas.

No primeiro caso, que designaremos por “pacotes residenciais”, a concepção morfológica é fortemente interiorizada, como se todo o espaço urbano se desenvolvesse sobre si próprio em tomo dum novelo viário onde, para além da grande espinha dorsal tipo via rápida, não é possível diferenciar uma hierarquia de vias, nem descartinar o elemento “rua” tal como o conhecemos na cidade histórica. A implantação destes pretensos conjuntos de espaço – e pretensos porque embora se proponham como autónomos em relação ao tecido urbano envolvente é sobre ele que farão recair as suas insuficiências –, processa-se de forma completamente desgarrada, desconexa, limitando-se a assegurar uma ligação umbilical mínima à rede viária próxima. O produto final é um tecido urbano roto, semeado ao acaso dos promotores, e onde predomina o edifício isolado de inúmeros pisos, justificado como símbolo de progresso e de rotura com o velho, e último recurso que garante a “viabilidade económica” do empreendimento. Trata-se no fundo de um processo de “urbanização por saltos”, em contraponto ao crescimento orgânico e contíguo, onde os blocos crescem como cogumelos num espaço rural entretanto desqualificado e normalmente deixado improdutivo.

Quanto aos loteamentos clandestinos (...). À data da sua emergência no cenário urbano, os loteamentos clandestinos ocupam, na maioria dos casos, as áreas menos qualificadas em relação à sua aptidão urbana, quer por se situarem mais afastados dos centros de emprego e de serviços ou apresentarem características físicas menos atractivas (encostas expostas a norte, declives acentuados, mau terreno de fundação, etc.), quer por terem sido “zonadas” como agrícolas ou áreas verdes por planos de urbanização elaborados anos atrás. Embora com alguns aspectos que os diferenciam uns dos outros, a morfologia urbana do clandestino apresenta no entanto traços comuns, que resultam da simplicidade com que foi parcelado o espaço, na base duma malha viária ortogonal apenas inflectida devido a acidentes do terreno ou do cadastro inicial».

SILVA, F. Nunes da; PEREIRA, Margarida. *Ilusões e desilusões das periferias na área Metropolitana de Lisboa*, in Sociedade e Território, nº 5, Nov. 1986, p. 15-16.

escolares e os espaços ajardinados que eram mostrados nas maquetas de promoção imobiliária dificilmente eram construídos. Caso que ilustra bem esta situação é a urbanização ICESA em Santo António dos Cavaleiros [19].

A chegada de grandes quantidades de novos residentes não foi acompanhada com a correspondente de serviços o que levou a situações de carência e à saturação das infra-estruturas municipais, cujo dimensionamento não antevia os níveis de utilização a que de um momento para o outro passaram a estar sujeitas. Em casos em que o empreendimento se localiza numa zona afastado de um centro pré-existente, a situação de carência torna-se mais profunda, visto que os empreendedores imobiliários apenas constroem o centro comercial por este ser o único equipamento economicamente compensador e facilmente gerador de uma nova centralidade.

A insuficiência de recursos consagrados à colectividade, para as populações recém chegadas é uma realidade ainda hoje perceptível. Para agudizar este panorama especulativo, acrescenta-se o incumprimento generalizados das áreas contratualmente aceites como contrapartidas municipais. As áreas de estacionamento raramente satisfazem a procura e as áreas de cedência para a localização de equipamentos, normalmente são relegadas para zonas marginais, tratadas como “restos” de terreno que dificilmente oferecem condições de edificação¹⁰⁵.

«Aumenta o tempo e o incómodo das deslocações casa-trabalho e outras, diminui o tempo de permanência das crianças e jovens nas escolas, sujeitas a regime de turnos, falta a água com pressão nalgumas zonas ou nos andares mais altos, aumenta o tempo de espera para obter uma consulta médica, crescem os níveis de ruído e outras formas de poluição»¹⁰⁶.

O crescimento desregulado que desenhou o território periférico durante a década de 70 do século XX, veio depois a estender-se a todo o território nacional, com incidência especial nas áreas litorais e concelhos com características turísticas.

¹⁰⁵ Esta situação é facilmente verificada na urbanização da Portela, em que apenas os equipamentos da zona central, agregados em torno da zona comercial, foram construídos, enquanto as pequenas creches, mercado, etc. que deveriam ser implantadas e pequenos terrenos espalhados em volta da urbanização, nunca chegaram a ser construídos.

¹⁰⁶ SALGUEIRO, Teresa Barata. *A cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*, Porto: Edições Afrontamento, 1992, p. 250.



[19] . Fotografia de Urbanização ICESA em Santo António dos Cavaleiros.

2.4 Agenda política do planeamento urbano

Os problemas postos pelo crescimento urbano e pela multiplicação dos intervenientes no processo de configuração do território tornou necessário a regulamentação da expansão e necessariamente a um questionamento no que respeita à localização das diversas actividades que constroem o habitat urbano.

Embora o rápido crescimento, verificado a partir da década de 60 do século XX na AML, não seja resultado de concertadas acções de planeamento urbano, não se pode dizer que a anarquia verificada no seu crescimento seja fruto da ausência de planos. No caso de Lisboa parece, pelo contrário, caracterizar-se por um excesso destes documentos.¹⁰⁷

É no final da década de 50, com a publicação da Lei 2099 de 14 de Agosto de 1959 que se criam as bases para o lançamento do primeiro (e até agora último) Plano Director da Região de Lisboa (PDRL). Este plano, concluído em 1964 nunca viria a ser aprovado, tendo sido objecto de uma revisão, em 1972, processo que viria a ser suspenso com a Revolução de 25 de Abril.

Com um horizonte de 20 anos, previa-se uma reestruturação de toda a Área Metropolitana. Propõe-se a reorganização de todo o processo de crescimento urbano visando o descongestionamento da mancha urbana central. Apoiada numa rede viária de auto-estradas sugeria-se a criação de algumas “cidades-novas”. Este plano, em complemento, classificava o restante solo intersticial de “rural”, ignorando uma resposta ao fenómeno do loteamento clandestino, que já era visível e que vinha ocupando os espaços agrícolas e florestais.

Embora nunca tenha tido uma implementação efectiva, as suas repercussões estão claramente visíveis no território. É o lançamento da “primeira pedra” para as grandes operações de urbanização, que se irão ser alvo de estudo no capítulo seguinte, alicerçadas numa rede infra-estrutural viária incompleta. Mais do que a medida de gestão e planeamento, a análise deste documento qualifica o “novo espírito” dessa época.

No urbanismo do século XIX, a Administração Pública deposita na rua, o ponto de partida para o controlo das operações de loteamento, edificação e infra-estruturação. Com o advento dos ideais do Movimento Moderno, conjugados com os ideais do liberalismo económico, a acção das Câmaras Municipais passa a estar limitada à simples apreciação dos projectos. Exigiam-se novos modelos de planeamento.

«Nos primeiros anos do marcelismo os tecnocratas-ideólogos irromperam com vitalidade. A princípio enroupados de um certo verniz de liberalismo político, limitar-se-ão, mais tarde, à simples liberalização dos negócios. A nível internacional era tempo dos gigantescos

¹⁰⁷ Na falta de urbanistas nacionais, chamaram-se técnicos estrangeiros para fazer os estudos. Em 1928, o francês J. C. Forrester denuncia a falta de um instrumento de planeamento e em 1933, o urbanista A. Agache é consultor da Comissão do Plano de Melhoramento de Lisboa. Entre 1938 e 40, seguindo as orientações traçadas por Duarte Pacheco, E. de Gröer elabora um relatório com as grandes linhas para o desenvolvimento da cidade, que seriam aprofundadas no primeiro Plano Director, só concluído em 1948, apesar da elaboração de um documento intermédio, o Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa em 1943.

Em 1958 aparece um novo Plano Director, mas igualmente não aprovado.

Entre 1963 e 67, o urbanista R. Auzelle chefia uma nova equipa do Plano Director da cidade, plano que viria a ser aprovado em 1977.

conglomerados urbano-industriais. Entre nós tão só o tempo de megalómanos projectos. A lógica do capital monopolista requeria a intervenção do Estado»¹⁰⁸.

Nos anos 60 do século XX, torna-se assim claro que o planeamento na AML não se podia fazer apenas à escala municipal, pois as inter-relações entre os vários espaços e a dimensão dos problemas envolvidos exigiam uma consideração regional. Da posição até então assumida de promotor de um reduzido número de realizações, o Estado tenta assumir um novo papel enquanto agente regulador e coordenador geral das actividades do sector privado e dos técnicos responsáveis pelo licenciamento.

«Em poucos anos passava-se de uma acérrima defesa da “casinha portuguesa”, “habitada em plena propriedade pela família”, ou dos bairros sociais restritamente destinados a determinadas categorias sociais de suporte do regime, para uma ideologia de habitação (...) de massas destinada a alojar os operários dos grandes centros industriais»¹⁰⁹.

As operações de urbanização são influenciadas por dois factores: a pressão dos factos, por um lado, e a força das ideologias, por outro. Na década de 60 do século XX, os estrangulamentos da actividade urbanizadora tornavam-se particularmente notórios e a pressão dos factos (grandes interesses estabelecidos no sector - proprietários fundiários, promotores imobiliários, etc.) era muito grande, pelo que se tomava urgente intervir na legislação sobre o ordenamento do território. Os instrumentos técnicos, para regulamentar o crescimento urbano existiam. No entanto a burocracia paralisante, a falta de vontade política juntamente com a excessiva importância atribuída à iniciativa privada, não permitiam que os planos fossem aprovados, e quando isso acontecia, raramente eram cumpridos na sua totalidade.

Entretanto, o Estado passava do discurso às reformas jurídico-institucionais, publicando diversos diplomas com um marcado sentido intervencionista. Assim, em 1970, é publicada a Lei dos Solos – Decreto-Lei (DL) 576/70; em 17 de Dezembro de 1971, foram reformulados os Planos Gerais de Urbanização e regulamentada a elaboração dos Planos de Pomenor – DL's 560/71 e 561/71; no mesmo ano foi publicado o DL 278/71, visando a repressão da construção clandestina; sobre o licenciamento urbanístico foram publicados o DL 166/70 e o DL 289/73. Ensaia-se uma racionalização do aparelho de Estado com a criação da Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo, do Fundo de Fomento à Habitação (FFH) e a reestruturação da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização.

Fracassados os ímpetos liberalizantes e falhada a reestruturação nacionalizadora do aparelho de Estado, em 1973, é apresentado o DL 289/73, de 6 de Junho, visando reduzir as demoras nas aprovações dos

¹⁰⁸ FERREIRA, António Fonseca. *Crise do Alojamento e construção clandestina em Portugal*, in Sociedade e Território n.º1, Mar. 1984, p. 31.

¹⁰⁹ *Idem*, p. 32.

loteamentos¹¹⁰ e garantir a efectiva concretização¹¹¹. No entanto, as medidas decretadas não viriam a revelar-se suficientes¹¹².

[Com a alteração de regime, e de] «*uma fase em que a administração se debatia com escassos meios legislativos, técnicos e financeiros, somos conduzidos para a floresta legislativa, a pluralidade das figuras de planeamento, a pulverização de competências e a multiplicação de tutelas que dificultam igualmente qualquer acção racional e concertada de ordenamento territorial.*

(...) sob pressão de ideologias, frequentes vezes contraditórias, aparece uma sucessão de diplomas que introduzem novas figuras de planeamento¹¹³, alteram a orgânica e as competências dos diversos níveis da administração pública, mudam o sistema de fixação das rendas, estabelecem um novo regime de loteamentos e alterações ao R.G.E.U.¹¹⁴. Surgem ainda importantes medidas para o ordenamento do território, como sejam a criação da Reserva Ecológica Nacional¹¹⁵, entre tantas outras»¹¹⁶.

¹¹⁰ Estas demoras eram decorrentes dos atrasos sofridos pelos processos na multiplicidade de entidades a que tinham de ser submetidos – estabelecem-se prazos para os diversos pareceres.

¹¹¹ Depois da aprovação eram fixados limites temporais aos alvarás e estabeleciam-se cauções permitindo que as Câmaras se substituíssem aos promotores no caso de não cumprimento.

¹¹² Todos estes planos incumbiam ao Estado o demarcação dos perímetros dos aglomerados, além de qualificar o solo em rural ou urbano, delineava uma organização futura do espaço urbano através da definição da rede viária municipal e do zonamento dos diferentes usos do solo urbano. Através de meras operações matemáticas de aplicação de índices pensava-se controlar o processo de urbanização. Criadas as expectativas de urbanização, para os agentes privados, seguindo a estrutura fundiária, delegava-se a definição do desenho urbano, ou seja, tentar “arrumar” o maior número de fogos. Seguindo o ritmo que melhor lhes convier, e através de sucessivos projectos de loteamento, estes agentes são responsáveis pelo pulverização do espaço rural.

¹¹³ Quanto às figuras de planeamento, é de salientar a criação dos Planos Directores Municipais (DL's 208/82 e 69/90) e dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (DL 338/83).

¹¹⁴ RGEU – Regulamento Geral das Edificações Urbanas.

¹¹⁵ «*Dois notícias, dá dias difundidas pela imprensa diária, vieram trazer elementos novos ao problema do crescimento urbano na zona de Lisboa. Ambas põem em foco, em sectores diferentes, aspectos fulcrais estritamente relacionados com a vida das populações que habitam na região metropolitana ou que virão habitá-la nos próximos decénios; e ambas fazem entrever os perigos fatais que ameaçam essas populações no que toca ao direito fundamental de viverem na cidade.*

A primeira das notícias referidas diz respeito ao envio pelo Governo à Assembleia Nacional de uma proposta de lei visando a protecção da Natureza, na qual se prevê a criação de parques nacionais ou regionais e de reservas naturais de diversos tipos. Apesar do pouco interesse que os problemas ligados à defesa dos valores da Natureza tem suscitado neste País (quando imediatamente lucrativos), já por várias ocasiões se têm feito ouvir vozes reclamando a necessidade urgente de se tomarem providências no sentido de se evitar a destruição de um património riquíssimo e variado como é o nosso. As mais das vezes, porém tais vozes têm realçado a importância dessa defesa ou do ponto de vista do turismo externo, ou do ponto de vista científico da preservação da fauna e da flora. (...)

Criação de um parque nacional na zona privilegiada que é a península de Setúbal (...). Isto quer dizer que o milhão e meio de pessoas que hoje se aglomeram em Lisboa ou à sua volta e os vários milhões que virão aí a instalar-se, poderão ter à sua disposição um potencial rico, extenso e variado de território, não só para utilização esporádica em tempo de férias ou em excursões turísticas, mas sobretudo – e isso é verdadeiramente importante – para o contraponto indispensável de contacto com a natureza, a ritmo semanal ou equivalente, que a vida urbana exige cada vez mais».

PEREIRA, Nuno Teotónio. *Dois sinónimos: urbanização e especulação* (texto originalmente publicado em Seara Nova, Março de 1970), in PEREIRA, Nuno Teotónio. *Escritos (1947-1966, selecção)*, Porto: FAUP Publicações, 1996, p. 112-117.

Ao nível autárquico, continuava-se a enfrentar situações de grande carência. Em 1977 é publicada a Lei 79, de 25 de Outubro, visando as obrigações das autarquias locais, assim como a delimitação de competências entre a administração central e local. Em 1984, com a publicação do DL 100 de 29 de Março, regula-se os tipos de investimentos sob a responsabilidade autárquica, que viria a ser completada apenas em 1987 com a aprovação da Lei das Finanças Locais.

Em termos urbanísticos, a acção do poder local poucas vezes interferiu na promoção de habitação, relegando essa tarefa para os agentes privados. As suas obras visavam antes responder às carências colectivas mais prementes (instalação de redes de abastecimento de electricidade e água; saneamento básico; pavimentação de estradas; equipamentos escolares de recreio e culturais, que eram previstos nas novas Urbanizações, mas quase nunca construídos antes da ocupação dos imóveis; e mais recentemente, equipamentos de apoio à terceira idade e arranjo dos espaços públicos.

¹¹⁶ SALGUEIRO, Teresa Barata. *A cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*, Porto: Edições Afrontamento, 1992, p. 250.

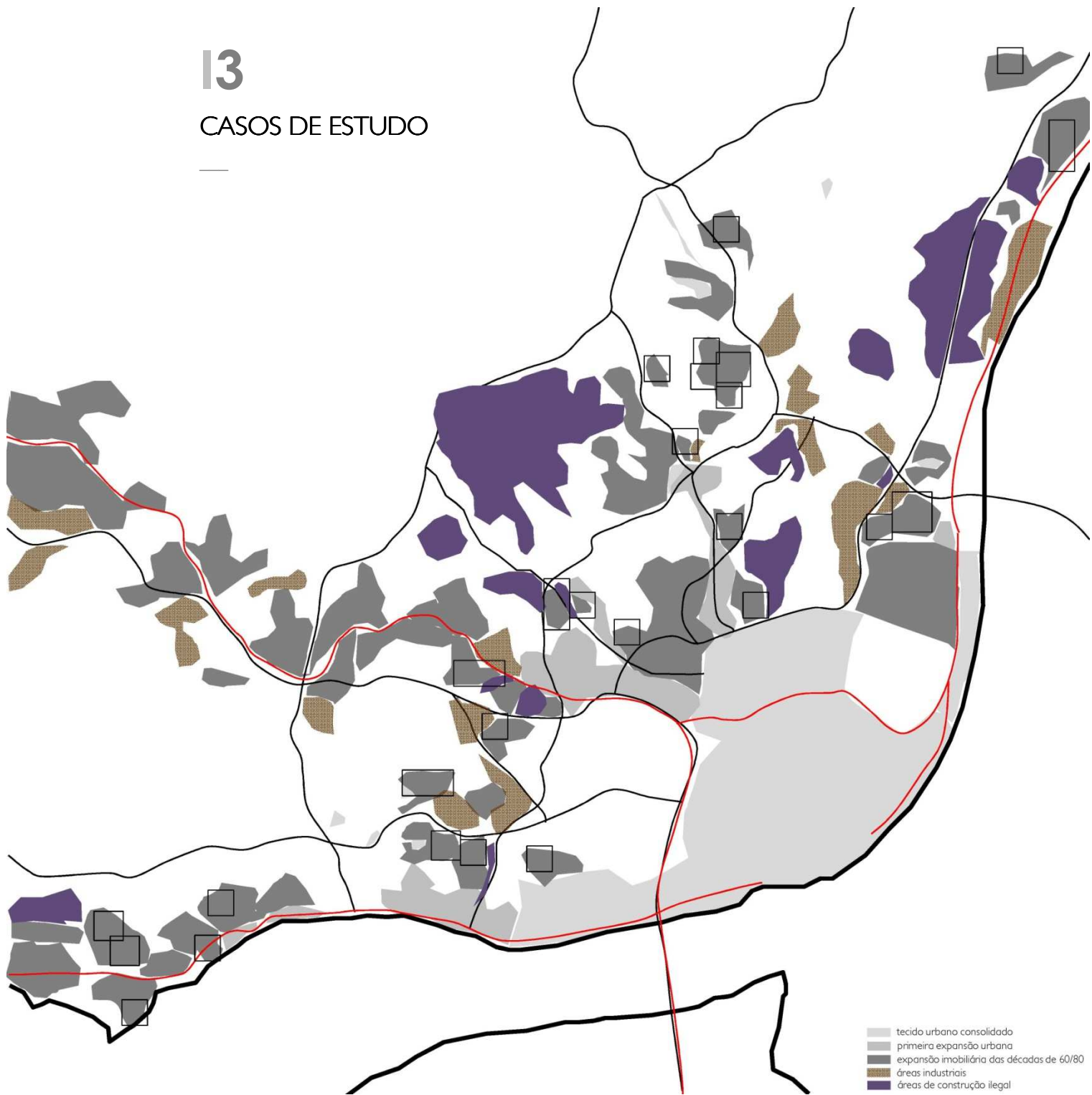


[20] . Planta de localização dos casos de estudo.

13

CASOS DE ESTUDO

—

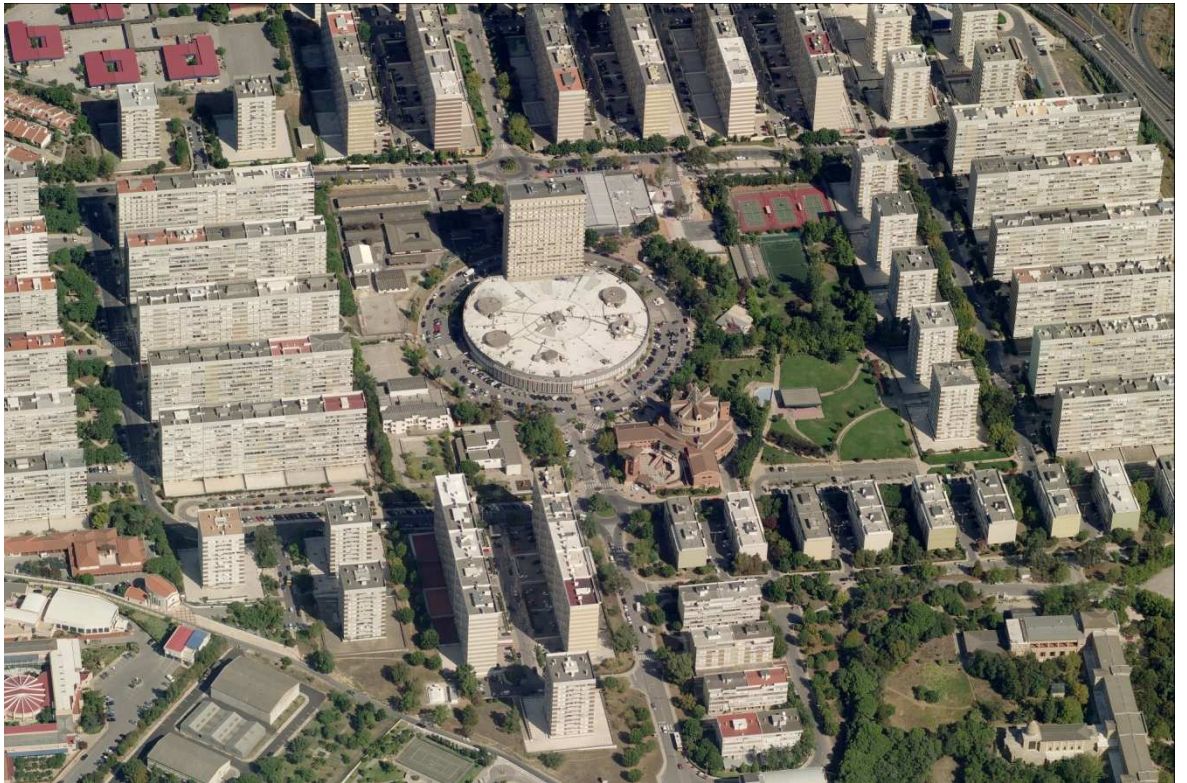




[21] . Ortofotomapa da Urbanização da Parfela

50 m

3.1 Urbanização da Portela¹¹⁷



[22] . Fotografia aérea da Urbanização da Portela.

¹¹⁷ Sobre estes assunto ver: COELHO, Hugo. *Portela, um modelo na difusão da periferia: estudo do desenvolvimento da urbanização da Portela da autoria do arquitecto Fernando Silva.* (trabalho realizado no âmbito do Laboratório de Cultura Arquitectónica Contemporânea orientado pela Doutora Ana Vaz Milheiro).



[23]. Ortofotomapa da Urbanização de Sassoeiros.

50 m

3.2 Urbanização de Sassoeiros¹¹⁸



[24] . Fotografias da Urbanização de Sassoeiros.

¹¹⁸ A Urbanização de Sassoeiros é uma iniciativa da SOGIN – Sociedade Gestora de Iniciativas Financeiras, Lda. e da construtora URBACO – Urbanizações e Construções, Lda. O Plano urbano, iniciado em 1961 foi gizado por Fernando Silva. Embora com menor dimensão que a Urbanização da Portela, são evidentes um conjunto de princípios que se repetem. O processo de execução da obra sofreu diversas peripécias como era frequente na época. Em 1975, Fernando Silva abandona o acompanhamento da obra, sendo a maioria dos edifícios já construídos sob a responsabilidade de outros autores. Embora mantendo a pretendida imagem unitária, são evidentes algumas alterações de pormenor construtivo, que no seu conjunto, permite classificar esta Urbanização como um caso menos bem conseguido que a Urbanização da Portela, sua contemporânea.



[25] . Ortofotomapa da Urbanização Alto da Barra.

50 m

3.3 Urbanização do Alto da Barra¹¹⁹



[26] . Fotografias da Urbanização do Alto da Barra.

¹¹⁹ A Urbanização do Alto da Barra faz parte de um conjunto urbanístico mais alargado que se pretendia edificar nos terrenos do Casal da Medrosa. O conjunto a sul, junto à estrada marginal é o que aqui se destaca. Este conjunto, com implantação numa zona de reconhecido interesse turístico é constituído por cinco blocos de habitação com características arquitectónicas uniformes (dispostos em forma de V, numa encosta com pendente a sul), um centro comercial e um núcleo de recreio com piscina. Este conjunto é uma iniciativa da OSAPIL – Combustíveis e Turismo e foi aprovado em 1964. No entanto, só em 1968 é que se chegou à opção actual, com projecto do arquitecto Fernando Silva. Em 1974, a MERCATOR – Sociedade de Mediação Imobiliária, Lda. assume a responsabilidade pela coordenação de todos os trabalhos. Neste empreendimento, e fruto da associação com uma empresa sueca especializada no sistema de “cofragem túnel” será experimentado um sistema construtivo ainda pouco vulgar no contexto nacional.

Esta Urbanização distingue-se das outras Urbanizações suas contemporâneas pelo cuidado que foi dispendido no tratamento dos espaços exteriores públicos. Este será um exemplo de como a prometida “cidade nova” Moderna é passível de produzir qualidade de vida.



[27]. Ortofotomapa da Urbanização da Quinta dos Condes de Carnide.

50 m

3.4 Urbanização Quinta dos Condes de Carnide

A Urbanização Quinta dos Condes de Carnide, também conhecida do Quinta da Luz, situa-se a sul do núcleo histórico da freguesia de Carnide e é resultado de um contrato do Conde de Carnide com a CMLisboa para a construção de 1050 fogos na área de 125600m².

Em 1972, José Manuel Street d'Arriaga e Cunha, enquanto proprietário da quinta, apresenta um Plano de Urbanização¹²⁰ da autoria dos arquitectos Carlos Lopes e Fernando Morais. Este plano previa a divisão da quinta em três parcelas, sendo que a célula central ficaria reservada a uso rural. Na célula poente previa-se a construção de três edifícios em torre, com alturas entre os 17 e os 14 pisos, organizados em torno de uma praça comercial, seis blocos com oito pisos, de uso exclusivamente, e uma escola. Na célula nascente, que será alvo de um estudo mais aprofundado, previa-se a construção de quatro edifícios tipo torre com altura entre os 17 e 14 pisos, implantadas sobre uma vasta zona verde central. Em seu redor estavam previstos nove blocos com oito pisos. O rés-do-chão previa-se que fosse vazado, sendo que em cave existiria estacionamento privativo para os moradores. Este plano nunca viu a ter uma implementação efectiva.

Em 1975¹²¹, para a parcela nascente é apresentada uma alteração ao plano de Urbanização inicial, da responsabilidade dos MC Arquitectos¹²² e da promotora URBIPOR, S.A.R.L.. Este projecto visava a reconversão das habitações anteriormente previstas, em habitação social de renda limitada, constituindo-se uma substituição integral do anteriormente projectado, com nova volumetria e implantação, mantendo os arruamentos e a rede de esgotos já executados.

Numa primeira fase, iniciada em 1975 e terminada em 1978, foram construídos¹²³ 13 blocos pontuais tipo torre todos sensivelmente iguais, totalizando 440 fogos¹²⁴, para os quais foi elaborado um contracto de desenvolvimento junto do FFH.

Cada torre, tem nove pisos com núcleo central de acessos verticais e quatro fogos por piso, totalizando assim 36 fogos por edifício. O rés-do-chão é ocupado com dois fogos de tipologia T2, um fogo de T3 e outro T4, com excepção dos lotes localizados em redor do Jardim Bento Martins em que o rés-do-chão é ocupado com espaços comerciais. Os restantes oito pisos contêm um fogo de tipologia T2, dois de tipologia T3 e outro de tipologia T4.

«Na organização interna dos fogos houve a preocupação de desenvolver a habitação em volta da zona de estar com um núcleo de quartos com acesso próximo à zona sanitária e outro núcleo de comer

¹²⁰ UNOR 36 Plano de Pormenor Parcial – Quinta dos Condes de Carnide, 1972.

¹²¹ Processo n.º 2596/OB/75.

¹²² MC Arquitectos – Gabinete formado por Manuel A. Menezes e Ernst Erich Wolfgang Corsépius

Erich Corsépius foi responsável entre outros projectos dos edifícios da igreja de Arroios e de um edifício de escritórios para a CGD na Avenida da Liberdade (1983-87) ambos em Lisboa.

¹²³ Construídos por: Sociedade de Construções AMADEU GAUDÊNCIO Lda.

¹²⁴ Na zona central previa-se a construção de um parque de estacionamento subterrâneo em três pisos, com capacidade para 600 veículos, substituindo-se assim o estacionamento individual de cada fogo, como era previsto no estudo de 1971, por um estacionamento comum, partilhado por todos os edifícios.



[28] . Fotografia aérea da Urbanização Quinta dos Condes de Camide.

*ligado á cozinha, mas diferenciado da sala*¹²⁵. Não existe qualquer tipo de elemento exterior (varanda) á habitação, apenas junto à cozinha foi instalada uma zona interior para estendal da roupa.

No que respeita à construção o edifício é constituído por uma estrutura de betão armado com pilares e vigas, e lajes aligeiradas pré-fabricadas. Cada pilar com secção 0,7m x 0,4m organizam-se segundo uma malha modular de 6m+5m+6m X 5 módulos de 4.36m. As caixas de escadas e dos elevadores também são em betão armado, mas executadas no local de obra.

Nas paredes exteriores serão aplicados blocos de *YTONG* para fechar as paredes entre os elementos estruturais e as interiores blocos *LECA*.

Ao nível dos acabamentos exteriores, as paredes serão rebocadas e posteriormente pintadas a cor branca, tipo "tartaruga". As caixilharias exteriores são em alumínio anodizado de cor natural, instaladas em aros e caixas de estore de betão pré-fabricados.

A proximidade das zonas de águas dos fogos contíguos, permitiu concentrar as colunas montantes em dois pontos, reduzindo-se assim o número de prumadas das águas negras, concentrando-se também, todas as instalações em dois núcleos de contadores (electricidade, água e gás) em cada piso. As águas pluviais são conduzidas em tubos de queda exteriores, precavendo-se assim possíveis problemas futuros.

A ventilação das zonas sanitárias e a extracção de fumos das cozinhas será efectuada através de um sistema de ventilação natural tipo *FÉRIA*. A cobertura é executada em placas de fibrocimento.

Em finais de 1976, com o pedido de apreciação, do projecto para cinco blocos em banda, dá-se seguimento ao Plano de Urbanização que estava em curso (as 13 torres da 1ª fase encontravam-se em construção).

Nesta segunda fase estavam previstos 265 fogos, agrupados em dois conjuntos, um com três blocos e outro com dois, correspondendo a 53 fogos cada.

Cada bloco tem 9 pisos e está orientado no sentido poente-nascente. O acesso às habitações é efectuado por galerias exteriores na fachada norte servidas por um núcleo de comunicações verticais (escada e dois elevadores). Com esta organização evidencia-se uma hierarquia de fachada, que tinha sido abandonada com as experiências Modernas, reforçada pela localização das zonas de serviço (cozinhas) na fachada voltada a norte.

O rés-do-chão é constituído por um fogo T1, dois T2 e outro T3, os restantes oito pisos são constituídos por quatro fogos de tipologia T2 e dois de tipologia T3. Não se previa a existência de habitação de porteira devido ao caris social destas habitações.

«Na organização interna dos fogos, houve a preocupação de dispor os espaços de forma que as zonas de permanência diurna (salas) ou estivessem na continuidade do espaço de comer/cozinha (T3 e T4) [localizam-se nos cantos dos blocos o que possibilita a abertura de duas janelas] ou diferenciados deste último, oferecendo possibilidade de se comer na própria

¹²⁵ CORSÉPIUS, Erich. *Memória descritiva e justificativa*, obra n° 59566, 1975, Arquivo Intermédio Municipal de Lisboa.



[29] . Fotografias dos edifícios projectados pelo arquitecto Erich Corsépius, na Urbanização Quinta dos Condes de Camide.

cozinha (T1 eT2) de maior área. No que diz respeito aos quartos, procurou-se que mesmo nas habitações menores, houvesse pelo menos um orientado a sul»¹²⁶.

No que diz respeito a estendais, prevê-se um equipamento colectivo localizado no rés-do-chão. Aí deveria ser o equipamento adequado à lavagem e secagem de roupa, havendo no entanto, um pequeno espaço destinado a estendal.

Ao nível construtivo, seguem-se os mesmos princípios utilizados nos edifícios em torre, assim como o que respeita ao tipo de acabamentos.

Esta primeira proposta foi indeferida pois não cumpria o artigo 73 do R.G.E.U.¹²⁷ e chamava-se a atenção para a zona das galerias, que *«por ser nivelada em relação aos pisos das habitações provocava condições de devassamento e insegurança que só poderão ser evitadas pelos utentes mediante constante encerramento das janelas o que provocará más condições de salubridade»¹²⁸*. Em 1977, o primeiro facto seria resolvido num projecto de alterações, quando ao segundo facto, o arquitecto alegou que se fosse implementada uma solução de rebaixamento da galeria, isso comportaria um grande aumento de custos que seriam incompatível com as características económicas destas edificações, assim, optou por reduzir ao máximo a dimensão dos vãos que contactam directamente com a galeria.

Esta segunda fase, estaria concluída em 1980, sendo que apenas foi concluída a construção de cinco dos quinze blocos inicialmente previsto.

Em Agosto de 1974, a SOGEL– Sociedade Geral de Empreitadas, Lda. apresenta a sua primeira operação de urbanização¹²⁹ nesta zona de Carnide. Nos terrenos a norte, pertencentes á Quinta dos Praças, visava-se a construção de dois edifícios em torre e um edifício escolar.

Os edifícios em torre (um com 16 e outro com 10 pisos), com projecto do arquitecto António Rodrigues Fernandes¹³⁰, ao nível da sua concepção geral, *«reflecte a preocupação da procura duma construção racionalizada, menos tradicional, onde teriam plena aplicação as técnicas mais avançadas actualmente utilizadas em grande parte da Europa»¹³¹*.

¹²⁶ CORSÉPIUS, Erich. *Memória descritiva e justificativa*, obra n° 60108, 1976, Arquivo Intermédio Municipal de Lisboa.

¹²⁷ Este artigo estipula a obrigatoriedade de a coluna de acessos ser encerrada.

¹²⁸ CORSÉPIUS, Erich. *Memória descritiva e justificativa*, obra n° 60111, 1977, Arquivo Intermédio Municipal de Lisboa.

¹²⁹ Loteamento aprovado pelo delegado da J. S. N. em 15/5/74 no processo privativo n° 9.2.149/3A/U/74

¹³⁰ António Rodrigues Fernandes – arquitecto inscrito na CMLisboa com o n° 387.

¹³¹ FERNANDES, António Rodrigues. *Memória descritiva e justificativa*, obra n° 60024, 1974, Arquivo Intermédio Municipal de Lisboa.

«Nesse esquema seguido, as paredes são a própria estrutura do edifício, com excepção das divisórias comuns aos sanitários e corredor. Nesta construção por ser difícil a abertura de roços há necessidade de estruturar uma distribuição de canalização de água e esgotos o mais concentrada possível, (...) isso foi conseguido (...) com a localização da cozinha e casas de banho junto duma conduta onde se inserem não só as prumadas verticais de águas e esgotos mas também as fugas das cozinhas e ventilação das instalações sanitárias. Para maior facilidade de reparação e conservação, estas condutas terão acesso por painéis amovíveis, localizados na casa de banho».

As habitações dividem-se em quatro tipos diferentes e estão organizadas em forma de estrela em torno de um núcleo de acessos verticais. O tipo médio dos fogos, é constituído por um vestíbulo, sala comum, com área bastante franca, três quartos, cozinha, duas casas de banho. A grande área do vestíbulo resulta do aproveitamento das áreas mortas do núcleo de acessos, localizada junto da

Em Julho de 1975, novamente uma iniciativa da SOGEL¹³², agora nos terrenos da Quinta dos Condes de Camide, inicia o projecto da construção de um bloco de edifícios, situado a nordeste da urbanização. O projecto que viria a ser galardoado com o Prémio Valmor em 1978, foi entregue ao arquitecto Fernando Silva¹³³.

Este edifício destinava-se à construção em regime de propriedade horizontal, diferenciando-se dos outros edifícios que estavam em construção na mesma urbanização e que se destinavam a habitação de cariz social.

Para este local, estava estabelecido, no primeiro Plano de Urbanização, o parcelamento em cinco lotes, facto que foi alterado por razões de economia de meios. Assim foram reparcelados e divididos em dois lotes, respeitando-se a anterior área de implantação, área de ocupação, número de fogos e correspondente estacionamento privativo.

«Reduz-se assim a dois quintos os meios principais e secundários de interligação entre os andares e simplificam-se e reduzem-se os gastos com a generalidade das instalações técnicas. (...)

«Porque não se subdivide nem se intersecta com cinco rampas e outras tantas escadas, ascensores, etc. [na cave] fica assegurado o total de 125 carros, mais um do que o numero de fogos que foram oportunamente fixados para o conjunto. Aliás, esta capacidade de parque seria impossível no caso de subdivisão em cinco partes e muito menos uma só cave como então fora previsto»¹³⁴.

escada de serviço. No tipo mais desenvolvido, este esquema de compartimentação é aumentado com mais um quarto, consequência do aproveitamento da mesma zona que nos níveis superiores beneficia da possibilidade de abertura de janela para exterior.

«Pretendendo-se criar um clima de comunidade entre os vários inquilinos, previu-se no rés-do-chão uma zona de convívio, que além de servir de recreio de Inverno para as crianças permite também a realização de festas e as reuniões dos proletários. Ainda como complemento das habitações aproveitou-se a cave para arrecadações privativas de cada fogo» Na cave foi também previsto um estacionamento conjunto entre as duas torres, com capacidade de um carro por fogo.

Os revestimentos interiores resumem-se a uma pintura directa sobre o betão, pois a superfícies desmoldadas apresentam um elevado grau de perfeição pelo que dispensam a aplicados de reboco. No entanto, para maior conforto interno nas paredes em contacto directo com o exterior será assente um isolamento térmico de comprovada eficiência.

Nas casas de banho e cozinha, seguindo o mesmo critério de evitar as argamassas e o aumento e o aumento de mão-de-obra, as paredes serão revestidas com um material lavável, tipo temo-laminado ou semelhante, de colagem directa sobre a superfície a revestir.

Nos pavimentos a solução de alcatifa para as salas e quartos é a mais adequada, pois além de fácil aplicação e valor decorativo, elimina ainda a transmissão de sons por precursão. As cozinhas e casas de banho, pela sua necessidade de superfícies impermeáveis, serão revestidas com mosaicos vinílicos. Para quebrar as grandes superfícies, será impresso no betão um desenho, cuja repetição eliminará a monotonia das paredes lisas. O alumínio vai ser o material empregado na construção das caixilharias»

FERNANDES, António Rodrigues. *Memória descritiva e justificativa*, obra n.º 60024, 1974, Arquivo Intermédio Municipal de Lisboa.

¹³² Nesta altura, a SOGEL estava associada com a IMOTÉCNICA – Sociedade Técnica de Construções Imobiliárias, S.A.R.L.. A SOGEL ficava responsável por todo o projecto de construção, enquanto a IMOTÉCNICA que ficava responsável pela comercialização dos fogos.

¹³³ Fernando Silva – arquitecto inscrito na CMLisboa com o n.º66.

¹³⁴ SILVA, Fernando. *Memória descritiva e justificativa*, obra n.º 59559, 1975, Arquivo Intermédio Municipal de Lisboa.

Quanto ao corpo elevado, subdividido em dois lotes, rés-do-chão e oito andares são ocupados exclusivamente por uso habitacional, sendo 28 habitações do tipo 2 e 34 do tipo 3, mais os alojamentos de porteiro e ainda sala de reuniões de condóminos.

«Além do habitual vestíbulo de recepção ao nível da entrada, cada um dos 8 andares possui o recinto em que se concentram ascensores e escada, e ainda a dependência que abriga a descarga de lixos. Duas escadas secundárias a toda a altura, totalmente independentes das que se inscrevem nas mesmas prumadas mas pertencentes às caves, asseguram o sistema de emergência das zonas elevadas e das zonas subterrâneas. Estas aliás, são reforçadas com outras duas as quais devidamente protegidas, ladeiam as escadas que sobem desde a rua até ao nível das entradas dos edifícios. (...)

Pretende-se edificar um conjunto modulado com cofragem túnel, facto que implica a repetição da estrutura. Nestas condições e também para se evitarem encargos adicionais com zonas não rentáveis, propõe-se simplesmente a supressão de andares vazados; o inferior ocupando-o com zonas habitacionais uma das quais substitui em parte a prevista área comercial que se anula por não interessar no momento actual, e o superior ao nível da cobertura, em face do modo como de remata o conjunto»¹³⁵.

Toda a concepção é extremamente simples conseguida com as variações de planos verticais que repetem sem artifícios o funcionamento interno e com a predominância horizontal imposta pela sequência dos vãos e respectivos planos de enquadramento que serão executados segundo a mesma técnica usada na estrutura¹³⁶.

«Obtêm-se portanto um projecto funcional com adequadas qualidade técnicas e plásticas em que se pretende evitar baixa qualidade por ser anti-económico»¹³⁷.

Em 1979¹³⁸, pede-se a apreciação do projecto de alteração dos parcelamentos estabelecidos para os blocos A, C e H do Plano de Urbanização da Quinta dos Condes de Carnide¹³⁹, tendo como condição imperativa evitar o domínio de fachadas norte,

As dimensões dos lotes e a sua orientação resultam de esquemas funcionais e construtivos semelhantes aos adoptados no edificio já construído e que foi alvo da atribuição do Prémio Valor, *«com iguais módulos e idêntica distribuição e tipologia, pois pretende-se realizar todo o empreendimento usando*

¹³⁵ SILVA, Fernando. *Memória descritiva e justificativa*, obra n.º 59559, 1975, Arquivo Intermédio Municipal de Lisboa.

¹³⁶ Sobre este assunto ver em anexo: *Memória descritiva dos engenheiros do betão, Nuno Patrício e Boadita Ferrão em Junho 1977*.

¹³⁷ SILVA, Fernando. *Memória descritiva e justificativa*, obra n.º 59559, 1975, Arquivo Intermédio Municipal de Lisboa.

¹³⁸ Novamente numa iniciativa da SOGEL e com projecto do arquitecto Fernando Silva.

¹³⁹ Processo 312/OB/79, estudo proposto para alteração ao parcelamento, apresentado a apreciação em 2 de Novembro de 1979 e aprovado em 4 de Janeiro de 1980.



[30] . Fotografia do edifício Prémio Valmor, da autoria do arquitecto Fernando Silva, na Urbanização Quinta dos Condes de Carnide.

integralmente em fases sucessivas as cofragens metálicas»¹⁴⁰.

Desta forma sem acréscimo de área de ocupação reduzem-se os meios de interligação entre os andares e simplifica-se o processo funcional dos parques privativos para os 306 carros previstos que seriam impraticáveis numa só cave no caso do anterior parcelamento dos lotes.

Outras vantagens apontadas para esta solução é a redução dos gastos municipais no tratamento de zonas envolventes, o aumento da privacidade dos fogos, e a variedade das implantações dos edifícios que iria enriquecer o ambiente urbano, assim como os diferentes enquadramentos floridos oferecidos por cada lote.

«A construção é logicamente de interesse dos proprietários dos condóminos e naturalmente também os arranjos floridos e outros, tal como a conservação, limpeza e vigilância. São na mesma espaços para vivência e recreio que são controláveis pelos próprios utentes e tanto quanto possível protegidos contra indesejáveis estranhos. Dai a elementar definição de limites com floreiras decorativas que de nenhum modo anulam o conceito de desafogo ou eirado de suporte de edifícios isolados. Note-se que as condições topográficas da implantação contrariam a hipótese de serem rigorosamente nivelados»¹⁴¹.

Esta proposta viria a ser aprovada, depois de diversas reuniões com os arquitectos José Tudela e Mário Martins, representantes da CMLisboa.

«A solução proposta, mantém o mesmo número de pisos e volta a dar aos blocos em causa, área de estacionamento privativo, como fora previsto no estudo inicial e que havia sido retirado na ultima versão aprovada»¹⁴².

Depois de aprovado o plano, em 1978, começam as obras de edificação dos lotes G1 e G2, seguidamente dos lotes H1 e H1 e A2, A2, A3, C1 e C2.

Com o isolamento de cada bloco, evitou-se a situação dominante de fachadas norte-sul em favor de nascente poente, por se obter melhor orientação com as suas quatro fachadas livres. Acrescem ainda, vantagens de ordem funcional que se reflectem na distribuição dos condóminos, assim toda a altura a partir das fundações será repetitivo o uso do sistema de cofragens metálicas tipo *GKN*. No que respeita ao estacionamento, quando possível, o acesso será feito por uma rampa comum.

Cada bloco, destinado á venda em fracções autónomas, com nove pisos habitacionais e mais um em semi-cave agrupa 36 fogos e igual número de lugares de estacionamento e arrecadações.

O rés-do-chão (ao nível do logradouro) é ocupado por uma habitação para a porteira, um fogo do tipo 1, um do tipo 2, um do tipo 3 e zona de reunião dos condóminos. Nos restantes 8 pisos constam 16 habitações do tipo 2 e 16 habitações do tipo 3.

¹⁴⁰ SILVA, Fernando. *Memória descritiva e justificativa do projecto de alteração dos parcelamentos*, obra nº 60339, 1979, Arquivo Intermédio Municipal de Lisboa.

¹⁴¹ *Idem*.

¹⁴² *Idem*.



[31] . Fotografia dos edifícios da autoria do arquitecto Fernando Silva, na segunda fase da Urbanização Quinta dos Condes de Carnide.

A concepção funcional e estética é extremamente simples por semelhante a que o autor concebeu para os lotes I e K. A composição é dominada pela sequência dos vãos e pelos planos horizontais pintados a cor bege (cortinas pré-fabricadas), por sua vez enquadrados nas superfícies dos cunhais executados com a mesma técnica usada para toda a estrutura. A caixilharia é em alumínio anodizado enquadrada por painéis em chapa do mesmo material de cor bronze.

A estrutura é constituída por paredes em betão armado dispostas segundo as direcções ortogonais principais do edifício. A sequência de paredes são interligadas entre si pelas lajes dos pisos e pelas paredes do corredor de acesso às habitações. Para a cobertura do estacionamento que serve de logradouro do edifício, adoptou-se uma estrutura em laje fugiforme sem capitéis aparentes.

Ao nível planimétrico, o fogo desenvolve-se segundo um esquema modular de 3m que serve todas as assoalhadas com excepção da zona das cozinha e sala onde é usado um módulo de 6m. A modulação longitudinal é de 7m, sendo esta a profundidade de cada fogo.

A sala comum é colocada estrategicamente na posição de canto, para assim ser possível abrir vãos em duas paredes exteriores, o que permite uma maior adaptabilidade no domínio das condições de insolação e ventilação.

Todas as divisões de serviço (instalações sanitárias e cozinhas) estão localizadas junto á galeria de acessos, tomando-se assim mais rentável todo o sistema de infra-estruturas.

O acesso às habitações é feito através de um grande átrio de recepção que é protegido com uma pala de recepção.

No que se refere aos acabamentos, as carpintarias interiores são de madeira nacional de primeira qualidade, as caixilharias das janelas são em alumínio anodizado cor natural, com estores em régua de plástico cor branca. Todas as superfícies exteriores são pintadas a tinta textura de cor branca e bege.

As pequenas alterações (ajustes na dimensão da sala e cozinha e fechamento do acesso ao logradouro, com a colocação de uma floreira) que estes edifícios foram sofrendo ao longo do processo de construção são da autoria do arquitecto Jorge Costa¹⁴³, que á época era o mais importante colaborador de Fernando Silva. Este Arquitecto, nos lotes apenas terminados em 1982, chegou mesmo a assumir a responsabilidade total pela obra.

¹⁴³ Jorge Manuel Soares da Costa – arquitecto inscrito na CMLisboa com o n.º 288.



[32] . Ortofotomapa da Urbanização de Linda-a-Velha.

50 m

3.5 Urbanização de Linda-a-Velha¹⁴⁴



[33] . Fotografias dos edifícios da Urbanização de Linda-a-Velha.

¹⁴⁴ O estudo para a Urbanização de Linda-a-Velha tem início em 1967 quando António Marques dos Santos apresenta um pedido para urbanizar uma área classificada como zona rural. Em 1969 é apresentado um primeiro desenho urbano, da responsabilidade dos arquitectos António Portela e Fernando Ramalho, onde se previa todo o tipo de necessidades que a vida numa cidade-satélite exigia.

Em 1973, agora sobre a responsabilidade da COTAI – Companhia Técnica de Administração e Investimentos, S.A.R.L., da SEMTEMPE – Companhia Técnica de Investimentos Urbanos, S.A.R.L. e da ESTIMULO – Investimentos Comerciais e Industriais, S.A.R.L. é apresentado um novo Plano de Urbanização. Este plano, da autoria de uma equipa de projecto dirigida pelo engenheiro Valentim Fernandes dos Santos, da qual faziam parte, repontáveis pela arquitectura e urbanismo, os arquitectos João Forman Esteves, Rodrigo Guilherme Sampaio Viola e Carlos Luís Fariña Antunes que apenas respeita a rede principal de circulação viária proposta no primeiro estudo. Esta equipa de projecto será a responsável pelo desenho de todos os lotes, seguindo a formalização de 15 lotes tipo. Este é um exemplo onde uma vasta equipa de projecto é capaz de acompanhar todas as fases ao longo do processo de construção que se estende por cerca de 20 anos. A uniformização habitacional foi conseguida, no entanto, no que respeita á qualidade dos espaços público de dos equipamentos que foram planeados, o nível de exigência foi menor.



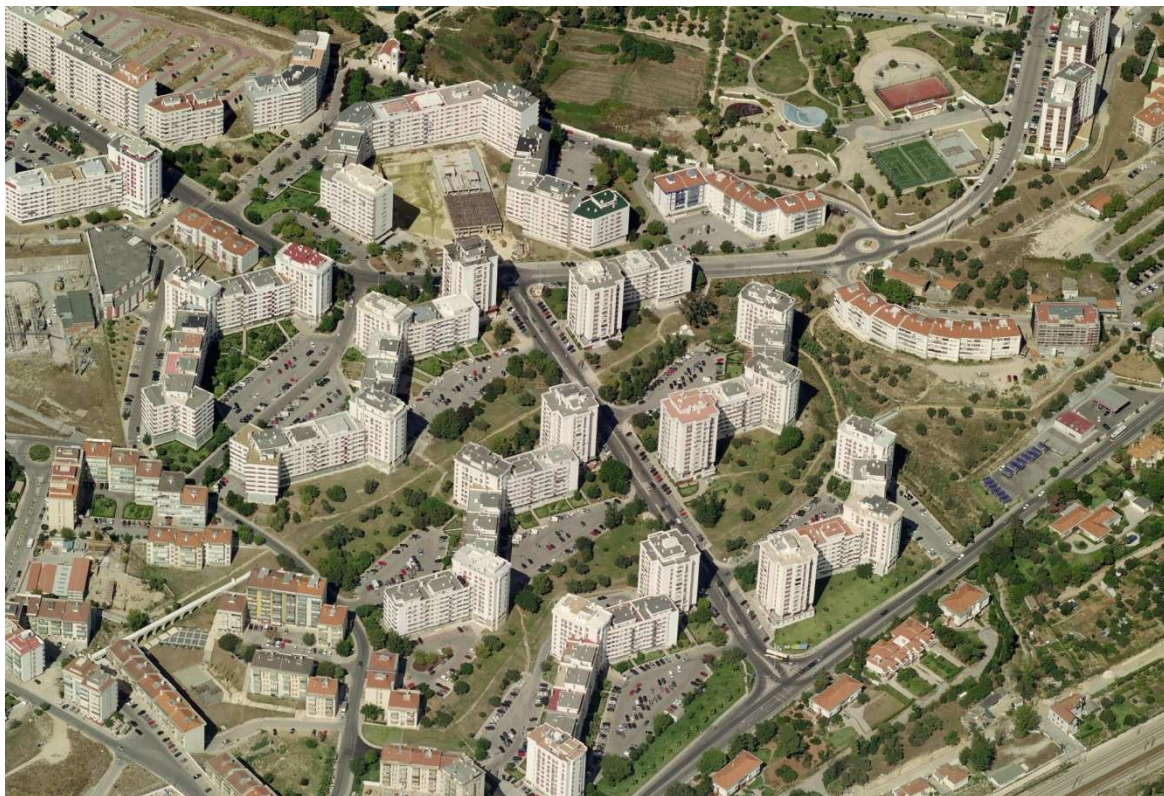


[34] : Ortofotomapa da Urbanização Quinta da Piedade – 1ª fase.

50 m



3.6 Urbanização Quinta da Piedade - 1ª fase¹⁴⁵



[35] . Fotografia aérea da Urbanização Quinta da Piedade – 1ª fase.

¹⁴⁵ Terá trabalhado nesta Urbanização o arquitecto Luiz de Castro Gentil Soares Branco (1919-1997), C.f. AGAREZ, Ricardo Costa. *O Moderno Revisitado: Habitação Multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Direcção Municipal de Cultura, 2009, p. 268.



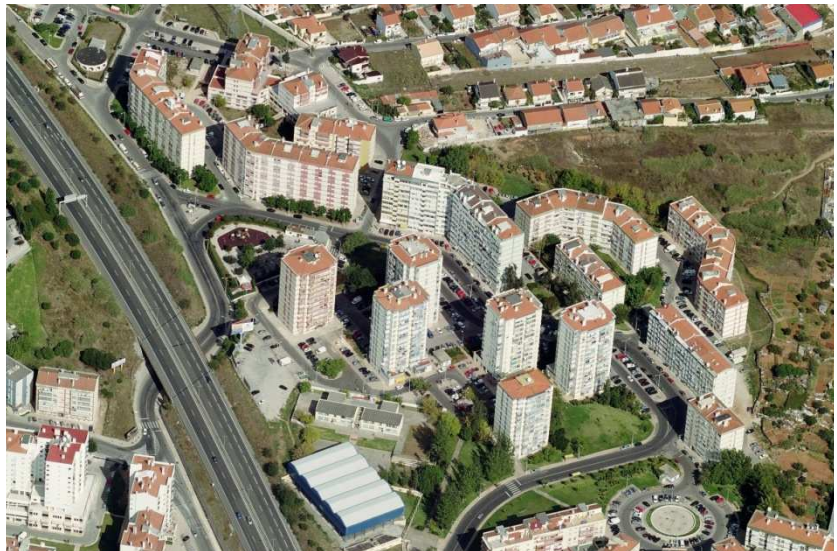
[36] . Fotografias da Urbanização Quinta da Piedade – 1ª fase.



[37] - Ortofotomapa da Urbanização CODIVEL – Póvoa de Santo Adrião

50 m

3.7 Urbanização CODIVEL – Póvoa de Santo Adrião¹⁴⁶



[38] . Fotografias da Urbanização CODIVEL (em cima) e fotografia aérea da mesma Urbanização

¹⁴⁶ Terá trabalhado nesta Urbanização o arquitecto Sérgio Guilherme Botelho de Andrade Gomes (1915-2002), C.f. AGAREZ, Ricardo Costa. *O Moderno Revisitado: Habitação Multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Direcção Municipal de Cultura, 2009, p. 273.



[39]: Ortofotomapa da Urbanização Nova Oeiras.

50 m

3.8 Urbanização Nova Oeiras¹⁴⁷



[39] . Fotografias aérea da Urbanização Nova Oeiras.

¹⁴⁷ Autor: Luís Cristino da Silva; Colaboradores: Pedro Falcão e Cunha, Palma de Melo (Estalagem), João Barata Gagliardini Graça, João Lopes Fonseca, Luís Wellenkamp, Luís Guinapo Feronha e Luís Faria e Maia; Projecto Paisagístico: Gonçalo Ribeiro Telles, Edgar Sampaio Fontes.

«O plano geral da obra seria aprovado pelo Ministro as Obras Públicas, por despacho de 1 de Abril de 1954. O licenciamento da urbanização consta da escritura pública celebrada em 21/6/1956. A urbanização abrangia uma área de 420 mil metros quadrados. A construção do núcleo-base (centro comercial; blocos e torres) ficou concluída em 1961. Em 1962 o plano inicial sofreu alterações, prevendo-se uma mega-torre de 20 pisos no local onde hoje se situa a igreja. Esta torre, cujo projecto fazia lembrar a torre do Areeiro (igualmente da autoria de Cristino da Silva), não foi executada».

in <http://www.novaoeiras.com/historia.html>





[40] - Ortofotomapa da Urbanização de Camaxide.

50 m

3.9 Plano de Expansão de Carnaxide

O Plano de Expansão de Carnaxide é uma iniciativa da SOLÁTIA – Sociedade Nacional de Investimentos Imobiliários, S. A. R. L., com Estudo Prévio¹⁴⁸ apresentado em 1961.

A expansão deste núcleo foi aceite por despacho ministerial de 30 de Julho de 1962 que homologou um parecer do GPDRL¹⁴⁹ (proc 2801-CS), do qual se destacam as seguintes condições fundamentais: a densidade máxima não ultrapassar os 160 hab/ha estipulados no estudo; a cedência de terrenos para construir 400 fogos para casas económicas e 150 fogos para realojar as famílias que, à época, viviam em barracas na Estrada Militar e junto ao Parque de Monsanto.

O ante-plano de Urbanização é da responsabilidade de uma equipa de técnicos de diferentes especialidades: Rui Jervis d’Athouguia (urbanização), António Salvação Barreto e Ponce Dentinho (arranjo paisagístico) e Simões Coelho (Estudo de arruamentos, esgotos e águas) – foi apresentado em Junho de 1963 e aprovado pelo Ministro das Obras Públicas em 23 de Dezembro de 1963.

«Com o fim de evitar futuras reclamações, algumas das quais são já do nosso conhecimento, somos de parecer que oportunamente deverá o plano de urbanização ser sujeito a inquérito público»¹⁵⁰.

Chama-se ainda a atenção para a preocupação de se estabelecer uma zona de transição entre a escala do actual aglomerado e a da zona de expansão com maior cêrcea e que não poderá dispensar-se a devida arborização para diminuir o impacto visual provocado pela Auto-Estrada.

«Não poderá ser aprovado qualquer projecto de execução ou autorizado qualquer trabalho sem estarem cumpridas as condições relativas á construção de casas económicas e supressão de barracas»¹⁵¹.

Todo o início do processo desenrola-se numa constante sucessão de acontecimentos, sendo frequentes as tentativas de atropelos aos vários prazos de apreciação e decisão legalmente estabelecidos¹⁵². Em Janeiro de 1964, numa evidente tentativa de pressionar a CMOeiras, e num período em que ainda se estava a desenvolver o Plano de Urbanização, é celebrado um contrato de cedência correspondente a 20% dos terrenos da urbanização¹⁵³, propondo-se ainda a comparticipação no nó de ligação à Auto-Estrada no sítio do Carrascal em Linda-a-Velha – têm assim início as operações de terraplanagem.

O Plano de Urbanização, foi apresentado em Junho de 1966, dando-se destaque na sua memória descritiva aos princípios de regulamentação que são considerados importantes para que a coordenação dos trabalhos de construção se processe de maneira a garantir um harmonioso desenvolvimento do conjunto.

¹⁴⁸ Processo OCP 338/61.

¹⁴⁹ GPDRL - Gabinete do Plano Director da Região de Lisboa.

¹⁵⁰ CUÑIA, Luis Domingues (engenheiro); SANTOS, Fernando A. Ferreira dos (arquitecto); NASCIMENTO, Eugénio Fonseca (arquitecto). *Acta da comissão para apreciação dos Planos de Urbanização*, obra n° 820/63, 1963, Arquivo Municipal de Oeiras.

¹⁵¹ RESENDE, Miguel. *Nota de apreciação do engenheiro director do GPDRL*, obra n° 820/63, 1963, Arquivo Municipal de Oeiras.

¹⁵² Em 1962, ainda antes de ser aprovado o ante-plano, a SOLÁTIA já pedia autorização para iniciar as operações de terraplanagens e movimentações de terras – presidente decide mandar aguardar. Em Outubro de 1963 o processo repete-se pois ainda não tinha sido aprovado qualquer plano de arruamentos.

¹⁵³ Estes terrenos destinavam-se à edificação de uma igreja, escola, edifícios públicos, construção de casas económicas, arruamentos parques públicos e zonas verdes.

«Estamos em presença de um caso invulgar entre nós; o de se prever, se bem que por fases, a construção de todo o aglomerado, estando já executados ou em estudo os respectivos projectos.

Espera-se assim que da colaboração dos arquitectos encarregados da elaboração desses projectos com a equipe de técnicos autores dos estudos de urbanização, se possam colher os desejados frutos de ambiente e integração de soluções»¹⁵⁴.

Em relação ao ante-plano foram, modificados os traçados de algumas vias de trânsito para melhor adaptação às exigências do traçado e à topografia do terreno, obtendo-se assim uma mais equilibrada utilização dos espaços a servir. No centro cívico e comercial, localizado na zona central, ficaram englobados todos os serviços públicos de interesse geral, assim como uma *«vasta recolha subterrânea de automóveis»¹⁵⁵.*

«Quanto a abastecimentos, cremos que as instalações comerciais previstas, tendo em atenção as actuais tendências para a concentração (supermercados, etc.) satisfarão as necessidades desta nova zona. Julgamos que numa área em que todas as povoações se estão expandindo, a instalação de um mercado propriamente dito, onde se concentrem directamente e ocasionalmente os produtores agrícolas, dever ser, como as instalações de bombeiros e dos serviços municipais, resolvida à escala concelhia»¹⁵⁶.

Logo após a apresentação do plano de Urbanização procede-se á celebração do contrato final de cedências e contrapartidas¹⁵⁷.

Depois de aprovado o ante-plano, enquanto no atelier do Rui d'Atouguia se procedia á execução do respectivo plano, a SOLÁTIA já estava, no seu gabinete técnico, a executar projectos de execução de diversas construções. Esses projectos, embora não se ajustando ao Plano aprovado, contra vontade da equipa de projecto, foram incorporados com o intuito de não atrasar mais os planos de construção. Este estreimar de relações entre os vários intervenientes (arquitectos e promotora) não demoraram muito a atingir uma posição ruptura.

¹⁵⁴ ATHOUGUIA, Rui d'. *Memória descritiva do Plano de Expansão de Camaxide*, obra nº 820/63, 1966, Arquivo Municipal de Oeiras.

¹⁵⁵ *Idem*.

¹⁵⁶ *Idem*.

¹⁵⁷ Neste contrato celebrado em Junho 1966, define-se que todos os encargos de urbanização são de conta dos proletários (trabalhos de pavimentos dos arruamentos, redes de saneamento, regularização das superfícies dos logradouros, colocar bocas de regas se necessário, execução da rede eléctrica). Ficou também estipuladas as áreas definitivas a ceder à CM Oeiras: 8102m² de terrenos destinados à igreja e terreiro; 6933m² de terreno destinado à escola; 490m² de terreno destinado à junta de Freguesia; 39505m² de terreno destinado aos arruamentos principais; 197318m² de terreno destinado a zonas verdes, a ceder oportunamente depois da entrega dos projectos; 27500m² de terreno destinado a casas económicas, conforme obrigação assumida pela SOLÁTIA; execução da estrada da Portela, de ligação ao nó da Auto-estrada. O prazo máximo para a execução de todos os trabalhos de arruamentos ficou fixado em um ano.



[41] . Fotografia aérea da Urbanização de Camaxide.

«Em recente visita ao local verifiquei que se fizeram construções em total desarmonia com o espírito do plano e com os volumes de construção previstos. Assim, onde se previam dois pisos, na zona estudada para constituir uma transição suave da escala do aglomerado existente para as zonas de maior densidade, surgem construções com três pisos e cave e com quatro pisos. As construções previstas com quatro pisos, no extremo nascente do novo aglomerado, começam a ser realizadas com cinco, prejudicando o desfogo visual do cabeço nascente.

Em resumo, o que está construído não respeita o Plano aprovado e parece constituir para o novo aglomerado um péssimo princípio»¹⁵⁸.

Com o atrasar dos trabalhos, numa situação financeira fortemente deficitária, a SOLÁTIA atingiu um momento de ruptura. Em Agosto de 1969, depois de a anterior administração se demitir, os novos responsáveis comunicaram à CMOeiras que se teria de proceder a uma revalorização da zona urbanizada.

«Considera-se que a população actual de 159 hab/ha, num total de 10364 ha, é muito baixa se compararmos com a de urbanizações em curso em toda a zona de Lisboa e arredores, incluindo o próprio concelho de Oeiras (Santo António dos Cavaleiros, Reboleira, Alfragide, Miratejo, etc.), e mesmo de certas urbanizações da cidade de Lisboa, para zonas com importância semelhantes às da SOLÁTIA, como sejam as urbanizações das Malhas de Carnide, Telheiras, Carriche, etc. Em todas a densidade varia entre 250 e 350 hab/ha. Considerando-se que a desactualização verificada no que respeita á densidade populacional do Plano de Expansão de Camaxide interpreta-se como normal, porquanto os seus estudos e projectos datam do ano de 1963, considerando-se que a desactualização referida é francamente sensível em relação ao custo das infra-estruturas e mão-de-obra que cada vez estão mais elevados. (...) considera-se ainda, que se impõe à SOLÁTIA, na medida adequada, a revisão da densidade aprovada, sem prejuízo do equilíbrio necessário entre o número de habitantes e o número de equipamentos (escolas, centros comerciais, etc.) ampliando-se substancialmente o numero de locais para estacionamento automóveis os que aliás, são no estudo actual, manifestamente insuficientes.

Esse aumento de densidade haverá de processar-se principalmente em altura, meio pelo qual melhor se garante a liberdade de áreas ao nível do solo, (...) parece-nos perfeitamente justificado (...) o aumento de dois pisos nas células 4, 5, 8, 9, 10, 13, 14 e 15»¹⁵⁹.

Esta tarefa, de revisão do plano¹⁶⁰, ficará a cargo do arquitecto Alves Ferreira¹⁶¹. Propõe-se assim, como forma de fazer face aos elevados encargos financeiros previstos, e para que se possa «chegar a bom

¹⁵⁸ ATHOUGUIA, Rui. *Carta de reclamação dirigida ao Presidente da CMOeiras em 13 de Fevereiro de 1969*, obra n.º 820/63, 1966, Arquivo Municipal de Oeiras.

¹⁵⁹ [s.n.]. *Acta da reunião ordinária realizada em 21 de Agosto de 1969*, obra n.º 820/63, 1969, Arquivo Municipal de Oeiras.

termo, torna-se absolutamente necessário aumentar a densidade desta pequena malha de 28,5ha para 250 hab/ha»¹⁶².

«Na revisão que se teve de proceder para reajustamentos do plano, deu-se conta de deficiências existentes no antigo plano que, como é natural, tiveram de ser rectificadas, tal como a criação de grandes áreas para estacionamento públicos de viaturas, quase inexistentes, acessos directos para viaturas a prédios que estavam implantados no meio de jardins obrigando, por isso, que as mudanças se fizessem a braço sem possibilidade que junto dos edificios pudessem chegar as pesadíssimas viaturas dos bombeiros, as próprias macas de transporte de doentes, sem contar com os possíveis deslocamentos de pessoas idosas ou inválidas (...) Como é evidente, a zona comercial teve também de ser aumentada, (...) para permitir a criação de supermercados, tendência actual para o abastecimento das populações em substituição dos mercados actuais. (...) Também não estava previsto no plano, e que agora se considerou, o acesso para abastecimento das lojas nas zonas comerciais»¹⁶³.

Por esta data estimou-se vender os 2148 fogos mais os 660 agora previstos, a 70 contos cada, os valores que até então tinham sido atingidos rondavam os 58 e 60 contos/fogo.

«Sem dúvida que, ao entrar-se na realização prática de um Plano de tal envergadura, se verifica sempre um acréscimo de ocupação do solo que até certos valores se consideram normais e que, o Plano comporta perfeitamente.

Isto resulta do facto de que, embora os estudos realizados na base de Projecto por muito desenvolvidos que venham a ser, e levando em conta factores actuais e futuros dos mais variados, terem de ser ajustados. O fundamental é que, os elementos componentes do plano tais como áreas habitáveis, vias de estacionamento, espaços verdes e equipamentos estejam numa proporção equilibrada com esses ajustes. Num caso como o da SOLÁTIA, e especificamente na célula 5 em que existe um aspecto económico aliado a uma valorização das zonas mais privilegiadas, devido à proximidade dos centros cívico e comercial, que por si, marcam a zona principal de toda a urbanização e onde avultam edificios de grande porte, não pode ser descurado o desenvolvimento de amplos fogos, dignos de zonas tão francamente beneficiadas, implicando assim em ajustes, que se traduzem implicitamente em aumentos de áreas de ocupação, não resultando, porém, quaisquer adicional de fogos ou densidades, salvaguardando-se as cérceas e espaços livres. (...)

¹⁶⁰ Este plano constituindo o processo 1983/69 viria a ser aprovado em 23 de Agosto de 1969 conforme deliberação tomada em reunião

¹⁶¹ José Carlos de Paula Alves Ferreira – arquitecto inscrito na CMOeiras com o n.º 1226.

¹⁶² FERREIRA, Alves. *Memória descritiva e justificativa do Plano de expansão de Camaxide*, obra n.º 820/63, 1969, Arquivo Municipal de Oeiras.

¹⁶³ *Idem*.

Esses mesmos aumentos foram distribuídos em benefício de amplas salas e quartos com armários embutidos, grandes despensas e arrumos, cozinhas e estendais, criação de copas nas habitações de maiores dimensões, comunicações verticais amplas, em que se criaram entradas separadas (serviço e principal), tubagem e zona de recepção de lixo etc.

Com tais programas, nada mais natural do que as áreas inicialmente marcadas, sofram aumentos proporcionais às condições de vivência, agora oferecidas aos futuros utentes, não provocando por isso, acréscimo de fogos ou maior densidade habitacional.

Os próprios planos devem ter a elasticidade para se adaptarem a essas circunstâncias»¹⁶⁴. [este depoimento mostra bem o tipo de princípios sob os qual esta Urbanização foi dirigida].

A principal alteração verificou-se na célula 15¹⁶⁵, resultante da impossibilidade de implantar o edifício escolar no local anteriormente estabelecido segundo os condicionamentos de orientação agora exigidos.

«Os referidos condicionamentos obrigam por consequência, a alterar a disposição dos edifícios, projectados para a célula 15, do plano de urbanização, alteração que se traduziu não só na perfeita orientação para o grupo escolar, como também por uma melhor localização dos edifícios, projectados para a célula.

Assim foi possível dar uma melhor disposição aos edifícios, optando-se por um partido mais nítido através do contraste que se estabelece entre os blocos de 10 pisos, orientados no sentido norte-sul, segundo o eixo maior, ligados por blocos de três ou 4 pisos orientados a nascente poente (igualmente segundo o eixo maior). Esta solução permite também, a criação entre os blocos mais altos, de logradouros que se orientam unicamente a sul, formando zonas perfeitamente protegidas e nas quais se estabelecem parques de estacionamento, com grande capacidade, além de amplas zonas ajardinadas, elementos que não estavam previstos na actual solução»¹⁶⁶.

Em Setembro de 1971, arrancam os projectos de execução dos edifícios da célula 15 da responsabilidade do arquitecto Alves Ferreira. Com o fim de se conseguir maior fluidez do espaço ao nível do solo, com vistas mais livres e acesso mais fáceis entre os edifícios, parques de estacionamento e zonas ajardinadas, os blocos de maior altura assentam em pilares aparentes ao nível do rés-do-chão. Esta zona, fica assim apenas ocupada pelas caixas de escadas, habitações de porteiras e casas de recepção de lixo, ficando, toda a restante área, livre, funcionando como zona de passagem entre os vários blocos. Os edifícios

¹⁶⁴ FERREIRA, Alves. *Memória descritiva e justificativa do Projecto de alteração ao parcelamento das 15 e 9*, obra n° 820/63, 1970, Arquivo Municipal de Oeiras.

¹⁶⁵ Esta alteração deliberada em 13 de Abril de 1970 pela CMOeiras por unanimidade.

¹⁶⁶ FERREIRA, Alves. *Memória descritiva e justificativa do Plano de expansão de Camaxide*, obra n° 820/63, 1970, Arquivo Municipal de Oeiras.



[42] . Fotografias da Urbanização de Camaxide.

continuam a manter o mesmo numero de pisos ocupados por habitação, agora acrescido com um piso zero vazado.

«Por outro lado, através deste aumento de altura e portanto das posições relativas destes blocos e dos que possuem três e quatro pisos, foi possível estabelecer uma melhor diferenciação entre os vários volumes, conseguindo-se assim uma movimentação mais marcada para o conjunto, solução que tanto urbanística como arquitectonicamente é francamente melhor»¹⁶⁷.

Na célula 4 procedeu-se a alterações semelhantes, as anteriores torres de forma hexagonal foram substituídos por blocos ortogonais assentes sobre pilares, orientados segundo um eixo norte-sul, ficando assim, as fachadas principais francamente voltadas a nascente-poente e protegidas da proximidade com as vias de trânsito mais próximas. Nesta célula procedeu-se também ao aumento de parques de estacionamento, substituindo os anteriores jardins em volta dos edifícios.

Todas estas alterações visavam apenas a construção de nova habitação, segundo princípios especulativos, não se verificando qualquer tipo de medida em relação ao ambiente urbano que se estava a criar.

«Quando chega a noite mergulhamos completamente na penumbra pois o bairro fica às escuras, com excepção de dois candeeiros de iluminação publica que existem em todo o bairro. Valha-nos, mesmo assim, a boa vontade do proprietário de um pequeno café ali existente em manter as luzes do seu estabelecimento acesas até horas avançadas, o que nos dá alguma claridade na área mais próxima, caso contrário teríamos de usar lanternas quando quisermos sair á rua»¹⁶⁸.

Em Janeiro de 1979, procede-se à apresentação de parcelamentos nas células 7¹⁶⁹, 8B¹⁷⁰ e 12¹⁷¹. A GETECA¹⁷² foi encarregue de elaborar uma solução que satisfizesse simultaneamente à CMOeiras e aos interesses comerciais da promotora do loteamento. Visava-se colmatar as deficiências sentidas ao nível dos equipamentos existentes. Para a célula 10, ao nível da habitação *«a intenção é concretizar uma zona*

¹⁶⁷ FERREIRA, Alves. *Memória descritiva e justificativa do Projecto de alteração ao parcelamento das 15*, obra n° 820/63, 1971, Arquivo Municipal de Oeiras.

¹⁶⁸ AAVV. *Carta dos Moradores da Urbanização de Carnaxide dirigida ao Presidente da CMOeiras*, obra n° 820/63, 1970, Arquivo Municipal de Oeiras.

¹⁶⁹ Célula 7 – processo 2330-PL/77

¹⁷⁰ Célula 8B – processo 174-PL/78

¹⁷¹ Célula 12 – processo 75-PL/78

¹⁷² GETECA – Gabinete de Estudos Técnicos e Administração, Lda., dirigida pelo engenheiro Civil Manuel Dominguez Cuña e pelo arquitecto Luís Manuel de Sousa F. Curado.



[43] . Fotografia da Urbanização de Camaxide.

arborizada, onde se “incrustarão” os edifícios isolados, substituindo com vantagem o mato e eventuais hortas de inverno, que actualmente constituem o uso do terreno»¹⁷³, para resolver às necessidades dos habitantes propunha-se ainda um mercado na zona poente. Na célula 12 estudava-se a hipótese de implantar uma escola, solução que viria a ser abandonada mais tarde. Na célula 8B adoptou-se uma solução de fogos todos de tipologia T2, organizados em edifícios com nove pisos de habitação mais um em cave (garagens e arrecadações).

Acontecimento importante e que permite caracterizar este que foi, um processo, mais do que um Projecto de Expansão de Camaxide, foi a reunião camarária em Outubro de 1980.

Já com quase todos os edifícios habitacionais construídos, a zona continuava a caracterizava-se pela sua carência ao nível dos equipamentos (igreja, bombeiros, comissão de moradores, junta de freguesia). Assim, depois de vários avanços e recuos, cedências e contrapartidas económicas, esta comissão representante dos moradores conseguiu que a célula 12, aquela que ainda não estava construída e que desde o plano inicial ficou referenciada como o local do centro cívico e comercial, ficasse definitivamente reservada apenas como espaço de equipamento.

«é o evidente o interesse, para a população, do tratamento da área relativa á célula 12, como espaço verde de recreio e lazer integrando diversos equipamentos sócio-culturais, nomeadamente religioso, de apoio à 3ª idade e infância, comercial e administrativo. (...)

Esta deliberação que acabamos de tomar penso que constitui um remate de um processo exemplar.

É sabido que até 25 de Abril de 1974, todo o processo urbanístico deste Concelho, como o de outros afinal, foi sempre orientado no sentido da satisfação exclusiva dos interesses dos loteadores, com nítido prejuízo dos interesses da população.

Não pretendo com isto fazer qualquer crítica, aos ditos loteadores que, exerceram uma actividade legítima dentro do quadro institucional do nosso País.

Só que a defesa dos interesses da população é um imperativo que esta câmara não deve descurar em nenhuma circunstância. Foi nesse sentido que a anterior câmara ao apreciar os estudos de diversas células da SOLÁTIA, tentou recuperar os interesses sociais que haviam sido completamente esquecidos no plano inicial.

Registe-se a completa e total abertura da SOLÁTIA aqueles propósitos.

Foi assim possível, através de estudos sucessivos, alargar a área de equipamento

¹⁷³ CUNÃ, Manuel Domingues; CURADO, Luís Manuel. *Memória descritiva e justificativa do Plano Parcelar de Urbanização da célula 10*, 1979, Arquivo Municipal de Oeiras.

Para esta área propunha-se uma solução de torres isoladas com espaços comerciais no rés-do-chão, implantados em terrenos arborizados, por forma a constituírem eficientemente um pulmão, uma cortina às nortadas e aos ruídos da estrada assim como se assegura a manutenção da estabilidade da encosta. Uma solução que apontava para uma densidade na ordem dos 330hab/ha. Esta solução nunca viria a ser implementada, restando hoje, apenas o mercado como marca deste estudo.



[44] . Fotografias da Urbanização de Camaxide.

prevista na célula 12, até ao seu total aproveitamento para equipamento social»¹⁷⁴.

No fim deste processo ainda não terminado é-nos difícil perceber da validade dos princípios apresentados no Plano de Urbanização inicial. Fica um processo que deixa de estar sob controlo da equipa de projectistas (que foram constantemente substituídas) – resta-nos a resolução dos problemas caso-a-caso tentando minimizar os equívocos cometidos.

¹⁷⁴ [s.n.]. *Acta da reunião ordinária realizada em 3 de Setembro de 1980 – declaração de voto do vereador Armando Amorim*, obra n.º 820/63, 1980, Arquivo Municipal de Oeiras.



[45] - Aerial photograph of the Urbanization Quinta do Infantado.

3.10 Urbanização da Quinta do Infantado¹⁷⁵



[46] . Fotografias da Urbanização Quinta do Infantado.

¹⁷⁵ Este empreendimento é uma iniciativa da GABIMÓVEL – Sociedade de Desenvolvimento Habitacional do Infantado Lda. e tem início em 1981. O projecto de arquitectura, no conjunto norte, é da responsabilidade do arquitecto Alves Ferreira – inscrito na CMLoures com o nº 201. No que respeita à estratégia urbana são visíveis os mesmos princípios adoptados por estes autor, a quando das alterações de parcelamento na Urbanização de Camaxide. Os edifícios são dispostos segundo uma banda articulada em U. Os blocos orientados nascente-poente possuem 12 pisos e os orientados norte-sul, segundo o seu maior eixo possuem oito pisos. Tenta-se assim repetir o efeito de hierarquização e de quebra da monotonia.

«Procurou obter-se volumes muito simples mas bem marcados tirando-se partido do contraste entre as zonas das varandas e dos panos de fachada cheios, de modo a obter um jogo de claro-escuro variado» FERREIRA, Alves, *Memoria Descritiva e Justificativa*, obra nº 37180/OCP, Arquivo Municipal de Loures.

Na segunda fase desta Urbanização, que ainda está em construção, os princípios urbanos foram completamente alterados.



[47] . Ortofotomapa da Urbanização Quinta Grande de Alfragide.

3.11 Urbanização Quinta Grande de Alfragide¹⁷⁶



[48] . Fotografia da Urbanização Quinta Grande de Alfragide.

¹⁷⁶ Este Empreendimento é uma iniciativa de Amadeu Dias e passa por um longo processo que se inicia em 1975. Por essa data iniciava-se o Plano de Urbanização da responsabilidade do arquitecto Eduardo Goullart de Medeiros – inscrito na CMAmadora com o n.º 1722. Em 1976, a SCOPLAN assume a responsabilidade pela Urbanização entregando o projecto de arquitectura à MACROPLAN – Gabinete Técnico de Arquitectura e Gestão. Em 1980, apresenta-se para aprovação um projecto de ajuste urbanístico, da responsabilidade do arquitecto Alves Ferreira – inscrito na CMAmadora com o n.º 254. Assim, da responsabilidade deste arquitecto irão ser os projectos da maioria dos lotes, uma processo que se arrasta sob a sua responsabilidade até ao início do século XXI.



[49] . Ortofotomapa da Urbanização ICESA em Santo António dos Cavaleiros.

50 m

3.12 Urbanizações ICESA

3.12.1 Santo António dos Cavaleiros

Esta urbanização em Santo António dos Cavaleiros é a primeira realização da ICESA – Industria de Construções e Empreendimentos, S.A.R.L., numa iniciativa requerida pelas HABITAÇÕES ECONÓMICAS – Federação de Caixas de Previdência. Esta experiência teve início no final da década de 1960, seguindo outros ensaios realizados a nível europeu, como são alguns bairros de novas cidades nos arredores de Paris – Melun-Sénart, Corbeil-Essonne, etc.

«Constitui para nós, projectistas, uma experiencia diferente e valiosa na medida em que, por um lado, se concebe e se constrói segundo novas técnicas o que implica investimento no sentido de actualização de conhecimentos profissionais, e, por outro, se colhem resultados no plano urbanístico, arquitectural e construtivo, em tempo muitíssimo mais curto do que com os processos de construção tradicionais, e portanto permite-nos uma evolução também mais rápida sobre a experiencia adquirida»¹⁷⁷.

A velocidade da execução, requerida nesta operação, assentou no estudo exaustivo do projecto feito por um Gabinete de Estudos e Projectos, chefiado pelo arquitecto Alberto Reaes Pinto¹⁷⁸ e estruturado em três divisões: divisão de Urbanização, divisão de Arquitectura e Pré-fabricação e Divisão de Cálculo e Medições e Orçamentos. Todas as operações concepção de projecto, cálculo, desenho, medição e orçamentos são rigorosamente definidos dentro da mesma empresa, exigindo-se assim grande coordenação entre todos os gabinetes de estudo e entre os restantes sectores da empresa

«A unidade habitacional de Santo António dos Cavaleiros, com uma área de 42 hectares, desenvolve-se numa zona saudável, calma e abrigada de ventos, junto à ponte de Frielas, no concelho de Loures, sendo marginada a nascente-sul pela EN8¹⁷⁹ entre a vila de Loures e a cidade de Lisboa, das quais dista aproximadamente 2 e 2,5km»¹⁸⁰.

O terreno desenvolve-se em encosta, com uma exposição nascente-sul, com boas condições para a localização de um agregado urbano.

Devido á grande dimensão de todo este empreendimento, foi preciso planear, além do alojamento para cerca de 12000 pessoas, todo o equipamento necessário á vida quotidiana dos seus habitantes. Assim o

¹⁷⁷ PINTO, Alberto Reaes. *A primeira experiencia de pré-fabricação pesada em Portugal*, in *Jornal Arquitectos*, nº 104, Jul./Ago. 1969, p. 154.

¹⁷⁸ Alberto Cruz Reaes Pinto – arquitecto inscrito na CMLoures com o nº 135.

¹⁷⁹ EN8 – Estrada Nacional nº8

¹⁸⁰ PINTO, Alberto Reaes. *A primeira experiencia de pré-fabricação pesada em Portugal*, in *Jornal Arquitectos*, nº 104, Jul./Ago. 1969, p. 154-155.



[50] . Edifícios em bloco e em torre da Urbanização ICESA em Santo António dos Cavaleiros.

conjunto habitacional foi estruturado em torno de uma zona de interesses comuns, o Centro Cívico, que ocupa geograficamente o centro do empreendimento seguindo o leito de uma pequena ribeira, complementado por núcleos comerciais. Neste grupo de equipamentos incluíam-se serviços municipalizados e administrativos, bombeiros, estação de correios, estação rodoviária, e outros de carácter mais recreativo e cultural – igreja, piscinas, ginásio, cinema, teatro, espaço de exposições, bibliotecas, creches, jardim infantil, escolas, grupo desportivo, picadeiro, praça de touros, etc.

Para garantir maior rapidez e segurança, as vias de circulação de peões e dos veículos foram pensadas como sistemas independentes. *«As vias de peões foram concebidas de modo a encurtar os percursos e passar por zonas de maior interesse paisagístico; as dos veículos, quando apenas servem as habitações, terminam em cul-de-sac de modo a impedir a circulação continua e a altas velocidades»*¹⁸¹.

Ao nível do edificado, os 3000 fogos previstos, foram agrupados segundo duas tipologias: blocos de cinco pisos, subdivididos em várias categorias de acordo com a organização do espaço interno das habitações, das respectivas áreas e do tipo de acabamentos e em torres de 11 pisos. Tentou-se assim, com esta gama variada, corresponder às necessidades sócio-económicas dos futuros habitantes.

Para os blocos em banda foram estruturados projectos segundo um fogo-base, dentro de cada categoria, mantendo-se essa referida estrutura na passagem de um fogo do tipo T1 a T2, T3 ou T4, de modo a que fosse possível economizar nos painéis comuns e nas zonas comuns. Em cada piso estão assim agrupados fogos de dois tipos, obtendo-se conjuntos não simétricos: T2+T3 e T3+T4.

*«Este crescimento dos fogos (...) segundo a mesma estrutura e repetição, conseguiu-se através de um compromisso entre a organização do espaço, a respectiva estrutura parietal portante e as áreas, alias condicionadas pela natureza económica do projecto»*¹⁸².

Os edifícios em banda organizam-se em cinco pisos de duas habitações por piso. O espaço da habitação foi organizado funcionalmente segundo três zonas principais:

Zona de serviço: cozinha de trabalho e estendal descoberto, composto de réguas verticais utilizadas como elementos reguladores das diferentes peças de roupa e permitindo uma boa ventilação e insolação das mesmas. Esta zona foi reduzida ao mínimo indispensável pois não se previa a existência permanente de empregada pelo que se dispensou o quarto de dormir e respectiva instalação sanitária.

Zona diurna: A ausência de empregada permanente determinou uma relação muito directa com a cozinha. Assim este espaço de comer e de estar é tratado como um espaço único, com uma relação privilegiada com o exterior através de uma varanda semi-recolhida em relação ao volume exterior, *«solução que nos parece se melhor utilização, pois além de dar origem a um espaço exterior mais abrigado dos ventos, torna-o também mais íntimo, psicologicamente»*¹⁸³.

¹⁸¹ *Idem*, p. 155.

¹⁸² *Idem*.

¹⁸³ PINTO, Alberto Reaes. *Memória descritiva e justificativa*, obra n° 2191/OCP, 1970, Arquivo Municipal de Loures.

Zona nocturna: esta zona é diferenciada consoante o número de quartos. A redução da área nestas habitações, por motivo económico, determinou uma estrutura do espaço mais primária, em que a zona dos quartos não é concentrado (excepto no T2). No T3 há um quarto sem relação directa com a instalação sanitária que normalmente apoia esta zona, no entanto, «no caso de essa peça não ser utilizada para quarto permanente, mas sim como uma peça polivalente, tem a grande vantagem da relação directa com a sala comer-estar»¹⁸⁴.

Os edifícios em torre organizam-se em 11 pisos, sendo 10 habitáveis sendo o restante, relativo à entrada, parcialmente livre. Cada piso contém quatro habitações de dois tipos diferentes, num total de 40 fogos mais uma habitação para porteira que se localiza no rés-do-chão.

O edifício é organizado em torno dos acessos verticais «*dando origem a um volume simples, mas económico, do qual se pode tirar maior partido volumétrico pelo agrupamento com outros edifícios iguais*»¹⁸⁵.

A organização interna dos fogos está disposta funcionalmente segundo três zonas:

Zona de serviço: cozinha de trabalho e estendal descoberto protegido por régua vertical. Assim como nos edifícios em banda, não foi considerada a existência permanente de empregada pelo que foi dispensado o quarto de dormir e respectiva instalação sanitária. Esta zona forma com a casa de banho um núcleo de águas onde estão agrupadas todas as prumadas de esgoto e ventilação.

Zona diurna: constituída por uma sala comum não diferenciada, mas com ligação directa para um quarto polivalente que pode funcionar também como zona de trabalho, de apoio à referida sala. Esta sala mantém também uma ligação privilegiada «*com a cozinha através de um passa-pratos, o que vai facilitar o trabalho da dona de casa durante o serviço das refeições*»¹⁸⁶. A posição de canto desta sala comum, possibilitou a «*existência de fenestração nas duas paredes exteriores, permite maior elasticidade no doseamento da insolação e ventilação*»¹⁸⁷.

Zona nocturna: constituída pelos quartos «*cujas dimensões embora reduzidas por razões de economia, permitem a utilização de duas camas em várias posições*»¹⁸⁸.

O princípio seguido para a implantação dos edifícios, foi a conciliação possível entre a forma do terreno bastante acidentada, e a configuração de um percurso horizontal para o caminho das ruas.

«Este facto deu origem a uma implantação segundo as curvas de nível do terreno e, por maior economia, em dois blocos laterais de edifícios, paralelamente ao caminho das ruas, distanciados entre si de cerca de 25 metros, o que permitiu a respectiva montagem com a mesma grua. Aproveitou-se assim ao máximo o rendimento da grua na montagem dos blocos.

¹⁸⁴ *Idem.*

¹⁸⁵ PINTO, Alberto Reaes. *Memória descritiva e justificativa*, obra n.º 17057/OCP, 1977, Arquivo Municipal de Loures.

¹⁸⁶ *Idem.*

¹⁸⁷ *Idem.*

¹⁸⁸ *Idem.*

A distância entre estes dois blocos de edifícios é, como se disse, de cerca de 25 metros, e a sua profundidade de 9,5 metros, podendo a grua elevar e montar os painéis mais pesados (de 3,5 toneladas, correspondentes às paredes laterais da caixa de escadas) na posição mais afastada, de raio igual a cerca de 17 metros»¹⁸⁹.

Com a experiência adquirida nas primeiras implantações, chegou-se à conclusão que seria possível «abdicar um pouco da simplicidade e economia do caminho da grua, em função de implantações menos rígidas»¹⁹⁰, utilizando um motor de tracção auxiliar. Esta alteração permitiria à grua percorrer traçados não rectos e deslocar-se em vários sentidos à volta dos edifícios sem haver a necessidade de desmontagem. Permitiu-se assim implantações mais flexíveis, com edifícios dispostos não só segundo as curvas de nível, mas também segundo o maior declive do terreno, em agrupamentos que deixaram de ser forçosamente em blocos paralelos.

Para a implantação destes edifícios foi preciso preparar um sistemático projecto industrial dividido em várias partes: fundações até meio-fio¹⁹¹; decomposição dos painéis; estudo e desenho dos elementos pré-fabricados; moldes; montagem; juntas.

Assim, desde o meio-fio, toda a construção é feita com elementos pré-fabricados.

Os painéis resistentes das fachadas são constituídos por: uma camada interior de gesso de 1,5cm de espessura (nas zonas de água o gesso é substituído por igual espessura de cimento); uma fiada de tijolo de 17 cm de espessura com um perfil especial que assegura uma continuidade do elemento cerâmico, o que garante bom isolamento térmico pois não há quebras dessa continuidade com juntas de betão como acontece nas paredes tradicionais de tijolo normal; uma camada de cimento e pedra com 3cm de espessura¹⁹².

As paredes resistentes interiores são constituídas por: uma camada de gesso de 1cm espessura; uma fiada de tijolo de 15 cm de espessura com juntas de betão; uma segunda camada de gesso com 1cm de espessura. Nas zonas de águas, o gesso é substituído por igual espessura de cimento para maior aderência da pintura tipo *KERAPAS* ou revestimentos cerâmicos até 1,5m de altura.¹⁹³

Nos edifícios em torre foi utilizado um novo sistema já testado a quando da construção do centro comercial. Todas as paredes portantes do rés-do-chão são substituídas por uma estrutura porticada, em

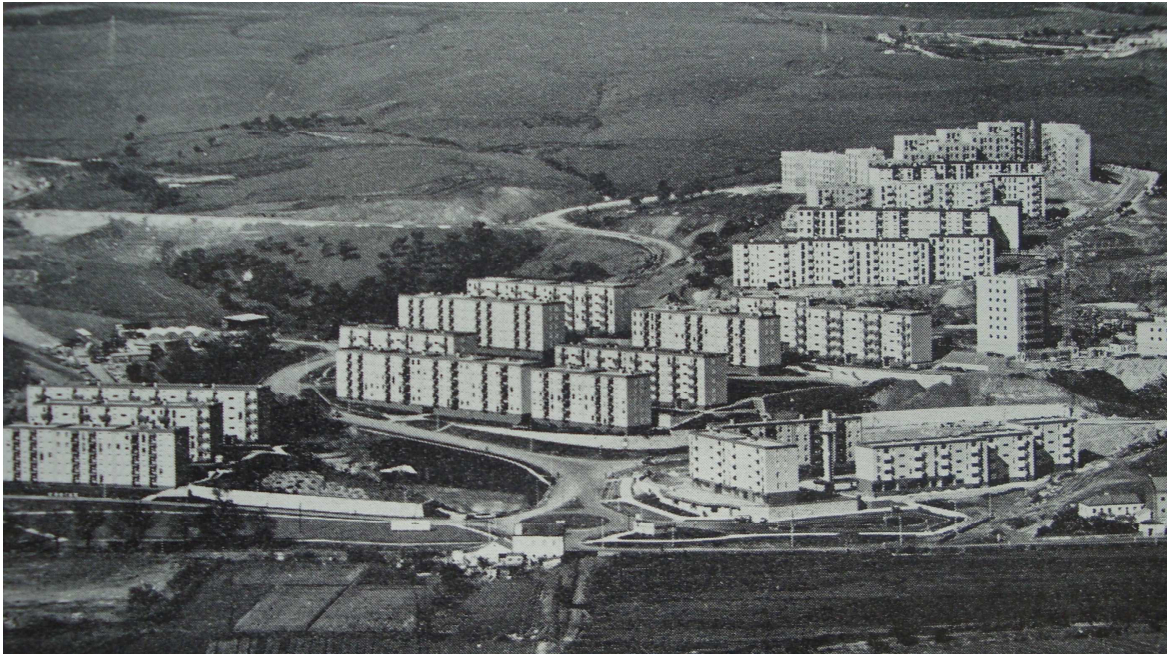
¹⁸⁹ PINTO, Alberto Reaes. *A primeira experiência de pré-fabricação pesada em Portugal*, in *Jornal Arquitectos*, nº 104, Jul./Ago. 1969, p. 155.

¹⁹⁰ *Idem*.

¹⁹¹ Fundações até meio-fio – cujo estudo e construção são feitos pelos processos tradicionais, entendendo-se por meio-fio o pano de separação entre a parte tradicional e os restantes pisos, totalmente pré-fabricadas.

¹⁹² Obtêm-se assim uma parede com 21,5cm de espessura, com o peso de 290 a 300kg/m², para os edifícios em banda com cinco pisos. Nas paredes das nossas torres, com 11 pisos houve a necessidade de reforçar os primeiros cinco pisos, este peso é acrescido de cerca de 120kg/m², perfazendo então cerca de 420kg/m². Esta parede normal tem um isolamento térmico e acústico suficiente pela qualidade e desenho do tijolo e pelo seu peso.

¹⁹³ Obtêm-se assim uma parede com 17 cm de espessura com um peso de 220kg/m².



[51] . Fotografia da Urbanização ICESA em Santo António dos Cavaleiros em processo de construção.



[52] . Fotografia da implosão de edifícios abandonados, ocorrida no final de 1997.

betão armado, de pilares e vigas de execução tradicional, sobre a qual descarrega todo o peso dos elementos pré-fabricados dos pisos de habitação.

As lajes serão revestidas, nas zonas de água, a tijoleira tipo *EUROFINA*, pintada a *SILEXORE*, sendo usado, nas restantes zonas, *parquet* de pinho com nós.

Os tectos são caídos sobre reboco de cimento cal e areia. Para os trabalhos de carpintaria tanto interiores como exteriores, incluindo as cozinhas, são usados elementos de pinho pintados.

A cobertura é feita com canaletes autoportantes de fibrocimento, apoiados em muretes de alvenaria, assentes na laje de tijolo pré-fabricada, formando caixa-de-ar.

Em 1997, e depois de falida a empresa encarregue da construção, assistiu-se à implosão de alguns edifícios abandonados de 5 e 11 pisos.

Devido à rápida capacidade de construção e ao baixo custo de implementação, embora em menores dimensões, foram aplicados os mesmos princípios noutras duas zonas da AML – em Vialonga no concelho de Vila Franca de Xira e na Quinta do Morgado em Lisboa.

3.12.2 Vialonga



[53]. Ortofotomapa da Urbanização ICESA em Vialonga.

50 m

3.12.3 Quinta do Morgado



[54] . Ortofotomapa da Urbanização ICESA na Quinta do Morgado.

50 m



[55] - Orto-tomapa da Urbanização Santo André/Quinta da Coidiceira.

50 m

3.13 Urbanização Santo André/Quinta da Coidiceira

A Urbanização de Santo André/Quinta da Coidiceira, em Santo António dos Cavaleiros, localiza-se numa zona a Sul do plano definido pela ICESA. Para esta quinta destinava-se a implantação de moradias isoladas e rodeadas de jardim, no entanto nunca chegou a ser construído a totalidade o plano, existindo actualmente, nesse local, apenas duas moradias seguindo o projecto inicial.

Em Setembro de 1978, a SPOC – Sociedade Portuguesa de Obras de Construção, S.A.R.L., sob a responsabilidade do arquitecto José Mesquita de Oliveira¹⁹⁴ inicia um novo plano¹⁹⁵, substituindo os edifícios em banda e as moradias anteriormente planeadas, por edifícios pontuais tipo torre.

Os primeiros edifícios a serem construídas, em 1978, estão agrupados em dois lotes com três torres de 11 pisos. Ao nível programático, os dois lotes têm ocupações diferentes: o lote que se localiza a nascente é ocupado por três torres com uso exclusivamente habitacional; o lote que se localiza junto á EN8, os dois primeiros pisos são ocupados por espaços de comércio e um acesso exterior, tirando partido da diferença de cotas existentes entre as duas ruas confinantes, sendo os restantes pisos (do piso 3 ao 11) ocupados exclusivamente por habitação.

Cada torre organiza-se assim em torno de um núcleo de acessos marcado na fachada¹⁹⁶ sendo cada piso ocupado por quatro fogos, três iguais de tipologia T2 e um de tipologia T1.

Construtivamente foi adoptado um sistema laminar de paredes de betão armado (cofragem tipo túnel), dispostas perpendicularmente em relação às fachadas, sendo depois usado, para enchimento de algumas paredes divisórias, panos de alvenaria tradicional. Nas fachadas, tratadas todas com a mesma hierarquia, foram usados painéis de betão pré-fabricado pintado para enchimento das paredes dos quartos, contrastando com as zonas de cozinha e sala onde quase não existem paredes – permitindo-se assim uma relação mais franca entre o interior e as varandas. Todas as caixilharias são em alumínio anodizado de cor natural como é usual na época.

Em Novembro de 1980, e da responsabilidade do mesmo arquitecto, dá-se continuidade ao lote junto á EN8, agora com a implantação de mais duas torres com dois pisos parcialmente em cave, completamente desfrontado a Nascente e que é destinado a área comercial

Nestes edifícios com 12 pisos habitacionais a grande diferença, em relação aos anteriores, verifica-se a nível estrutural, substituindo-se o anterior sistema de “cofragem túnel” por um sistema tradicional de pilar e viga, sendo no entanto, adoptada uma caracterização formal semelhante aos edifícios anteriores.

«Nesta fase de projecto foram unicamente introduzidos pequenos ajustamentos de pormenor, particularmente no que se refere à distância entre os edifícios e as suas relações mútuas, principalmente em consequência de se ter anulado as varandas que ligava, parte delas

¹⁹⁴ José F. Mesquita de Oliveira – arquitecto inscrito na CMLoures com o nº78.

¹⁹⁵ Processo nº 21519/U.

¹⁹⁶ Neste núcleo localiza-se também a conduta de queda de lixos.



[56] . Fotografia da Urbanização Santo André/Quinta da Coidiceira..

dois a dois, conforme se propunha na fase de plano, bem como no que concerne ao tratamento formal dos volumes»¹⁹⁷.

Na entrada do edifício também foi dado um tratamento deferente em relação aos casos anteriores, optou-se por uma área parcialmente exterior destinada a arrumo de bicicletas, motorizadas, etc.. Foi também instalada uma habitação para porteira no rés-do-chão e ao nível do terraço, foi introduzida uma sala de estar e de reuniões para utilização exclusiva dos condóminos.

Ao nível da tipologia, optou-se por fogos com mais compartimentos, assim, no total, são um T1, 12 T2 e 35 T3.

Em 1987, promovido pela ARCAZ – Sociedade Imobiliária Portuguesa, Lda., e com projecto de Filipe Saalfeld¹⁹⁸, dá-se continuidade ao novo Plano de Urbanização aprovado para esta zona sobrance do Plano da ICESA e começa-se a construção de 12 novos edifícios tipo torre.

«As tipologias adoptadas tiveram em vista a possibilidade de inserção nas actuais condições de critério apara aquisição de habitação com bonificação de juros. Pretende-se pois que o empreendimento possa ser comercializado junto dos agregados com menos recursos»¹⁹⁹.

Assim, este imóvel destina-se a ser constituído em propriedade horizontal, a fim de que os fogos possam ser comercializados em fracções autónomas. Cada edifício é dotado de quatro fogos T2 por piso (rés-do-chão ao 11º andar), além de uma cave com sala de condóminos e arrecadações, num total de 48 fogos.

A caixa de acesso é totalmente interior, sendo ocupada por uma escada e dois elevadores. Segundo esta organização planimétrica, nenhum dos compartimentos dispõe de varanda.

Ao nível construtivo foi adoptado um sistema tradicional de pilar viga em betão armado, sendo depois preenchidas por blocos de cimento rebocadas pelo exterior com argamassa de cimento e areia e pelo interior pintadas a tinta plástica sobre estuque projectado.

Os pavimentos das habitações serão alcatifados com excepção das cozinhas e casa de banho que serão revestidas a mosaico cerâmico. As casas de banho e cozinhas terão as paredes revestidas a azulejo decorativo.

¹⁹⁷ OLIVEIRA, José Mesquita de. *Memória descritiva e justificativa*, obra nº 35380/OCP, 1980, Arquivo Municipal de Loures.

¹⁹⁸ Filipe Vitor Saalfeld de Carvalho Reis – Arquitecto inscrito na CMLoures com o nº381

¹⁹⁹ SAALFELD, Filipe. *Memória descritiva e justificativa*, obra nº 897/OCP/N, 1987, Arquivo Municipal de Loures.



[57] . Ortofotomapa da Urbanização Quinta da Caldeira.

50 m



3.14 Urbanização Quinta da Caldeira – Unidade 3A

O empreendimento da Urbanização da Quinta da Caldeira, requerido pela ESTIL – Estudos, Investimentos e Urbanização S.A.R.L., situa-se no concelho de Loures, dentro da cintura urbana de expansão de Lisboa, confrontando a sul com o Plano ICESA.

Em 1975 foi apresentado um estudo, da responsabilidade do engenheiro Fernando Pascoal Martins²⁰⁰, enquadrado num plano conjunto para os terrenos entre Odivelas e Loures, que visava o lançamento das novas vias de comunicação e a ampliação dos sistemas de águas e esgotos.

Em particular, esta Urbanização, integra-se no Plano de Ordenamento do Planalto Caldeira²⁰¹, objecto de um estudo da GEUR, em Agosto de 1973.

«A apreciação das entidades competentes sobre este trabalho da GEUR, levou à revisão do estudo em Julho de 1974, com o objectivo de transformar parte do empreendimento em habitação social, alterando-se a ocupação total e os limites da intervenção, e distribuindo-se de modo diverso as células e densidades médias nas várias zonas»²⁰².

Com esta revisão prevê-se que a área do Planalto seja dividida em 11 unidades fundamentais e que a área da Quinta da Caldeira ocupe terrenos dentro de 8 daquelas unidades. A definição daquelas unidades é feita através de um conjunto de arruamentos principais, os quais se englobam as ligações aos arruamentos Municipais existentes.

«A base de desenvolvimento de todo o futuro esquema viário da Quinta será a via rápida Odivelas – Loures que atravessa no sentido Norte-Sul. Assegurando o total escoamento do tráfego de e para Lisboa»²⁰³.

Dessa revisão do estudo inicial extraíram-se novos números que irão estar na base do projecto de 1975. A área total de intervenção passaria a ser de 242ha, com previsão de cerca de 14700 fogos e uma população equivalente de 66000 habitantes.

Na realização deste estudo alertava-se que *«o terreno disponível é bastante difícil pelo que as soluções dos arruamentos e as implantações dos edifícios serão de custo apreciável»²⁰⁴*. Facto que terá

²⁰⁰ Fernando Pascoal Martins – engenheiro técnico inscrito na Câmara Municipal de Loures com o n.º 266

²⁰¹ De acordo com os dados fundamentais extraídos daquele estudo, a área de intervenção abrangia cerca de 210 ha, dos quais, 90 se destinariam a construção, para uma ocupação prevista de 13000 fogos, traduzindo-se por uma densidade média bruta de 61 fogos/ha, e uma população total da ordem dos 45000 habitantes.

Especificamente no que respeitava ao perímetro da Quinta da Caldeira, ficaram fixados naquele estudo os seguintes dados fundamentais: 111ha de área a urbanizar; 46ha de área de ocupação; densidade de ocupação de 73 fogos/há; 8154 fogos previstos; 28000 habitantes.

²⁰² MARTINS, Fernando Pascoal. *Memória descritiva e justificativa*, obra n.º 13979/U, 1975, Arquivo Municipal de Loures.

²⁰³ *Idem*.

Parte desta via rápida, constituída por duas faixas de rodagem entre Odivelas e a estrada Loures–Caneças, deveria ter sido construída, pela entidade urbanizadora, durante a primeira do empreendimento. Nos dias de hoje, essa ligação ainda não está completa, estando já alguns dos seus troços comprometidos, deva à implantação de outras construções.



[58] . Fotografia aérea da Urbanização Quinta da Caldeira.

levado a que este plano não tenha sido executado convenientemente. Na primeira fase, devido às dificuldades de abastecimento de água, nesta zona alta, procedeu-se á instalação de vários reservatórios de água.

A Unidade 3A, insere-se numa zona com topografia extremamente adversa, não sendo possível, a nível viário adoptar características acima dos valores mínimos recomendados²⁰⁵.

A rede viária interna caracteriza-se por um eixo principal viário, actualmente designado por Avenida Luís de Camões e constitui-se como uma verdadeira espinha dorsal desta zona habitacional, sendo nela que se apoia todo o sistema interno (constituído por impasses) bem como as ligações que se estabelecem com o exterior.

Este eixo que durante largos anos ficou descontinuado, apenas tinha ligação pelo prolongamento da avenida Guerra Junqueiro, constituindo-se como a principal via de escoamento de tráfego gerado por esta Unidade.

Em Setembro de 1975, o arquitecto Miguel Chalbert²⁰⁶, leva a apreciação camarária o estudo de loteamento da Unidade 3A – primeira área desenvolvida e que será aqui alvo de estudo mais aprofundado.

O plano de loteamento prevê-se a construção de 19 edifícios, dos quais 14 estão propostas para Contrato de Desenvolvimento de Habitação.

«O edifício que agora se apresenta, faz parte deste conjunto, pelo que a generalidades das habitações têm características que permitem a sua classificação como habitações de renda limitada.

Em virtude das limitações de custo impostas pelas portarias que regem os contratos de desenvolvimento, a principal preocupação que presidiu à elaboração dos projectos foi a de oferecer habitações com um máximo de habitabilidade dentro de um máximo de economia quer em projecto, quer na construção.

Assim o estudo foi conduzido no sentido de procurar: restringir tanto quanto possível o numero de fogos diferentes, por forma a permitir uma máximo de standardização de elementos de construção; uma utilização tão económica quanto possível dos acessos à habitação; soluções de projecto que permitissem a utilização de processo de construção industrializados.

A utilização de projectos-tipo que poderia satisfazer às primeiras premissas conduziria a soluções monótonas do ponto de vista urbano e só muito dificilmente adaptáveis a um terreno de topografia caprichosa como é o caso, principalmente porque a segunda premissa aconselhava a utilização de edifícios de grandes dimensões por forma a restringir o numero de acessos verticais, utilizando galerias de distribuição horizontais ao nível das habitações»²⁰⁷.

²⁰⁵ O traçado previsto para esta via interior da presente urbanização, desenvolve-se perpendicularmente às curvas de nível do terreno onde se inseres, o qual chega a apresentar, declives naturais superiores a 20%

²⁰⁶ Miguel Júlio Chalbert Santos – arquitecto inscrito na CMLoures com o nº242

²⁰⁷ CHALBERT, Miguel. *Memória descritiva e justificativa*, obra nº 21006/OC, 1975, Arquivo Municipal de Loures.



[59] . Fotografias de edifícios da Urbanização Quinta da Caldeira.

Assim, a solução adoptada caracteriza-se pela utilização de duas tipologias distintas, em bloco. Estas tipologias, associadas de diferentes formas, permitem compor os vários edifícios em forma de U (formando várias pracetas²⁰⁸) e reduzir ao mínimo aconselhável por razões de conjunto e segurança, o número de acessos verticais. Permite também a utilização de cofragens túnel, «*uma vez que parece ser este o processo de construção industrializada mais aconselhável no nosso País neste momento*»²⁰⁹.

Os blocos de tipo A, dada a sua orientação, com as fachadas de maior dimensão orientadas a nascente e ponte, permite a existência de fogos voltados para os dois lados, assim a solução adoptada foi a organização planimétrica segundo uma galeria central de acesso às habitações. Estes blocos, ligeiramente desfasados entre si, surgem associados em número par ou excepcionalmente três blocos.

Os núcleos de acesso verticais estão localizados junto às ligações dos corpos e são compostos por caixa de escada e dois elevadores com capacidade para seis pessoas.

Cada bloco tem 10 pisos, podendo haver situações em que é acrescido mais dois semienterrados, devido às características topográficas do terreno. Nestes casos, a metade do piso que está enterrada, é utilizada como arrecadação privativa para cada um dos fogos.

Ao nível da tipologia dos fogos, foram prevista uma tipologia T3 e duas T4. É de referir que a sucessão de pisos é feita sempre segundo a repetição das mesmas tipologias, sendo evidente a modulação clássica de um edifício construído com o sistema cofragem túnel.

Os blocos tipo B, dada a sua orientação, só permitir a existência de fogos com orientação sul, o esquema adoptado foi a adopção de uma galeria lateral exterior, exposta a norte, de acesso às habitações.

Este blocos, normalmente surgem associados a outros blocos do tipo A, senda a sua orientação perpendicular. Assim, os acessos verticais, compostos por caixa de escadas e 2 elevadores, estão localizados junto à ligação dos dois corpos, sendo partilhada pelos habitantes de ambos.

Nesta primeira fase, além dos blocos habitacionais, foi construído um centro comercial que ocupa o rés-do-chão e o primeiro piso do bloco junto á rotunda na entrada na urbanização.

Estruturalmente, ambos os tipos de bloco são constituídos por paredes resistentes transversais e lajes maciças, em betão armado.

A cobertura é constituída por uma laje, igual às dos andares, impermeabilizada com telas asfálticas.

As fachadas são constituídas por elementos horizontais betonadas no sítio, entre as quais se inserem os vãos das janelas e painéis pré-fabricados de enchimento de parede. As “fachadas cegas” são constituídas por elementos estruturais de betão armado.

As paredes divisórias interiores, transversais às de betão, são constituídas por alvenaria tipo *YRONG* revestidas a papel ou pintadas.

Os tectos serão em betão descobrado, perfeitamente liso, pintado.

²⁰⁸ Estas pracetas que era suposto ser tratadas como zonas de recreio arborizadas, hoje são utilizadas exclusivamente como parques de estacionamento automóvel

²⁰⁹ CHALBERT, Miguel. *Memória descritiva e justificativa*, obra n° 21006/OC, 1975, Arquivo Municipal de Loures.



[60] . Fotografias de edifícios da Urbanização Quinta da Caldeira.

Os pavimentos das escadas, circulações, zonas húmidas são em mosaico cerâmico; sala, quartos e hall são em alcatifa prensada na cor a escolher pelo residente.

Ao nível das *courettes* houve a preocupação de as tornar visitáveis. O despejo de lixos é assegurado por condutas de queda localizadas junto aos acessos verticais.

As carpintarias interiores são em madeira nacional e as caixilharias exteriores, em alumínio anodizado de cor natural com vidro normal. As guardas das janelas são constituídas por perfis também de alumínio.

Em Fevereiro de 1979, o engenheiro Eduardo Teixeira de Sousa²¹⁰, apresenta a apreciação camarária, novos projectos para alguns lotes que ainda não estavam construídos, que viriam a substituir os anteriores, os quais tinham sido oportunamente anulados. Ao nível da implantação e do tratamento exterior nada foi alterado, apenas a organização interna dos fogos foi completamente modificada.

Com este novo estudo foi então constituída uma nova tipologia A e B, assim como a criação de uma tipologia em torre para ocupar três lotes localizados na encosta nascente, como anteriormente já havia sido previsto no plano de loteamento.

Para a tipologia A1 deixou de existir a galeria interior de acesso às habitações e adoptou-se por um esquema esquerdo/direito com quatro fogos de igual tipologia (T3) por piso, servidos por um núcleo de acessos verticais composto por escadas e dois elevadores.

«A tipologia dos fogos adoptada tem em vista a homogeneização do agregado populacional que ocupará a Unidade Urbanística»²¹¹. O fogo T3 é constituído por uma sala comum, três quartos, uma cozinha, uma despensa, uma casa de banho, uma casa de banho e estendal.

No que respeita à tipologia B1 foi mantida a tipologia de acesso às habitações – em galeria exterior, sendo apenas reformulada a organização dos fogos seguindo uma tipologia T2.

Ao nível da estrutura manteve-se o mesmo sistema de paredes resistentes transversais e lajes maciças, em betão armado, assim como em tudo o resto que respeita á escolha dos materiais e tipos de acabamentos. A diferença mais perceptível, ao nível exterior dos edifícios, é a pequena varanda saliente que se constitui como um anexo à zona da cozinha e que se destina ao tratamento da roupa.

Os equipamentos de apoio social (escolas) só muito posteriormente é que foram construídos, ocupando os espaços sobranceiros em redor da Urbanização.

²¹⁰Eduardo Manuel de Magalhães Mendes Teixeira de Sousa – Engenheiro Civil inscrito na CMLoures com o n.º705

²¹¹ SOUSA, Eduardo Teixeira de. *Memória descritiva e justificativa*, obra n.º 29757/OCP, 1979, Arquivo Municipal de Loures.



[61] . Ortofotomapa da Urbanização Cidade Nova.

50 m

3.15 Urbanização Cidade Nova – Unidade 8A

A Urbanização Cidade Nova é uma iniciativa da ESTIL iniciada em 1980 e constitui-se como o seguimento das operações de edificação da Unidade 3A anteriormente estudada.

Este conjunto, da responsabilidade do engenheiro Luís Miguel de Jesus²¹², integra-se na Unidade 8A, desenvolve-se a poente de Santo António dos Cavaleiros e a sul da unidade 3A e a nascente de uma estação paleolítica. O arruamento que dá acesso a esta unidade sai da rotunda localizada à “entrada” da Urbanização.

No plano de loteamento da Unidade 8A previa-se a construção de cinco bandas de edifícios e outros três isolados, tipo torre.

Os 16 blocos destinam-se exclusivamente a uso habitacional, apresentam todos a mesma tipologia e estão organizados segundo um eixo norte-sul com fachadas orientadas a nascente e poente.

Cada edifício é constituído por 12 pisos, nos quais se encontram implantados 48 fogos, assim distribuídos: no piso 0, entrada, sala de condóminos e quatro fogos, sendo um T1 destinado à porteira, um T2 e dois T3; nos pisos 1 a 9, quatro fogos T3 em cada; nos pisos 10 e 11, 4 fogos T3 (tipo duplex) com entrada pelo piso inferior e mais dois fogos T2 em cada destes pisos²¹³.

O acesso vertical é constituído por um núcleo com escada e dois ascensores, assim como o despejo dos lixos é assegurado por uma conduta cujas adufas se situam nos patins intermédios da escada.

As três torres, com 18 pisos, são também ocupadas exclusivamente com uso habitacional, sendo cada piso ocupado por quatro fogos organizados em torno de uma zona central de acessos verticais.

Estruturalmente ambas das tipologias (bloco e torre) seguem o mesmo tipo de sistema: consiste numa estrutura de betão armado do tipo laminar, constituída por paredes resistentes longitudinais e transversalmente, travadas ao nível dos pisos por lajes maciça.

A cobertura é construída por um revestimento de chapa de fibrocimento, assente sobre uma estrutura de elementos pré-fabricados.

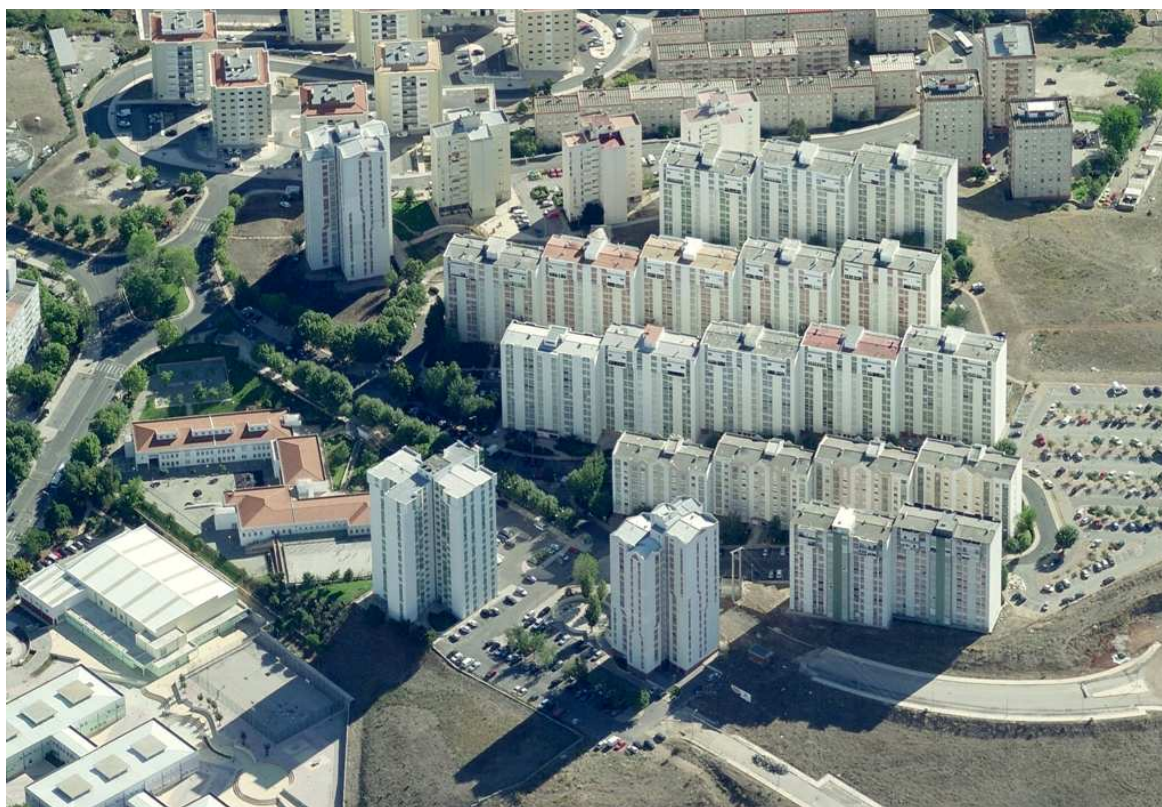
Ao nível dos acabamentos exteriores, as fachadas serão constituídas por painéis de alvenaria de tijolo rebocada e por painéis de betão armado resistentes, acabados com pintura de tinta areada. A caixilharia exterior é em alumínio anodizado na cor natural levando vidro normal. Os estendais serão fechados com grelha a toda a altura do vão em elementos de betão moldado.

²¹²Luís Miguel da Silva Reis de Jesus – Engenheiro inscrito na CMLoures com o nº808

²¹³ O fogo T1, no piso 0, é constituído por sala comum, quarto, casa de banho e kitchenette.

Os fogos T2, no piso 0 são constituídos por sala comum, dois quartos, duas casas de banho, kitchenette e estendal; no piso 10 por sala comum, dois quartos, casa de banho e kitchenette; no piso 11 por sala comum, dois quartos, casa de banho, cozinha, despensa e estendal.

Os fogos T3, nos pisos 1 a 9, são constituídos por sala comum, três quartos, duas casas de banho, cozinha, despensa e estendal, os fogos T3 em duplex, com acesso pelo piso 10 são constituídos por sala comum, três quartos, cozinha, estendal, despensa, duas casas de banho e um lavabo.



[62] . Fotografia da rua Maria Veleda (em cima) e fotografia aérea da Urbanização Cidade Nova (em baixo).

No que respeita aos acabamentos interiores, as paredes divisórias sem função resistente são em alvenaria de tijolo rebocadas com acabamento tipo *BREPLASTA*. Os pavimentos das zonas de circulação e zonas húmidas são revestidas em mosaico cerâmico, nas salas, quartos e hall, o acabamento dos pavimentos será em betonilha afagada para receber alcatifa, a colocar só quando da ocupação dos fogos de acordo com escolha dos ocupantes. As carpintarias interiores são em madeira nacional.

As cozinhas serão equipadas com lava-loiça, apanha-fumos e tanque de lavagem, os armários superiores e inferiores foram montados posteriormente, por serem sujeitos a escolha dos ocupantes do fogo.

Quer a extracção de fumos e cheiros, quer a ventilação das instalações sanitárias é assegurada por um sistema de extracção mecânica tipo *BAHCO*. Todas as canalizações estão implantadas em *courettes* fechadas.



[63] . Fotografia da Urbanização Cidade Nova vista da Urbanização Torres da Bela Vista.



[64] . Ortofotomapa da Urbanização Torres da Bela Vista

50 m

3.16 Urbanização Torres da Bela Vista²¹⁴



[65] . Fotografia da Urbanização Torres da Bela Vista.

²¹⁴ A Urbanização Torres da Bela Vista, insere-se na Unidade 2A do plano de 1975 para Santo António dos Cavaleiros. Embora numa zona já distante, estabelecendo contacto com as urbanizações anteriormente estudadas, apenas através de uma estrada actualmente designada rua António Sérgio.

Ao localizar-se numa zona de cota bastante alta, é possível vislumbrar todo o território até à «outra banda» do rio Tejo. A Urbanização é constituída por 15 torres, agrupadas em dois conjuntos distribuídos ao longo de dois arruamentos paralelos em forma de “cul-de-sac”. No arruamento principal, entre as torres, localizam-se três centros comerciais. A escola fica fora da urbanização, tendo sido construída muito posteriormente. Cada torres tem quatro fogos por piso, dispostos em forma de estrela em torno do núcleo de acessos verticais.. Segue as mesmas características das torres da Urbanização Quinta da Caldeira e da Cidade Nova.



[66] . Ortofotomapa da Urbanização da Tapada do Mocho.

50 m

3.17 Urbanização da Tapada do Mocho

O projecto da Urbanização do Bairro da Tapada do Mocho²¹⁵, em Paço de Arcos, iniciou-se em Setembro de 1971 e é da responsabilidade da Obra Social do antigo Ministério do Ultramar e actualmente dependente da Secretaria de Estado da Administração Pública.

Os projectos são assinados por uma comissão executiva presidida pelo arquitecto Fernando Schiappa Campos e o Engenheiro José Martins Garcia

Esta Urbanização localiza-se na margem esquerda da ribeira de Paço de Arcos e foi construída em regime de propriedade resolúvel, prevendo-se a sua futura venda em fracções autónomas.

A Urbanização surge tangente a uma estrada municipal já existente, não estabelecendo qualquer tipo de relação com zonas envolventes.

A rede viária é constituída por três *cul-de-sac* paralelos que esquematizam a organização dos edifícios, cumprindo a função de acesso às habitações e de estacionamento.

Os 26 edifícios habitacionais com rés-do-chão parcialmente vazado e 11 andares habitacionais, estão organizados em seis tipologias, sendo as tipologias A, B, C, D, e E edifícios em banda com dois fogos por andar e a tipologia F edifício torre com quatro fogos por andar.

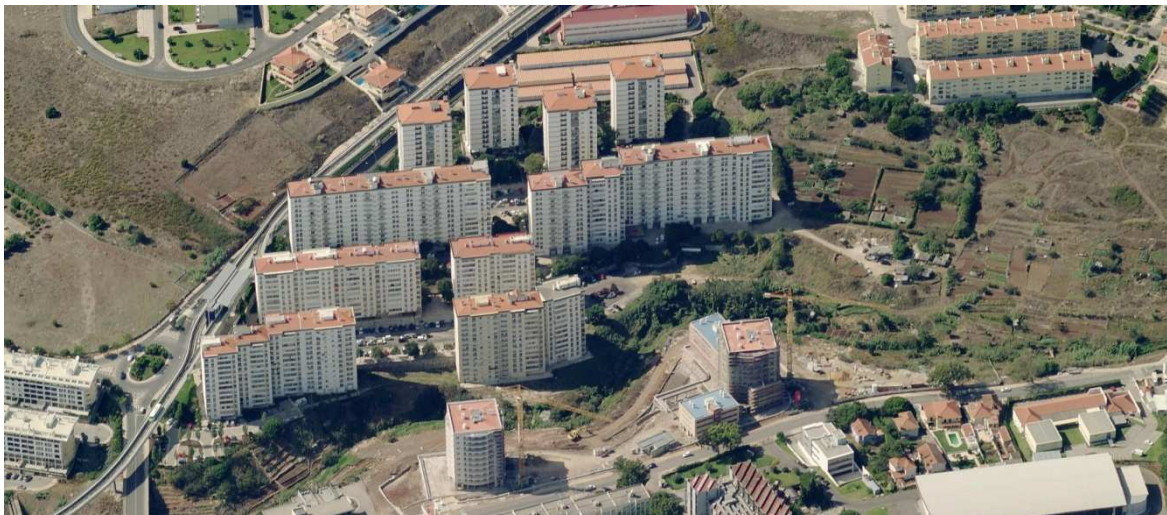
Os blocos estão dispostos no sentido norte-sul, segundo o seu eixo maior. Em cada piso dispõem-se simetricamente dois fogos segundo um esquema de direito esquerdo, não sendo distinguível um tratamento diferenciado ao nível das duas fachadas com aberturas. As restantes fachadas são tratadas como empenhas cegas, permitindo o encosto de outro bloco.

As torres, com quatro fogos por piso, estão implantadas paralelamente aos referidos blocos, apresentando-se com um deslocamento, umas em relação às outras, para permitir um maior desfogo das vistas. Assumem-se assim como elementos pontuais assentes no meio de uma zona verde arborizada.

O nível do rés-do-chão foi projectado como um piso vazado para permitir uma livre circulação pedonal entre os edifícios, sendo prevista apenas uma ocupação pela casa da porteira (com vestíbulo, cozinha, quarto e casa de banho), entrada principal e depósito de caixotes do lixo. Com o evoluir dos anos, alguns desses espaços foram fechados e transformados em espaços de interesse dos condóminos.

A construção concretizou-se através de quatro empreitadas, a primeira, respeitante aos edifícios do tipo F, em sistema de construção porticada de betão armado, e as empreitadas seguintes, respeitantes aos restantes edifícios em bloco, foi utilizado um sistema tipo laminar. As alvenarias exteriores foram executadas com paredes duplas de tijolo com caixa-de-ar e rebocadas a argamassa de cimento e areia para pintar a

²¹⁵ Este projecto, como é de cariz público, não percorreu os mesmos caminhos que outras Urbanizações contemporâneas, por isso não é possível saber que tipo de alterações sofreu ao longo da implementação do plano.



[67] . Fotografia dos edifícios da Urbanização Tapada do Mocho (em cima) e fotografia aérea da mesma Urbanização.

SILEXORE, levando guarnecimento de mosaico *EVINEL* nos pilares, parapeitos das janelas e faixas horizontais. Nas empenas terão um isolamento termo-hidrofugo, do tipo *DRYVIT*. As alvenarias interiores foram executadas com um simples pano de tijolo revestido a estuque branco liso

As arrecadações, caixas dos elevadores e monta-cargas, são revestidas a reboco de cimento com caiação e as entradas principais, revestidas a mosaico *EVINEL*.

Os pavimentos das entradas principais, zonas abertas, cozinhas e casas de banho, são executados em mosaicos hidráulicos com 0,3x0,3. As restantes zonas, hall, sala de estar e de jantar, quartos e corredores, serão pavimentadas a tacos de pinho de primeira escolha, meio ceme, assentes com cola branca. As arrecadações, terão os pavimentos em betonilha de cimento.

As portas interiores são de contraplacado de *MUTENE*, para encerar a celulose, com 0,75 m por 2,1 m de altura. As portas exteriores são em alumínio anodizado, assim como as janelas de correr que terão 1.2x1.2m.

Na cobertura foi utilizada telha marselha assente sobre vigotas pré-fabricadas.

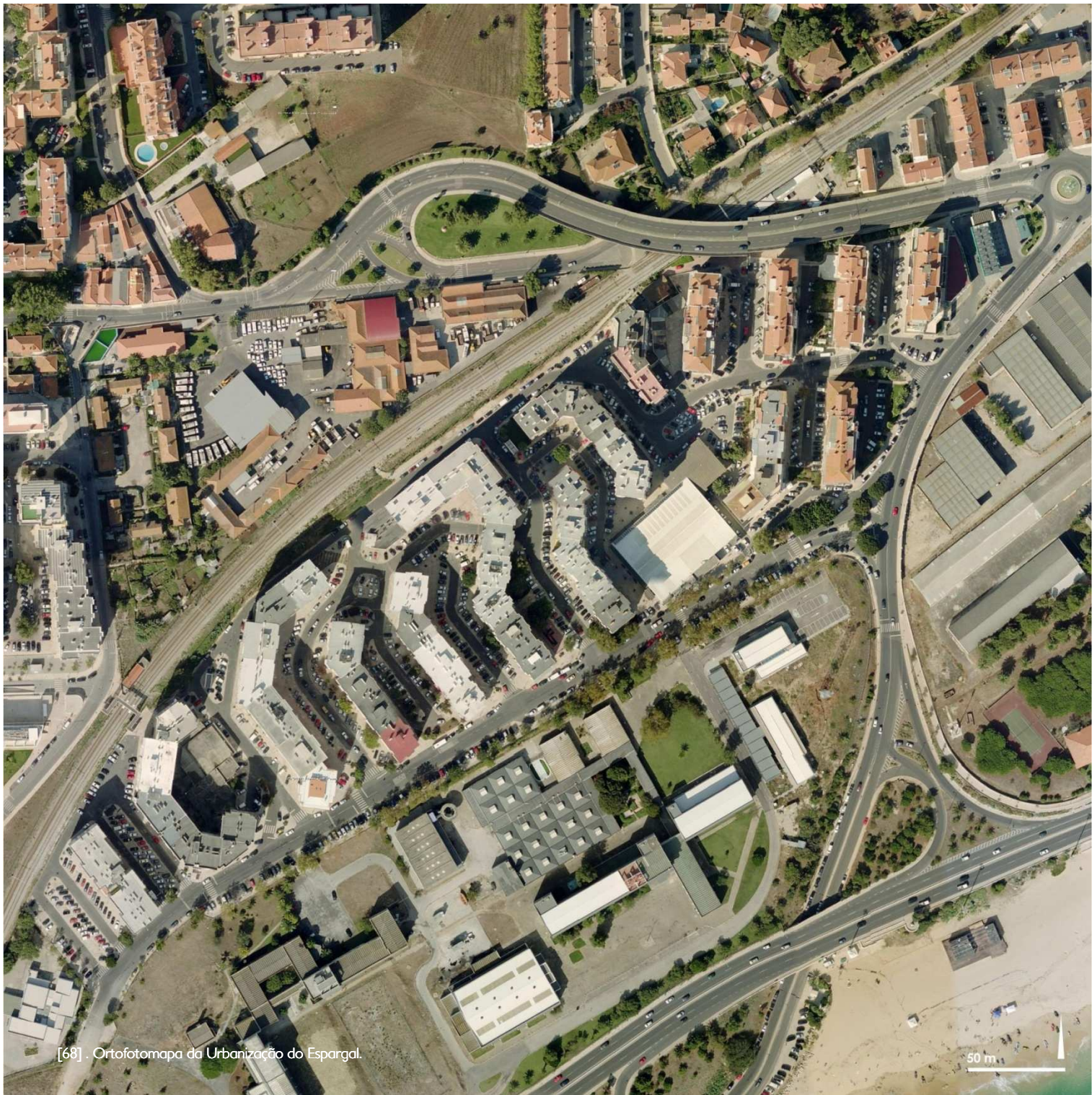
Primariamente procedeu-se à execução inicial de obras de infra-estruturas – arruamentos, redes de águas e esgotos – e a construção dos referidos blocos habitacionais.

Posteriormente, procedeu-se a trabalhos de beneficiação e completamento das referidas infra-estruturas urbanísticas, as quais foram acrescentadas com as redes de electricidade, gás (rede local com depósito próprio) e telefones, executados em conformidade com as indicações das respectivas Empresas Públicas. Para finalizar, procedeu-se à execução dos arranjos exteriores, que incluíram a arborização dos espaços verdes.

A ocupação dos fogos decorreu em Agosto de 1975 e Maio de 1978, sendo que apenas em 1980 foi feita a entrega definitiva dos prédios.

Em Março de 1985, a quando da vistoria relata-se a existência de marquises em alumínio anodizado e vidro para fecho de varandas, as quais não constavam dos projectos de alterações. Dado o elevado número de marquises instaladas, propõe-se que, para a sua realização, se adopte uma solução de conjunto que contemple tais marquises. Tentando assim, de forma expedita regularizar o assunto.

Para esta urbanização, não estava previsto qualquer tipo de equipamento de cariz social, sendo notório, nos dias de hoje, o uso como espaços de cultivo, que os habitantes deste bairro fazem dos terrenos baldios junto á ribeira de Paço de Arcos.



[68] . Ortofotomapa da Urbanização do Espargal.

50 m

3.18 Urbanização Espargal

O Plano de Urbanização do Espargal, também conhecido como Bairro Comendador Joaquim Matias, é uma iniciativa de J. PIMENTA – Empreendimentos Urbanos e Turismo, S.A.R.L. e localiza-se em Paço de Arcos, Oeiras, beneficia da proximidade de bons meios de transporte e vias de comunicação e da proximidade á zona litoral balnear de Paço de Arcos, que sob o aspecto do clima lhe confere também excelentes condições de localização.

Esta Urbanização²¹⁶, da autoria do arquitecto Alfredo da Silva Gomes²¹⁷, é uma alteração a um plano anteriormente já aprovado²¹⁸ em 1967 e pretende dar seguimento às construções já executadas a nascente, mantendo a mesma «*identidade de critérios e homogeneidade de princípios*»²¹⁹.

O objectivo primordial deste novo arranjo é a intenção de construção dum pavilhão gimno-desportivo que sirva a zona de Paço de Arcos, em substituição de um espaço comercial anteriormente pensado para esse local.

«Proporcionará à Câmara a obtenção de indiscutíveis vantagens que se reflectirão nos aspectos sócio-culturais do concelho. Refiro-me designadamente à construção de um pavilhão gimno-desportivo (...) que a J. Pimenta propõe levar a efeito. Assim o entendeu também a população de Oeiras de Paço de Arcos que, tendo tomado conhecimento da deliberação através da imprensa diária se apressou por todos os meios a exteriorizar a sua satisfação. E foram inúmeros os telegramas, telefonemas chegados a esta Câmara Municipal de munícipes que se congratulavam com a perspectiva da construção do pavilhão que referi»²²⁰.

O referido pavilhão gimno-desportivo localiza-se na zona central da urbanização, tirando partido da diferença de cotas entre os dois arruamentos com ele confinantes, de forma a que o «*volume de construção não venha a prejudicar as vistas, e que o conjunto apareça elegante e harmonioso, integra-se-ta perfeitamente no conjunto*»²²¹.

Para esta Urbanização previa-se um índice inicial de 0,78, que ultrapassava largamente o anterior plano para essa zona. Como contrapartida, a J. PIMENTA ficará com os encargos de suportar, além dos trabalhos de pavimentações de arruamentos e zonas livres, saneamento (agua e esgotos), assegurar a cedência de terrenos e a construção do pavilhão gimno-desportivo a construir no prazo de um ano após a aprovação do respectivo projecto e de uma escola primária com quatro salas de aula de modelo especial.

²¹⁶ Aprovada em 11 de Dezembro de 1969.

²¹⁷ Alfredo da Silva Gomes – arquitecto inscrito na CMOeiras com o n.º 838.

²¹⁸ Este plano é da autoria do arquitecto inscrito na CMOeiras com o n.º 1181, (não sendo possível decifrar a assinatura)

²¹⁹ GOMES, Alfredo da Silva. *Memória descritiva e justificativa*, obra n.º 2586/OCP/69, 1969, Arquivo Municipal de Oeiras.

²²⁰ [s.n.]. *Acta da Reunião Ordinária de 11 de Dezembro de 1969*, 1969, Arquivo Municipal de Oeiras.

²²¹ *Idem*.

Neste plano previa-se a construção de edifícios com seis a sete pisos destinados a uso residencial e um piso de garagem assim como a implantação de zonas comerciais agora na parte baixa dos edifícios, «*solução aliás mais consentânea com os hábitos e modos de vida da gente portuguesa*»²²².

A nova implantação dos lotes anteriormente licenciados, mais os que agora se previam executar neste plano obedecem «*em tudo às premissas iniciais de assegurar o máximo de permeabilidade de vistas a todos os fogos, (...) satisfazendo assim uma das mais justas e legítimas aspirações das gentes daquela vila*»²²³.

Em 1970²²⁴ apresenta-se uma nova e definitiva revisão do plano²²⁵, resultante dos contactos estabelecidos com a Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos e da opção por determinados projectos tipo, de forma a conseguir uma maior normalização da construção.

Sob a responsabilidade de vários arquitectos, em 1970 começa-se a construção dos vários lotes. Estavam previstos 2450 fogos, 70 % são usados como apartamentos, 133 em regime de hotel apartamento e 241 em regime de exploração turística.

O lote 50²²⁶ é da responsabilidade do arquitecto José Manuel Custódio²²⁷. Neste edifício com nove pisos e com nove fogos T1 em cada piso. Segue-se um evidente esquematismo modular de três metros, correspondendo dois módulos a cada fogo (um módulo para o quarto e casa de banho e outro para a zona da sala e *kitchenette*). Estas duas divisões eram prolongadas para o exterior através de amplas varandas a toda a largura do fogo. Ao nível construtivo é adoptado um tradicional sistema de pilar, viga e laje de betão, que depois é cheio com panos de parede em alvenaria de tijolo.

O lote 38²²⁸ também com projecto de 1970 e da responsabilidade do mesmo arquitecto que projectou o lote 50. Este lote destinava-se a um imóvel de rendimento.

«A distribuição dos fogos previstos – apartamentos com sala comum, cozinha três ou quatro quartos e duas casas de banho e um pequeno apartamento equipado com kitchenette, mantém-se igual nos nove pisos, à excepção do 1º piso em que o hall de entrada desenvolve-se no espaço normalmente ocupado pelo referido pequeno apartamento.

²²² *Idem.*

²²³ *Idem.*

²²⁴ Alteração 1858/70 PL 31/70

²²⁵ Neste novo estudo o troço da rua 5 que deixa de ser uma passagem inferior pelo lote 38, agora integrado noutra conjunto de edificações, e foi suprimido o troço que ligava os arruamentos nº 1 e 3. «*Modificando estas ruas não alteram o bom funcionamento do esquema rodoviário, que se mantém praticamente o mesmo*». Assinala-se ainda nesta solução, ligeiras rotações que sofrerem os lotes 53, 54, 55 e 56 com o intuito de que estes lotes desfrutem de melhores vistas, assim como é corrigida a implantação do pavilhão gimno-desportivo, correspondendo agora ao projecto de arquitectura devidamente elaborado.

²²⁶ Actual nº5 da rua Adelino Amaro da Costa.

²²⁷ José Manuel Monteiro Custódio – arquitecto inscrito na CMOeiras nº 1696.

²²⁸ Actual nº 13 da rua Adelino Amaro da Costa.

Procurou-se dar a todos os apartamentos as melhores condições de habitabilidade, dentro da escala económica em que estão compreendidos, definindo convenientemente as zonas de estar e dormir, equipando a zona de serviço com despensa e estendal, projectando uma penetração a assegurar boa iluminação e ventilação e prevendo uma descarga de lixos, com acesso do patim da escada entre pisos, de modo a isolar esta zona»²²⁹.

O tratamento exterior das fachadas deste imóvel (com coberturas em terraço não utilizável) não é mais do que a valorização dos volumes da construção à custa de todos os elementos arquitectónicos que ajudam a uma maior definição dos mesmos, dum emprego judicioso dos materiais a utilizar e dum equilibrado estudo de cores.

Em Março de 1972, o arquitecto Hélder Silva²³⁰ submete a apreciação camarária um projecto de alterações no referido lote.

«Inicialmente previsto para duas habitações por piso, o projecto sobre alterações em planta, motivados pelos desejos dos futuros proprietários das fracções autónomas»²³¹.

Assim, neste novo projecto prevê-se: no 1º piso, seis apartamentos, de uma divisão e um apartamento de duas divisões; no 2º, 4º, 5º, 8º e 9º pisos, cinco apartamentos de duas divisões e um apartamento de uma divisão; no 3º piso, duas habitações sendo uma com três divisões assoalhadas, outra com quatro divisões e ainda dois apartamentos sendo um com duas divisões e outro com uma divisão; no 6º piso, uma habitação com cinco divisões e outra com três divisões assoalhadas; no 7º piso, uma habitação com cinco divisões assoalhadas e outras com três divisões assoalhadas.

Exteriormente, os alçados, correspondem funcionalmente, à planta, incluem novas zonas de estendais protegidos por grelhas, além do ajustamento dos vãos ao tipo de caixilharia normalizada em alumínio anodizado.

No que respeita às características construtivas e aos acabamentos, foram seguidos os mesmos princípios definidos no projecto anterior.

Em 1975 relata-se a vistoria às habitações, para futura venda em fracções autónomas.

O lote 20²³² tem projecto em 1968 de Alfredo da Silva Gomes²³³, juntamente com os lotes 19,21,22 e 23, constitui um conjunto de 5 unidades. Estes lotes substituem um outro conjunto formado por apenas quatro unidades de grandes áreas, o qual se chegou à conclusão não serem viáveis devido à falta de procura.

«As características gerais destas unidades habitacionais são as mesmas das outras já aprovadas ou construídas, isto é: áreas amplas especialmente nas zonas de estar e bons acabamentos»²³⁴.

²²⁹ CUSTÓDIO, José Manuel. *Memória descritiva e justificativa*, obra n.º 1259/70, 1970, Arquivo Municipal de Oeiras.

²³⁰ Hélder Rodrigues de Sousa e Silva – arquitecto inscrito na CMOeiras com o n.º827

²³¹ SILVA, Hélder. *Memória descritiva e justificativa do Projecto de Alteração*, obra n.º 1259/70, 1972, Arquivo Municipal de Oeiras.

²³² Actual n.º3 da rua Peixinho Júnior

²³³ Este autor foi responsável pelo primeiro plano desta Urbanização.

²³⁴ GOMES, Alfredo da Silva. *Memória descritiva e justificativa*, obra n.º 1076/68, 1968, Arquivo Municipal de Oeiras.



[69] .Fotografia aérea da Urbanização do Espargal.

Os fogos agora propostos são na sua maioria T4 com excepção dos lotes 19 e 22 que tem respectivamente duas e cinco assoalhadas.

As coberturas foram substituídas por terraços para tirar partido da excelente panorâmica e insolação e aí se localizarem também dois pequenos ateliês. O terraço fica a pertencer exclusivamente aos ateliês neles localizados

Em 1970, o engenheiro Alcides Pericão Galo²³⁵ faz um último projecto de alterações, passando todos os fogos a de tipologia T1, assim, onde existiam dois fogos por piso, passam agora a existir cinco fogos, no entanto, mantém o desenho das fachadas quase inalterável.

Da Responsabilidade do mesmo empreendedor do Plano de Urbanização do Espargal em Paço de Arcos, J. PIMENTA – Empreendimentos Urbanos e Turismo, SARL, é a Urbanização da Reboleira na Amadora, com projecto do arquitecto António Sá Rico, assim como o conjunto urbanístico da Pampilheira em Cascais e o edifício de Escritorios e habitação na rua do Campo Alegre numero 17 no Porto, entre outros todos realizados durante a década de 1970.

²³⁵ Alcides Augusto Pericão Galo – engenheiro civil inscrito na CMOeiras com o nº1557.



3.19 Reboleira



[70] Ortofotomapa da Urbanização da Reboleira.

50 m



3.20 Urbanização de Alfomelos



[71] . Ortofotomapa da Urbanização de Alfomelos.

50 m



[72] -Ortofotomapa do Parque Residencial e Turísticos de Miraflores.

50 m

3.22 Parque Residencial e Turístico de Miraflores

Em 1970 foi apresentado o Plano de reestruturação do sector norte relativo à Urbanização do Vale de Algés²³⁶ com a designação – Primeira Fase da Urbanização do Parque Residencial e Turístico de Miraflores²³⁷, mantendo-se como uma iniciativa da HABITAT – Empreendimentos Imobiliários S.A.R.L. agora em associação com a COMPAVE – Sociedade de Compra, Administração e Venda de Propriedade S.A.R.L.

Desta fase merecem destaque alguns edifícios que pelas suas características permitem mais uma vez evidenciar quais os princípios base que habitualmente estes projectos seguiam.

No topo norte da urbanização, junto á alameda Fernão Lopes, destacam-se um conjunto formado por duas torres e dois blocos.

Em 1970²³⁸ tem início o projecto referente aos blocos, da responsabilidade do engenheiro civil Manuel Rêgo²³⁹. Os dois blocos, destinados à venda em regime de propriedade horizontal, com 13 pisos de habitação, estão implantados paralelamente, sendo as suas fachadas de maior dimensão expostas a nascente e a poente. O bloco confinante à avenida das Tulipas foi dividido em quatro lotes, enquanto o edifício a poente foi apenas dividido em três lotes.

O rés-do-chão é tratado como um piso vazado, sendo apenas ocupado pelo vestíbulo de entrada, habitação, possibilitando um acesso fácil á zona de logradouro panorâmico²⁴⁰.

Cada piso compreende dois fogos, sendo que cada fogo tem um acesso principal e um acesso de serviço. As acessões verticais asseguradas por uma escada de tramos rectos, por um monta-cargas e dois ascensores, constituindo estes a coluna de distribuição vertical, que integra ainda duas condutas verticais onde irão instaladas as colunas montantes de electricidade e as instalações de gás, água e telefone. Nos estendais localizam-se condutas de recolha de lixos domésticos.

Ao nível da organização interna dos fogos, houve o cuidado de os dotar de amplas varandas orientadas para sectores de interesse panorâmico. A variação ao nível do interior verifica-se com a

²³⁶ Urbanização do Vale de Algés requerida por Joaquim Peña Mechó em 1960. Foi assim constituída a sociedade HABITAT, presidida pelo proprietário do terreno. Esta sociedade propunha-se a desenvolver a Urbanização do Vale de Algés, bem como um plano de desalojamento do bairro de Santas Martas e Pereiro/Quinta das Romeiras com área aproximada de 1,34 hectares situados no Vale da Ribeira de Algés. «Um grande conjunto residencial, devidamente apetrechado, prevendo que as habitações venham, na sua maior parte, a ser adquiridos pelos moradores em regime de propriedade horizontal»

“Á priori” previa-se que este plano não fosse aceite porque cerca de metade dos terrenos da referida quinta estavam classificados como zona rural, no entanto, essa decisão foi reconsiderada tendo em conta as vantagens sociais daí resultantes – pretendia-se constituir uma fundação, à qual seria atribuída uma contribuição de 20000 contos destinada a suprimir o bairro de barracas existente.

O Estudo de Urbanização do Vale de Algés foi elaborado pelo arquitecto Manuel Norberto Freire de Oliveira Corrêa, até 1963, altura em que este deixa de prestar colaboração com a empresa devido á falta de pagamento dos honorários.

²³⁷ Este Plano teve despacho ministerial favorável em Janeiro de 1971, apenso aos processos 3181-PB 1698/70 (o autor deste plano, não foi possível apurar).

²³⁸ A obra decorreu entre 1970 e 1973.

²³⁹ Manuel Cândido Sena Rêgo – engenheiro civil inscrito na CMLoures com o n.º699.

²⁴⁰ Sob este logradouro, em semi-cave localiza-se uma zona de armazém dos utentes dos fogos.



[73] .Fotografias dos edifícios da autoria de Manuel Rêgo.

introdução de um quarto destinado exclusivamente a pessoal de serviço e a partição da sala em zona de refeições e zona de estar. O número de quartos, quatro, mantêm-se em todos os fogos.

Construtivamente foi prevista uma estrutura modulada de betão armado constituída por pórticos transversais e longitudinais responsáveis por resistir às solicitações verticais e horizontais.

As duas torres, são da autoria do arquitecto João Castelo Branco²⁴¹ com projecto entre 1973-1977. Cada torre com 19 pisos, destina-se à venda em regime de propriedade horizontal, sendo ocupada exclusivamente com uso habitacional, comportando cada uma 57 fogos.

«Procurou-se um volume de linhas simples, inscrito num quadrado procurando-se integrá-lo no conjunto urbanístico em construção. Nos estudos dos alçados atendendo à elevada cêrcea do imóvel, houve a preocupação de realizar uma nítida marcação de elementos horizontais, devidamente equilibrados com panos de leitura vertical revertidos com material vitroso e que afigura com francas possibilidades de vir a constituir um conjunto harmonioso»²⁴².

O edifício é construído por uma cave destinada a arrecadações privativas de cada fogo, um piso em rés-do-chão com pilares da estrutura á vista, ocupado apenas com entradas principal e de serviços, casa de porteiro e casa de lixos. No átrio principal desenvolve-se ainda uma sala de reuniões dos condóminos e uma pequena tabacaria de apoio.

Os pisos tipo, comportam três fogos, dois com quatro assoalhadas e um com cinco. Os programas são respectivamente: hall, sala de estar, sala de comer, dois quartos, duas casas de banho, zona de serviços com copa, dispensa, cozinha, zona de engomados e zona de lavagens, instalação sanitária de serviço e varanda de serviço. Os fogos de cinco assoalhadas têm mais um quarto. Todos os fogos são dotados de amplos terraços panorâmicos.

No último piso habitacional, o 19º, desenvolvem-se três fogos; um apartamento com uma ampla sala comum, dois quartos, duas casas de banho e serviços (cozinha, despensa, engomados, e Instalação sanitária de serviço); uma habitação com o seguinte programa: *hall*, sala comum com terraço panorâmico, dois quartos, duas casas de banho e serviços de cozinha, despensa, engomados, zona de lavagens, instalação sanitária e varanda de serviço; e um apartamento com duas amplas zonas: de comer e estar e íntima e respectivos serviços. Esta habitação dispõe ainda de amplos terraços panorâmicos.

Cada fogo terá um acesso principal e um acesso de serviço, sendo os acessos verticais assegurados respectivamente por dois ascensores principais e dois ascensores de serviço e por uma escada que se desenvolve no átrio principal.

²⁴¹ João Queiroz de Abreu Castelo Branco – arquitecto inscrito na CMOeiras com o n° 1888.

²⁴² BRANCO, João Castelo. *Memória descritiva e justificativa*, obra n° 208-PB/73, 1973, Arquivo Municipal de Oeiras.



[74] . Fotografias das torres da autoria de João Castelo Branco.

Como remate do edifício a casa das máquinas dos ascensores, acesso ao terraço e uma zona coberta destinada a convívios dos condóminos.

A estrutura do edifício é essencialmente constituída por: fundações por sapatas isoladas de betão armado; pórticos de betão armado; lajes maciças de betão armado; caixa de acessos verticais em betão armado a qual irá absorver os esforços resultantes da acção dos ventos e dos sismos; os restantes elementos tais como platibandas, palas, etc., serão também em betão armado. Os restantes enchimentos das paredes são em alvenaria de tijolo.

Ao nível do tratamento do espaço exterior, houve a preocupação de respeitar o arranjo paisagístico elaborado para todo o conjunto.

Da zona poente, próximo da Urbanização de Linda-a-Velha, destaca-se os três blocos da responsabilidade de Rui d' Athouguia²⁴³, iniciados em 1972.

Os três blocos, implantados paralelamente, têm a altura de 13 pisos. A cave desenvolve-se em três pisos, os dois primeiros (parcialmente enterrados) destinam-se a estacionamento e arrecadações, o terceiro piso, é tratado como «*um espaço polivalente para recreio dos utentes mais jovens*»²⁴⁴, havendo a possibilidade de se prolongar para o espaço exterior. O rés-do-chão, onde se localiza a entrada do prédio é ocupado, encontra-se ligeiramente recuado em relação ao restante volume da edificação e integra a habitação do porteiro, pequenos espaços comerciais e o compartimento de recolha dos lixos.

Os fogos, dois por piso, organizam-se segundo um tradicional esquema direito/esquerdo, sendo os acessos verticais efectuam-se através de uma escada e dois ascensores.

«No que respeita à constituição, procurou-se organiza-lo [o fogo] dentro dos moldes tradicionais, proporcionando aos futuros utentes, condições de utilização e comodidade superiores ao nível habitual neste tipo de habitações, no que respeita a áreas utilizáveis, sua distribuição, materiais de acabamento e equipamento.

Sob o ponto de vista de distribuição interna²⁴⁵ procurou-se conseguir um esquema orgânico e claro, de aproveitamento máximo, criando zonas bem diferenciadas consoante as suas funções e com a devida articulação entre si»²⁴⁶.

²⁴³ Rui de Sequeira Manso Gomes Palma Jervis de Athouguia Ferreira Pinto Basto – arquitecto inscrito na CM Oeiras n.º 160

²⁴⁴ ATHOUGUIA, Rui d'. *Memória descritiva e justificativa*, obra n.º 3078-PB/72, 1971, Arquivo Municipal de Oeiras.

²⁴⁵ Cada fogo foi dividido funcionalmente em duas zonas: zona de permanência diurna: constituída por uma sala comum, com ligação imediata a um vestíbulo de entrada e ao vestíbulo de acesso a dois quartos e instalação sanitária. A sala comum comunica com a zona de serviços através de um percurso mínimo. Os serviços são constituídos por uma cozinha devidamente equipada, uma despensa e estendal, zonas que se desenvolvem linearmente; zonas de permanência nocturna: constituída por três quartos completamente independentes, tendo um deles instalação sanitária privativa e um outro quarto situado junto á sala comum e com comunicação franca com esta zona de modo a permitir a sua integração num único espaço, funcionando este quarto como extensão da zona de estar. O último fogo, tratado como andar recuado, apresenta-nos um partido composicional mais livre, baseado na comunicação franca das zonas de permanência diurna (zona de preparação de refeições comer estar). Um pequeno vestíbulo ou antecâmara separa esta zona



[75] . Fotografias dos edifícios da autoria de Rui d'Athouguia.

da permanência nocturna, composta por dois quartos e uma casa de banho. Este fogo beneficia de largas varandas corridas ao longo das fachadas.

Considerou-se ainda a existência de duas condutas verticais de evacuação de lixos, com adufas situadas no estendal de cada fogo.

²⁴⁶ATHOUGUIA, Rui d'. *Memória descritiva e justificativa*, obra n° 3078-PB/72, 1971, Arquivo Municipal de Oeiras.

Do ponto de vista construtivo, os elementos de suporte do edifício baseiam-se numa estrutura monolítica bem definida, pilares e vigas incorporados num conjunto porticado em dois sentidos ortogonais. Os pavimentos serão constituídos por lajes maciças de betão armado. As restantes paredes de fecho da estrutura, serão construídas em alvenarias de tijolo cerâmico furado. A cobertura é em telha sobre laje devidamente impermeabilizada e isolada de modo a garantir perfeitas condições de habitabilidade ao último piso da construção.

Em 1983, é apresentado um projecto de alterações da responsabilidade do arquitecto Artur Parrinha²⁴⁷, estas alterações são essencialmente de pormenor e de uma maneira geral não modificam o partido adoptado. Em Julho de 1984, agora da responsabilidade do arquitecto Luís Trouillet Pessoa²⁴⁸, é apresentado um novo projecto de alterações, visando a substituição dos materiais da fachada que era previsto ser em betão descobrado e agora passam a ser em mosaico *EVINEL* com duas cores contrastantes.

²⁴⁷ Artur Bernardo dos Santos Parrinha – arquitecto inscrito na CMO com o n.º 1905

²⁴⁸ Luís Manuel Trouillet Pessoa – arquitecto inscrito na CMO com o n.º 1942



[76] . Ortofotomapa da Urbanização do Alto do Restelo.

50 m

3.23 Urbanização do Alto do Restelo

A Urbanização do Alto do Restelo, situa-se no alto da encosta do Restelo, devido às condições topográficas do terreno, beneficia de exposição privilegiada a Sul.

Todos os lotes em causa eram municipais e foram adquiridos em diversas hastas públicas entre 70 e 73²⁴⁹ para construção de imóveis destinado a habitação, comércio e estacionamento. Estes lotes foram

²⁴⁹ Edifício na rua Carlos Calisto 4 adquirido em hasta pública por 20 proprietários. O projecto de arquitectura ficou sobre a responsabilidade do arquitecto António Vasco Quintans entre Janeiro de 1972 e Outubro de 1975.

Edifício na rua Carlos Calisto 5 e rua Alfredo Soares 12 adquirido em hasta pública por diversos engenheiros. O projecto de arquitectura ficou sobre a responsabilidade do arquitecto António Pedro Baptista Pardal Monteiro entre Setembro 1970 e Julho de 1974.

Edifício na rua Alfredo Soares 2 adquirido em hasta pública por António Ferreira Marques, Aníbal Ferreira e Guilherme Ferreira. O projecto de arquitectura ficou sobre a responsabilidade do arquitecto Justiniano António Sécio entre Novembro de 1970 e Dezembro de 1974.

Edifício na rua Alfredo Soares 4 e 8 adquirido em hasta pública pela SPOC. O projecto de arquitectura ficou sobre a responsabilidade do arquitecto Justiniano António Sécio em 1971, tendo sido posteriormente entre Abril de 72 e Novembro de 1974 pelo arquitecto Manuel Óscar Baptista Coutinho de Carvalho.

Edifício na rua Alfredo Soares 3 e rua Gregório Lopes 24 adquirido em hasta pública pela Sociedade de Construções DURIFORTE, Lda. O projecto de arquitectura ficou sobre a responsabilidade do arquitecto Silvestre Martins Lomba entre Outubro de 1970 e Dezembro de 1974.

Edifício na rua Alfredo Soares 6 adquirido em hasta pública por Rodrigo de Oliveira Rendeiro Jr, Américo Abreu Galamba, Mário da Fonseca Nunes. O projecto de arquitectura ficou sobre a responsabilidade do arquitecto Fernando Sá Reis entre Fevereiro de 1971 e Abril de 1972.

Edifício na avenida Doutor Mário Moutinho lote 1733 adquirido em hasta pública pela OPERCAL – Operações Urbanísticas e Construção Lda. O projecto de arquitectura ficou sobre a responsabilidade do arquitecto Pedro José D’Avillez Correia de Sampaio entre Março de 1974 e Junho de 1979.

Edifício na avenida Doutor Mário Moutinho lote 1527 adquirido em hasta pública por António José Marques Craveiro e Manuel Carvalho Ferreira. O projecto de arquitectura ficou sobre a responsabilidade do arquitecto José Vieira Gaspar e do engenheiro José Paulo Correia entre Março de 1970 e Março de 1971.

Edifício na avenida Dr. Mário Moutinho 29 e praca das torres do Restelo 7 adquirido em hasta pública por SOLCONFOR – Sociedade de Urbanização e Investimentos Financeiros S.A.R.L. O projecto de arquitectura ficou sobre a responsabilidade do arquitecto Nuno Rui da Fonseca Santos Pinheiro 435 em Agosto de 1974. Em Julho de 1982, já propriedade da SOGEL e IMOTÉCNICA tem um novo projecto da responsabilidade do arquitecto Jorge Costa. Em 1987, até á sua conclusão em 1989, o projecto de arquitectura fica sobre a responsabilidade do arquitecto Frederico Valsassina.

Edifício na avenida Dr. Mário Moutinho 19 adquirido em hasta pública por 24 proprietários médicos advogados e professores. O projecto de arquitectura ficou sobre a responsabilidade do arquitecto Carlos Manuel Pereira Lopes entre 1970 e 1976.

Edifício na avenida Dr. Mário Moutinho 21 e praca das torres do Restelo 11 adquirido em hasta pública pela Cooperativa de casas económicas dos funcionários civis do ministério do ultramar. O projecto de arquitectura ficou sobre a responsabilidade do arquitecto Licínio Cruz entre 1970 e 1974.

Edifício na rua Gregório Lopes 4 e praca das Torres do Restelo 3 adquirido em hasta pública por SIMOL – Sociedade Industrial e Mercantil dos Olivais, Lda. O projecto de arquitectura ficou sobre a responsabilidade do arquitecto José Lusano Leite entre 1970 e 1973.

Edifício na rua Gregório Lopes lote 1513 adquirido em hasta pública por António Antunes, Isidro Balbina Nunes, Manuel Antunes Godinho e Manuel Francisco. O projecto de arquitectura ficou sobre a responsabilidade do arquitecto Luís de Castro Gentil Soares Branco e do engenheiro Pedro Appleton entre 1970 e 1974.

adquiridos por: grupos profissionais (engenheiros, professores, médicos, advogados), que neles pretendiam edificarem um imóvel destinado a habitação própria; sociedades imobiliárias para futura venda em fracções autónomas segundo regime de propriedade horizontal; pequenos grupos de indivíduos (normalmente familiares) que se organizavam para construir casa própria e depois vender as restantes fracções; há ainda um lote que é destinado a uma cooperativa.

Todos os lotes foram posto á venda sob um conjunto de condicionalismos urbanísticos e arquitectónicos, definidos pelos serviços municipais, à responsabilidade do arquitecto João Lusano Leite²⁵⁰. Foram elaborados desenhos à escala 1.200 com a definição rigorosa das cotas dos diversos pavimentos e com o recorte da edificação dos vários lotes agrupados. «*O partido arquitectónico adoptado caracterizava-se por grandes superfícies horizontais, constituídas por varandas, alternando com superfícies lisas de expressão vertical*»²⁵¹.

O terreno municipal foi dividido em três grandes parcelas, rodeadas por largas vias de comunicação automóvel. Não se previa qualquer tipo de equipamento social dentro da Urbanização, apenas uso habitacional e pequenos espaços comerciais. Em cada uma das duas parcelas com maior dimensão (uma a nascente e outra a poente) seriam implantadas quatro grandes blocos tipo torre em forma de duplo L, com alturas entre os 17 e 13 pisos, dispostas ortogonalmente tentando tirar partido das desafogadas vistas sobre o espaço envolvente. Na parcela central, de menor área, seria implantada outra torre que faria a rotação entre as restantes parcelas. A ligar as torres estava previsto a implantação de blocos habitacionais com quatro pisos, assentes num rés-do-chão vazado de dupla altura, sob o qual passariam ruas viárias de hierarquia secundária.

Nos dias de hoje, apenas as duas parcelas a poente estão concluídas, sendo possível observar o tipo de vivência que era pretendido obter a quando do projecto inicial. As quatro torres, organizam-se assim em torno de uma praca central de serviços, comercio e trabalho, de onde é possível vislumbrar toda a paisagem envolvente, desde o Parque de Monsanto, Linda-a-Velha, Miraflores, Belém até a ponte 25 de Abril.

Todas as torres seguem uma tipologia organizativa idêntica.

Edifício na rua Gregório Lopes 46, avenida Doutor Mário Moutinho 33 e praca Torres do Restelo 5 adquirido em hasta pública por Ferreira Marques, Actividades Imobiliárias, Lda. O projecto de arquitectura de 1974 é da responsabilidade do arquitecto José Lusano Leite, sendo depois substituído pelo arquitecto Justiniano António Sécio entre 1981 e 1987.

Edifício na avenida Dr. Mário Moutinho 17 adquirido em hasta pública por Manuel dos Santos e Narciso dos Santos. O projecto de arquitectura ficou sobre a responsabilidade do arquitecto Vasco Esmeraldo de Freitas Carneiro da Câmara Pestana entre 1970 e 1973.

Edifício na avenida Dr. Mário Moutinho 23 e praca das Torres do Restelo adquirido em hasta pública por José João Ferreira de Cruz e José de Carvalho. O projecto de arquitectura ficou sobre a responsabilidade do arquitecto Fernando Sá Reis entre 1970 e 1972.

Edifício na avenida Dr. Mário Moutinho 27 e praca das Torres do Restelo, adquirido em hasta pública por Manuel Luís Gonçalves Firmo e Luís Namorado Vassalo Rosa. O projecto de arquitectura ficou sobre a responsabilidade do arquitecto Luís Vassalo Rosa entre 1971 e 1995.

Edifício na rua Gregório Lopes 28 e praca das Torres do Restelo 16 adquirido em hasta pública pela SOLCONFOR. O projecto de arquitectura ficou sobre a responsabilidade do arquitecto João Lusano Leite entre 1971 e 1974.

²⁵⁰ João Lusano Pereira Leite – arquitecto inscrito na CMLisboa com o n.º 400

²⁵¹ SÉCIO, Justiniano. *Memória descritiva e justificativa*, obra n.º 58557, 1970, Arquivo Intermédio Municipal de Lisboa.

Tendo em conta os desníveis existentes entre os arruamentos de um e outro lado do lote, foi possível estabelecer na fachada poente dois pisos destinados ao estacionamento privativo dos inquilinos do próprio prédio, arrecadações afectas às diversas habitações. Existem alguns casos excepcionais em que um dos pisos é ocupado por um estabelecimento comercial ou zona de armazenagem, sendo assim considerado um terceiro piso em cave. Estes pisos assumem-se como uma caixa base, sobre o qual levitam os pisos habitacionais.

Sobre a cave, foi previsto um rés-do-chão livre, ocupado unicamente com o vestíbulo da caixa de escadas, habitação da porteira e sala de reuniões dos condóminos e respectivas instalações sanitárias. Objectivava-se que este piso fosse usado como uma zona de convívio e recreio, utilizada pelos moradores.

Assentes sobre pilares aparentes, aparece o grande bloco habitacional estruturado em torno de um núcleo central formado pelos acessos e conduita de evacuação dos lixos²⁵². A organização de cada piso varia conforme o respectivo projecto de arquitectura, podendo ser ocupado por um, dois ou três fogos. Procurou-se a melhor orientação possível, conforme a respectiva utilização, para a distribuição de divisões em cada fogo e andar do prédio. Derivado do público-alvo desta Urbanização, cada fogo caracteriza-se pela grande quantidade de assoalhadas, podendo variar entre dois ou cinco quartos. Em cada habitação, par além dos quartos de dormir, estava normalmente previsto: duas entradas hierarquizadas, vestíbulos, cozinha, quarto de empregada doméstica, zona de despensa e zona de lavagem, sala de estar e sala de refeições, escritório, instalações sanitárias (algumas privativas dos quartos), lareira, e diversos armários roupeiro que completam o conjunto. Característica comum a todos os fogos é as amplas varandas contínuas a todo o comprimento das assoalhadas e com 2,4m de largura, criando-se uma magnífica zona exterior de expansão do fogo.

Superiormente os edifícios são rematados por um terraço em pérgola coberta, podendo ser usado como zona de recreio panorâmico, ou apenas ocupado pelas caixas dos acessos e os motores dos ascensores.

«Obteve-se como se pode verificar pela análise do presente projecto um conjunto funcional, com uma distribuição franca e acessos fáceis às várias dependências, dentro dos modernos princípios da construção civil que traduzem conforto, higiene iluminação quer no seu aspecto estático com um equilíbrio de massas e volumes»²⁵³.

Ao nível construtivo foi adoptado uma estrutura geral de betão armado, a qual suportará todas as cargas, sendo as paredes não resistentes em alvenaria de tijolo furado. As coberturas são constituídas por lajes planas de betão armado, devidamente protegidas tanto hidrofogadas como termicamente.

De uma maneira geral previu-se um bom nível de qualidade no respeitante aos acabamentos a aplicar nos andares habitacionais. Dado que cada fogo foi ocupado pelo proprietário, muitos dos acabamentos interiores foram executados segundo o seu gosto pessoal.

²⁵² Em alguns edifícios, a conduita de evacuação dos lixos foi substituída pela instalação de trituradores ligados à rede de esgoto de águas residuais

²⁵³ BRANCO, Luís Soares. *Memória descritiva e justificativa*, obra n° 58478, 1970, Arquivo Intermédio Municipal de Lisboa.



[77] . Fotografias da Urbanização do Alto do Restelo, em cima vista dos terrenos envolventes e em baixo vista da Urbanização Quinta Grande de Alfragide.

No interior, as paredes são estucadas e posteriormente pintadas ou forradas a papel lavável, sendo que nas zonas de águas é usado azulejo decorativo. Ao nível dos pavimentos, é usado mosaico hidráulico nas cozinhas, instalações sanitárias, varandas e terraços, e taco de madeira nas restantes divisões.

Exteriormente, houve a preocupação de se obter um conjunto bem proporcionado de massas e volumes, com uma regular distribuição de vãos conjugados com as varandas em cada lote. No que respeita á escolha dos materiais a opção recaiu sobre materiais cerâmicos duráveis minimizando o custo de conservação. Foram assim, empregues os materiais pormenorizados no estudo municipal, sendo notória a preocupação em manter o desejado efeito claro-escuro. Assim os elementos de massas são pintados a tintas petrificadas e revestidas a mosaico cerâmicos tipo *CINCA* ou *EVINEL* cor clara, contrastando com as paredes interiores das varandas, com cor escura.

As caixilharias são em alumínio anodizado cor natural, protegidas por estores em material plástico de cor branca. As portas dos vestíbulos de entrada, assim como as lojas do rés-do-chão e das caves usam o mesmo material.

Esta foi a descrição geral de todos os edifícios sendo que, ao longo do processo de construção, vão sendo feitas tentativas para introduzir alterações ao ante-projecto estabelecido antes da venda em hasta pública.

«[No numero 46 da rua Gregório Lopes, devido às] *demoras na construção agravada substancialmente com a subida de materiais e salários, os encargos gerais do produto que se põe à venda (...) [sugere-se que] seja autorizada a construção no local de um imóvel comercial (para escritórios, ateliers, consultórios, etc.) comprometendo-se a realizar no espaço de que dispõe o estacionamento necessário (um automóvel por 50m² de área construída acima do rés-do-chão).*

Este pedido salvo devido respeito, não nos parece colidir com problemas urbanísticos, uma vez que: o terreno em causa se situa na periferia da célula a que pertence; está sob influência directa duma via rápida; tem uma orientação que mais aconselha para utilização comercial; a capacidade habitacional da zona, já justificava um edifício com semelhantes características; e também nesta circunstância não resultaria qualquer prejuízo para o erário público»²⁵⁴ [Esta proposta viria a ser indeferida.]

Ao nível da organização interna dos fogos, em lotes da propriedade de agentes imobiliários, também se verificam vários pedidos de alteração tentado ajustar a oferta ao tipo de procura que se verificava no momento. É neste contexto que se inserem os seguintes edifícios:

No edifício da avenida Doutor Mário Moutinho 29, em Agosto de 1974, foi feito um pedido de alteração em relação ao ante-projecto.

²⁵⁴ SÉCIO, Justiniano A.. *Memória descritiva e justificativa*, obra n° 60991, 1974, Arquivo Intermédio Municipal de Lisboa.



[78] . Fotografias da Urbanização do Alto do Restelo.

«Procurando ir ao encontro da nova política habitacional com a obtenção de construção a um preço mais compatível para um maior número de famílias, foi este projecto objecto de um estudo exaustivo, com vista não só a uma melhor organização interna como a obtenção de uma solução construtiva mais económica. A melhoria, no espaço interior, resulta do ganho de área útil reduzindo a que era perdida em circulações. A economia na estrutura deve-se ao facto de ser possível aligeira-la, eliminando consolas que eram devidas à anterior organização interna e à existência de numerosas varandas»²⁵⁵.

Em Agosto de 1982, e depois de o referido lote ter sido vendido, pela SOLCONFOR à SOGEL, agora da responsabilidade do arquitecto Jorge Costa é feito novo pedido de alteração.

«A fim de corresponder á exigência de elevado número de agregados familiares que, pela sua constituição necessitam de habitações T3 e T4 dotadas de áreas de estar e de serviços adequados e simultaneamente satisfazer as actuais exigências de segurança contra incêndios foi considerado conveniente prever a construção de um só edifício nos dois referidos lotes dotado de fogos funcionalmente adequados»²⁵⁶.

No edifício da avenida Doutor Mário Moutinho lote 1733, adquirido em hasta publica sob a condição de se edificar três fogos por piso, em Março de 1974 foi feito um pedido de alteração, visando a construção de apenas dois fogos por piso, resultando fogos com áreas mais generosas. Esta opção apontava-se com um *«considerável risco económico (...). Esperamos no entanto que as nossas previsões de “marketing” se encontrem correctas e que venha corresponder a um sucesso comercial»²⁵⁷*. A construção seria de *«primeira qualidade, para não empregar a palavra “luxo” demasiado corriqueira e de significado dúbio»²⁵⁸*. Em Agosto de Janeiro de 1975, da responsabilidade dos mesmos intervenientes propunha-se nova alteração *«sem modificação de vulto passamos a ter 3 fogos por piso, o que aliás era preconizado nas condições de praça. Julgamos que neste momento é este critério mais aconselhável e mais adequado á conjuntura actual»²⁵⁹*. Nesta alteração visava-se também utilizar *«um processo [de construção] relativamente recente sendo constituído por parede de betão armado que substituem os tradicionais pilares e vigas»²⁶⁰*.

Nos lotes que foram adquiridos por um grande grupo de proprietários também são notórias as diversas alterações que cada

²⁵⁵ PINHEIRO, Nuno. *Memória descritiva e justificativa*, obra n° 61004, 1974, Arquivo Intermédio Municipal de Lisboa.

²⁵⁶ COSTA, Jorge. *Memória descritiva e justificativa*, obra n° 61004, 1982, Arquivo Intermédio Municipal de Lisboa.

²⁵⁷ SAMPAIO, Pedro. *Memória descritiva e justificativa*, obra n° 59550, 1974, Arquivo Intermédio Municipal de Lisboa.

²⁵⁸ Idem.

²⁵⁹ Idem.

²⁶⁰ Idem.



[79] . Fotografias da Urbanização do Alto do Restelo.

«condóminos pretende introduzir no “seu” espaço habitacional. As intenções e necessidades particulares foram por demais diversas e tomaram bastante difícil a organização e a conclusão da obra. O facto justifica-se por si, pelo desenvolvimento, proporção e localização dos fogos. Praticamente não existem dois pisos iguais e alguns promitentes compradores apresentam programa que tocam a raia do exótico. Houve a intenção de apoiar e dar sequencia aqueles que solicitaram colaboração e compreenderam a posição dos técnicos a limitar a acção daqueles demais estranhos e rebeldes, não os deixando avançar para situações anti-regulares ou opostas aos interesses colectivos»²⁶¹.

²⁶¹ SÉCIO, Justiniano. *Memória descritiva e justificativa do projecto de alterações*, obra n° 58557, 1974, Arquivo Intermédio Municipal de Lisboa.



[80] . Ortofotomapa da Urbanização Quinta Casa de Santa Clara.

50 m

3.24 Urbanização Quinta Casa de Santa Clara

O projecto de Urbanização da Quinta Casa de Santa Clara, aprovado em 1972²⁶² é uma iniciativa da SPOC e ocupa parte dos terrenos dos jardins da Quinta Casa de Santa Clara²⁶³ na Ameixoeira, Lisboa.

O conjunto habitacional²⁶⁴ era composto por quatro células organizadas em torno de um eixo central, posteriormente foi acrescentada mais uma, E, em torre.

O projecto inicial é da responsabilidade do arquitecto Aníbal Barros da Fonseca²⁶⁵, assim como o projecto da célula D datado do início do ano de 1974.

A célula D é composta por seis lotes semelhantes, em banda, no topo nordeste do conjunto residencial, tendo frente para a rua Vitorino Nemésio e tardoz confinante com um conjunto volumoso de armazéns.

«Foi preocupação dominante minimizar os inconvenientes devidos à proximidade da excessiva volumetria dos armazéns, projectando-se uma sobrelevação da parte habitacional do edifício, à custa de um piso vazando, permitindo cotas mínimas da habitação sensivelmente acima das cotas das coberturas dos armazéns, sem prejuízo da volumetria e harmonia arquitectónica desta célula»²⁶⁶.

O edifício é constituído por 11 pisos, sendo a sub-cave e parte da cave destinada a estacionamento automóvel dos moradores e a parte restante para armazém.

Ao nível do rés-do-chão, protegido por uma galeria exterior coberta, localizam-se os vestíbulos de entrada e os acessos verticais das habitações além de várias lojas com instalações sanitárias e arrecadações privativas.

O piso vazando, localizado no 1º piso, destina-se a logradouro dos utentes dos apartamentos, *«especialmente utilizável para jogos de recreio da população infantil desta célula»²⁶⁷*, localizando-se ainda neste piso as habitações das porteiras, com vista a facilitar o controlo e limpeza do logradouro.

²⁶² Aprovado em 19 de Outubro de 1972 através do processo 9.2.66/3º/U/1972.

²⁶³ Hoje os jardins da Quinta estão abertos ao público e são usados como espaço de lazer, pelos habitantes da zona. Existe também uma zona desportiva que complementa a oferta de espaços de lazer.

²⁶⁴ Conjunto urbanístico aprovado através do processo nº 1726/OB/77, em que foram definidas, com áreas de construção destinadas a habitação e comércio, as seguintes: célula A 9350m² para habitação; célula B 13255m² para habitação; célula C 28450m² para habitação e 1135m² para comércio; célula D 14081m² para habitação e 2365m² para comércio. Totalizando, 65136m² para uso habitacional e 3500m² para uso comercial.

²⁶⁵ Aníbal Fernando Barros da Fonseca – arquitecto inscrito na CMLisboa com o nº160

²⁶⁶ FONSECA, Aníbal Barros da. *Memória descritiva e justificativa*, obra nº 59511, 1974, Arquivo Intermédio Municipal de Lisboa.

²⁶⁷ *Idem*.



[81] . Fotografia aérea da Urbanização Quinta Casa de Santa Clara

Os restantes seis pisos, destinam-se apenas a uso habitacional, sendo cada piso ocupado por duas habitações do tipo T3 e uma do tipo T1. Cada fogo tem duas entradas, sendo uma de serviço com acesso directo á zona da cozinha. A cozinha, e os quartos localizam-se na fachada tardoz, sendo que a cozinha tem uma varanda saliente. Na fachada principal, localizam-se as zonas de estar, que se prolongam para o exterior através de uma varanda a toda a largura do fogo.

No último piso, recuando, localizam-se duas habitações do tipo T3A, susceptível de se tornar em T4.

«A concepção geral das fachadas foi guiada pela disciplina de integração da célula D nas restantes células que constituem o conjunto residencial, no intuito de gerar um ambiente de unidade entre todas as células»²⁶⁸.

Ao nível construtivo, foi utilizada uma estrutura de betão armado, com paredes em alvenaria de tijolo.

Nos pavimentos foi utilizada betonilha afagada com cortiça e alcatifa, com excepção das casas de banho e cozinhas que dispõem de pavimentos em mosaico vinílico ou cerâmico.

As paredes são rebocadas e estucadas para pintar ou forrar a papel lavável. As cozinhas e casas de banho têm um lambril de azulejo com altura 1,50m.

Em Outubro de 1975, e da responsabilidade do arquitecto João Lusano Leite é apresentado um projecto de alterações referente a todo o edifício²⁶⁹. Estas alterações resultam de pequenos acertos ao nível estrutural e de outros pormenores que se julgaram convenientes, *«para a melhor execução e aproximar tanto quanto possível de uma construção tipo social»²⁷⁰*. Na cobertura do rés-do-chão, foram eliminados os elementos de iluminação, *«por se tomarem desnecessários e serem elementos que criaram sempre problemas de conservação e impermeabilização»²⁷¹*.

No que se refere aos alçados, as alterações são consequência da procura de uma construção mais simples, económica e de realização mais rápida, não se tendo no entanto fugido ao espírito do alçado inicial.

Em Junho de 1976, depois de concluída a célula D, inicia-se a construção da célula C – a que se localiza mais a nascente, neste empreendimento.

«Para prosseguimento dos trabalhos houve, no entanto, que rever toda a programação inicialmente estabelecida de modo a torna-la mais consentânea com as realidades actuais substituindo-se, também, a construção dita tradicional pela «cofragem túnel», forma de concretizar empreendimento de modo mais prático e eficiente»²⁷².

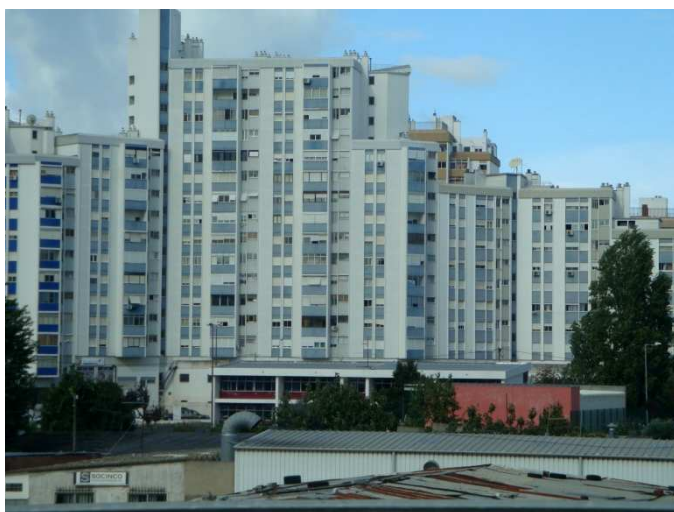
²⁶⁸ FONSECA, Aníbal Barros da. *Memória descritiva e justificativa*, obra n° 59511, 1974, Arquivo Intermédio Municipal de Lisboa.

²⁶⁹ As telas finais, serão apresentadas em 1977 assinadas pelo arquitecto João Lusano Leite.

²⁷⁰ LEITE, João Lusano. *Memória descritiva e justificativa do projecto de alteração*, obra n° 59511, 1975, Arquivo Intermédio Municipal de Lisboa.

²⁷¹ *Idem*.

²⁷² FONSECA, Aníbal Barros da. *Memória descritiva e justificativa do projecto de alteração*, obra n° 60018, 1976, Arquivo Intermédio Municipal de Lisboa.



[82] . Fotografias dos edifícios da célula D (em cima) e da célula C (em baixo).

Afim de tornar o mais repetitivo possível o sistema construtivo, a célula C foi dividida em quatro lotes. Num total de 289 fogos previstos pelo arquitecto Aníbal Barros da Fonseca, 71 serão de tipologia T1, 204 de tipologia T2 e 14 de tipologia T3. Ao nível organizativo, estes fogos apresentam-se segundo uma forma convencional, quando usado este sistema construtivo – corredor central de acesso aos fogos, fogos esses que dispõem apenas de uma frente.

A zona comercial será distribuída pelo rés-do-chão dos lotes C3 e C4 «*sendo constituída, no imediato por cinco estabelecimentos, podendo no entanto variar se vier a ser reconhecida como vantajosa qualquer outra solução*»²⁷³.

O parque de estacionamento com capacidade de 289 lugares, ou seja, um carro por fogo, ocupa a cave e sub-cave de todo o conjunto além de parte do rés-do-chão do lote C4. O acesso é feito em ambos os topos.

«O partido estético adoptado pretende traduzir tanto a função habitacional dos edifícios como o sistema construtivo.

*O repetitivo da solução com o conseqüente risco de monotonia é contrariado por dois factores: com o recorte de implantação e a variação de cérceas. O resultado obtido desta conjugação parece-nos positivo anulando completamente o referido inconveniente»*²⁷⁴.

O sistema construtivo, usado nesta célula, é de dois tipos, o tradicional nos três primeiros pavimentos (cave, sub-cave e rés-do-chão) e «estrutura laminar» nos restantes, ou seja, a parte habitacional. «*As dificuldades que o recorte de implantação traduzem a este último sistema são compensados pela exaustiva repetição dos fogos T2 que, representam 70% do total, justificando amplamente a solução*»²⁷⁵.

*«Como acabamento estão previstos os mais apropriados ao sistema construtivo»*²⁷⁶. Assim exteriormente serão utilizados painéis pré-fabricados nas paredes, panos de peito, guardas de cozinha e de terraços, na cor natural do betão ou pintados a tinta de água.

Interiormente, as galerias de acesso aos fogos terão pavimentos mosaicos cerâmico, paredes pintadas a tinta vinílicas e tectos também pintados mas a tinta de água. As salas quartos e vestíbulos serão forrados a alcatifa nos pavimentos e a papel ou estuque plástico nas paredes

As cozinhas e casas de banho levarão pavimentos de mosaico cerâmico e paredes forradas a azulejo decorativo, todos os tectos serão pintados a tinta de água. Todas as caixilharias serão em alumínio anodizado de cor natural.

²⁷³ FONSECA, Aníbal Barros da. *Memória descritiva e justificativa do projecto de alteração*, obra n° 60018, 1976, Arquivo Intermédio Municipal de Lisboa.

²⁷⁴ *Idem.*

²⁷⁵ *Idem.*

²⁷⁶ *Idem.*



[83] . Fotografias dos edifícios da célula A (em cima) e da célula B (em baixo).

Em Julho de 1978, com o edifício em construção, o arquitecto João Lusano Leite submete a aprovação camarária um projecto de alterações.²⁷⁷ Em Junho de 1980, novamente o arquitecto Aníbal Barros da Fonseca submete para aprovação as telas finais.

Em Novembro de 1978, dá-se seguimento²⁷⁸ á construção da Urbanização. Submetem-se à apreciação municipal os projectos, novamente da responsabilidade do arquitecto Aníbal Barros da Fonseca, de duas novas células A e B.

Nestas duas células, os primeiros pavimentos destinam-se a estacionamento (um lugar por fogo), entradas e habitação da porteira e os restantes, variando entre os oito e os 11 pisos, a fogos de habitação²⁷⁹.

O sistema construtivo utilizado é idêntico ao já adoptado na célula C (cofragem túnel) sendo evidente a estrutura modular de 3m em 3m. Este sistema é basicamente constituído por uma estrutura laminar /cofragem túnel) nas partes correspondentes à habitação, completado, nas zonas de estacionamento, por estrutura do tipo “tradicional”.

Ao nível da organização dos fogos, seguem uma métrica habitual, assim como, nas zonas de cozinha e sala comum, são utilizadas varandas como prolongamento do espaço interior.

Ao nível dos acabamentos repetem-se também os já anteriormente utilizados na célula C, «*aliás, com bons resultados em geral por serem os mais indicados para este tipo de construção*».

Em 1981 o arquitecto Manuel Coutinho de Carvalho²⁸⁰, assume a responsabilidade do projecto, introduzindo pequenas alterações: ao nível das coberturas, o que era inicialmente em duas águas e protegida por uma platibanda saliente, passou a ser uma cobertura em terraço; no lote B1, são também acrescentados mais três pisos iguais aos anteriormente projectados, numa área de 1327m² que será deduzida numa permuta de áreas entre a CMLisboa e a SPOC.

Em 1981, da autoria do mesmo arquitecto é proposta uma nova alteração²⁸¹: propõe um novo aproveitamento da parte mais alto do imóvel com a introdução de uma piscina. Assim pretendia-se tirar partido da obrigatoriedade da instalação de um depósito de água indispensável à prevenção do combate a incêndios.

²⁷⁷ Neste referido projecto serão efectuadas apenas pequenas correcções de pormenor: ao nível do rés-do-chão, há a referir o fechamento do acesso ao estacionamento, que inicialmente era em rampa aberta e agora se pretende, ate por questões de segurança, que seja fechada; para melhorar a ventilação da cave a sub-cave, aparecem bancos de ventilação; ao nível dos andares, além da introdução de varandas salientes em relação ao volume do edifício, nas zonas de sala comum e pequenos ajustes ao nível da planta, há a referir o alargamento dos vãos de janela para 1,15m e o fechamento do vão entre a cozinha e a sala nos fogos T2; á também a acrescentar, nos andares, a transformação de dois fogos T1 num fogo T3.

²⁷⁸ A célula D já se encontra construída e a C em construção

²⁷⁹ O lote B1, com 12 pisos, comporta, cinco fogos por piso (um T2 e quatro T3), um total de 12 fogos de tipologia T2, 45 de tipologia T3 e uma habitação d porteira.

O lote B2, com oito pisos, comporta 16 fogos de tipologia T2, 16 fogos de tipologia T3 e uma habitação de porteira

O lote B3, com 10 pisos, é constituído por 10 fogos de tipologia t2, 10 fogos de tipologia T3 e habitação de porteira.

²⁸⁰ Manuel Óscar Baptista Coutinho de Carvalho - arquitecto inscrito na CMLisboa com o n.º199.

²⁸¹ As telas finais, são submetidas para aprovação em 1983 e são da responsabilidade do arquitecto Manuel Coutinho de Carvalho



«Este aproveitamento pretende proporcionar aos futuros habitantes do edifício uma zona comum onde lhes seja possível recrear-se usufruindo das vantagens que uma pequena piscina descoberta. Este complexo ficará dotado de vestiários e instalações sanitárias diferenciados por sexos, bem como aparelhos indispensáveis para a manutenção em boas condições sanitárias a água do reservatório-piscina»²⁸².

Em 1983, ao anterior Plano de Urbanização é acrescentada mais uma célula, E, com projecto do arquitecto Manuel Coutinho de Carvalho.

Nesta nova célula, é proposto um novo tipo de implantação, uma torre com 19 pisos²⁸³. Os dois primeiros pisos, em cave, são destinados para estacionamento auto dos condóminos e utentes do centro comercial. No primeiro piso localizam-se as zonas de lazer, com recreio para crianças, campo de ténis e piscina com instalações de balneários, sanitários e afins. Nos restantes pisos localizam seis fogos por piso, atingindo o 15º andar com quatro fogos e sala de condóminos e o 16º piso com dois fogos.

O esquema de organização planimétrico repete-se em todos os fogos, variando apenas com o acrescentar de mais um quarto (área que é retirada à sala comum). Destaca-se a utilização de uma lareira na zona da sala, o que é um indicador da transformação que esta urbanização teve ao longo da sua construção – de uma construção económica, reduzida ao mínimo indispensável, passamos nesta célula a ter os diversos equipamentos de recreio lúdico, anteriormente já referidos, e uma lareira.

Ao nível construtivo é adoptado um sistema tradicional de pilar, viga e laje maciça em betão armado, com paredes de blocos de cimento, formando caixa-de-ar nas paredes exteriores, rebocadas a argamassa de areia para serem pintadas a tinta plástica, assim como os tectos.

Na cobertura, em alguns casos foi executada em laje isolada com tela, noutras em canelotes *SUPER*.

Todos os pavimentos serão revestidos a alcatifa com excepção das cozinhas, casas de banho e acessos que serão revestidos a mosaico cerâmico. Nas casas de banho e cozinhas, as paredes, serão revestidas a azulejo decorativo.

Nas zonas comuns serão usados tectos falsos metálicos e as caixilharias são em alumínio anodizado de cor natural.

Em 1985, a ARCAZ adquiriu à SPOC a propriedade deste lote, assim como já tivera feito na Urbanização de Santo André/Quinta da Coidiceira em Santo António dos Cavaleiros.

Em 1989, foram entregues as telas finais da responsabilidade do arquitecto Manuel Coutinho de Carvalho em parceria com o arquitecto Filipe Saalfeld²⁸⁴.

²⁸² CARVALHO, Manuel Coutinho de. *Memória descritiva e justificativa do projecto de alteração*, obra n.º 60470, 1983, Arquivo Intermédio Municipal de Lisboa.

²⁸³ 2826m² armazens/lojas no rés-do-chão, um fogo T1 no rés-do-chão, ocupado como habitação de porteira, 31 fogos de tipologia T2 do 1º ao 16º andar, 59 fogos de tipologia T3, do 1º ao 16º andar, 48 lugares de estacionamento em cave e 90 em sub-cave.

²⁸⁴ Filipe Vitor Saalfeld de Carvalho Reis – arquitecto inscrito na CMLisboa com o n.º698



[85] . Ortofotomapa da Urbanização Quinta do Lambert.

50 m

3.25 Urbanização Quinta do Lambert

A Urbanização da Quinta do Lambert, localiza-se junto ao Jardim do Campo Grande, a norte da avenida General Norton de Matos. O terreno é confrontado a nascente pelo cais terminal de metro e a poente pela alameda das Linhas de Torres.

Este estudo recairá apenas sobre a análise de dois conjuntos edificados: os dois blocos dispostos ortogonalmente na extremidade poente da referida Urbanização e o conjunto de lotes a nascente.

Os dois blocos a poente, com projecto de 1979 da responsabilidade do arquitecto Henrique de Mendia²⁸⁵, podem ser usados como exemplos para caracterizar aquilo que ficou enraizado, durante a década de 70 do século XX como um corrente edifício de uso habitacional – ao nível do tratamento exterior dos blocos foram adoptados princípios muito semelhantes aos que o arquitecto Fernando Silva tinha usado eleito no edifício da rua Maria Veleda (Urbanização da Quinta dos Condes de Camide) que viria a ser agraciado com o Prémio Valmor em 1978.

Nesta iniciativa da Sociedade Imobiliária Quinta do Lambert S.A.R.L., cada bloco é constituído por quatro lotes agrupados lado a lado, separados em fracções autónomas para posterior venda em regime de propriedade horizontal.

Cada lote tem 11 pisos, sendo os dois pisos em cave destinados a uso comercial. Estas zonas comerciais ao desenvolverem-se em cave, tiram proveito do desnível existente, ficando assim com frentes livres na fachada poente e sul. As lojas estão ainda apetrechadas com arrecadações e instalações sanitária para ambos os sexos. No piso térreo está localizado o vestíbulo de entrada, habitação da porteira, passagem pública e pequenas lojas. Os oito restantes pisos são destinados á habitação e são organizados segundo um esquema esquerdo-direito com respectivo núcleo central de acessos e condutas do lixo. Em cada piso, organizam-se um fogo T3 com 82m² e um fogo T4 97m² de área útil.

Cada fogo dispõe de duas fachadas com aberturas permitindo obter correctos níveis de ventilação e iluminação. Ao nível da organização planimétrica do fogo destaca-se a repetitiva estrutura modular, a economia nas áreas de circulação e os grandes vãos que ocupam a totalidade das fachadas.

A estrutura do edifício, a nível dos andares, é formada por lajes e paredes de betão armado, tipo túnel, assentando sobre uma estrutura de pilares e lajes de betão que oferecem suporte às zonas comerciais.

As fachadas são revestidas com painéis de betão pré-fabricado sendo toda a caixilharia em alumínio anodizado de cor natural tipo *NACO*, nas zonas de estendal e vãos de escada são utilizados painéis de vidro tipo *MORULUX*. A ventilação total, das casas de banho e cozinha é feita pelo sistema *BAHCO* homologado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Este edifício não previa a existência de estacionamento automóvel em garagem privativa por essa função era assegurada por um silo de estacionamento (com capacidade para 160 veículos em cave e 140 á superfície) existente no lote 10 da mesma urbanização.

²⁸⁵ Henrique de Mendia - arquitecto inscrito na CMLisboa com o n.º507



[86] . Fotografia dos edifícios do limite poente da Urbanização Quinta do Lambert

Ao longo do processo de construção, terminado em 1982 destaca-se as várias vezes que as empreitadas começavam sem ter pago a respectiva licença. Em Setembro do mesmo ano, o arquitecto Eduardo Lopes²⁸⁶ apresenta para aprovação as telas finais, com as respectivas alterações no revestimento das fachadas e na zona de tratamento de roupas.

O loteamento do conjunto a nascente, situado entre a rua Amílcar Cabral a poente e a rua José de Melo e Castro a nascente foi aprovado por despacho do Presidente da CMLisboa a 22 Outubro de 1982.

No conjunto de nove lotes, o situado mais a sul, é propriedade municipal, resultante de anteriores contractos de permuta entre a CMLisboa e a Sociedade Imobiliária Quinta do Lambert. Os restantes destinam-se a serem vendidos como fracções autónomas em regime de propriedade horizontal.

Os projectos de arquitectura datam de 1983 e são da responsabilidade do arquitecto Jorge Manuel de Albuquerque²⁸⁷ construídos pelo JOSÉ MATIAS – Empreiteiros, S.A.R.L.

Com alturas que variam entre os nove e os 11 pisos, os dois primeiros pisos destinam-se a estacionamento privativo dos inquilinos, com entradas directas nos dois pisos, uma vez que o desnível existente entre os dois arruamentos com pequenas rampas de concordância assim o permite. Os restantes pisos destinam-se a comportar dois fogos organizados segundo um tradicional esquerdo-direito, nos lotes maiores a tipologia é T3+1 e nos de menor dimensão é T2+1.

«Os dois fogos de cada piso servidos por uma escada e dois ascensores como é corrente apresentam uma disposição interior dos compartimentos que julgamos ao mesmo tempo simples e funcional quer sobre o prisma de habitabilidade quer sobre o ponto de vista construtivo e de estabilidade.

Esta disposição não impediu no entanto que houvesse o cuidado de colocar os compartimentos em princípio destinados a larga permanência diurna para nascente possibilitando boa orientação para os mesmos por se tratar deste ponto cardinal e por gozar de uma boa vista garantida pela proximidade das instalações, normalmente banais, de uma recolha rodoviária quer ainda pela proximidade do aeroporto; esta zona dos fogos prevê-se ainda servida por uma ampla varanda que no caso da cozinha dá lugar a um estendal protegido»²⁸⁸.

Para prolongamento das assoalhadas foi adoptada uma estratégia de interligação entre os vários espaços, assim a cozinha comunica directamente com sala comum, que por sua vez comunica com um quarto que poderá ser usado com funções mais sociais.

Assinala-se ainda que o conjunto de serviços, comunicações verticais e cozinhas, formam um bloco compacto tanto ao nível construtivo como funcional.

²⁸⁶ Eduardo Zeferino de Paiva Figueiredo Lopes – arquitecto inscrito na CMLisboa com o nº337.

²⁸⁷ Jorge Manuel Frederico de Miranda Ferrão de Albuquerque – arquitecto inscrito na CMLisboa com o nº129.

²⁸⁸ ALBUQUERQUE, Jorge Manuel. *Memória descritiva e justificativa*, obra nº 60918, 1983, Arquivo Intermédio Municipal de Lisboa.



[87] . Fotografia aérea do conjunto do limite nascente da Urbanização Quinta do Lambert.

As comunicações verticais, escadas e ascensores, servem todos os pisos, no entanto a entrada formal para as habitações está situada no segundo piso dando portanto directamente para o arruamento a nascente. Neste mesmo piso, mas ligeiramente sobrelevado em relação ao passeio do arruamento, projectou-se também o fogo para a porteira e ainda uma galeria

«conseguida à custa do lote que constituirá certamente uma opção simpática do passeio para além dos pilares sobretudo em caso de tempo desagradável. (...)

Sob o ponto de vista plástico e estético o futuro edifício vai buscar justamente ao conjunto no qual se integra a sua razão de ser. Desta forma, como os restantes lotes idênticos, o corpo habitacional propriamente dito alinha com o extremo do lote, destacando-se metade para nascente dos lotes contíguos proporcionando portanto o mesmo acentuado claro-escuro vertical sublinhado pelo tratamento da parte das empenas visíveis e contrariado horizontalmente pelo tratamento das faixas bem marcadas de nível da fachada poente.

Igualmente o conjunto das fachadas nascente, no qual este lote se integra, apresentará o mesmo claro-escuro vertical bem mascado pelo deslizamento das restantes fachadas e pelo tratamento da parte das empenas livres contrariado horizontalmente pelo balcão das varandas e pelas sombras destas sobre a fachada nascente da qual se destacam»²⁸⁹.

O corpo mais baixo ocupado com os estacionamento, ao contrário do que se observou nos corpos habitacionais, alinhará quer a poente quer a nascente com o extremo do lote, apresentando portanto um tratamento praticamente idêntico em todos os lotes. De um lado evidentemente com dois pisos e do outro com um só apresentando este último a galeria continuada entre todos os lotes.

Ao nível do tratamento estético do conjunto, destaca-se a preocupação que houve em agrupar os lotes dois a dois, tentando diminuir assim o efeito de escada que se sentiria em todos os lotes, derivado da pendente para sul que o terreno apresenta.

Sobre o aspecto construtivo o edifício foi projectado segundo o sistema tradicional misto de betão armado e alvenaria de tijolo. A estrutura adoptada é muito simples (módulo de 3,3m x 6m) servindo a modelação dos compartimentos e está claramente assinalada nas plantas dos vários pisos.

«No que respeita aos acabamentos, como alias em tudo o restante, respeitar-se-á a legislação aplicável prevendo-se acabamentos de boa qualidade sem serem luxuosos no entanto»²⁹⁰.

Este projecto, anteriormente descrito, viria a sofrer ligeiras alterações. Num processo que se arrastou entre 1984 e 1989, os vários lotes foram vendidos a diferentes proprietários, que consequentemente entregaram a

²⁸⁹ *Idem.*

²⁹⁰ *Idem.*



[88] . Fotografias dos edifícios do limite nascente da Urbanização Quinta do Lambert.

a condução da obra a outro responsável²⁹¹, assim como a responsabilidade pelas alterações na organização interna dos fogos.

As alterações propostas são idênticas a todos os lotes do conjunto em que cada bloco se integra e asseguram a unidade e continuidade arquitectónica. Constatam essencialmente a substituição das grelhas horizontais da fachada nascente por outras dispostas verticalmente; alteração das águas da cobertura para duas águas; alteração da localização da porta do estacionamento superior para melhor adaptação ao arruamento confinante e pequenas alterações no posicionamento das janelas.

Ao nível interno, reorganiza-se os lugares *de estacionamento e aproveita-se o espaço excedentário para a instalação de escritórios «tão necessários nesta zona de constante desenvolvimento industrial e comercial»*²⁹² e respectivas instalações sanitárias. Nos de habitação, na nova disposição interna, fechou-se a relação que havia entre a sala e a cozinha e supriu-se definitivamente o quarto que contactava directamente com a sala em benefício do funcionamento e áreas úteis dos novos compartimentos e instalou-se uma lareira na sala.

²⁹¹ Lote 1 a partir de 1986, propriedade de CONSTRIPRONGO – Sociedade de Construções Lda., o projecto de arquitectura fica sob responsabilidade do Arquitecto Filipe Saalfeld.

Lote 2, a partir de 1987, propriedade de CONSTRIPRONGO – Sociedade de Construções Lda., o projecto de arquitectura fica sob responsabilidade do arquitecto Filipe Jorge Oliveira da Silva.

Lote 3, a partir de 1984, propriedade de Maria de Jesus Lourenço do Chão e outros, o projecto de arquitectura fica sob responsabilidade do arquitecto António Francisco Cruz Carmona Saragga Seabra.

Lote 4, mantém a propriedade José Matias Empreiteiros S.A.R.L., continuando responsável o arquitecto Jorge Manuel de Albuquerque.

Lote 5, a partir de 1987, propriedade de Maria Emília Lopes Barbosa e outros, o projecto de arquitectura fica sob responsabilidade do arquitecto António Francisco Cruz Carmona Saragga Seabra.

Lote 6 e 7 foram juntos num só lote, a partir de 1984, propriedade de Olívia da Agonia Pereira da Silva Matos e outros, o projecto de arquitectura fica sob responsabilidade do arquitecto António Francisco Cruz Carmona Saragga Seabra.

Lote 8, a partir de 1984, propriedade de J. Alcobia e Lino Lda., o projecto de arquitectura fica sob responsabilidade do arquitecto José Simões da Silva.

²⁹² HENRIQUES, Pedro. *Memória descritiva e justificativa do projecto de alterações*, obra n° 60918, 1987, Arquivo Intermédio Municipal de Lisboa.

É impossível negar que o espaço urbano seja resultado do conflito entre os diferentes agentes. É assim indispensável identificar quais as forças que realizaram o fenómeno urbano da AML, sejam elas públicas, económicas ou sociais, investidoras ou trabalhadoras. No período em análise, essas forças são especialmente interventivas e revelam uma grande capacidade realizadora.

As configurações espaciais, enquanto produto de uma sociedade, retratam a sua organização. No período em que vivemos – que sucederá à época de forte definição e controlo político-ideológica que caracterizou o início do Estado Novo e ao sequente período de liberalismo económico – devido à grande indefinição quantos aos mecanismos possíveis de utilizar para a produção de espaço novo, ou para a reformulação do existente, torna-se urgente olhar para a capacidade de outros tempos e redireccioná-la para um futuro desejável. Transformar os problemas em oportunidades.

No território nacional, o crescimento urbano faz-se através da adição de novos bairros, quase sempre construído nas periferias de um tecido histórico consolidado. Assim, o espaço urbano caracteriza-se pelas manchas, mais ou menos extensas e que testemunham as várias épocas.

Este conjunto de loteamentos que caracteriza este território, misturados com espaços ainda com características agrícolas formam um *continuum* urbano-rural, crescido ao longo dos eixos de comunicação, que ainda hoje nos é complicado decifrar. Ficamo-nos por uma conclusão genérica que qualifica este espaço como contendo características específicas e diferenciadas do centro urbano “original”.

O caso português, e especialmente o que ocorreu na AML norte é particularmente interessante porque escapam quase totalmente ao esforço ordenador do poder político central. O nível de carências é levado (principalmente de infra-estruturas e equipamentos), mas também será de realçar a forma como o “resto” que foi expelido da cidade central, conseguiu encontrar uma lógica urbana. Livre dos constrangimentos paralisantes do “tradicional”, os agentes privados, e mesmo que de forma inconsciente, souberam reagir rapidamente às transformações culturais/contextuais e introduziram novas formas de vida.

Com o passar do tempo, e especialmente nos pós 25 de Abril de 1974, o poder autárquico viu-se forçado a encarar os problemas ligados ao ordenamento do território como uma prioridade. Rapidamente ficou claro que a necessidade de um plano ultrapassava a escala dos limites administrativos concelhios. Mais do que um plano forma/desenhado exigia-se um sistema que estudasse as inter relações entre a vida económica, social e o meio físico – procurava-se um processo de planeamento mais adequado às novas realidades.

Publicam-se vários decretos, assistiu-se a diversas reestruturações dos serviços de poder decisório, mas sem grandes consequências positivas visíveis – a burocracia resiste. A pluralidade das figuras de planeamento e a dificuldade de diálogo entre as várias instâncias mantêm-se, e aquele a quem era atribuída uma tarefa essencial – segundo o pensamento Moderno – para a definição e regulamentação dos agentes transformadores do espaço urbano, continua a responder paliativamente à actividade dos agentes privados. A falta de diálogo entre as várias instâncias da administração, entre técnicos e políticos, entre habitantes e projectistas caracterizam o planeamento territorial, sendo a face mais visível a falta de cultura de monitorização. Talvez seja útil procurar regimes jurídicos de excepção responsáveis pela gestão e avaliação do projecto, como aconteceu excepcionalmente com a Parque Expo.

Numa visão genérica o território encontra-se desarticulado, sendo que a ausência de equilíbrio ecológico é o aspecto mais gritante. Muitos destes lugares continuam a funcionar como dormitórios porque a grande maioria dos empregos terciários e dos serviços de apoio à população se centralizam em Lisboa (embora parte importante do emprego industrial se localize nas áreas suburbanas). As migrações pendulares que todos os dias entopem as vias de acesso ao centro de Lisboa são a consequência de um sistema onde a “cabeça” esvaziada durante a noite tem “pendurados” um conjunto de membros desarticulados. Assistimos a uma bipolarização das dinâmicas urbanas: centro-dia/periferia-noite.

Será tempo de verificar que em Portugal nunca existiram as condições estruturais e sociais para a convivência pacífica entre a gestão pública e a promoção privada. As pesadas máquinas tecnocráticas continuam a inviabilizar o benefício colectivo conseguido através do ganho individual.

Será que a Carta de Atenas, apresentada em pleno apogeu da racionalidade urbanística, constitui-se hoje como mais um documento clássico, sem nenhuma adequação às novas realidades metropolitanas, ou será ela uma possibilidade de interpretação deste território? A possibilidade do manifesto retroactivo?

O Moderno era crente na forte capacidade disciplinar da arquitectura. Esta, mais do que produzir uma ordem existente ou desejada pelo poder dominante, deveria produzir uma reconfiguração radical da sociedade através de um programa arquitectónico inovador – a criação de um novo paradigma para a sociedade futura.

A arquitectura e o urbanismo, porque concebem e promovem a organização do espaço da cidade, constituem-se como agentes essenciais na definição das actividades humanas. Projectar para as pessoas ou criar um projecto de vida para o futuro – projectar a visão? Está é uma questão sobre a qual penso ser útil

reflectir nos dias de hoje e que está muito relacionada com as novas estratégias operativas prementes. Fazer mais ou fazer melhor?

O projecto Moderno assentou na ideia de urbanizar, no sentido de dar significado a uma ideia de projecto que passava por uma visão urbana á escala territorial. Essa crença, considerada por muitos como utópica ou voluntarista foi a base para uma reformulação do espaço urbano e da forma como vivemos a nossa habitação.

Está por cumprir o projecto global do território como potencializador da característica individual. Onde a expressão da originalidade e da diferenciação individual possa contribuir para engrandecimento do bem comum.

No caso específico deste estudo, o promotor foi o responsável pela visão primária, naturalmente influenciada pela procura de benefícios económicos. Era ele que geria todo o processo, sendo a figura do arquitecto encarada como mais um agente interveniente nas várias fases da obra.

No que respeita aos arquitectos intervenientes é possível subdividi-los em dois grupos: i) uns que estavam inseridos numa forte estrutura empresarial responsável por todas as fases da obra, desde a pesquisa de mercado, projecto, construção e à venda em fracções autónomas. Estes arquitectos eram responsáveis pelas primeiras fases do projecto, onde se definia desde a organização urbana à tipologia de cada fogo, posteriormente e com o arrastar da construção, normalmente eram substituídos por outros arquitectos responsáveis por pequenas alterações, já exigidas pelos compradores – as telas finais. ii) o outro grupo de arquitectos, trabalhando como “independentes” inseria-se nas várias fases de projecto sob um regime de subcontratação. É usual o responsável pelo projecto urbano não seguir as fases posteriores de definição das várias tipologias de habitação. São relatados muitos despedimentos por incumprimento do pagamento de honorários pela sociedade promotora.

A obra do arquitecto Fernando Silva, pode assim ser encarada como um caso de estudo para perceber todas estas dinâmicas de relacionamento entre o promotor e o projectista. Tanto em regime de subcontratação com aconteceu na Urbanização dos Sasseiros e Alto da Barra, no Complexo Entrepasto ou mesmo na Praça de Alvalade, como integrado na empresa SOGEL na Urbanização Quinta dos Condes de Camide e em outras da responsabilidade desta empresa.

Este grupo de arquitectos, desconhecidos, ou votados ao esquecimento dentro da sua classe nunca foram considerados como protagonistas de uma real transformação arquitectónica. Quando o seu nome é reconhecido, como é Rui d’Athouguia, Fernando Silva, Alberto Reaes Pinto, Alves Ferreira, Erich Corsépius, entre outros, apenas se conhecem as suas intervenções pontuais realizadas no centro da cidade ou para instituições públicas.

Imbuídos num espírito Moderno, estes arquitectos, tinham consciência das várias escalas de projecto que lhe eram exigidas. Do específico que é projectar para o indivíduo e da complexidade da ideia global do que é projectar um processo para o colectivo.

Exigia-se assim um pensamento em rede. Estas Urbanizações foram, sobretudo, grandes distribuidores de espaço, muito mais definidores espaciais que meros objectos. A casa só faz sentido lida num contexto

urbano. A consciência sobre a importância da urbanidade é algo que mereceu especial reflexão neste período. Jogou-se numa relação ora profícua, ora perversa entre o público e o privado. Muitas vezes, no primeiro embate ganhou o privado. E para isso muito contribuiu as constantes alterações da equipa de projectistas (em princípio, zeladoras pelo interesse comum), com as inevitáveis perdas da ideia original, mas se olhados os casos particularmente, são reconhecíveis importantes contribuições para o espaço comum.

Uma fotografia aérea não é capaz de transmitir uma realidade urbana. Essa só é comprovável quando, durante o dia, se aprecia a luminosidade, ou a sensação de liberdade e sossego ao deambular por entre estes espaços.

«Os arquitectos não voltam ao local do crime!»

Viver na periferia apela a múltiplas matizes, diferentes modos de vida cujo significado está praticamente por explorar.

Conhecer os acontecimentos do final do século XX informa a actualidade do século XXI. Mesmo os territórios já consolidados, antes deste período, sofrem profundas alterações nesta época. Aprender com a realidade existente – os êxitos e os erros – para depois responder aos novos desafios lançados, é afinal um ensinamento intemporal que também o Movimento Moderno seguiu.

O conhecimento sobre uma realidade até agora ainda não abordada é um primeiro contributo para uma nova reconfiguração exigida.

Sobre este território, formado por fragmentos de modernidade, será prematuro emitir um juízo final. O passar destes 30 anos de sedimentação foi certamente útil para esta realidade, que terá que deixar de ser esse conjunto de fragmentos desgarrados para passar a formar um puzzle.

Será útil agora, mais do que estudar os movimentos e os factores de “entrada” para a periferia, apreender quais o efeitos que a passagem do tempo provocou nos “filhos da periferia” – aqueles indivíduos para quem a modernidade urbana é a sua única memória colectiva. Essa será certamente uma tarefa que extravasa o âmbito deste estudo e inclusive o pensamento exclusivamente arquitectónico.

É clara a diferença entre o léxico de dominamos – cidade com características formais (apreendidas academicamente) e a cidade com que o arquitecto terá obrigatoriamente que lidar no território de hoje, onde coexistem todas as coisas – coabitação de contrários.

A dificuldade de consenso e diálogo entre os diversos intervenientes empurra a discussão em torno do planeamento e gestão urbanística para uma lógica de quase esquizofrenia. Será que ainda existe a possibilidade efectiva de uma lógica de “equilíbrio” entre a sociedade actual e os agentes que nela intervêm? Ou teremos de aceitar a forma irracional como modelo de conexão entre todos.

A estratégia terá obrigatoriamente de passar por aceitar a nova lógica produtiva e enfrentá-la. Procurar estratégias radicais que respondam à instabilidade programática e à mutabilidade física da realidade metropolitana.

Num período onde não existem teorias previamente concebidas os desafios são mais aliciantes. Mais do que procurar uma alternativa à tabula rasa moderna ou à nostalgia pós-moderna, são urgentes panorâmicas de âmbito largo. Jogar no substrato entre um projecto ideal e uma realidade construída poderá ser uma alternativa. Estes que foram espaços de uma incrível criatividade para fugir às regras urbanísticas, serão agora o campo para uma reformulação do ambiente urbano.

Uma nova cultura de transformação e recuperação é um fenómeno emergente, a requalificação do património industrial abandonado pelo deslocamento da actividade industrial pesada para a periferia – é a face mais visível. O recente interesse pela cidade histórica, quando acompanhado de um entendimento sobre o territórios envolventes e das dinâmicas a eles associados fará emergir uma nova teoria.

Será indispensável uma estratégia para reformular sem destruir a cidade pré-existente. Aqueles espaços que teriam um papel importantíssimo a desempenhar como prolongamento social da habitação foram grandemente esquecidos quer por parte dos promotores, quer por parte dos agentes públicos.

O tratamento do espaço público surge assim como uma matéria de indiscutível importância, aquele que é o “chão-de-todos” necessita de uma forte cultura disciplinar arquitectónica.

«São os patinhos feios e não os cisnes que me interessam, no urbanismo»²⁹³.

«A cidade moderna (...) ainda está por concretizar-se (...) [mas]

morrer de tédio não é assim tão mau»²⁹⁴.

²⁹³ PORTAS, Nuno. *Arquitectura(s): Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*, Porto: FAUP Publicações, 2005, p. 488.

²⁹⁴ KOOLHAAS, Rem. In NESBITT, Kate (org.). *Uma Nova Agenda para a Arquitectura*, São Paulo: Cosac Naify, 2008, p. 359-361.

1. BIBLIOGRAFIA

1.1 Monografias

AAVV. *O livro de Lisboa*, Lisboa: Livros Horizonte, 1994.

AAVV. *Periferias*, Porto: Centro Português de Fotografia, 1998.

ALMEIDA, Pedro Vieira de. *A arquitectura no Estado Novo: uma leitura crítica*, Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

AGAREZ, Ricardo Costa. *O Moderno Revisitado: Habitação Multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Direcção Municipal de Cultura, 2009.

BAKER, Geoffrey H.. *Le Corbusier: uma análise da forma*, São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BARONE, Ana Cláudia Castilho. *Team 10: Arquitectura como crítica*, São Paulo: Annablume: Fapsep, 2002.

BENEVOLO, Leonardo. *O Último Capítulo da Arquitectura Moderna*, Lisboa: Edições 70, 1985.

BRITO, Lúcia Gonçalves de (coord.). *Gestão Urbana: Passado, Presente e Futuro*, Lisboa: Publicação da Parque EXPO 98 SA, 2002.

CABRITA, António Reis. *Franjas Urbanas ao redor das cidades portuguesas: os seus problemas de saúde ambiental e possíveis soluções*, Lisboa: LNEC, 1990.

- CAVACO, Cristina Soares Ribeiro Gomes. *Transmodernidade e experiência do espaço: periferia e periferias na problemática da sociedade contemporânea*, Lisboa: 2001.
- COLLINS, Peter. *Los ideales de la arquitectura moderna: su evolución 1750-1950*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili SA, 1977.
- CORREIRA, Graça. *Ruy D'Athouguia: a modernidade em aberto*, Casal de Cambra: Caleidoscópio Edições e Artes Gráficas, 2008.
- COSTA, João Pedro. *Bairro de Alvalade: Um paradigma no Urbanismo Português*, Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
- CURTIS, William J. R.. *Modern architecture since 1900*, Londres: Phaidon, 2ª edição, 1995.
- DOMINGUES, Álvaro (coord.). *Cidade e Democracia: 30 anos de transformação urbana em Portugal*, Lisboa: Argumentum, 2006.
- DORFLES, Grillo. *A Arquitectura Moderna*, Lisboa: Edições 70, 1986.
- FERNANDEZ, Sérgio. *Percurso: Arquitectura Portuguesa, 1930-1974*, Porto: Editorial FAUP, 2ª edição, 1988
- FERNANDEZ, Sérgio. *Arquitectura Portuguesa, 1961-1974*, Portugal: Arquitectura do século XX, Munique: Prestel, 1997.
- FIGUEIRA, Jorge. *Escola do Porto: Um Mapa Crítico*, Coimbra: eldlarq, Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2002.
- FIGUEIRA, Jorge. *Agora que está tudo a mudar: Arquitectura em Portugal*, Lisboa: Caleidoscópio, 2005.
- FIGUEIRA, Jorge. *A Noite em Arquitectura*, Lisboa: Relógio D' Água Editores, 2007.
- GRANDE, Nuno. *O verdadeiro mapa do Universo: Uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*, Coimbra: eldlarq, Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2002.
- JENKS, Charles. *Movimentos Modernos em Arquitectura*, Lisboa: Edições 70, 1992.
- KOOLHAAS, Rem. *Nova York Delirante*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A., 2008.
- KOOLHAAS, Rem. *Três Textos sobre a cidade*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A., 2010.
- LE CORBUSIER. *Cuando las catedrales eran blancas: viaje al país de los tímidos*, Barcelona: Ediciones apóstrofe, 1999.
- LYNCH, Kevin. *A Boa Forma da Cidade*, Lisboa: Edições 70, 1999.
- MÁRQUES, Fernando (edit.); Levene, Richard (edit.). *Souto de Moura 2005-2009*, El Croquis n°146, Madrid: El Croquis Editorial, 2009.
- MILHEIRO, Ana Vaz, AFONSO, João (edit.), *Alexandre Alves Costa, Candidatura ao Prémio Jean Tschumi-Prize Nominee. UIA 2005*, Lisboa: Caleidoscópio, 2006.

- MONTANER, Josep Maria. *Depois do Movimento Moderno: arquitetura da segunda metade do século XX*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A., 2001.
- MORALES, Ignasi de Solà, *Inscripciones*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A., 2003.
- MORALES, Ignasi de Solà, *Territorios*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A., 2002.
- NESBITT, Kate (org.). *Uma Nova Agenda para a Arquitetura*, São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- PAÇO, António Simões do (coord.). *Os anos de Salazar: o que se contava e o que se ocultava durante o estado novo*, Lisboa: Centro Editor PDA, vol. 24 e 25, 2008.
- PEDREIRINHO, José Manuel. *Dicionário dos arquitectos activos em Portugal do século I à actualidade*, Porto: Afrontamento, 1994.
- PEREIRA, Nuno Teotónio. *Escritos (1947-1966, selecção)*, Porto: FAUP Publicações, 1996.
- PINTO, Ana Lúcia; NEVES, Maria Manuela Carvalho; Neves, Pedro Almiro (coord.) *Cadernos de História A8 2ª parte*, Porto: Porto Editora, 2009.
- PORTAS, Nuno. *Arquitetura(s): Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*, Porto: FAUP Publicações, 2005.
- PORTAS, Nuno. *Arquitetura(s): História e Crítica, Ensino e Profissão*, Porto: FAUP Publicações, 2005.
- PORTAS, Nuno. *A Arquitetura para Hoje (1964) seguindo Evolução da Arquitetura Moderna em Portugal (1973)*, Lisboa: Livros Horizonte, 2008.
- PRINZ, Dieter. *Urbanismo II: Configuração Urbana*, Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- ROWE, Colin; KOETTER, Fed. *Cuidad Collage*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A., 1998.
- SALGUEIRO, Teresa Barata. *A cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana*, Porto: Edições Afrontamento, 1992
- SALGUEIRO, Teresa Barata. *Lisboa, Periférica e Centralidade*, Oeiras: Celta Editora, 2001.
- SHILS, Edward. *Centro e periferia*, Lisboa: Difel, 1992.
- TENEDÓRIO, José António (dir. e coord.). *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa: Arlindo Silva – Artes Gráficas, Lda, 2003.
- TOSTÕES, Ana. *Os verdes anos na arquitetura portuguesa dos anos 50*, Porto: FAUP Publicações, 1997.
- VENTURI, Robert. *Complexidade e Contradição em Arquitetura*, São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- VENTURI, Robert; IZENOUR, Steven; SCOTT BROWN, Denise. *Aprendendo de Las Vegas*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1979.
- ZEVI, Bruno. *História da Arquitetura Moderna*, São Paulo: Perspectiva, 1989.

1.2 Publicações periódicas

- ADRIÃO, José (dir.). *Jornal Arquitectos*, nº 231, Abril/Junho 2006.
- ALMEIDA, Paula. *Habitação: a Produção de um Conceito*, in *Sociedade e Território*, nº 20, Abril, 1994, p.110-115.
- BANDEIRA, Pedro. *Torre na Paisagem: da Utopia à Distopia*, in *Jornal Arquitectos*, nº 210, Março/Abril, 2003, p.63-68.
- BANDEIRINHA, José António. *Anos sessenta: Verdade e consequências da crise da habitação em Portugal*, in *Jornal Arquitectos*, nº 226, Janeiro/Março, 2007, p.24-29.
- BARATA, J. P. Martins. *Área Metropolitana de Lisboa. Porquê? Para Quê? Como?*, in *Sociedade e Território*, nº 3, Julho, 1985, p.8-10.
- BAPTISTA, Luís Santiago (dir.). *Condições periféricas*, Revista *Arquitectura e Arte*, nº 67, Março 2009.
- BAPTISTA, Luís Santiago (dir.). *Herança Le Corbusier*, Revista *Arquitectura e Arte*, nº 59/60, Julho/Agosto 2008.
- BRANDÃO, Pedro. *O eclipse da Arquitectura sem arquitectos*, in *Jornal Arquitectos*, nº 31/32, Novembro/Dezembro, 1984, p.4-5.
- BRANDÃO, Pedro. *O eclipse da Arquitectura sem arquitectos*, in *Jornal Arquitectos*, nº 33/34, Janeiro/Fevereiro, 1985, p.4-6.
- BRANDÃO, Pedro. *O eclipse da Arquitectura sem arquitectos: 3 com a mão na massa*, in *Jornal Arquitectos*, nº 35/36, Março/Abril, 1985, p7-8.
- BYRNE, Gonçalo. *Olhar a arquitectura perceber a cidade*, in *Jornal Arquitectos*, nº 42, Dezembro 1985, p.2.
- BYRNE, Gonçalo. *A fundamentação teórica*, in *Jornal Arquitectos*, nº 49, Julho 1986, p.3.
- BYRNE, Gonçalo. *As transformações necessárias*, in *Jornal Arquitectos*, nº 49, Outubro 1986, p.3.
- CARVALHO, Jorge. *Plano de cidade*, in *Sociedade e Território*, nº 37/38, Junho, 2004, p.80-83.
- COSTA, Carlos A. Bana e. *Dinâmica de expansão da Área Metropolitana de Lisboa: Aspectos populacionais e movimentos de activos nas suas periferias*, in *Sociedade e Território*, nº 3, Julho, 1985, p. 38-44.
- DIAS, Manuel Graça. *A Desurbanidade é que Assusta*, *Jornal Arquitectos*, nº 195, Março/Abril, 2000, p. 10-11.
- DIAS, Manuel Graça. *Porque é que para Mim não é Tanto uma Questão de Causas*, in *Jornal Arquitectos*, nº207, Setembro/Outubro, 2002, p. 3.
- FERNANDES, José Manuel. *17 olhares sobre*, in *Jornal Arquitectos*, nº 42, Dezembro 1985, p.11-13.
- FERREIRA, António Fonseca. *Crise do Alojamento e construção clandestina em Portugal*, in *Sociedade e Território*, nº 1, Março 1984, p. 29-35.

- FERREIRA, António Fonseca (dir.). *Metrópoles e Micropoles*, Sociedade e Território, nº 3, Julho 1985.
- FERREIRA, António Fonseca (dir.). *Planos sem poder, poder sem planos*, Sociedade e Território, nº 5, Novembro 1986.
- FERREIRA, António Fonseca (dir.). *Ambiente e Planeamento*, Sociedade e Território, nº 18, Junho 1993.
- FERREIRA, Vitor Matias. *O território urbano-metropolitano de Lisboa. Teses para uma intervenção político-urbanística*, in Sociedade e Território, nº 3, Julho, 1985, p. 18-28.
- FURTADO, Gonçalo. *Apontamentos sobre o nosso Transitório (Pós) Moderno*, in Jornal Arquitectos, nº 208, Novembro/Dezembro, 2002, p.75-79.
- GONÇALVES, Rogério. *Fernando Silva – Arquitectura Desinteressante e Repetitiva*. in Documentos de Arquitectura, nº 1, Fevereiro 1996.
- GUERRA, Isabel. *Viver na Periferia*, in Sociedade e Território nº18, Abril, 1993, p. 106-108.
- JOR, Augusto Nascimento da Fonseca. *Planeamento de casas de renda modesta na periferia dos grandes aglomerados urbanos*, in Binário, nº 113, Fevereiro 1968 p. 63-68.
- KOPP, Anatole. *Um Estilo ou uma Causa? Ou a Quem Pertence o Mundo?*, in Jornal Arquitectos, nº 207, Setembro/Outubro, 2002, p.9-17.
- LACERDA, Manuel. *Da exposição nacional de arquitectura ao debate necessário*, in Jornal Arquitectos, nº 42, Dezembro 1985, p.10-11.
- LOURENÇO, Nuno. *Caos Urbanístico [Notas sobre Periferias de Lisboa]*, in Jornal Arquitectos, nº 209, Janeiro/Fevereiro, 2003, p.64-67.
- LOURDES, Maria de; RODRIGUES, Francisco Castro (trad.). *A carta de Atenas*. in Arquitectura: Revista de arte e construção, nº 20, Fevereiro 1948, p.23-24.
- LOURDES, Maria de; RODRIGUES, Francisco Castro (trad.). *A carta de Atenas*. in Arquitectura: Revista de arte e construção, nº 21, Março 1948, p.23.
- LOURDES, Maria de; RODRIGUES, Francisco Castro (trad.). *A carta de Atenas*. in Arquitectura: Revista de arte e construção, nº 22, Abril 1948, p.23-24.
- LOURDES, Maria de; RODRIGUES, Francisco Castro (trad.). *A carta de Atenas*. in Arquitectura: Revista de arte e construção, nº 23, Maio/Junho 1948, p.39-40.
- LOURDES, Maria de; RODRIGUES, Francisco Castro (trad.). *A carta de Atenas*. in Arquitectura: Revista de arte e construção, nº 25, Julho 1948, p.21.
- LOURDES, Maria de; RODRIGUES, Francisco Castro (trad.). *A carta de Atenas*. in Arquitectura: Revista de arte e construção, nº 26, Agosto/Setembro 1948, p.19-20.

LOURDES, Maria de; RODRIGUES, Francisco Castro (trad.). *A carta de Atenas*. in *Arquitectura: Revista de arte e construção*, nº 27, Outubro/Dezembro 1948, p.17-18.

LOURDES, Maria de; RODRIGUES, Francisco Castro (trad.). *A carta de Atenas*. in *Arquitectura: Revista de arte e construção*, nº 28, Janeiro 1949, p.16-17.

LOURDES, Maria de; RODRIGUES, Francisco Castro (trad.). *A carta de Atenas*. in *Arquitectura: Revista de arte e construção*, nº 29, Fevereiro/Março 1949, p.15-16.

LOURDES, Maria de; RODRIGUES, Francisco Castro (trad.). *A carta de Atenas*. in *Arquitectura: Revista de arte e construção*, nº 30, Abril/Maio 1949, p.15-16.

LOURDES, Maria de; RODRIGUES, Francisco Castro (trad.). *A carta de Atenas*. in *Arquitectura: Revista de arte e construção*, nº 31, Junho/Julho 1949, p.17-18.

LOURDES, Maria de; RODRIGUES, Francisco Castro (trad.). *A carta de Atenas*. in *Arquitectura: Revista de arte e construção*, nº 32, Setembro 1949, p.17-18.

MARTINS, Mário Rui. *Problemas e soluções no planeamento de áreas metropolitanas*, in *Sociedade e Território*, nº 3, Julho, 1985, p.11-17.

MATEUS, Diogo. *Uma visão do território actual*, in *Sociedade e Território*, nº 37/38, Junho, 2004, p.142-147.

MASSAPINA, Vasco. *Responsabilização profissional e exercício da profissão de arquitecto em Portugal*, in *Jornal Arquitectos*, nº 31/32, Novembro/Dezembro, 1984, p.6.

MCQUADE, Walter. *Os sistemas de pré-fabricação e a crise da habitação*, in *Binário*, nº 182, Novembro, 1973, p.476-479.

MENEZES, Manuel; CORSÉPIUS, Erich. *Igreja paroquial de São João de Arroios*, in *Binário*, nº 176, Maio, 1973, p.181-185.

MILHEIRO, Ana Vaz. *A Cidade Grande*, in *Jornal Arquitectos*, nº 195, Março/Abril, 2000, p.66-67.

MILHEIRO, Ana Vaz. *Estilos e Causas*, in *Jornal Arquitectos*, nº 207, Setembro/Outubro, 2002, p.92-95.

MILHEIRO, Ana Vaz; MOURA, Eduardo Souto de; GRAÇA, João Luís Carrilho da; FIGUEIRA, Jorge; DIAS, Manuel Graça (mesa redonda). *Chão, Moderno, Híbrido 1*, in *Jornal Arquitectos*, nº200, Março/Abril, 2001, p.11-34.

MILHEIRO, Ana Vaz; MOURA, Eduardo Souto de; GRAÇA, João Luís Carrilho da; FIGUEIRA, Jorge; DIAS, Manuel Graça (mesa redonda). *Chão, Moderno, Híbrido 2*, in *Jornal Arquitectos*, nº200, Março/Abril, 2001, p.39-47.

NAVES, Rodrigo. *O Belo e a Fera*, in *Jornal Arquitectos*, nº 207, Setembro/Outubro, 2002, p.1-8.

NEVES, Gonçalo Seixa. *A Modernidade da Cidade Moderna*, in *Jornal Arquitectos*, nº 207, Setembro/Outubro, 2002, p.40-46.

- PEREIRA, Nuno Teotónio. *O desafio que temos pela frente*, in *Jornal Arquitectos*, nº31/32, Novembro/Dezembro, 1984, p.1.
- PINTO, Alberto Reaes. *A industrialização da construção face ao mercado de novos*, in *Jornal Arquitectos*, nº 128, Outubro, 1993, p.60-62.
- PINTO, Alberto Reaes. *A primeira experiência de pré-fabricação pesada em Portugal*, in *Jornal Arquitectos*, nº 104, Julho/Agosto, 1969, p.153-167.
- PINTO, Alberto Reaes. *A pré-fabricação na industrialização da construção*, in *Binário*, nº 182, Novembro, 1973, p.469-473.
- PITCHILLER, João. *Construtores civis podem-se chamar «agentes técnicos de arquitectura»?,* in *Jornal Arquitectos*, nº 33/34, Janeiro/Fevereiro, 1985, p.10.
- PORTAS, Nuno. *A Regulamentação Urbanística da Arquitectura*, in *Jornal Arquitectos*, nº 226, Janeiro/Março, 2007, p.18-21.
- PORTAS, Nuno. *Notas sobre a intervenção na cidade existente*, in *Sociedade e Território*, nº 2 Fevereiro, 1985, p.8-13.
- PORTAS, Nuno. *Prémio Valmor de 78, entregue ao bloco de Carnide - Entre louvores e contestação*, in *jornal "A Capital"*, 20 Dezembro de 1979, p.8.
- ROSETA, Filipa. *No Crepúsculo do Arquitecto-Herói: Considerações sobre o Pós-Modernismo e a Cidade*, in *Jornal Arquitectos*, nº 208, Novembro/Dezembro, 2002, p.52-33.
- SALGADO, Manuel; LOURENÇO, Nuno; SILVA, Madalena Duarte; VELUDO, José; SALGADO, Nuno (mesa redonda). *Recompôr as Periferias*, in *Jornal Arquitectos*, nº 209, Janeiro/Fevereiro, 2003, p.57-63.
- SALGUEIRO, Teresa Barata. *A habitação na Área Metropolitana de Lisboa*, in *Sociedade e Território*, nº 3, Julho, 1985, p. 54-66.
- SANTOS, Isabel. *Uma revolução urbana para as periferias*, in *Arquitectura e Vida*, nº 10, Novembro 2000, p. 64-65.
- SARDO, Delfim. *Paisagem e Periferia*, in *Arquitectura e Vida*, nº 82, Maio 2007 p.112-116.
- SILVA, F. Nunes da; PEREIRA, Margarida. *Ilusões e desilusões das periferias na área Metropolitana de Lisboa*, in *Sociedade e Território*, nº 5, Novembro 1986, p.14-24.
- TAINHA, Manuel. *Escola de Regentes Agrícolas de Évora: projecto*, in *Arquitectura*, nº 86, Janeiro/Fevereiro, p.15-18.
- VALADA, Rui. *Espaço público: uma aposta para o futuro*, in *Sociedade e Território*, nº 37/38, Junho, 2004, p.157-166.
- VICENTE, Manuel. *O "Campo" é o Sítio onde Paro para Mijar quando Viajo entre duas Cidades*, in *Jornal Arquitectos*, nº 195, Março/Abril, 2000, p.61-65.

1.3 Dissertações e Teses académicas

AZEVEDO, Carlos Miguel da Luz Vicente. *Moderno Contaminado: A revisão do Movimento Moderno nos Contextos Nacional e Internacional*, Dissertação de Mestrado, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2009. (policopiado)

FIGUEIRA, Jorge Manuel Fernandes. *A Periferia Perfeita: Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa, Anos 60-Anos 80*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2009

GOUCHA, Nuno Miguel Vaz Goucha. *O paradoxo metropolitano de Lisboa: análise comparativa com a área metropolitana de valência*, Dissertação de Mestrado, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2009. (policopiado)

LIBÓRIO, Clara Isabel Barroso R.C.. *Perspectivas Contemporâneas sobre a cidade*, Dissertação de Mestrado em Desenho Urbano, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2006

LOUSA, António Manuel Portovedo. *Object-City*, Dissertação de Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2009. (policopiado)

MONTEIRO, Isabel. *A obra do arquitecto Fernando Silva (1914-1983): um arquitecto da "geração esquecida"*, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007. (policopiado)

2. FONTES

2.1 Documentos no Arquivo Municipal da Amadora

Reboleira

obra n° 4/60 – Plano de Urbanização Zona Norte
obra n° 659-OCP/66 – Plano de Urbanização Zona Sul
obra n° 1503-PB/67 – Rua Correia Teles 14
obra n° 1614-PB/68 – Rua Correia Teles 1
obra n° 1907-OCP/69 – Plano de Urbanização Zona Sul
obra n° 2798-PB/70 – Rua José Mergulhão 1
obra n° 3331-PB/70 – Rua José Mergulhão 2
obra n° 3613-PB/71 – Rua José Mergulhão 3
obra n° 3614-PB/71 – Rua José Mergulhão 5
obra n° 1018-PB/79 – Avenida Manuel Alpedrinha 4
obra n° 465-PB/78 – Rua José Estêvão 9

Urbanização de Alfomelos

obra n° 1221-OCP/65 – Plano de Urbanização
obra n° 1285-OCP/67 – Plano de Urbanização
obra n° 520-OCP/69 – Plano de Urbanização
obra n° 328-PB/75 – Rua Capitães de Abril 31
obra n° 913-PB/78 – Rua Damião de Goios 5
obra n° 682-PB/81 – Rua Abel Manta 6
obra n° 1149-PB/81 – Rua Josefa de Óbidos 1
obra n° 117-PB/83 – Rua Capitães de Abril 18

Urbanização Quinta Grande de Alfragide

obra n° 723-OCP/72 – Plano de Urbanização
obra n° 130-PB/81 – Avenida da Quinta Grande 89
obra n° 580-PB/81 – Rua do Miradouro 11
obra n° 1145-PB/81 – Praceta do comercio 9
obra n° 42-PO/97 – Praceta das Flores 17

2.2 Documentos no Arquivo Municipal de Loures

Urbanização da Portela

obra n° 1792-OCP
obra n° 17799-OCP
obra n° 1800-OCP
obra n° 2086-OCP
obra n° 2090-OCP
obra n° 6811-OCP
obra n° 10650-OCP

obra n° 15162-OCP
obra n° 24764-OM
obra n° 24765-OM
obra n° 32420
obra n° 32425-OCP
obra n° 33692
obra n° 36664
obra n° 36671
obra n° 36672
obra n° 36806
obra n° 37270
obra n° 33692
obra n° 36697
obra n° 37464
obra n° 37476
obra n° 48670

Urbanizações ICESA - Santo António dos Cavaleiros

obra n° 2177-OCP
obra n° 2191-OCP
obra n° 3854-U
obra n° 17057-OCP
obra n° 33483-U

Urbanização Quinta do Infantado

obra n° 37180-OCP
obra n° 37184-OCP

Urbanização Quinta da Caldeira – Unidade 3A

obra n° 13979-U
obra n° 21006-OCP
obra n° 21011-OCP
obra n° 21014-OCP
obra n° 29755-OCP
obra n° 29758-OCP

Urbanização Santo André/Quinta da Coidiceira

obra n° 897-OCP-N
obra n° 29044-OCP
obra n° 35380-OCP

Urbanização Cidade Nova – Unidade 8A

obra n° 35300-OCP
obra n° 41073-U

Urbanização Quinta das Sapateiras

obra n° 9425-OCP

Urbanização das Urmeiras

obra n.º 716-OCP-N
obra n.º 20752-OCP-N
obra n.º 21572-OCP

2.3 Documentos no Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Intermediário

Urbanização Quinta dos Condes de Carmide

obra n.º 30335 – Rua Ana de Castro Osório 14
obra n.º 59559 – Rua Maria Veleda 4
obra n.º 59564 – Rua Maria Brown 11
obra n.º 59565 – Rua Maria Brown 13
obra n.º 59566 – Rua Maria Brown 15
obra n.º 59567 – Rua Públia Hortênsia de Castro, bloco 4
obra n.º 59568 – Rua Públia Hortênsia de Castro 9
obra n.º 59569 – Rua Públia Hortênsia de Castro 11
obra n.º 59670 – Rua Adelaide Cabete 7
obra n.º 59571 – Rua Adelaide Cabete 5
obra n.º 59574 – Rua Adelaide Cabete 3
obra n.º 59575 – Rua Adelaide Cabete 1 e Avenida do Colégio Militar 15
obra n.º 60109 – Rua Ana de Castro Osório 1
obra n.º 60108 – Rua Ana de Castro Osório 5
obra n.º 60110 – Rua Ana de Castro Osório 10
obra n.º 60111 – Rua Ana de Castro Osório 12
obra n.º 60173 – Rua Públia Hortênsia de Castro 1
obra n.º 60174 – Rua Públia Hortênsia de Castro 3
obra n.º 60144 – Rua Maria Veleda, torre 2
obra n.º 60024 – Rua da Fonte, torre 1
obra n.º 60336 – Rua Maria Brown 17
obra n.º 60337 – Rua Maria Brown 19
obra n.º 60338 – Rua Ana de Castro Osório 16
obra n.º 60339 – Rua Ana de Castro Osório 18
obra n.º 60481 – Rua Maria Brown 7 e Rua Públia Hortênsia de Castro 2
obra n.º 60483 – Rua Maria Brown 9
obra n.º 60669 – Rua Adelaide Cabete 2

Urbanização Alto do Restelo

obra n.º 58077 – Avenida Doutor Mário Moutinho, lote 1527
obra n.º 58411 – Rua Gregório Lopes 4 e Praceta das Torres do Restelo 3
obra n.º 58448 – Avenida Doutor Mário Moutinho 17
obra n.º 58478 – Rua Gregório Lopes lote 1513
obra n.º 58502 – Rua Alfredo Soares 3 e Rua Gregório Lopes 24
obra n.º 58509 – Rua Carlos Calisto 5 e rua Alfredo Soares 12
obra n.º 58525 – Avenida Doutor Mário Moutinho 19
obra n.º 58557 – Rua Alfredo Soares 2 e Rua Gregório Lopes sn
obra n.º 58564 – Rua Alfredo Soares 6
obra n.º 58626 – Avenida Doutor Mário Moutinho 21 e praceta das torres do Restelo 11

obra nº 58760 – Rua Gregório Lopes 28 e Praceta das Torres do Restelo 16
obra nº 58783 – Rua Alfredo Soares 4 e 8 e Rua Gregório Lopes sn
obra nº 58888 – Avenida Doutor Mário Moutinho 23 e Praceta das Torres do Restelo nº 10
obra nº 58906 – Rua Carlos Calisto 4
obra nº 59550 – Avenida Doutor Mário Moutinho lote 1733
obra nº 60991 – Rua Gregório Lopes 46, Avenida Doutor Mário Moutinho 33 e Praceta das Torres do Restelo 5
obra nº 61004 – Avenida Doutor Mário Moutinho 29 e Praceta Torres do Restelo 7
obra nº 858885 – Avenida Doutor Mário Moutinho 27 e Praceta das torres do Restelo

Urbanização Quinta do Lambert

obra nº 60381 – Rua Pedro Bandeira 2
obra nº 60382 – Rua Pedro Bandeira 4
obra nº 60386 – Impasse 4.1 da Urbanização da Quinta do Lambert 8
obra nº 60390 – Rua José Galhardo 1
obra nº 60882 – Rua José de Melo e Castro 11 e rua Amílcar Cabral 32
obra nº 60883 – Rua José de Melo e Castro 7 e rua Amílcar Cabral 28
obra nº 60884 – Rua José de Melo e Castro 13 e rua Amílcar Cabral 34
obra nº 60896 – Rua José de Melo e Castro 15 e rua Amílcar Cabral 36
obra nº 60918 – Rua José de Mello e castro 3 e rua Amílcar Cabral 24
obra nº 60919 – Rua José de Melo e Castro 1
obra nº 60925 – Rua José de Melo e Castro 9 e rua Amílcar Cabral 30
obra nº 60991 – Rua José Galhardo 5 e Rua José Galhardo 7

Urbanização Tobis

obra nº 58911 – Rua Luís Pastor de Macedo 1
obra nº 58907 – Rua Luís Pastor de Macedo 3
obra nº 58980 – Rua Luís Pastor de Macedo 5
obra nº 59120 – Rua Luís Pastor de Macedo 29
obra nº 59124 – Rua Luís Pastor de Macedo 31

Urbanização Quinta Casa de Santa Clara

obra nº 59511 – Rua Vitorino Nemésio 2
obra nº 59514 – Rua Vitorino Nemésio 4
obra nº 59515 – Rua Vitorino Nemésio 12
obra nº 59536 – Rua Vitorino Nemésio 6
obra nº 59547 – Rua Vitorino Nemésio 8
obra nº 59548 – Rua Vitorino Nemésio 10
obra nº: 60018 – Alameda António Sérgio 2 e Rua Jorge de Sena 2
obra nº 60298 – Alameda António Sérgio 7
obra nº 60470 – Rua Vitorino Nemésio 3 e Alameda António Sérgio 11

2.4 Documentos no Arquivo Municipal de Oeiras

Urbanização Tapada do Mocho

obra nº 122-PB/84 – Rua Maria Telles Mendes 2
obra nº 128-PB/84 – Rua Maria Telles Mendes 3
obra nº 136-PB/84 – Rua Joaquim Quirino 2

Urbanização de Linda a Velha

- obra n° 1389-OCP/68 – Plano de Urbanização
- obra n° 2445-PL/75 – Plano de Urbanização
- obra n° 2360-PB/77 – Rua Agostinho Campos 3
- obra n° 2544-PB/77 – Rua Professor Pulido Valente 12
- obra n° 1389-PB/79 – Rua Ceuta 12
- obra n° 1916-PB/79 – Rua Professor Pulido Valente 10

Urbanização Espargal

- obra n° 1076-PB/68 – Rua Peixinho Júnior 3
- obra n° 2586-OCP/69 – Plano de Urbanização
- obra n° 1259-PB/70 – Rua Adelino Amaro da Costa 13
- obra n° 3912-PB/70 – Rua Adelino Amaro da Costa 5

Plano de Expansão de Carnaxide

- obra n° 820-OCP/63 – Plano de Urbanização
- obra n° 2175-PB/69 – Praceta Manuel Maria 7
- obra n° 2566-PB/69 – Praceta D. João II 7
- obra n° 357-PB/70 – Rua João das Regras 4
- obra n° 358-PB/70 – Rua João das Regras 2
- obra n° 789-OCP/70 – Plano de Urbanização
- obra n° 365-PB/72 – Rua Professor Doutor Francisco Gomes Teixeira 3
- obra n° 817-PB/72 – Praceta João de Deus 1
- obra n° 1049-PB/74 – Rua António Ferreira 7
- obra n° 1050-PB/74 – Rua António Ferreira 6
- obra n° 1053-PB/74 – Rua António Ferreira 8
- obra n° 1550-PB/75 – Praceta Florbela Espanca 1
- obra n° 1551-PB/75 – Praceta Florbela Espanca 2
- obra n° 416-PB/77 – Rua João das Regras 3
- obra n° 417-PB/77 – Rua João das Regras 1
- obra n° 753-PB/77 – Praceta Filinto Elisio 12
- obra n° xxxxxxx – Praceta Ferreira de Castro 5

Parque Residencial e Turístico de Miraflores

- obra n° Plano de Urbanização do Vale de Algés –
- obra n° 453-OCP/65 – Avenida das Tulipas 10
- obra n° 381-OCP/69 – Rua Luis Manuel Noronha 8
- obra n° 983/69 – Rua Luis Manuel Noronha 10
- obra n° 1142-PB/70 – Avenida das Tulipas 37
- obra n° 195-PB/71 – Rua Alfredo da Costa 9
- obra n° 196-PB/71 – Rua Alfredo da Costa 7
- obra n° 3078-PB/72 – Rua Brito Pais 8
- obra n° 3079-PB/72 – Rua Brito Pais 9
- obra n° 208-PB/73 – Rua Doutor Alfredo da costa, torre 2

[01] . Cidade Contemporânea, 1922.

in http://1.bp.blogspot.com/_uyVQR0b5uYU/Rpflkwy4-SI/AAAAAAAAAABs/Qby4njykstg/s400/le%2520corbusier%2520vill%2520contemporaine%25201922.jpg

[02] . Etapas de desenvolvimento da construção por andares no período entre 1920 e 1980.

in PRINZ, Dieter. *Urbanismo II: Configuração Urbana*, Lisboa: Editorial Presença, 1980. p.111.

[03] . Construção «em bloco» e «em torre».

in PRINZ, Dieter. *Urbanismo II: Configuração Urbana*, Lisboa: Editorial Presença, 1980. p.108 e 109.

[04] . Fotografia de maquete da Urbanização da Portela.

[s.a.] Arquivo Municipal de Loures, processo obra n°33692, folha 970.

[05] . Fotografia da Urbanização da Portela.

Fotografia do autor, 2010.

[06] . Fotografia da Urbanização da Portela.

Fotografia do autor, 2010.

[07] . Fotografia do edifício Entreposto (em cima), Edifício Rua Maria Veleda e Edifício da Praça de Alvalade, da autoria do arquitecto Fernando Silva.

Fotografias do autor, 2010.

[08] . Américo Tomás lê ao País a sua mensagem sobre a nomeação de Marcello Caetano para o cargo de Presidente do Conselho, uma escolha que não tinha sido do seu agrado.

in DGARQ-CPF-O Século.

[09] . PIB per capita em Portugal como percentagem do PIB per capita dos países mais desenvolvidos, 1850-1992.

Imagem do autor, cf PAÇO, António Simões do (coord.). Os anos de Salazar: o que se contava e o que se ocultava durante o estado novo, Lisboa: Centro Editor PDA, vol. 24, 2008. p. 30

[10] . Anúncio de Janeiro de 1974.

in <http://industriacuf.blogspot.com/2008/01/anuncios-da-setenave.html>

[11] . Evolução da população portuguesa.

in SALGUEIRO, Teresa Barata. *A cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana*, Porto: Edições Afrontamento, 1992. p. 41.

[12] . Emigração portuguesa (1926-1974).

Imagem do autor, cf. ROSAS Fernando (dir.), BRITO, José Maria Brandão de (dir.). *Dicionário de História do Estado Nova*, Venda Nova: Bertrand Editora, vol. 11, 1996.

[13] . Evolução da população nos distritos e regiões autónomas.

in SALGUEIRO, Teresa Barata. *A cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana*, Porto: Edições Afrontamento, 1992. p. 83.

- [14] . **Evolução da população nos concelhos do distrito de Lisboa.**
in SALGUEIRO, Teresa Barata. *A cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana*, Porto: Edições Afrontamento, 1992. p. 86.
- [15] . **Variação populacional das freguesias da região de Lisboa.**
in SALGUEIRO, Teresa Barata. *A cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana*, Porto: Edições Afrontamento, 1992. p. 90.
- [16] . **Fotografia de Santo António dos Cavaleiros.**
Fotografias do autor, 2010.
- [17] . **Ilustração da promoção imobiliária.**
Vitor Casimiro in *Sociedade e Território* nº3, Julho 1985, p. 7.
- [18] . **Ilustração da venda ilegal de terrenos.**
Vitor Casimiro in *Sociedade e Território* nº1, Março 1984, p. 28.
- [19] . **Fotografia de Urbanização ICESA em Santo António dos Cavaleiros.**
Fotografias do autor, 2010.
- [20] . **Planta de localização dos casos de estudo.**
Imagem do autor, 2010.
- [21] . **Ortofotomapa da Urbanização da Portela**
Imagem do autor, Cf. <http://www.bing.com/maps/>, 2010.
- [22] . **Fotografias da Urbanização da Portela.**
Fotografias do autor, 2010.
- [23] . **Ortofotomapa da Urbanização de Sassoeiros.**
Imagem do autor, Cf. <http://www.bing.com/maps/>, 2010.
- [24] . **Fotografias da Urbanização de Sassoeiros.**
Fotografias do autor, 2010.
- [25] . **Ortofotomapa da Urbanização Alto da Barra.**
Imagem do autor, Cf. <http://www.bing.com/maps/>, 2010.
- [26] . **Fotografias da Urbanização do Alto da Barra.**
Fotografias do autor, 2010.
- [27] . **Ortofotomapa da Urbanização da Quinta dos Condes de Camide.**
Imagem do autor, Cf. <http://www.bing.com/maps/>, 2010.
- [28] . **Fotografia aérea da Urbanização Quinta dos Condes de Camide.**
Imagem do autor, Cf. <http://www.bing.com/maps/>, 2010.
- [29] . **Fotografias dos edifícios projectados pelo arquitecto Erich Corsépius, na Urbanização Quinta dos Condes de Camide.**
Fotografias do autor, 2010.
- [30] . **Fotografia do Edifício prémio Valmor da autoria do arquitecto Fernando Silva na Urbanização Quinta dos Condes de Camide.**
Fotografias do autor, 2010.
- [31] . **Fotografia dos edifícios da autoria do arquitecto Fernando Silva, na segunda fase da Urbanização Quinta dos Condes de Camide.**
Fotografias do autor, 2010.
- [32] . **Ortofotomapa da Urbanização de Linda-a-Velha.**
Imagem do autor, Cf. <http://www.bing.com/maps/>, 2010.
- [33] . **Fotografia dos edifícios da Urbanização de Linda-a-Velha.**
Fotografias do autor, 2010.
- [34] . **Ortofotomapa da Urbanização Quinta da Piedade – 1ª**
Imagem do autor, Cf. <http://www.bing.com/maps/>, 2010.
- [35] . **Fotografia aérea da Urbanização Quinta da Piedade – 1ª fase.**
Imagem do autor, Cf. <http://www.bing.com/maps/>, 2010.
- [36] . **Fotografias da Urbanização Quinta da Piedade – 1ª fase.**
Fotografias do autor, 2010.
- [37] . **Ortofotomapa da Urbanização CODIVEL – Póvoa de Santo Adrião**
Imagem do autor, Cf. <http://www.bing.com/maps/>, 2010.
- [38] . **Fotografias da Urbanização CODIVEL (em cima) e fotografia aérea da mesma Urbanização**
Fotografias do autor, 2010 (em cima) e imagem do autor, Cf. <http://www.bing.com/maps/>, 2010.
- [39] . **Fotografia aérea da Urbanização Nova Oeiras**
in <http://www.novaoeiras.com/socios.html>

- [40] . **Ortofotomapa da Urbanização de Camaxide.**
Imagem do autor, Cf. <http://www.bing.com/maps/>, 2010.
- [41] . **Fotografia aérea da Urbanização de Camaxide.**
Imagem do autor, Cf. <http://www.bing.com/maps/>, 2010.
- [42] . **Fotografias da Urbanização de Camaxide.**
Fotografias do autor, 2010.
- [43] . **Fotografia da Urbanização de Camaxide.**
Fotografias do autor, 2010.
- [44] . **Fotografias da Urbanização de Camaxide.**
Fotografias do autor, 2010.
- [45] . **Ortofotomapa da Urbanização Quinta do Infante.**
Imagem do autor, Cf. <http://www.bing.com/maps/>, 2010.
- [46] . **Fotografias da Urbanização Quinta do Infante.**
Fotografias do autor, 2010.
- [47] . **Ortofotomapa da Urbanização Quinta Grande de Alfragide.**
Imagem do autor, Cf. <http://www.bing.com/maps/>, 2010.
- [48] . **Fotografia da Urbanização Quinta Grande de Alfragide.**
Fotografias do autor, 2010.
- [49] . **Ortofotomapa da Urbanização ICESA em Santo António dos Cavaleiros.**
Imagem do autor, Cf. <http://www.bing.com/maps/>, 2010.
- [50] . **Edifícios em bloco e em torre da Urbanização ICESA em Santo António dos Cavaleiros.**
Fotografias do autor, 2010.
- [51] . **Fotografia da Urbanização ICESA em Santo António dos Cavaleiros, processo de construção.**
[s.a.] in PINTO, Alberto Reaes. A primeira experiência de pré-fabricação pesada em Portugal, *Jornal Arquitectos*, nº 104, Julho/Agosto, 1969, p. 165.
- [52] . **Fotografia da Implosão de edifícios abandonados, ocorrido no final de 1997.**
- [53] . **Ortofotomapa da Urbanização ICESA em Vialonga.**
Imagem do autor, Cf. <http://www.bing.com/maps/>, 2010.
- [54] . **Ortofotomapa da Urbanização ICESA na Quinta do Morgado.**
Imagem do autor, Cf. <http://www.bing.com/maps/>, 2010.
- [55] . **Ortofotomapa da Urbanização Santo André/Quinta da Coidiceira.**
Imagem do autor, Cf. <http://www.bing.com/maps/>, 2010.
- [56] . **Fotografia da Urbanização Santo André/Quinta da Coidiceira.**
Fotografias do autor, 2010.
- [57] . **Ortofotomapa da Urbanização Quinta da Caldeira.**
Imagem do autor, Cf. <http://www.bing.com/maps/>, 2010.
- [58] . **Fotografia aérea da Urbanização Quinta da Caldeira.**
Imagem do autor, Cf. <http://www.bing.com/maps/>, 2010.
- [59] . **Fotografias de edifícios da Urbanização Quinta da Caldeira.**
Fotografias do autor, 2010.
- [60] . **Fotografias de edifícios da Urbanização Quinta da Caldeira.**
Fotografias do autor, 2010.
- [61] . **Ortofotomapa da Urbanização Cidade Nova.**
Imagem do autor, Cf. <http://www.bing.com/maps/>, 2010.
- [62] . **Fotografia da rua Maria Velede (em cima) e fotografia aérea da Urbanização Cidade Nova (em baixo).**
Fotografias do autor, 2010.
- [63] . **Fotografia da Urbanização Cidade Nova vista da Urbanização Torres da Bela Vista.**
Fotografias do autor, 2010.
- [64] . **Ortofotomapa da Urbanização Torres da Bela Vista**
Imagem do autor, Cf. <http://www.bing.com/maps/>, 2010.
- [65] . **Fotografia da Urbanização Torres da Bela Vista.**
Fotografias do autor, 2010.
- [66] . **Ortofotomapa da Urbanização da Tapada do Mocho.**
Imagem do autor, Cf. <http://www.bing.com/maps/>, 2010.

[67] . Fotografia dos edifícios da Urbanização Tapada do Mocho (em cima) e fotografia aérea da mesma Urbanização.

(em cima)

in

http://www.remax.pt/UserImages/12/L_F7A2B9B0CD934AADBD20768FCF30FF96_iList.jpg

[68] . Ortofotomapa da Urbanização do Espargal.

Imagem do autor, Cf. <http://www.bing.com/maps/>, 2010.

[69] .Fotografia aérea da Urbanização do Espargal.

Imagem do autor, Cf. <http://www.bing.com/maps/>, 2010.

[70] . Ortofotomapa da Urbanização da Reboleira.

Imagem do autor, Cf. <http://www.bing.com/maps/>, 2010.

[71] . Ortofotomapa da Urbanização de Alfomelos.

Imagem do autor, Cf. <http://www.bing.com/maps/>, 2010.

[72] . Ortofotomapa do Parque Residencial e Turísticos de Miraflores.

Imagem do autor, Cf. <http://www.bing.com/maps/>, 2010.

[73] .Fotografias dos edifícios da autoria do engenheiro civil Manuel Rêgo.

Fotografias do autor, 2010.

[74] . Fotografias das torres da autoria do arquitecto João Castelo Branco.

Fotografias do autor, 2010.

[75] . Fotografias dos edifícios da autoria do arquitecto Rui d'Athouguia.

Fotografias do autor, 2010.

[76] . Ortofotomapa da Urbanização do Alto do Restelo.

Imagem do autor, Cf. <http://www.bing.com/maps/>, 2010.

[77] . Fotografias da Urbanização do Alto do Restelo, em cima vista dos terrenos envolventes e em baixo vista da Urbanização Quinta Grande de Alfragide.

Fotografias do autor, 2010.

[78] . Fotografias da Urbanização do Alto do Restelo.

Fotografias do autor, 2010.

. Fotografias da Urbanização do Alto do Restelo.

Fotografias do autor, 2010.

[80] . Ortofotomapa da Urbanização Quinta Casa de Santa Clara

Imagem do autor, Cf. <http://www.bing.com/maps/>, 2010.

. Fotografia aérea da Urbanização Quinta Casa de Santa Clara

Imagem do autor, Cf. <http://www.bing.com/maps/>, 2010.

[82] . Fotografias dos edifícios da célula D (em cima) e da célula C (em baixo)

Fotografias do autor, 2010.

[83] . Fotografias dos edifícios da célula A (em cima) e da célula B (em baixo).

Fotografias do autor, 2010.

[84] . Fotografias do edifício da célula E.

Fotografias do autor, 2010.

[85] . Ortofotomapa da Urbanização Quinta do Lambert.

Imagem do autor, Cf. <http://www.bing.com/maps/>, 2010.

[86] . Fotografia dos edifícios do limite poente da Urbanização Quinta do Lambert.

Fotografias do autor, 2010.

[87] . Fotografia aérea do conjunto do limite nascente da Urbanização Quinta do Lambert.

Imagem do autor, Cf. <http://www.bing.com/maps/>, 2010.

[88] . Fotografias dos edifícios do limite nascente da Urbanização Quinta do Lambert.

Fotografias do autor, 2010.

1. Índice de projectistas

ALBUQUERQUE, Jorge Manuel Frederico de Miranda Ferrão de –
arquitecto inscrito na CMLisboa com o nº129
196, 200

ANTUNES, Carlos Luís Fariña – arquitecto
96

APPLETON, Pedro – engenheiro inscrito na CMLisboa com o nº
337
175

BARRETO, António Salvação – paisagista
107

BASTO, Rui de Sequeira Manso Gomes Palma Jervis d' Athougua
Ferreira Pinto (1917-2007) (ver ATHOUGUIA, Rui) – arquitecto
inscrito na câmara municipal de Oeiras nº 160
107, 108, 170, 204

BRANCO, João Queiroz de Abreu Castelo (n.1928) – arquitecto
inscrito na CMOeiras com o nº 1888
168

BRANCO, Luiz de Castro Gentil Soares (1919-1997) – arquitecto
inscrito na CMLisboa com o nº 120
99, 174

CARVALHO, Manuel Óscar Baptista Coutinho de (n.1922) –
arquitecto inscrito na CMLisboa com o nº 199
174, 190, 192

COELHO, Simões – engenheiro
107

CORREÂ, Manuel Norberto Freire de Oliveira – arquitecto
166

CORREIA, José Paulo – engenheiro inscrito na CMLisboa com o
nº 497
174

COSTA, Jorge Manuel Soares da – arquitecto inscrito na
CMLisboa com o nº 288
94; 174

CUÑA, Luis Domingues – engenheiro
107

CUNHA, Pedro Falcão e – arquitecto
104

CUSTÓDIO, José Manuel Monteiro – arquitecto inscrito na CMOeiras nº 1696
157.

CRUZ, Licínio Guia da (n.1914) – arquitecto inscrito na CMLisboa com o nº 54
174

DENTINHO, Álvaro Ponce – paisagista
107

ESTEVES, João Forman – arquitecto
96

FERNANDES, António Rodrigues – arquitecto inscrito na CMLisboa com o nº 387.
88

FERREIRA, José Carlos de Paula Alves (ver FERREIRA, Alves) – arquitecto inscrito na CMLoures com o nº 201, na CMAmadora com o nº 254 e na CMOeiras com o nº 1226
111, 120, 122, 204

FERONHA, Luís Guinapo – arquitecto
104

FONSECA, Aníbal Fernando Barros da – arquitecto inscrito na CMLisboa com o nº160
184, 188, 190

FONSECA, João Lopes – arquitecto
104

FONTES, Edgar Sampaio – paisagista
104

GALO, Alcides Augusto Pericão – engenheiro civil inscrito na CMOeiras com o nº1557
160

GARCIA, José Martins – engenheiro.
152

GASPAR, José Vieira – arquitecto inscrito na CMLisboa com o nº 257
174

GETECA – Gabinete de Estudos Técnicos e Administração, Lda., dirigida pelo engenheiro civil Manuel Dominguez Cuña e pelo arquitecto Luís Manuel de Sousa F. Curado.
114

GOMES, Sérgio Guilherme Botelho de Andrade (1915-2002) – arquitecto
102

GOMES, Alfredo da Silva – arquitecto inscrito na CMOeiras com o nº838.
156

GRAÇA, João Barata Gagliardini – arquitecto
104

JESUS, Luís Miguel da Silva Reis de – engenheiro inscrito na CMLoures com o nº808
146

LEITE, José Lusano Pereira – arquitecto inscrito na CMLisboa com o nº 400
174, 175,186, 190

LOMBA, Silvestre Martins – arquitecto inscrito na CMLisboa com o nº 235
174

LOPES, Carlos Manuel Pereira – arquitecto inscrito na CMLisboa com o nº 381
84, 174

LOPES, Eduardo Zeferino de Paiva Figueiredo – arquitecto inscrito na CMLisboa com o nº337.
196

MACROPLAN – Gabinete Técnico de Arquitectura e Gestão

MAIA, Luís Faria e – arquitecto
104

MARTINS, Fernando Pascoal – engenheiro técnico inscrito na Câmara Municipal de Loures com o nº 266
138

MARTINS, Mário – arquitecto
92

MC Arquitectos – MENEZES, Manuel Alzina de; CORSÉPIUS,
Ernst Erich Wolfgang – arquitecto CML226
84, 204

MELO, Cândido Palma de – arquitecto
104

MEDEIROS, Eduardo Goullart de – arquitecto inscrito na
CMAmadora com o nº 1722
122

MENDIA, Henrique de – arquitecto inscrito na CMLisboa com o
nº507
194

MONTEIRO, António Pedro Baptista Pardal – arquitecto inscrito
na CMLisboa com o nº 211
174

MORAIS, Fernando – arquitecto
84

NASCIMENTO, Eugénio Fonseca – arquitecto
107

OLIVEIRA, José F. Mesquita de – arquitecto inscrito na CMLoures
com o nº78
134

PARRINHA, Artur Bernardo dos Santos – arquitecto inscrito na
CMOeiras com o nº 1905
172

PESSOA, Luís Manuel Trouillet – arquitecto inscrito na CMOeiras
com o nº 1942
172

PESTANA, Vasco Esmeraldo de Freitas Carneiro da Câmara –
arquitecto inscrito na CMLisboa com o nº 368
175

PINHEIRO, Nuno Rui da Fonseca Santos – arquitecto inscrito na
CMLisboa com o nº435
174

PINTO, Alberto Cruz Reaes – arquitecto inscrito na CMLoures
com o nº 135.
124, 204

PORTELA, António – arquitecto
96

QUINTANS, António Vasco – arquitecto inscrito na CMLisboa
com o nº 294
174

RAMALHO, Fernando – arquitecto
96

REIS, Fernando Sá – arquitecto inscrito na CMLisboa com o nº
140
174, 175

RÊGO, Manuel Cândido Sena – engenheiro civil inscrito na
CMLoures com o nº699.
166

RICO, António Sá – arquitecto
160

ROSA, Luís Vassalo – arquitecto inscrito na CMLisboa com o nº
431
175

SAALFELD, , Filipe Vítor () de Carvalho Reis – Arquitecto inscrito
na CMLoures com o nº381, na CM Lisboa com o nº 698
136, 192, 200

SAMPAIO, Pedro José D'Avillez Correia de – arquitecto inscrito
na CMLisboa com o nº 366.
174

SANTOS, Fernando A. Ferreira dos – arquitecto
107

SANTOS, Miguel Júlio Chalbert (ver, CHALBERT, Miguel) –
arquitecto inscrito na CMLoures com o nº242
140

SANTOS, Valentim Fernandos dos – engenheiro
96

SCHIAPPA, Fernando – arquitecto
152

SEABRA, António Francisco Cruz Carmona Saragga – arquitecto inscrito na CMLisboa com o n° 376
200

SÉCIO, Justiniano António – arquitecto inscrito na CMLisboa com o n° 151
174, 175

SILVA, Fernando (1914-1983) – arquitecto inscrito na CM Loures com o n°42, na CMLisboa 66 e na CMOeiras com o n° 808.
8; 10; 16; 18; 20; 36; 38; 40; 80; 82; 89; 90; 94, 204

SILVA, Filipe Jorge Oliveira da – arquitecto inscrito na CMLisboa com o n° 77
200

SILVA, Hélder Rodrigues de Sousa e – arquitecto inscrito na CMOeiras com o n°827
158

SILVA, José Simões da – arquitecto inscrito na CMLisboa com o n° 541
200

SILVA, Luís Cristino da (1896-1976) – arquitecto
104

SOUSA, Eduardo Manuel de Magalhães Mendes Teixeira de – engenheiro civil inscrito na CMLoures com o n°705
144

TELLES, Gonçalo Ribeiro – paisagista
104

TUDELA, José – arquitecto
92

VALSASSINA, Frederico Raul Tojal de () Heitor – arquitecto inscrito na CMLisboa com o n° 749
174

VIOLA, Rodrigo Guilherme Sampaio – arquitecto
96

WELLENKAMP, Luís – arquitecto
104

2. Índice de entidades promotoras

Amadeu Dias
122

António Marques dos Santos
96

ARCAZ – Sociedade Imobiliária Portuguesa, Lda.
136, 192

COMPAVE – Sociedade de Compra, Administração e Venda de Propriedade S.A.R.L.
166

CONSTRIPRINTO – Sociedade de Construções Lda.
200

COTAI – Companhia Técnica de Administração e Investimentos, S.A.R.L.
96

ESTIL – Estudos, Investimentos e Urbanização S.A.R.L.
138, 146

ESTIMULO – Investimentos Comerciais e Industriais, S.A.R.L.
96

FERREIRA MARQUES, Actividades Imobiliárias, Lda.
175

GABIMÓVEL – Sociedade de Desenvolvimento Habitacional do Infantado
120

HABITAÇÕES ECONÓMICAS – Federação de Caixas de Previdência.

124

HABITAT – Empreendimentos Imobiliários S.A.R.L.

166

ICESA – Industria de Construções e Empreendimentos, S.A.R.L.

62, 68, 69, 124, 134, 136, 138

IMOTÉCNICA – Sociedade Técnica de Construções Imobiliárias, S.A.R.L.

89, 174

J. PIMENTA – Empreendimentos Urbanos e Turismo, S.A.R.L.

62, 156, 160

Joaquim Peña Mechó

166

José Manuel Street d'Arriaga e Cunha

82

JOSÉ MATIAS – Empreiteiros, S.A.R.L.

196

MERCATOR – Sociedade de Mediação Imobiliária, Lda.

82

OPERCAL – Operações Urbanísticas e Construção Lda.

174

OSAPIL – Combustíveis e Turismo

82

SCOPLAN

122

SEMTEMPE – Companhia Técnica de Investimentos Urbanos, S.A.R.L.

96

SIMOL – Sociedade Industrial e Mercantil dos Olivais, Lda.

174

Sociedade de Construções DURIFORTE, Lda.

174

Sociedade de Construções AMADEU GAUDÊNCIO Lda.

84

Sociedade Imobiliária Quinta do Lambert S.A.R.L.,

194, 196

SOGEL – Sociedade Geral de Empreitadas, Lda.

88, 89, 90, 174

SOGIN – Sociedade Gestora de Iniciativas Financeiras, Lda.

80

SOLÁTIA – Sociedade Nacional de Investimentos Imobiliários S.A.R.L.

62, 107, 108, 110, 111, 116

SOLCONFOR – Sociedade de Urbanização e Investimentos Financeiros S.A.R.L.

174, 175

SPOC – Sociedade Portuguesa de Obras de Construção, S.A.R.L.

134, 174, 184, 190, 192

URBACO – Urbanizações e Construções, Lda.

80

URBIPOR, S.A.R.L.

84

1.

ANEXOS

—

Memória descritiva dos engenheiros do betão, Nuno Patricio e Boadita Ferrão em Junho 1977

Generalidade: entre as imposições de nossa exigência actual, há uma particular tirânica e exigente:

PRODUTIVIDADE

A especulação imobiliária tem feito esquecer o custo de construção, levando os promotores e os técnicos a um adormecimento na PRODUTIVIDADE, a qual virá dominar todos os problemas económicos.

A industria da construção civil, muito diversa e complexa, onde a repetição das grandes séries é muito rara, não pode aplicar os métodos de produção possíveis no interior de uma fábrica, mas pode-se com certeza melhorar a forma bem significativa, a produção do estaleiro, a partir de: estudos detalhado dos planos de execução antes do inicio da obra; concentração dos postos de trabalho; constituição de equipas, tendo tarefas precisas e repetitivas; pleno emprego de uma ferramenta que permita eliminar trabalhos secundários.

Os métodos de construção tradicionais, pareciam impostos desde há milénios, como se a construção estivesse condenada a uma actividade artesanal.

No fim do século o ferro e o betão provocaram uma ligeira evolução nos países da América do Sul, nomeadamente na Argentina, Venezuela, Peru, Chile e Brasil. Em França de 1962 a 1971, foram construídos 410 000 apartamentos pelo processo OUTINORD.

A astuciosa concepção do sistema, permite a desmoldagem diária, permitindo rigorosa programação da obra.

O processo construtivo baseado no túnel, supõe economia, precisão, qualidade e rapidez.

ECONOMIA

Reduzido tempo de colocação dos moldes e betonagem, impondo rotação diária de equipamento;

Emprego de mão-de-obra preparada e treinada no estaleiro, repetindo as mesmas operações pela mesma ordem, diariamente. Equipa de trabalho constituída de grupos distribuídos em zonas de tarefas, bem definidas, permitindo um controle eficaz da mãos de obra;

Investimento inicial, reduzido, pensando em termos de industrialização;

Substituição da base de tijolo sem função estrutural, e com aumento de carga morta, por parede de betão cumprindo a função divisória, e ao mesmo tempo elemento estrutural resistente.

PRECISÃO

O sistema de funcionamento, é interdito à montagem errada. O rigor da dimensão alcança as tolerâncias da indústria mecânica, permitindo anular os erros comuns da construção tradicional.

QUALIDADE

As superfícies do betão após a descofragem encontram-se em condições de acabamento imediato, com simples massa de gesso que lhe dá o aspecto de acabamento do estuque, pintura directa, papel ou qualquer outro acabamento tradicional. As tubagens eléctricas e outras eventuais ficam incorporadas na altura de betonagem bem como os batentes das portas.

Monolitismo estrutural

RAPIDEZ

Rotação acelerada dos moldes (diária)

Possibilidade de organização simples, eficaz e fácil de controlar

Possibilidade de intervenção dos grupos de acabamentos quase em simultâneo

INCIDÊNCIAS DE CUSTOS

Os encargos de administração e outros têm significativas reduções, pois o processo permite reduzir o tempo de construção em 30% ou mais, em relação aos processos tradicionais.

A rapidez de construção, implicará que os custos referentes aos juros do capital investido, sejam menores, permitindo ainda um mais curto início de comercialização do empreendimento;

O capital investido terá uma rotação mais acelerada;

Embora cada caso tenha que merecer, reflexão técnica e económica, e os resultados sejam muito influenciáveis pela qualidade e racionalização do projecto, é normal obterem-se economias globais superiores a 20%.

Período	População total		População urbana ⁽¹⁾		População rural ⁽²⁾	
	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%
1527 a 1801	1812733	161.61	270183	160.80	1542550	161.75
1801 a 1911	3025557	103.11	707711	161.50	2317846	92.86
1911 a 1940	1762202	29.57	719679	62.80	1042523	21.66
1940 a 1950	788088	10.21	196018	10.51	592070	10.11
1950 a 1960	379152	4.46	322061	15.62	57091	0.89
1960 a 1970	-241023	-2.71	288737	12.11	-529760	-8.14
1970 a 1981	1184645	13.70	730451	27.33	454194	7.60

QUADRO I

Varição da população urbana e rural.

Anos	População total	Cidade de Lisboa em %	Margem norte em %	Margem sul em %
1900	488774	72.84	17.42	9.74
1911	599255	72.65	18.00	9.35
1920	662636	73.40	16.84	9.76
1930	817340	72.72	17.54	9.74
1940	977456	71.86	18.10	10.04
1950	1150853	67.52	20.77	11.71
1960	1363562	58.76	27.62	13.63
1970	1682545	46.10	37.10	16.81
1981	2268729	35.60	46.09	18.30
1986	2382600	34.80	45.10	20.10

QUADRO II

Evolução da população na Área Metropolitana de Lisboa entre 1900 e 1986.